

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

**Assentamento Palmares II: perspectivas para a
reforma agrária na Amazônia em meio ao avanço
dos agro-minero-negócios**

Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**ASSENTAMENTO PALMARES II: PERSPECTIVAS PARA A
REFORMA AGRÁRIA NA AMAZÔNIA EM MEIO AO AVANÇO DOS
AGRO-MINERO-NEGÓCIOS**

MARCELO BRUNO RIBEIRO BARBOSA

Sob a orientação da professora
Thereza Cristina Cardoso Menezes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Setembro de 2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Barbosa, Marcelo Bruno Ribeiro, 1990-

B223a Assentamento Palmares II: perspectivas para a reforma
agrária na Amazônia em meio ao avanço dos agro minero-
negócios / Marcelo Bruno Ribeiro Barbosa. - 2018.

311 f.: il.

Orientadora: Thereza Cristina Cardoso Menezes.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, 2018.

1. assentamentos rurais. 2. agro-minero-negócios.

3. MST. 4. Amazônia. 5. Carajás. I. Cardoso Menezes,
Thereza Cristina, 1970-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

MARCELO BRUNO RIBEIRO BARBOSA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

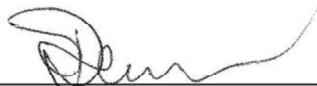
Dissertação aprovada em 04/09/2018.



Prof.^a Dr.^a THEREZA CRISTINA CARDOSO MENEZES (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)



Prof. Dr. ELDER ANDRADE DE PAULA (UFAC)



Prof.^a Dr.^a DEBORA FRANCO LERRER (CPDA/UFRRJ)

A montanha foi moída
e hoje é serpente morta
nos calabouços
dos navios
Levam-no assim
como quem rouba pergaminho
a misturar-se já
com outro tempo
fica-nos a mandíbula
uma certeza falsificada
e o sol empoeirado
sobre as infâncias
e só!
A fibra densa faz o nó
e hoje sou minério
o chão que piso
cansou do império.
Mas sigo a troar
passadas
a engasgar goelas!

Charles Trocate

Dedico este trabalho ao professor Jean Hébéte (*in memoriam*). Suas ideias influenciaram
várias reflexões que faço nesta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Ainda que esta dissertação seja resultado de meu esforço pessoal, não consigo vê-la apenas como fruto dele. Acredito que a construção deste trabalho somente foi possível em virtude da colaboração de muitas pessoas com as quais convivi, dentro e fora do ambiente acadêmico. Assim, correndo o risco de incorrer em esquecimentos, gostaria de agradecer:

Aos meus pais, Francisca Orquídea Ribeiro Barbosa e José Marcelo Lopes Barbosa, pelo amor incondicional e pela confiança que sempre depositaram no meu trabalho.

Aos meus irmãos, Marla Rúbia Ribeiro Barbosa, João Lucas Ribeiro Barbosa e Pedro Victor Ribeiro Barbosa, pelo apoio que sempre me deram em todos os meus planos de vida.

À minha querida orientadora, Thereza Cristina Cardoso Menezes, pela paciência e pelos muitos ensinamentos, me ajudando muito durante o mestrado, não somente na construção desta dissertação, mas também na superação de vários outros desafios.

Aos professores e professoras do CPDA/UFRRJ, especialmente aos que me deram aulas, Thereza Cristina Cardoso Menezes, Leonilde Sérvulo de Medeiros, Regina Angela Landim Bruno, Karina Yoshie Martins Kato, Renato Sergio Jamil Maluf, Eli de Fátima Napoleão de Lima e George Gérard Flexor.

À banca de qualificação Thereza Menezes, Leonilde Servulo Medeiros e Débora Franco Lerrer. Muito obrigado pelas valorosas contribuições que em muito orientaram a construção deste texto. Aos membros da banca examinadora Debora Lerrer e Elder Andrade de Paula por aceitarem o convite para avaliar a dissertação.

Aos funcionários e funcionárias do CPDA/UFRRJ, especialmente à Ana Lúcia de Lima Barbosa, Fernanda de Almeida e Gabriela Ferreira, que foram fundamentais para que eu conseguisse vencer esta etapa da minha vida.

Aos colegas estudantes dos cursos de mestrado e doutorado do CPDA/UFRRJ, especialmente à Felipe Ferrari da Costa e Simone Cristina Contente Padilha, com os quais tive o privilégio de residir durante o período em que estive no Rio de Janeiro.

Ao amigo, professor e orientador durante a graduação, Fernando Michelotti, pelo apoio dado desde o processo seletivo do CPDA/UFRRJ até a defesa desta dissertação.

Ao também amigo e professor durante a graduação, Haroldo de Souza, pelo apoio para a participação no processo seletivo do CPDA/UFRRJ e pelos ensinamentos dados nos últimos anos.

Ao camará Estevão de Figueiredo Ribeiro, pela acolhida no Rio de Janeiro e pelos momentos maravilhosos que tivemos durante os últimos anos. Também agradeço pelas trocas e pelas importantes contribuições dadas ao meu trabalho.

Ao amigo Gustavo Schiavinatto Vitti, pelo companheirismo durante o período em que residi no Rio e pelas contribuições dadas a este trabalho quando estivemos juntos no Pará.

À amiga Beatriz Maria de Figueiredo Ribeiro, pelo apoio e acolhida durante o tempo em que estive no Rio, especialmente na minha chegada, bem como pelas trocas e conselhos.

Aos moradores do assentamento Palmares II, especialmente à Jorge Luiz Rodrigues Neri, Vanderly Gonçalves de Carvalho e Pablo Carvalho Neri, pela acolhida durante os momentos em que estive em trabalho de campo, pelas trocas que certamente contribuíram muito para este trabalho e, sobretudo, pelo carinho com que sempre me receberam.

À brigada permanente do Instituto de Agroecologia Latino Americano Amazônico (IALA Amazônico), especialmente aos camaradas Pedrão, Fernando, Carlene, Gardeny e Edilson, pelas trocas e pelo apoio fundamental durante o trabalho de campo.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pelo apoio fundamental à realização desta pesquisa.

Ao meu amigo Thiago Gonçalves, pelas importantes contribuições que deu à esta dissertação, me ajudando a resgatar um valioso material sobre Palmares II.

Ao meu colega e amigo Ginno Alexander Pérez Salas, pelas trocas riquíssimas e pelo apoio dado à esta pesquisa, mas também pela camaradagem e pelos momentos de descontração em meio à solidão do processo de escrita.

À minha amada companheira Beatriz da Luz Cruz, pelo carinho que muito me motivou em meio às angústias da escrita, mas também pelas dicas e contribuições muito importantes que deu à esta dissertação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida durante todo o período do mestrado.

Por fim, à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), na figura do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS), pelo apoio financeiro dado à esta pesquisa, sem o qual ela certamente não teria sido feita.

RESUMO

BARBOSA, Marcelo Bruno Ribeiro. **Assentamento Palmares II: perspectivas para a reforma agrária na Amazônia em meio ao avanço dos agro-minero-negócios**. 2018. 297 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Tomei como objeto de estudo o caso do Assentamento Palmares II, localizado no município de Parauapebas, sudeste do Pará e região de Carajás. Procurei investigar os efeitos sociais sobre o assentamento dos agro-minero-negócios, especialmente a mineração industrial. Demonstro como a experiência de reforma agrária na Amazônia está sendo marcada pelas recentes mudanças no marco legal e como estas transformações estão reconfigurando territorialidades e temporalidades tradicionais, camponesas e ambientais. Com foco nas experiências individuais e coletivas dos sujeitos que vivem em Palmares II, identifiquei e refleti sobre as pressões derivadas, direta ou indiretamente, do avanço dos agro-minero-negócios que hoje recaem sobre o assentamento. Acredito que o exame do caso de Palmares II forneceu elementos que podem contribuir para as reflexões sobre as possibilidades e limitações para o desenvolvimento dos assentamentos rurais da Amazônia brasileira em meio ao atual contexto de expansão dos agro-minero-negócios nessa região.

Palavras-chave: assentamentos rurais, agro-minero-negócios, MST, Amazônia, Carajás.

ABSTRACT

I took as object of study the case of the rural settlement Palmares II, located in the municipality of Parauapebas, southeast of Pará and region of Carajás. I tried to investigate the social effects on the settlement of agribusinesses, especially industrial mining. Demonstrating how the experience of agrarian reform in the Amazon is being marked by recent changes in the legal framework and how these transformations are reconfiguring traditional, peasant and environmental territorialities and temporalities. Focusing on the individual and collective experiences of the subjects living in Palmares II, I identified and reflected on the pressures derived, directly or indirectly, from the advance of the agro-mining businesses that now fall on the settlement. I believe that the examination of the case of Palmares II provided elements that contribute to reflect on the possibilities and limitations for the development of the rural settlements of the Brazilian Amazon in the current context of expansion of agro-mining businesses in the region.

Keywords: rural settlements, agro-mining-business, MST, Amazon, Carajás.

RÉSUMÉ

J'ai pris comme objet d'étude le cas de règlement rural de la réforme agraire Palmares II, située dans la municipalité de Parauapebas, au sud-est du Pará et dans la région de Carajás. J'ai essayé d'étudier les effets sociaux sur la colonisation des agro-industries, en particulier l'exploitation minière industrielle. Démontrer comment l'expérience de la réforme agraire en Amazonie est marquée par les changements récents du cadre juridique et comment ces transformations reconfigurent les territorialités et les temporalités traditionnelles, paysannes et environnementales. En mettant l'accent sur les expériences individuelles et collectives des sujets vivant dans Palmares II, j'ai identifié et réfléchi aux pressions découlant, directement ou indirectement, de l'avancée des entreprises agro-minières qui tombent maintenant sur le règlement. Je crois que l'examen du cas de Palmares II a fourni des éléments qui contribuent à réfléchir aux possibilités et aux limites du développement des établissements ruraux de la réforme agraire de l'Amazonie brésilienne dans le contexte actuel d'expansion des entreprises agro-minières dans la région.

Mots clés: établissements ruraux de la réforme agraire, agro-industrie minière, MST, Amazonie, Carajás.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABENGOA	Abengoa Concessões Holding S.A.
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
ALBRAS	Alumínio Brasileiro S/A
ALUNORTE	Alumina do Norte do Brasil S/A
AMZA	Amazônia Mineração S/A
ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANM	Agência Nacional de Mineração
APRAFAP II	Associação dos Produtores Rurais na Agricultura Familiar de Palmares II
APROCPAR	Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Assentamento Palmares e Região
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASMODAP	Associação de Moradores e Moradoras do Campo, e Desenvolvimento da Agricultura em Palmares II
ASSOPAR	Associação dos Produtores Rurais de Parauapebas
ASTAP	Associação de Tiradores de Areia de Parauapebas
ATE III	ATE III Transmissora de Energia S.A.
ATE VIII	ATE VIII Transmissora de Energia S.A.
ATE XXI	ATE XXI Transmissora de Energia S.A.
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BASA	Banco da Amazônia S/A
BMTE	Belo Monte Transmissora de Energia SPE
Caritas Canadá Paz	Instituto e a Organização Católica Canadense para o Desenvolvimento e Paz

CEB	Comunidade Eclesial de Base
CEDERE	Centro de Desenvolvimento Regional
CEFAC	Centro de Formação em Agroecologia e Cultura Cabana
CEFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CELPA	Centrais Elétricas do Pará S.A.
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais S.A.
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CEPASP	Centro de Educação, Pesquisa, Assessoria Sindical e Popular
CMM	Companhia Meridional de Mineração
CMP	Câmara Municipal de Parauapebas
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONCREMAT	Concremat Engenharia e Tecnologia S/A
COOMARSP	Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária da Região Sul e Sudeste do estado do Pará
COOPALMAS	Cooperativa Mista de Transporte e Turismo dos Condutores Autônomos de Veículos Utilitários do Assentamento Palmares II
CPDA	Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
CPP	Coordenação Político Pedagógica
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTERP	Comissão de Trabalho, Emprego e Renda do assentamento Palmares II
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
ECOASIS	Agência de Consultoria e Assistência Técnica Agroambiental

EFC	Estrada de Ferro Carajás
EIV	Estágio Interdisciplinar de Vivência em Áreas de Reforma Agrária e Atingidos por Barragens
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EJAM	Encontro da Juventude Atingida pela Mineração
ELAA	Escola Latino Americana de Agroecologia
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
EMBRADE	Empresa Brasileira de Desenvolvimento e Participações LTDA
EPE	Empresa de Pesquisa Energética
EREA Norte Brasil	Encontro Regional de Estudantes de Agronomia da região Norte do Brasil
ETA	Estação de Tratamento de Água
FCAM	Faculdade de Ciências Agrárias de Marabá
FEAB	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FECAMPO	Faculdade de Educação do Campo
FETAGRI Pará	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do estado do Pará
FLONA Carajás	Floresta Nacional de Carajás
FPA	Frente Parlamentar da Agropecuária
FURNAS	Furnas Centrais Elétricas S.A.
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins
IALA Amazônico	Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
II PNRA	II Plano Nacional de Reforma Agrária
IIRSA	Infraestrutura Regional Sul-Americana
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPPUR	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

LASAT	Laboratório Sócio Agrônômico do Tocantins
LCP	Liga dos Camponeses Pobres
LT	Linhas de Transmissão
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MME	Ministério de Minas e Energia
Monte Granito	Monte Granito Mineração e Comércio LTDA
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAEC	Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia e Educação do Campo
ORM	Organizações Rômulo Maiorana
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PFC	Projeto Ferro Carajás
PGC	Programa Grande Carajás
PJ	Pastoral da Juventude
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMP	Prefeitura Municipal de Parauapebas
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PPP	Projeto Político-Pedagógico
Projeto RADAM	Projeto Radares da Amazônia
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
RB	Relação de Beneficiários da Reforma Agrária
RENCA	Reserva Nacional de Cobre e Associados
RTZ	Rio Tinto Zinco
SAAEP	Secretaria de Abastecimento de Água e Esgoto de Parauapebas
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
SEDEME Pará	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do estado do Pará
SEMAS Pará	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do estado do Pará
SEMED Parauapebas	Secretaria Municipal de Educação de Parauapebas
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Parauapebas
SICA	Semana de Integração das Ciências Agrárias
SIPRA	Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SPE	Sociedade de Propósito Específico
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STATE GRID	State Grid Brazil Holding S.A.
STERLINE POWER	Sterline Power Grid Ventures LTD
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento Econômico da Amazônia
TABOCAS	Tabocas Participações e Empreendimentos S/A
TAESA	Taes Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
TAU	Termo de Autorização de Uso

TD	Título de Domínio
UC	Unidade de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNAG	Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos de Nicaragua
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNISA	União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A.
US Steel	United States Steel
XRTE	Xingu-Rio Transmissora de Energia

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Figuras

Figura 1 - Destino e intensidade das exportações de produtos minerais de Parauapebas no ano de 2016.	65
Figura 2 - Principais episódios da trajetória que resultou na criação do assentamento Palmares II. .	128
Figura 3 - Principais ambientes de origem dos pioneiros de Palmares II e das pessoas que migraram para o assentamento no período recente.....	132
Figura 4 - Trajetória das pessoas que foram assentadas em Palmares II desde suas regiões de origem até a conquista da terra.	142
Figura 5 – Territorialização do MST por assentamentos e acampamentos no sudeste paraense (1994-2016).	160
Figura 6 - Imagem aérea da vila de Palmares II, com destaque para as principais infraestruturas existentes na localidade.....	165
Figura 7 - Localização da escola Crescendo na Prática segundo o Censo Escolar de 2017.	177
Figura 8 - Localidades atendidas pelas escolas do assentamento Palmares II.	179
Figura 9 - Algumas igrejas existentes na vila de Palmares II.	184
Figura 10 - Encontro Estadual do MST Pará feito em fevereiro de 2018, no assentamento Palmares II.	186
Figura 11 - Vista aérea da cava da empresa Monte Granito localizada no assentamento Palmares II.	223
Figura 12 - Esquema síntese das pressões geradas em Palmares II pela extração de areia e seixo nos rios Parauapebas e Novo.	240
Figura 13 - Vista aérea da vila de Palmares II em abril de 2003.	247
Figura 14 - Vista aérea da vila de Palmares II em julho de 2017.....	247
Figura 15 - Esquema síntese das movimentações dos atores vinculados à LT que nos últimos anos se fizeram presentes na região onde situado o assentamento Palmares II (1).	270
Figura 16 - Esquema síntese das movimentações dos atores vinculados à LT que nos últimos anos se fizeram presentes na região onde está situado o assentamento Palmares II (2).	271

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Percentual de participação dos produtos minerais nas exportações do estado do Pará entre 1997 e 2016.	67
Gráfico 2 - Percentual de participação do minério de ferro nas exportações de produtos minerais do Pará entre 1997 e 2016.	68
Gráfico 3 - Casos de trabalho escravo no Brasil entre 2009 e 2016 (por UF).....	69
Gráfico 4 - Participação do sudeste do Pará nos casos de trabalho escravo do estado entre 2009 e 2016 (acumulado).	70
Gráfico 5 - Assassinatos no campo entre 2009 e 2017 (Brasil - acumulado).....	71
Gráfico 6 - Categorias dos assassinados no campo entre 2009 e 2017 (Brasil).	71
Gráfico 7 - Assassinatos no campo e mesorregiões de ocorrência no Pará entre 2009 e 2017.	72
Gráfico 8 - Categorias dos assassinados no campo no estado do Pará entre 2009 e 2017.	73
Gráfico 9 - Categorias dos assassinados no campo no sudeste do Pará entre 2009 e 2017. ...	73
Gráfico 10 - Crescimento populacional acumulado (%) de Parauapebas, do Pará e do Brasil entre 1992 e 2016.	74
Gráfico 11 - Número de assentamentos criados x famílias assentadas por SR do INCRA até 2016, com destaque para a SR-27 (sudeste do Pará).	78
Gráfico 12 - Número de assentamentos criados x área desapropriada (ha) por SR do INCRA até 2016, com destaque para a SR-27 (sudeste do Pará).	79
Gráfico 13 - Ocupações/retomadas de terras e famílias envolvidas entre 2008 e 2017 (Brasil).	82
Gráfico 14 - Ocupações/retomadas x assentamentos criados no Brasil entre 2008 e 2017.	82
Gráfico 15 - Ocupações/retomadas de terras e famílias envolvidas entre 2008 e 2017 (sudeste do Pará).	83
Gráfico 16 - Assentamentos rurais criados e famílias assentadas no sul e sudeste do Pará entre 1987 e 2016.	84
Gráfico 17 - Quantidade de terras desapropriadas e assentamentos rurais criados no sul e sudeste do Pará entre 1987 e 2016.....	85

Gráfico 18 - Tipo e quantidade de assentamentos rurais criados no sudeste do Pará até fevereiro de 2017.	86
Gráfico 19 - Ocupações/retomadas x assentamentos criados no sudeste do Pará entre 2008 e 2016.	86
Gráfico 20 - Participação da mesorregião sudeste nas exportações do estado do Pará em 2016.	87
Gráfico 21 - Participação dos municípios paraenses nas exportações do estado em 2016.....	88
Gráfico 22 - Origem dos assentados de Palmares II (estados, sem considerar o Tocantins).	134
Gráfico 23 - Origem dos assentados de Palmares II (regiões do país, sem considerar o estado do Tocantins).	135
Gráfico 24 - Origem dos moradores de Palmares II segundo o diagnóstico da COOMARSP.	136
Gráfico 25 - Regiões de origem dos moradores de Palmares II segundo o diagnóstico da COOMARSP.	136
Gráfico 26 - Profissões dos moradores de Palmares II entre 1940 e 1979.	144
Gráfico 27 - Profissões dos moradores de Palmares II entre 1980 e 2013.	145
Gráfico 28 - Valor de operação (R\$) da produção mineral de Parauapebas em 2016, comparado com os números dos demais municípios produtores do Pará e do Brasil.	152
Gráfico 29 - CEFEM recolhido (R\$) pelo município de Parauapebas em 2016, comparado com os números dos demais municípios produtores do Pará e do Brasil.	152
Gráfico 30 - Valor operado (R\$) pela empresa VALE S.A em 2016, comparado com os números das demais mineradoras com atuação no Brasil.	153
Gráfico 31 - CEFEM pago (R\$) pela empresa VALE S.A em 2016, comparado com os números das demais mineradoras com atuação no Brasil.	154
Gráfico 32 - Valor operado através de produtos minerais e CEFEM recolhido em Parauapebas entre 2004 e 2016.	155
Gráfico 33 - Situação dos beneficiários da reforma agrária em Palmares II até agosto de 2017.	163

Lista de Fotos

Foto 1 - Monumento construído em homenagem aos mortos no massacre de Eldorado dos Carajás.	53
Foto 2 - Trem de minérios da VALE ocupado pelo MST e seus parceiros em 2007, no trecho da EFC que passa pelo assentamento Palmares II.	90
Foto 3 - Portaria de acesso à Floresta Nacional de Carajás, em Parauapebas.	115
Foto 4 - Horta Mandala localizada no IALA Amazônico, assentamento Palmares II.	148
Foto 5 - Praça pública do assentamento Palmares II.	166
Foto 6 - Espaço onde são realizados os principais eventos culturais de Palmares II.	167
Foto 7 - Uma das principais casas de show de Palmares II.	167
Foto 8 - Estádio de futebol de Palmares II.	168
Foto 9 - Ponto de vans da COOPALMAS localizado na praça de Palmares II.	169
Foto 10 - Ponto de vans da COOPALMAS localizado na cidade de Parauapebas.	170
Foto 11 – EMEF Crescendo na Prática (1).	172
Foto 12 – EMEF Crescendo na Prática (2).	173
Foto 13 – EMEI Maria Salete Ribeiro Moreno (1).	174
Foto 14 – EMEI Maria Salete Ribeiro Moreno (2).	174
Foto 15 – EMEF Oziel Alves Pereira (1).	175
Foto 16 – EMEF Oziel Alves Pereira (2).	176
Foto 17 - Posto de saúde do assentamento Palmares II.	180
Foto 18 - Posto de gasolina localizado no assentamento Palmares II.	182
Foto 19 - Sede da Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Assentamento Palmares e Região.	183
Foto 20 - Igreja Católica do assentamento Palmares II.	185
Foto 21 - Algumas igrejas evangélicas localizadas na vila do assentamento Palmares II.	185
Foto 22 - Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico.	188
Foto 23 - Escola Estadual do MST que ocorreu no IALA Amazônico em julho de 2017.	189

Foto 24 - Apresentação, para alguns moradores de Palmares II, do projeto firmado entre o IALA Amazônico e a Caritas Canadá.	189
Foto 25 - Trem de minérios da VALE, no trecho da EFC que corta o assentamento Palmares II, e ao fundo, linhões de transmissão de energia elétrica.	193
Foto 26 - Trem de minérios da VALE passando pelo assentamento Palmares II.	194
Foto 27 - Ramal de conexão da EFC com o S11D, no trecho que corta o assentamento Palmares II.	202
Foto 28 - Ocupação da EFC, no trecho que corta o assentamento Palmares II, feita pelo MST em 2007 (1).	206
Foto 29 - Ocupação da EFC, no trecho que corta o assentamento Palmares II, feita pelo MST em 2007.	207
Foto 30 - Placa mostrando a parceria firmada entre a VALE e a APROCPAR para a reforma da sede da associação.	210
Foto 31 - Notícia publicada por um jornal local de Parauapebas a respeito de um caso em que o trem de minérios da VALE atropelou e matou um morador de Palmares II (1).	214
Foto 32 - Notícia publicada por um jornal local de Parauapebas a respeito de um caso em que o trem de minérios da VALE atropelou e matou um morador de Palmares II (2).	215
Foto 33 - Ocupação da EFC, em um ponto entre os assentamentos Palmares I e II, feita pelo MST em 2015 (1).	217
Foto 34 - Ocupação da EFC, em um ponto entre os assentamentos Palmares I e II, feita pelo MST em 2015 (2).	218
Foto 35 - Ação feita pelas mulheres do MST na portaria da Floresta Nacional de Carajás, em Parauapebas, no ano de 2016 (1).	219
Foto 36 - Ação feita pelas mulheres do MST na portaria da Floresta Nacional de Carajás, em Parauapebas, no ano de 2016 (2).	220
Foto 37 - Placa indicando a localização da cava da empresa Monte Granito, que está dentro do assentamento Palmares II.	222
Foto 38 - Rio Parauapebas, no trecho que corta o assentamento Palmares II.	227

Foto 39 - Torres de transmissão de energia elétrica localizadas no assentamento Palmares II.	253
Foto 40 - Subestação de Energia Elétrica de Carajás, localizada entre os assentamentos Palmares I e II.....	257
Foto 41 - Reunião entre funcionários das empresas que compõem a SPE Xingu-Rio e lideranças dos assentamentos Palmares I e II.	268
Foto 42 - Torre de transmissão de energia elétrica construída em cima de uma casa que foi demolida em Palmares II.	276
Foto 43 - Cartilhas da Eletronorte entregues às famílias de Palmares II que vivem em lotes cortados por linhas de transmissão de energia elétrica (1).	278
Foto 44 - Cartilhas da Eletronorte entregues às famílias de Palmares II que vivem em lotes cortados por linhas de transmissão de energia elétrica (2).	279

Lista de Mapas

Mapa 1 - Sudeste do Pará e suas microrregiões.	55
Mapa 2 - Localização da Serra dos Carajás.....	62
Mapa 3 - Assentamentos rurais existentes no sudeste do Pará até 24/07/2018, com destaque para Palmares II.	77
Mapa 4 - Localização do assentamento Palmares II.....	92
Mapa 5 - Assentamentos rurais criados em Parauapebas com alguma participação do MST.	97
Mapa 6 - Uso da terra no município de Parauapebas, sudeste do Pará.	191
Mapa 7 - Mapa dos atores presentes na região de Carajás.	198
Mapa 8 - Processos minerários em CL e áreas especiais na região de Carajás.	225
Mapa 9 - Todos os processos minerários e áreas especiais existentes na região de Carajás.	226
Mapa 10 - Linhas de Transmissão existentes e planejadas no Brasil e áreas especiais.	255
Mapa 11 - Socioeconomia (LT Itacaiúnas - Carajás 230 kV).	259
Mapa 12 - Comunidades vulneráveis LT 230 kV Itacaiúnas - Carajás.	262

Mapa 13 - Interesse socioambiental LT CC 800 kV Xingu - Estreito e Instalações Associadas, Trecho 1, Folha 3/5.....	265
Mapa 14 - Síntese de restrições socioambientais – LT CC 800 kV Xingu - Terminal Rio e Instalações Associadas, Trecho 1, Folha 4/12.....	267

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Algumas informações sobre os assentamentos rurais existentes no município de Parauapebas até fevereiro de 2017.	98
--	----

Lista de Quadros

Quadro 1 - Causas e efeitos do inchaço populacional e da urbanização de Palmares II.....	252
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	28
O avanço dos agro-minero-negócios para a Amazônia brasileira e os efeitos sobre os assentamentos rurais	30
Olhando para as experiências: reflexões sobre referencial que norteou esta pesquisa	37
Sobre a metodologia utilizada nesta pesquisa.....	41
Estrutura da dissertação	44
Sobre o meu lugar de fala, o percurso feito e a pesquisa de campo	46
CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES SOBRE O SUDESTE PARAENSE: FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E CENÁRIO CONTEMPORÂNEO	53
CAPÍTULO II - A HISTÓRIA DE PALMARES II: LUTA PELA TERRA E RESISTÊNCIA NA PROVÍNCIA MINERAL DE CARAJÁS.....	90
2.1. A chegada do MST em Carajás e a trajetória do assentamento Palmares II.....	91
2.2. As origens dos moradores de Palmares II.....	129
CAPÍTULO III - “O SONHO SE FAZ À MÃO, E SEM PERMISSÃO”: O ASSENTAMENTO PALMARES II HOJE	148
3.1. Os moradores sobre Palmares II e suas percepções.....	148
3.2. Um panorama do assentamento Palmares II nos dias atuais	162
CAPÍTULO IV - AS PRESSÕES SOBRE PALMARES II: REFLEXÕES A RESPEITO DO AVANÇO DOS AGRO-MINERO-NEGÓCIOS SOBRE OS ASSENTAMENTOS RURAIS.....	193
4.1. A mineração industrial e o assentamento Palmares II	194
4.2. Extração de areia e seixo nos rios Novo e Parauapebas	227
4.3. Crescimento populacional de Parauapebas e urbanização de Palmares II.....	241
4.4. Sobre a questão das Linhas de Transmissão	253
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	281
REFERÊNCIAS	288
ANEXO 01 - Tabela com dados sobre o destino e intensidade (em US\$) das exportações de produtos minerais de Parauapebas em 2016.....	297
ANEXO 02 - Tabela com dados comparando os produtos minerais com os demais produtos exportados pelo estado do Pará entre 1997 e 2016.....	298

ANEXO 03 - Tabela com dados comparando o minério de ferro com os demais minerais nas exportações dos produtos minerais do estado do Pará entre 1997 e 2016.....	299
ANEXO 04 - Tabela com dados sobre os casos de trabalho escravo no Brasil entre 2009 e 2016 (por UF).	300
ANEXO 05 - Tabela com dados sobre os casos de trabalho escravo no estado do Pará entre 2009 e 2016 (por mesorregião, municípios e ano).	301
ANEXO 06 - Tabela com dados sobre assassinatos no campo entre 2009 e 2017 (Brasil - por ano e acumulado).....	303
ANEXO 07 - Tabela com dados sobre assassinatos no campo, por mesorregiões e municípios, no estado do Pará (período 2009-2017).....	304
ANEXO 08 - Tabela com dados sobre o crescimento populacional acumulado e ao ano de Parauapebas entre 1992 e 2016.	306
ANEXO 09 - Tabela com dados sobre ocupações/retomadas de terras por UF entre 2008 e 2017.	307
ANEXO 10 - Tabela com dados sobre ocupações/retomadas de terras feitas no sudeste do Pará e famílias envolvidas entre 2008 e 2017 (por municípios).....	309
ANEXO 11 - Tabela com dados sobre a quantidade de assentamentos rurais criados, famílias assentadas e terras destinadas à reforma agrária no sudeste do Pará entre 1987 e 2016.....	311

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, faço algumas reflexões sobre as possibilidades apresentadas para os assentamentos rurais da Amazônia brasileira contemporânea, marcados pelo avanço dos agro-minero-negócios na região pesquisada. Parto da premissa de que se trata de um processo que está sendo potencializado pelas mudanças em curso no marco legal de proteção ambiental e regularização fundiária que, por sua vez, estão assentadas em questionamentos às diversas territorialidades e temporalidades tradicionais, ambientais e camponesas existentes nessa região. Assim, buscando compreender os efeitos sociais desse conjunto de transformações sobre os assentamentos rurais da Amazônia, mais especificamente do sudeste paraense, tomei como objeto de estudo o caso do assentamento Palmares II, localizado no município de Parauapebas, região de Carajás e mesorregião sudeste do estado do Pará.

O recorte relacionado à escolha de Palmares II como objeto de pesquisa se deve à vários fatores. O primeiro deles diz respeito a região onde o assentamento está inserido, fortemente marcada por conflitos em torno da luta pela terra, em função, por um lado, de uma expressiva presença camponesa e, de outro, pelo predomínio nessa região dos agro-minero-negócios. Ainda em relação à significativa presença camponesa no sudeste do Pará, um fator que também motivou o recorte foi a alta concentração de assentamentos rurais existente nessa região, fruto de lutas históricas travadas pelos movimentos sociais camponeses, sindicatos rurais, entre outros. O terceiro fator está relacionado ao fato de Palmares II ser o assentamento mais antigo sob direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado do Pará, portanto, discorro aqui sobre uma experiência emblemática, que possui uma rica e relativamente longa trajetória, o que permitiu a construção de reflexões mais robustas, uma vez que pude olhar para as questões aqui analisadas não somente no período recente, mas ao longo do tempo. O quarto fator diz respeito ao fato de Palmares II muitas vezes ser percebido como um “assentamento referência”, considerado bem-sucedido e mobilizado por diversos atores, que vão desde o próprio MST, até a academia. Tal visão, aliada à sua localização estratégica (como dito, o assentamento está situado no coração da mineração na Amazônia, a região de Carajás), fez de Palmares II palco de várias ações e projetos do MST, da Via Campesina¹ e de parceiros

¹ “A Via Campesina é uma organização mundial que articula movimentos camponeses em defesa da agricultura familiar em pequena escala e agroecológica para garantir a produção de alimentos saudáveis. Entre seus objetivos, constam a construção de relações de solidariedade, reconhecendo a diversidade do campesinato no mundo; a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definirem suas próprias políticas agrícolas; e a preservação do meio ambiente, com a proteção da

dessas organizações, sendo este o quinto fator que me levou a escolhê-lo como objeto de pesquisa. O sexto está relacionado às tensões existentes, desde o acampamento, entre as famílias que vivem no assentamento e a mineradora VALE S.A, que possui o monopólio da mineração na região de Carajás e atua, das mais variadas maneiras, dentro de Palmares II, inclusive com a Estrada de Ferro Carajás (EFC), que transporta os minérios produzidos pela empresa, cortando seu território. Assim, descrevo neste trabalho uma experiência de reforma agrária que para além do latifúndio, também tem como um de seus vizinhos e, eventual inimigo, uma das maiores mineradoras do planeta. O sétimo fator diz respeito ao fato de podermos observar em Palmares II várias das pressões que atualmente estão recaindo sobre os assentamentos rurais do sudeste paraense, cujas gêneses estão relacionadas, direta ou indiretamente, com a dinâmica dos agro-minero-negócios nessa região. Essas pressões são o foco de análise desta dissertação. Por fim, além dos fatores elencados acima, também foram determinantes para a escolha de Palmares II como objeto de estudo, as informações existentes na literatura acumulada sobre o assentamento e, não menos importante, minhas diversas entradas naquele território, já que nos últimos anos participei de várias ações e projetos que lá ocorreram. Estas experiências certamente influenciaram na escolha das questões sobre as quais busco refletir neste trabalho.

Em suma, o objetivo deste trabalho foi fazer emergir dados que contribuam para refletir com maior profundidade sobre as possibilidades apresentadas para os assentamentos rurais da Amazônia brasileira, em especial, do sudeste paraense, em meio ao avanço dos agro-minero-negócios sobre os seus territórios. As grandes questões norteadoras desta pesquisa foram: a continuidade desses assentamentos estaria ameaçada? Como Palmares II vem conseguindo se manter e muitas vezes ser visto como uma referência mesmo pressionado de todos os lados pela dinâmica dos agro-minero-negócios? Como os sujeitos que vivem em Palmares II reagem às pressões que hoje recaem sobre o assentamento?

Reconheço que são questões que obviamente não serão respondidas em toda a sua complexidade apenas neste trabalho. No entanto, busca-se a interrogação da pesquisa direcionar-se para estas respostas. Fiz aqui algumas reflexões através do exame das múltiplas experiências individuais e coletivas existentes em Palmares II, acerca das principais pressões hoje existentes

biodiversidade. [...] A Via Campesina nasceu em 1992, quando várias lideranças camponesas dos continentes americano e europeu que participavam do II Congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos de Nicaragua (Unag), realizado em Manágua, propuseram a criação de uma articulação mundial de camponeses. A proposição foi efetivada em 1993, com a realização, em Mons, na Bélgica, da I Conferência da Via Campesina, quando se elaboraram as linhas políticas iniciais e se definiu sua estrutura. Em menos de duas décadas, a Via Campesina tornou-se a mais ampla e mais conhecida articulação mundial de organizações na luta pelo desenvolvimento da agricultura camponesa” (FERNANDES, 2012, p. 765);

sobre o assentamento que estão vinculadas, direta ou indiretamente, à dinâmica dos agro-minero-negócios.

Aliás, comecemos por aí. Por que afirmo que está ocorrendo um processo de avanço dos agro-minero-negócios na direção das territorialidades e temporalidades da Amazônia e, por conseguinte, do sudeste do Pará?

O avanço dos agro-minero-negócios para a Amazônia brasileira e os efeitos sobre os assentamentos rurais

No último período, temos assistido um crescimento das investidas do capital sobre os diversos territórios camponeses, tradicionais e ambientais da Amazônia brasileira. Em resumo, são territorialidades, temporalidades e ecossistemas muito específicos que estão sendo intensamente questionados para dar espaço à projetos que visam produzir *commodities* agrícolas, minerais e energéticas. Tratam-se de assentamentos rurais, Terras Indígenas e quilombolas, Unidades de Conservação (UC), entre outros que se encontram sob forte ameaça em função de ações que visam construir e consolidar nessa região um cenário sob hegemonia dos agro-minero-negócios.

Do ponto de vista histórico, o avanço das *commodities* sobre a Amazônia brasileira pode ser explicado em grande parte pela elevada demanda chinesa por produtos primários (especialmente agropecuários e minerais) no último período, que, por conseguinte, tiveram seus preços em alta durante muito tempo nas principais bolsas de valores do mundo, já que também vimos nas últimas duas décadas a consolidação de uma relação íntima e complexa entre a burguesia produtora e exportadora de *commodities* e o capital financeiro (MICHELOTTI; SIQUEIRA, 2018). Por outro lado, do ponto de vista teórico, este processo insere-se, entre outras coisas, no que Harvey (2005) chamou de acumulação via espoliação e na observação feita por Svampa (2013) sobre a passagem que a América Latina viveu nos últimos anos do Consenso de Washington e seu aporte neoliberal, para o que a autora chamou de Consenso das Commodities, com uma forte inflexão extrativista (algo que também está relacionado ao ponto de vista-histórico-concreto). Em outras palavras, além do impulso dado pelo consumo colossal da China, atrelado à dinâmica do capitalismo dirigido pelas finanças (GUTTMAN, 2008), a expansão dos agro-minero-negócios sobre territorialidades, temporalidades e ecossistemas da Amazônia brasileira pode ser explicada, por um lado, pela própria dinâmica do capitalismo, que

além do processo de reprodução ampliada (acumulação de capital mediante mais-valia), faz uso da violência, da pilhagem, da fraude, e da opressão para se reproduzir (acumulação via espoliação), especialmente em situações de crise² e, por outro, pelo ingresso da América Latina em uma nova ordem econômica e política assentada na produção e exportação de *commodities* do setor primário (especialmente produtos agropecuários, minérios e petróleo), cujos principais objetivos foram atender a demanda por matérias-primas e bens de consumo dos países centrais e emergentes, gerar saldos nas balanças comerciais dos países produtores de *commodities* e, sobretudo, garantir a reprodução do capitalismo dirigido pelas finanças.

O interessante é que no Brasil, a inserção nessa nova ordem econômica e política assentada na produção e exportação de *commodities* do setor primário e na financeirização, atrelada à necessidade que o capital possui de se reproduzir em momentos de crise através de formas “não santas” de acumulação, criou uma articulação íntima entre formas intensivas e extensivas de reprodução do capital. Em outras palavras, como perceberam Michelotti e Siqueira (2018), os ganhos advindos do aumento de produtividade, da intensificação do trabalho e da aceleração na rotação de capital foram associados à expropriação dos recursos públicos e à especulação financeira, seja no campo ou na cidade. Foi criado no Brasil um contexto peculiar, em que a reprodução ampliada e a acumulação via espoliação foram simultaneamente potencializadas, a partir da entrada do país no consenso das *commodities*, o que acabou fundamentalmente beneficiando o capital financeiro.

Segundo Svampa (2013), as principais características do consenso em torno das *commodities* que os países latino-americanos se inseriram no últimos anos são: reprimarização da pauta de exportações; perda de soberania, sobretudo alimentar; aprofundamento das formas

² Harvey (2011), analisando a dita crise das hipotecas *subprime*, ou crise imobiliária de 2008, evidenciou a tendência do capital em buscar nas formas mais sorrateiras de acumulação o caminho para seguir se reproduzindo nos momentos de crise. Nas palavras dele: “A medida que mais e mais excedente criado ontem é convertido em capital novo hoje, mais e mais dinheiro investido hoje vem dos lucros obtidos ontem. Isso poderia levar a pensar que a acumulação violenta praticada em tempos anteriores é redundante. Mas a ‘acumulação por despossessão’ continua a desempenhar um papel na reunião do poder do dinheiro inicial. Meios tanto legais quanto ilegais – como violência, criminalidade, fraude e práticas predatórias do tipo das que foram descobertas nos últimos tempos no mercado de hipotecas *subprime* ou de forma ainda mais significativa no mercado de drogas – são implementados. Os meios legais incluem a privatização do que antes era considerado como recursos de propriedade comum (como a água e a educação), o uso do poder público para apreender bens, as práticas generalizadas de aquisições, as fusões e outros mecanismos similares que resultam no ‘desmembramento de ativos’ e o cancelamento de obrigações de pensão e saúde, por exemplo, num processo de falência. As perdas de ativos que muitos têm experimentado durante a crise recente podem ser vistas como uma forma de despossessão, que pode ser transformada em mais acumulação na medida em que os especuladores comprem os ativos mais baratos hoje pensando em vendê-los com lucro quando o mercado melhorar. Isso é o que os banqueiros e os fundos de cobertura fizeram durante o *crash* de 1997 a 1998 no Leste e Sudeste Asiático. As grandes perdas nessa parte do mundo alimentaram os cofres dos principais centros financeiros” (HARVEY, 2011, p. 48);

existentes de espoliação de terras, recursos e territórios, acompanhado do surgimento de novas formas de dependência e dominação; adoção de estilos de desenvolvimento baseados em um novo tipo de extrativismo; elaboração de estratégias de integração que facilitem a implementação desses estilos, como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), no nível sul-americano, e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no caso brasileiro³. A envergadura dos projetos implementados, que muitas vezes acabam se tornando enclaves de exportação. O consenso acima mencionado vem tencionando as democracias latino-americanas, visto que seus projetos geralmente desconsideram as vontades das pessoas que vivem nos locais onde eles são implantados, gerando vários conflitos, em geral ignorados ou potencializados pelo Estado, quase sempre em favor do capital.

Na mesma perspectiva, Gudynas (2009) compartilhou da ideia de que os países latino-americanos estão adotando estilos de desenvolvimento assentados nas *commodities* e em um novo tipo de extrativismo. O autor afirmou que estão se consolidando na América Latina estilos de desenvolvimento neoextrativistas, que podem ser entendidos como aqueles cuja essência está nas atividades que removem, em uma velocidade impressionante, grandes quantidades de recursos naturais, não ou pouco processados, para exporta-los sob a forma de *commodities*. No caso do Brasil, os principais exemplos são os produtos agropecuários, os minérios e o petróleo. Por fim, esse autor ainda apontou os três pilares desses estilos, que são: superexploração dos recursos naturais; tendência à monocultura e ao latifúndio; e expansão das fronteiras extrativas na direção de territórios inicialmente vistos como improdutivos, como é o caso da Amazônia brasileira.

Também seguindo a mesma linha, Composto (2012) percebeu que em que pese as diferenças entre os projetos de país em curso na América Latina, sejam eles de esquerda, centro ou direita, todos são sustentados pela exploração e exportação em larga escala de recursos naturais. Porém, é evidente que existem diferenças na forma como os Estados-nação dessa região estão encarando a inclinação ao consenso das *commodities* e ao neoextrativismo, e a autora assim o reconheceu. Segundo ela, uns basicamente o fizeram em prol quase exclusivamente do capital financeiro, outros garantiram alguns ganhos sociais através de uma maior regulação pública e apropriação estatal de uma parte da renda extraordinária gerada e outros promoveram, em certa medida, a propriedade pública dos recursos naturais transformados em *commodities* e a redistribuição da renda gerada por elas. No entanto, mesmo

³ Sobre a IIRSA, o PAC e outras iniciativas que visam/visavam construir uma infraestrutura de integração sul-americana e brasileira, recomendo a leitura de Castro (2012);

que em alguns casos a opção pela reprodução através da exportação de *commodities* primárias vinculadas ao capital financeiro tenha surtido alguns efeitos na direção de ganhos sociais e melhoria da qualidade de vida da população (pelo menos por um tempo), nos últimos anos temos visto vários exemplos que evidenciaram os limites do modelo. Talvez a perda de soberania alimentar e a crise econômica e política na Venezuela seja o principal deles.

Em suma, vivemos no último período um processo de inclinação da América Latina às *commodities* agrícolas, minerais e energéticas, ou seja, um período em que a posição desta região como simples fornecedora de matérias-primas para os países centrais e emergentes foi reiterada. No entanto, é um equívoco afirmar que se trata de um processo que foi iniciado recentemente. Ao contrário, Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006) perceberam que a posição subalterna da América Latina começou a ser desenhada ainda no período colonial. Na verdade, esses autores disseram que estamos, desde o dito descobrimento, diante da formação de um sistema-mundo que é ao mesmo tempo moderno e colonial. Para eles, o sistema-mundo moderno-colonial foi e está sendo edificado a partir de dois movimentos articulados. Um no *front* interno, com a formação e consolidação dos Estados-nação e outro no *front* externo, com a conquista colonial, ou melhor, com a invenção, pela modernidade, da colonialidade, em suas diferentes formas. Foi o processo articulado mencionado acima que pôs a América Latina na periferia e a Europa, primeiro, e os Estados Unidos, depois, no centro.

Quijano (2000, 2005) também afirmou que a conquista da América Latina foi (e está sendo) essencial para construir e sustentar a modernidade. Mais ainda, ele destacou a atualidade da colonialidade. Para ele, a modernidade e a colonialidade são duas faces da mesma moeda e o atual sistema-mundo depende fortemente da manutenção das relações coloniais para sobreviver. Mais ainda, a globalização e o imperialismo aprofundaram a colonialidade, que, por sua vez, deixou como herança maldita uma série de fantasmas na América Latina, que são perceptíveis, por exemplo, na dificuldade que os países desta região possuem em implementar e vivenciar democracias de fato. O caso brasileiro me parece exemplar.

Em resumo, a expansão dos agro-minero-negócios sobre a Amazônia brasileira está inserida dentro de um processo mais amplo de ratificação da posição subalterna da América Latina. Um processo que, do ponto de vista teórico, pode ser explicado, pelo menos em parte, pela necessidade que o capital possui de se reproduzir mediante processos de acumulação via espoliação, especialmente em momentos de crise, e pela inserção dos países latino-americanos em uma nova ordem econômica e política mundial, com o seu papel nada mais sendo do que produzir *commodities* primárias para atender as demandas por matérias-primas dos países

centrais e emergentes, além de garantir os altos índices de acumulação do setor financeiro, principal beneficiário do modelo, especialmente os bancos. Trata-se da adoção, na maioria dos países da América Latina, independentemente do tipo de governo (seja ele de direita, centro ou esquerda), de estilos de desenvolvimento neoextrativistas, que colocam acima de quaisquer direitos os interesses do capital financeiro e da burguesia produtora e exportadora de *commodities* primárias, cuja articulação aqui se expressa na forma do que estou chamando de agro-minero-negócios.

Porém, não se trata de um processo iniciado recentemente. Ao contrário, a posição subalterna em que a América Latina se encontra atualmente começou a ser desenhada ainda na colonização, quando foram dados os primeiros passos na direção da formação do sistema-mundo moderno-colonial que vemos hoje. No entanto, foi justamente a financeirização e a modernização do processo de rapina, além de outros elementos, que aprofundaram e tornaram cada vez mais complexas as formas de espoliação de regiões como a Amazônia brasileira, percebida apenas como reserva de recursos para a expansão das *commodities*, pois no Brasil as saídas adotadas pela burguesia em situações de crise sempre foram itinerantes, como perceberam Michelotti e Siqueira (2018).

Como dito, a expansão dos agro-minero-negócios sobre a Amazônia brasileira está ocorrendo justamente sobre territorialidades e temporalidades camponesas, tradicionais e ambientais. Um processo que, além das reflexões já apresentadas, também pode ser explicado pelo que Almeida (2010) chamou de agroestratégias, que consistem em uma série de articulações dos estrategistas dos agro-minero-negócios, inclusive dentro do Estado, que visam criar as condições para que os empreendimentos ligados à eles possam se expandir sobre territorialidades e temporalidades que possuem o direito sobre suas terras de certa forma assegurados. Em outras palavras, esses estrategistas têm como objetivo colocar à disposição do capital recursos e terras antes protegidas pela legislação, criando assim condições para a expansão dos agro-minero-negócios. Tratam-se de ações que, entre outras coisas, estão procurando formalizar um mercado de terras e recursos na Amazônia brasileira justamente a partir da incorporação de áreas antes não disponíveis ao capital, pelo menos não legalmente, como assentamentos rurais, Terras Indígenas e quilombolas, entre outras.

Um excelente exemplo disso foi a recente tentativa do governo de Michel Temer de extinguir a Reserva Nacional de Cobre e Associados (RENCA), através do Decreto nº 9.142, de 22 de agosto de 2017. Trata-se de uma área de aproximadamente 46.540 km², localizada entre os estados do Pará e Amapá, cuja extinção beneficiaria diretamente grandes mineradoras.

Uma tentativa de viabilizar o uso daquelas terras pelos agro-minero-negócios mediante articulação que envolveu o Estado, as mineradoras, entre outros, como a mídia, que tentou muitas vezes justificar a ação. Também podemos utilizar como exemplo a política de regularização fundiária que vem sendo implementada na Amazônia brasileira, sobretudo através do Programa Terra Legal, que vem colocando no mercado uma quantidade expressiva de terras antes minimamente protegidas pela legislação, como observou Menezes (2015)⁴.

Outro exemplo vem ocorrendo no sudeste do Pará, com o avanço dos agro-minero-negócios sobre os assentamentos rurais dessa região. Isso pode ser visto, por exemplo, em uma reportagem publicada em dezembro de 2016 pela edição brasileira do jornal El País, que denunciou um esquema de compras de terras não tituladas dentro de assentamentos rurais pela mineradora VALE S.A, no município de Canaã dos Carajás⁵, onde está localizado o maior empreendimento da história da mineradora, o projeto de exploração de minério de ferro S11D Eliezer Batista, popularmente conhecido como Serra Sul, cujos investimentos estão na ordem de aproximadamente US\$ 8 bilhões e que em seu pleno funcionamento terá capacidade para produzir 90 milhões de toneladas de minério de ferro por ano (VALE, 2013). Segundo a reportagem, vários camponeses, sentindo-se lesados, começaram a ocupar terras que, segundo eles, foram adquiridas ilegalmente pela mineradora, gerando intensos conflitos naquela região. Esse caso pode ser tomado como exemplo, mas a verdade é que esse processo vem se repetindo em muitos locais do sudeste paraense, pois assim como projetos vinculados aos agro-minero-negócios, essa região também concentra um grande número de assentamentos rurais, frutos das lutas dos camponeses ali.

Em um estudo referência sobre os impactos da criação de assentamentos rurais no Brasil, Leite et al (2004) perceberam que apesar da fragmentação dessa política, pautada por desapropriações isoladas, existem locais que concentram um grande número dessas experiências. Esses autores utilizaram o termo *manchas* para se referirem a esses locais onde ocorreu uma certa territorialização da reforma agrária. Segundo eles, o sudeste do Pará é uma

⁴ Os resultados esperados pela atuação do Terra Legal na Amazônia brasileira no que se refere ao mercado de terras são espantosos, como observou Menezes (2015). Segundo a autora, “No caso da Amazônia, o efeito dessas mudanças se expressaria na disponibilização de 67,4 milhões de hectares de terras da União em condições de incorporação ao mercado de terras (12% da região amazônica), montante reduzido a 58,8 milhões após consulta a órgãos que alegaram destinação definida de parte desta área para unidades de conservação, terras indígenas e assentamentos rurais. O saldo de terras a regularizar seria ainda maior se levada em conta, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a existência de mais 100 milhões de hectares de terras na Amazônia sob controle dos estados e gestão dos Institutos de Terras e também passíveis de regularização” (MENEZES, 2015, p. 112);

⁵Vê-la em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/23/politica/1479905291_797076.html>;

dessas manchas, contando, em fevereiro de 2017, com 514 assentamentos rurais e 74.141 famílias assentadas, em uma área total de aproximadamente 4,7 milhões de hectares, segundo o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

No entanto, apesar de expressivos, estes números estão longe de indicar que existe uma hegemonia dos assentamentos rurais e do campesinato nessa região. Ao contrário, em sintonia com a conjuntura exposta antes, uma forte expansão dos agro-minero-negócios está em curso no sudeste do Pará desde a década de 1960, como percebido em muitos trabalhos, dentre os quais destaco Velho (1981), Emmi (1999), Petit (2003), Hebéte (2004) e Santos (2011). Todos os autores referência relataram exemplos de episódios onde as várias territorialidades e temporalidades dessa região foram de alguma forma espoliadas, em geral com a colaboração do Estado, através dos seus aparelhos de intervenção (INCRA, Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins – GETAT, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, etc.) e das forças de repressão. Porém, os dados apresentados por Santos (2011) mostraram que o avanço dos agro-minero-negócios para o sudeste do Pará se potencializou no último período, quando o Brasil entrou no consenso das *commodities*, houve um crescimento da demanda chinesa por matérias-primas e bens de consumo e ocorreu uma das maiores crises da história do capitalismo.

Segundo Santos (2011), a participação do sudeste paraense nas exportações do estado passou de 33,67% em 2003, para 59,43% em 2009, crescimento especialmente impulsionado pelo agronegócio e pela mineração industrial, especialmente a última, que teve Parauapebas como um de seus principais expoentes. Esse município, localizado na região de Carajás, onde estão os principais empreendimentos da VALE, foi responsável por 27,4% das exportações do Pará em 2003, passando para 45,85% em 2016, com os produtos minerais representando 99,97% disso, segundo os dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), hoje Agência Nacional de Mineração (ANM), e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do estado do Pará (SEDEME Pará). Ainda segundo estes dados, o sudeste paraense, que, conforme dito antes, participou de 33,67% das exportações do estado em 2003, passou para 69,92% em 2016, o que vai de acordo com a hipótese que defendo nesta dissertação, de que está em curso uma expansão dos agro-minero-negócios para essa região desde a década de 1960, mas que ela foi potencializada no último período, sobretudo a partir do *boom* das *commodities*.

Neste sentido, o que investiguei nesta dissertação foram os efeitos sociais desse processo sobre os assentamentos rurais da Amazônia brasileira. Especificamente, tomei como objeto de estudo o assentamento Palmares II, por se tratar de um caso emblemático, já que essa experiência de reforma agrária localizada em um território central para o capital, a província mineral de Carajás, sintetiza boa parte das pressões decorrentes do avanço dos agro-minero-negócios que recaem sobre essas experiências no sudeste paraense e, arrisco dizer, em grande parte da Amazônia.

Em suma, apresento aqui algumas reflexões sobre as pressões hoje vividas pelo assentamento Palmares II. Creio que são elementos que certamente instigam e ajudam a fomentar a discussão apresentada nesta seção, que, como certamente foi percebido, é extremamente necessária de ser feita.

Olhando para as experiências: reflexões sobre referencial que norteou esta pesquisa

Questionado sobre as motivações de seu trabalho, Thompson (1979) disse que não concordava em absoluto com a afirmação de que toda história é mera ideologia, seja ela de esquerda ou de direita. No entanto, o autor alertou para o fato de que a ortodoxia entre os historiadores vê como “verdadeiros pesquisadores” aqueles que não estão engajados, ou seja, os que não são “propagandistas”, ou que não fazem “trabalhos panfletários” (todos entre aspas, dado o juízo de valor que geralmente acompanha o uso de tais adjetivos). No entanto, contraditoriamente, ele percebeu que a maioria dos trabalhos dos que se apoiavam nestas premissas enxergavam a sociedade sob o olhar dos dominantes, fazendo a propaganda dos vencedores. Diante deste quadro, o autor afirmou que não é possível resgatar a história dos subalternos sem partir de suas experiências e sem questionar a ideologia estabelecida, sendo esta uma tarefa primordial do pesquisador.

No entanto, como dito antes, Thompson (1979) não compartilhava da ideia de que toda história é pura ideologia. Assim, ele disse que a verdadeira preocupação dos historiadores não deveria ser este tipo de debate, mas sim as questões concretas e objetivas da vida social. Para o autor, os estudiosos devem direcionar o seu olhar para as relações humanas, ou seja, para as experiências de vida das pessoas. Por mais que tais experiências sejam complicadas de serem apreendidas, o pesquisador deve debruçar-se sobre elas, pois somente assim ele poderá apreender de fato a complexidade do mundo social. Porém, não se trata de algo simples de ser

feito, pois falamos aqui de uma tarefa que requer uma disciplina precisa, que congregue distanciamento e objetivação durante o processo de pesquisa.

Neste sentido, como já pode ser percebido, a experiência é uma categoria central para esse autor. O que ficou evidente quando Thompson (1987), estudando o processo de formação da classe operária inglesa, recusou o marxismo vulgar, que via as classes sociais como frutos naturais da divisão social existente entre as pessoas, em função da distribuição desigual da riqueza material. Em outras palavras, ele criticou as ideias de que as classes são dadas naturalmente em função da estrutura social existente e que a consciência de pertencimento à uma determinada classe emerge simplesmente da posição nas relações de produção, sem qualquer tipo de mediação. Em outra perspectiva, o autor partiu da noção de experiência e da premissa de que as pessoas agem sobre suas próprias vidas (mesmo condicionadas pelos limites materiais que a vida impõe), para afirmar que a classe e a consciência de classe não são dadas naturalmente e sim são frutos de processos sociais muito complexos, que somente são percebidos quando examinadas as questões objetivas da vida social, quando são analisadas as relações humanas.

Segundo Thompson (1987), a classe não é uma coisa, uma estrutura e tampouco uma categoria, ela é um fenômeno histórico que congrega, através das experiências e da consciência humana, acontecimentos que à primeira vista podem ser percebidos como desconexos e não relacionáveis. Para o autor, a ocorrência da classe pode ser demonstrada através das relações humanas, ou seja, a partir do exame das questões concretas da vida das pessoas, pois as relações que a formam precisam estar encarnadas em pessoas e contextos reais. Mais ainda, por ser um fenômeno histórico, carrega consigo a noção de relação histórica, portanto, ela nos foge quando tentamos imobilizá-la e examiná-la num momento situado, tentando perceber-la somente a partir da dissecação de sua estrutura. Em síntese, o autor lançou uma nova perspectiva ao fugir de predeterminações e mostrar que a classe e a consciência de classe são processos que se formam não só pela posição social ocupada pelos sujeitos, mas também pelas experiências reais e concretas que eles vivenciam. Nos termos dele:

“A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei*. A consciência de classe surge da

mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma” (THOMPSON, 1987, p. 10).

Neste sentido, acredito que as ideias lançadas por Thompson (1987) podem ajudar a quebrar uma série de utopias acumuladas sobre os camponeses e, mais especificamente, sobre os assentamentos rurais. Como relatou Bourdieu (1977), quando ele discorreu sobre o idealismo presente nas formulações sobre o campesinato francês. Segundo esse autor, é perceptível a presença de um caráter heteronomamente determinado em grande parte da produção e difusão de imagens, representações, identidades e projetos associados aos campos e aos camponeses. Portanto, cabe aos pesquisadores construir reflexões sobre esses sujeitos que fujam do *devoir* e de fato apreendam sua realidade tal como ela realmente é. Reflexões mais próximas do *ser*.

As utopias, por sinal, falando especificamente dos assentamentos rurais, foram criticadas por Leite et al (2004) em um trabalho referência que rompeu com os estudos que reforçam a percepção deles como experiências fracassadas. Ao contrário, através de uma pesquisa robusta (eles analisaram assentamentos em seis diferentes regiões do Brasil, vistas por eles como *manchas* da reforma agrária, por concentrarem um número elevado dessas experiências. São elas: o Sudeste do Pará; o Entorno do Distrito Federal; o Sertão do Ceará; a Zona Canavieira do Nordeste; o Sul da Bahia; e o Oeste de Santa Catarina), os autores apresentaram resultados animadores, mostrando que apesar dos problemas presentes no mundo rural brasileiro, os assentamentos rurais ainda assim são experiências positivas, que melhoraram significativamente as condições de vida dos seus beneficiários e dinamizaram economicamente, politicamente e socialmente as regiões onde eles foram inseridos.

Mais detalhadamente, esses autores analisaram os impactos econômicos, políticos e sociais gerados pelos assentamentos rurais sobre o meio em que eles estão inseridos e sobre as famílias que foram beneficiadas por eles. O uso do termo *impactos*, para eles, foi escolhido com o objetivo de destacar os:

“[...] efeitos de *processos de transformação* ativados/desencadeados pela criação de projetos de assentamento com ritmos e intensidades variáveis, referentes às dimensões econômicas, políticas, sociais e ambientais, que incidem tanto na vida das famílias como no entorno dos assentamentos. Trata-se de um processo com tempos marcados e delimitados pela própria criação dos assentamentos, mas cuja dinâmica impõe que consideremos tanto as condições anteriores da região onde o assentamento se insere, quanto as trajetórias dos assentados. Esses processos de transformação, para os quais muitas vezes o termo “impacto” pode ser excessivo (uma vez que ele tende a chamar a atenção para o mais visível e espetacular), muitas vezes têm um caráter molecular e só se potencializam ao longo do tempo. A intensidade e a natureza dessas mudanças dependem de diferentes contextos (locais, regionais, nacionais), impedindo que se busque qualquer linearidade. Podem ainda se dar em diferentes direções, em função de vários fatores que abrangem desde as oportunidades e competências de que cada

região dispõe, as ações de diferentes mediadores que atuam junto aos assentamentos, as vicissitudes da política governamental dirigida direta ou indiretamente a esse segmento de trabalhadores que passou a ter acesso à terra, etc.” (LEITE et al, 2004, p. 21-22).

Em outras palavras, Leite et al (2004) afirmaram que cada assentamento possui uma história particular que, por sua vez, vai depender de uma série de questões muito próprias de cada realidade, como as condições econômicas, políticas, sociais e culturais anteriores e atuais da região onde eles estão inseridos e das próprias famílias assentadas. Mais ainda, referindo-se aos assentados, os autores afirmaram que:

“No diálogo que estabelecem com o Estado, esses grupos, agora “assentados”, passam a se deparar com um conjunto bastante amplo de atores, de instituições governamentais (Incra, prefeituras, secretarias de agricultura estaduais e municipais, organismos de assistência técnica, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – Ibama); de organizações não governamentais (voltadas para o apoio e assessoria às demandas dos trabalhadores, ou especializadas na elaboração de projetos específicos de “desenvolvimento”); de entidades vinculadas às igrejas; de entidades locais e regionais de representação (como movimentos de luta pela terra, sindicatos, federações de trabalhadores na agricultura, organizações de âmbito nacional como a Contag e o MST, associações de produtores, cooperativas, entidades patronais, entre outros” (LEITE et al, 2004, p. 21-22).

Em suma, para apreender a história particular de cada assentamento é preciso, além de considerar os antecedentes da região onde eles estão inseridos e das famílias que foram assentadas, levar em consideração as relações que eles estabelecem com diferentes atores, dentro e fora dos seus territórios, o que procurei fazer nesta dissertação a partir do caso de Palmares II. Em outras palavras, significa que para entender com profundidade a experiência de construção de um assentamento, é preciso ficar atento para “[...] uma multiplicidade de relações em que a negociação e a disputa são virtualidades presentes e onde trajetórias diferenciadas implicam resultados diversos, impedindo qualquer procedimento apressado de generalização” (LEITE et al, 2004, p. 22).

Neste sentido, é a partir do conceito de experiência de Thompson (1987) e das considerações de Leite et al (2004) sobre os assentamentos rurais, que irei analisar o caso de Palmares II. A inflexão que proponho neste trabalho vai no sentido de refletir sobre como um assentamento específico, mas também tido por muitos como referencial foi se construindo a partir de múltiplas experiências e relações, com atores internos e externos. Acredito que através dessa chave conseguirei romper com as utopias e as “verdades” ventiladas sobre os assentamentos rurais e mostrarei Palmares II a partir do exame das questões objetivas e concretas dos assentados e das relações que eles estabelecem entre si e com o seu exterior.

Meu objetivo neste trabalho foi, a partir do estudo das experiências de concretas e específicas, trazer elementos que nos ajudem a refletir não somente a respeito do caso de Palmares II, que em si é extremamente complexo, mas sobre as possibilidades apresentadas para os assentamentos rurais da Amazônia brasileira no cenário atual. Aqui, sobretudo foram analisadas as experiências que os moradores de Palmares II tiveram e vem tendo com as diversas pressões que hoje afetam o assentamento.

Sobre a metodologia utilizada nesta pesquisa

O método de pesquisa utilizado foi o etnográfico com enfoque processual. Foram realizados quatro momentos de trabalho de campo, ocorridos em janeiro, julho e novembro de 2017, e maio de 2018. Os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa associam-se a forma como foi se desenvolvendo a relação de pesquisa no assentamento Palmares II (falo sobre o assunto em uma seção posterior desta introdução). Creio ser equivocado reduzir o fazer desta pesquisa e as reflexões apresentadas nesta dissertação somente às idas ao campo mencionadas anteriormente. Nos últimos anos, antes mesmo de ingressar no mestrado, eu já havia visitado Palmares II, onde participei de ações e projetos, além de ter convivido e criado inclusive relações de amizade com muitos dos sujeitos que aqui se tornaram parte do meu objeto de pesquisa. Sem adentrar em um estéril debate sobre os ganhos ou perdas relacionadas à proximidade entre pesquisador e agentes sociais atuantes no processo de pesquisa analisado, penso ser importante reiterar que muito do que está exposto neste trabalho foi fruto de observações feitas fora do momento supostamente oficial de pesquisa, se é que tal processo exista nestes casos de relações consolidadas que precedem a pesquisa. Tratam-se de observações feitas antes e durante o mestrado, ainda que eu não estivesse “vestindo o uniforme de pesquisador” (ou estivesse sem perceber), mas que ao contrário do que se possa pensar, foram utilizadas nesta dissertação sem comprometer o seu rigor empregado, ao contrário, potencializaram a qualidade das reflexões.

Como dito, não me interessa aqui entrar em um debate pouco produtivo a respeito de aproximações ou distanciamentos com o objeto de pesquisa, pelo menos não nos moldes que normalmente ele é feito, quando é pregada a busca por uma suposta neutralidade científica.

Em função da minha inserção em Palmares II, ou seja, de eu não ser um sujeito estranho dentro do assentamento, penso ser importante fazer alguns comentários sobre a minha relação

com o objeto desta pesquisa, usando como referência as reflexões feitas por Norbert Elias em sua obra *Envolvimento e Alienação*, onde o autor discorre sobre o que ele classificou como as duas grandes ameaças ao pensamento científico: envolver-se ou distanciar-se em demasia do objeto de pesquisa.

Segundo Elias (1998), durante muito tempo um dos grandes desacertos cometidos pelos pesquisadores vinculados às ciências sociais foi insistir em transferir os métodos consagrados nas ciências naturais para a sua prática profissional. Em outras palavras, o autor afirmou que por se tratarem de ciências essencialmente dedicadas ao estudo das relações sociais, portanto, com altos graus de complexidade e aproximação entre pesquisador e objeto, já que o primeiro também é um ser social, mesmo quando estuda sociedades distantes geograficamente e culturalmente da sua, jamais serão contempladas por métodos que tenham como premissa básica a busca por um distanciamento que no mundo social é impraticável. Para o autor, quando falamos das ciências sociais, o grande desafio não é envolver-se ou distanciar-se demais do objeto de pesquisa, mas sim manter simultaneamente os dois papéis, de participante e pesquisador, garantindo no momento da pesquisa a predominância do segundo. O caminho não está na alienação objetivando resolver (geralmente não resolve) o problema (um suposto problema) do envolvimento, mas sim na busca pela autonomia do pesquisador. Procurei segui-lo.

Feitas estas considerações, entro de fato no processo de pesquisa que culminou nesta dissertação. Como dito, estive oficialmente no campo em quatro momentos, onde além da observação participante, como definida por Oliveira (2006)⁶, com uso de caderno de campo,

⁶ Segundo Oliveira (2006), apreender a complexidade dos fenômenos sociais e de fato caminhar na direção da construção do saber, somente é possível quando os pesquisadores exercerem criticamente as três principais etapas do fazer ciência: *olhar, ouvir e escrever*. Enquanto no olhar e no ouvir é realizada a nossa percepção, é no escrever que exercitamos o ato de pensar, onde fazemos nossas reflexões. Em suma, o diálogo feito pelo autor se deu fundamentalmente com a ideia de “faculdades da alma”, de Leibniz, ou seja, ele fez reflexões com bastante fôlego sobre o que se consagrou chamar de “faculdades do entendimento”, ou os atos de perceber e pensar, que muitas vezes são naturalizados, o que contribui para que não percebamos o quanto eles podem ser limitados, a depender de como são disciplinados ou restringidos. Foi a partir desta ideia que o autor refletiu sobre o que ele considerou serem duas das principais ideias-valor da antropologia (para onde fundamentalmente ele está direcionando suas análises): a *relativização*, sem a qual a antropologia e as demais ciências sociais (acrescentei as segundas) não existiriam, já que não sobreviveriam sem o confronto intercultural; e a *observação participante*, cuja importância do uso nas ciências sociais se justifica em função da complexidade das relações humanas, que enquanto objeto de pesquisa exigem métodos de pesquisa tão complexos quanto. Para Oliveira (2006), falar em observação participante “[...] significa dizer que o pesquisador assume um papel perfeitamente digerível pela sociedade observada, a ponto de viabilizar uma aceitação senão ótima pelos membros daquela sociedade, pelo menos afável, de modo a não impedir a necessária interação. Mas essa observação participante nem sempre tem sido considerada como geradora de conhecimento efetivo, sendo-lhe frequentemente atribuída a função de *geradora de hipóteses*, a serem testadas por procedimentos nomológicos - esses sim, explicativos por excelência, capazes de assegurar um conhecimento proposicional e positivo da realidade estudada [...] há um certo equívoco na redução da observação participante e na empatia que ela gera a um mero processo de construção de hipóteses, **ao contrário**

acompanhamento de reuniões e eventos, também fiz entrevistas norteadas por roteiros pré-elaborados com sujeitos mapeados a partir de uma categorização feita tendo como base as principais pressões sobre Palmares II, sua organização social e política, além de minhas entradas no assentamento, onde fiz grande parte do trabalho de campo (foram informações levantadas por meio de uma revisão feita na literatura já existente sobre Palmares II e durante o primeiro campo, que foi mais exploratório). Foram cinco as categorias que procurei contemplar ao escolher as pessoas que foram entrevistadas nesta pesquisa. São elas: lideranças do assentamento Palmares II e do MST; membros da brigada permanente do Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico (IALA Amazônico); pessoas que possuíssem seus lotes cortados pela Estrada de Ferro Carajás (EFC); pessoas cujos lotes são cortados pelo rio Parauapebas e possuem (ou possuíam) extração de areia e seixo sendo feita neles, ou que permitem (ou permitiam) que eles fossem utilizados como pátios de estocagem; e pessoas cujos lotes foram cortados por linhões de energia. Foi elaborado um roteiro específico para cada uma das categorias listadas acima, ainda que muitas das questões que surgiram nas entrevistas tenham sido elaboradas no decorrer das mesmas, em função de elementos que os sujeitos foram apresentando, e que eu também tenha levantado informações junto às pessoas que não se enquadram em nenhuma das categorias antes mencionadas. Outro critério também utilizado para escolher os sujeitos que foram entrevistados durante o trabalho de campo foi a busca por contemplar as grandes regionais do assentamento, que são: Vila e entorno; Limão; Três Voltas e Rio Novo. Ainda que boa parte dos entrevistados residam nas três primeiras, em função das entradas que consegui desenhar durante o campo, acredito que o material coletado e apresentado neste trabalho dá uma visão bastante ampla sobre o assentamento Palmares II.

Antes de prosseguir, é preciso esclarecer algo para leitores pouco familiarizados com o cenário de pesquisa, há notória violência cometida por parte dos poderosos contra camponeses, seus parceiros e apoiadores no sudeste do Pará. Práticas que variam desde assassinatos de lideranças de movimentos sociais e sindicais, de agentes pastorais, entre outros, até espionagem, perseguições jurídicas, difamação e muitas mais, são frequentemente acionadas para tentar paralisar a luta de trabalhadores rurais e camponeses nessa região. Assim sendo, em virtude do fato de que toco em temas delicados nesta dissertação, optei por preservar a identidade das pessoas com quem conversei durante o trabalho de campo, algo que não comprometeu as

[em negrito, acrescentado pelo autor desta dissertação], [...] tal modalidade de observação realiza um inegável ato cognitivo, desde que a compreensão - *Verstehen* - que lhe é subjacente capte aquilo que um hermeneuta chamaria de 'excedente de sentido', isto é, as significações - por conseguinte, os dados - que escapam a quaisquer metodologias de pretensão nomológica" (OLIVEIRA, 2006, p. 24);

reflexões feitas. No lugar dos nomes originais, utilizo nomes de plantas e árvores nativas do bioma amazônico.

Por fim, destaco que para além do trabalho de campo, onde segui os princípios e procedimentos apresentados acima, também fiz nesta pesquisa análises de documentos e dados oficiais e não oficiais que julguei importantes. Foram analisadas, por exemplo, informações contidas na base de dados de órgãos oficiais, trabalhos feitos a respeito de Palmares II, entre outros. São informações que foram muito importantes para a construção do texto que apresento na sequência.

Estrutura da dissertação

Esta dissertação está organizada, além dos elementos já expostos na introdução e na seção seguinte, onde discorro sobre minha trajetória até o contato com o objeto de pesquisa, em quatro capítulos. No primeiro deles, intitulado “Considerações sobre o sudeste paraense: formação socioeconômica e cenário contemporâneo”, discorro sobre a formação histórica dessa região, atentando-me com maior fôlego para questões relacionadas ao mundo rural. Em linhas gerais, faço reflexões que passam pelos principais períodos históricos vivenciados pelo sudeste do Pará, desde as frentes extrativistas do caucho, castanha-do-pará, diamantes e cristais de rocha, passando pela ditadura e os chamados grandes projetos de integração, colonização e desenvolvimento (ainda que possamos questionar a concepção empregada), associados à expansão do latifúndio e da pata do boi, até o período contemporâneo, caracterizado, por um lado, por uma expressiva presença camponesa, especialmente por meio dos assentamentos rurais, frutos da luta pela terra, e, por outro, pelo avanço dos agro-minero-negócios sobre essa região. O objetivo foi apresentar o cenário em que o assentamento Palmares II está inserido, levantando elementos históricos que contribuíram para compreender muitas das questões que abordo nos capítulos posteriores. Também procurei apresentar um panorama atual da região, resgatando dados e informações que nos ajudam a perceber a complexidade da mesorregião sudeste do Pará.

No segundo capítulo, cujo título atribuído foi “A trajetória do assentamento Palmares II: luta pela terra na província mineral de Carajás”, discorro sobre o processo de formação do meu objeto de pesquisa, o assentamento Palmares II. Organizei o capítulo em duas seções. Na primeira, faço um resgate do processo de luta que resultou na criação de Palmares II, passando

pelos principais episódios dessa trajetória. Já na segunda seção, fiz algumas reflexões sobre as histórias de vida dos sujeitos que compuseram as fileiras dos que lutaram e conquistaram aquele pedaço de terra situado na província mineral de Carajás, discorrendo sobre questões relacionadas com migrações, origem, trabalho, entre outras.

No terceiro capítulo, intitulado “O sonho se faz a mão e sem permissão: o assentamento Palmares II hoje”, apresento um panorama geral da situação de Palmares II no período atual. O capítulo foi organizado em duas seções, onde discorro sobre questões relacionadas à infraestrutura, produção, recursos naturais, relações sociais, organização política, população, entre outras, dentro do assentamento.

No quarto e último capítulo, chamado “As pressões sobre Palmares II: reflexões a respeito do avanço dos agro-minero-negócios sobre os assentamentos rurais”, falo sobre as principais pressões dirigidas ao assentamento. O capítulo foi organizado em quatro seções, onde abordo cada uma delas, a saber: a presença da mineração industrial no território do assentamento e na região onde ele está situado; a extração de areia e seixo nos rios Novo e Parauapebas; o crescimento populacional do assentamento e o seu processo de urbanização; e os impactos ocasionados pela construção de linhões de energia elétrica dentro e nas proximidades de Palmares II. Ressalto, essas não são as únicas pressões que atualmente ameaçam a sustentabilidade do assentamento, porém foram as que vi como principais.

Por fim, nas conclusões do trabalho busquei fazer algumas reflexões, a partir da experiência de Palmares II, sobre as possibilidades apresentadas para os assentamentos rurais da Amazônia brasileira no atual período, marcado pelo avanço dos agro-minero-negócios sobre essa região. Longe de querer dar conta de toda a complexidade que envolve o tema trabalhado nesta dissertação, resgatou-se elementos que ajudam a aprofundar o debate e que refutam a perspectiva dos assentamentos rurais como temática superada dentro da academia. As questões aqui levantadas e as contradições expostas me parecem reforçar a ideia da relevância do estudo do tema, principalmente diante da recente opção política pelas titulações em massa nos assentamentos rurais.

No entanto, antes de entrar propriamente nos capítulos que compõem este trabalho, na sequência dediquei algumas páginas para algo que julguei fundamental para que os leitores possam de fato compreender o que procurei dizer: meu lugar de fala. Foi um exercício nada simples, mas que certamente ajudará a entender muitas das reflexões que faço no decorrer do texto.

Sobre o meu lugar de fala, o percurso feito e a pesquisa de campo

Antes de tudo, saliento que este trabalho não é produto *per si* de um processo formal de pesquisa. Ao contrário, apresento o resultado de uma articulação entre as várias leituras e experiências com as quais pude ter contato nos últimos dois anos no CPDA/UFRRJ e uma trajetória pessoal e profissional que compreende alguns anos em contato com acampamentos e assentamentos localizados no sudeste do Pará, especialmente com as áreas sob direção do MST. Igualmente fundamental para a realização deste trabalho foi o acúmulo que obtive através da participação em espaços de formação, articulação e luta protagonizados pelos movimentos sociais e organizações populares em várias regiões do Brasil. Assim sendo, apresento nesta seção um breve resgate de parte da minha trajetória pessoal e profissional, procurando situar o leitor quanto ao meu lugar de fala. Começo de antemão reconhecendo que este texto está cheio de intencionalidades.

Ao fazer o exercício de resgatar parte da minha trajetória pessoal e profissional, logo me veio em mente um texto de Pierre Bourdieu chamado “A ilusão biográfica”, trabalhado em sala de aula pela professora Thereza Cristina Cardoso Menezes, minha orientadora, durante uma disciplina que fiz no CPDA. No texto, o autor discorreu, entre outras coisas, sobre o que ele chamou de efeito memorial, ou de forma bastante simplificada, sobre a mania que temos, ao construir uma biografia ou autobiografia, de às organizar na forma de um memorial, buscando dar sentido à história de vida que queremos relatar. Aliás, para Bourdieu, a própria ideia de histórias de vida pressupõe que existe um conjunto de episódios cronologicamente organizados. Pressupõe a sucessão de acontecimentos que, ao serem organizados, nos fazem crer que a vida é coerente e orientada, que existe um projeto de vida planejado e lógico. A ilusão biográfica ocorre quando tentamos atribuir sentido às histórias de vida, quando tentamos selecionar acontecimentos, por vezes estabelecendo conexões improváveis entre eles, ou seja, lhes dando sentido, quando na verdade eles podem não fazer sentido algum. A crítica feita pelo autor está direcionada à ideia de que somos o eu totalizante de nossas próprias histórias. Ao contrário, para ele é impossível resgatar e entender uma trajetória sem compreender as relações que os indivíduos estabelecem com os demais sujeitos que fazem parte dos campos onde eles estão inseridos. Em outras palavras, é fundamental confrontar a trajetória que se quer relatar com as demais existentes nos campos onde ela se faz presente (BOURDIEU, 1996).

Porém, mesmo reconhecendo as possíveis limitações deste texto, acredito que os elementos aqui resgatados, para além das reflexões já feitas no início deste trabalho, ajudam a entender minha escolha pelo referencial teórico que utilizei, por Palmares II como objeto de pesquisa, pelo CPDA como programa de mestrado e pelas questões antes levantadas como problemas de pesquisa. Começemos então.

Em 2009 ingressei no curso de Bacharelado em Agronomia do campus de Marabá, da Universidade Federal do Pará (UFPA), que em 2013 foi transformado na sede da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)⁷. Concluí o curso em 2015 e durante o período em que estive na graduação tive o privilégio de participar de projetos de pesquisa e extensão, de espaços de formação, de vivências, intercâmbios, entre outros, que foram fundamentais para o meu crescimento pessoal e profissional. Muitos deles organizados por movimentos sociais, organizações populares e estudantis, como foi o Estágio Interdisciplinar de Vivência em Áreas de Reforma Agrária e Atingidos por Barragens (EIV), que fiz em 2012, no Centro de Formação em Agroecologia e Cultura Cabana (CEFAC), no assentamento Luís Carlos Prestes, dirigido pelo MST e localizado em Irituia, no nordeste paraense⁸. Aliás, foi justamente a inserção em dois projetos de pesquisa as principais fagulhas da minha aproximação com o assentamento Palmares II.

Falo do Programa de Extensão do Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia e Educação do Campo, onde atuei entre 2011 e 2012, e do projeto de Formação Profissionalizante de Jovens e Adultos Oriundos de Assentamentos de Reforma Agrária do INCRA, no qual contribuí durante o ano de 2012. Em linhas gerais, correndo o risco de ser superficial, em ambos os projetos minha principal função consistiu em somar esforços, juntamente com uma equipe formada por professores, técnicos e estudantes de vários cursos da UFPA (depois UNIFESSPA), no processo de consolidação do IALA Amazônico, localizado em um lote coletivo do assentamento Palmares II⁹, principalmente a partir de ações desenvolvidas junto aos educandos e educadores do curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia, construído através de parceria estabelecida entre a Via

⁷ Através da Lei nº 12.824, de 05 de junho de 2013, o campus de Marabá, da UFPA, foi transformado na sede da UNIFESSPA;

⁸ Em 2009 o MST deliberou pela criação do CEFAC, que desde então vem recebendo atividades do movimento e de organizações parcerias;

⁹ No terceiro capítulo deste trabalho falo com maior fôlego sobre a experiência do IALA Amazônico, em função da importância dele dentro do assentamento Palmares II;

Campesina – Amazônia e a UFPA, no âmbito do Programa Residência Agrária, coordenado pelo INCRA¹⁰.

Neste sentido, minha primeira aproximação com o assentamento Palmares II se deu justamente a partir dos dois projetos mencionados acima, visto que o objetivo era fortalecer o IALA através do curso de especialização, que, por sua vez, tinha suas aulas do tempo-IALA¹¹ nas dependências do instituto. Entre 2011 e 2012, período em que fui bolsista nos projetos citados, não foram poucas as vezes em que estive em Palmares II. Igualmente não foram poucas as inquietações que me sucederam ao observar a complexidade daquela experiência. Acredito que ali já comecei a esboçar algumas das questões que motivaram este trabalho.

Porém, não foi somente através da academia que estabeleci contato com Palmares II e tampouco com o MST. Primeiramente, destaco minha militância na Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB)¹², onde atuei durante grande parte da minha graduação. O curso de Agronomia ofertado pela UFPA em Marabá (depois UNIFESSPA) em si já era um ponto fora da curva, pois possuía seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) direcionado para a formação de Engenheiros Agrônomos que atuassem junto à agricultura familiar, empregando os princípios da agroecologia, inclusive possuindo disciplinas de estágio nas quais os estudantes participavam de vivências em assentamentos rurais da região. A própria instituição, por meio da Faculdade de Ciências Agrárias de Marabá (FCAM), já havia contribuído para minha aproximação com os assentamentos, com o MST e, de forma geral, com os camponeses do sudeste paraense. No entanto, como destaquei antes, foi a FEAB a grande responsável pela consolidação dessa aproximação, já que historicamente passaram pela organização as reflexões

¹⁰ Residência Agrária é uma modalidade de pós-graduação *latu sensu* (especialização) ofertada por instituições de ensino superior por meio de parceria junto a Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Seu principal objetivo é formar sujeitos com atuação em assentamentos rurais (assentados, técnicos, educadores de escolas do campo, militantes de movimentos sociais camponeses, entre outros) através de um currículo baseado na articulação entre assistência técnica, educação do campo e desenvolvimento rural. Para isso, o programa cria condições para que os educandos dos cursos possam fazer vivências em assentamentos e outras comunidades rurais, os aproximando assim da realidade do mundo rural (MICHELOTTI, 2012). No caso em questão, o curso de especialização ofertado pela UFPA/UNIFESSPA em parceria com a Via Campesina, no IALA Amazônico, foi fruto de uma parceria firmada entre essas instituições/organização, o INCRA (através do PRONERA) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), fruto da Chamada Pública nº 26/2012 (MICHELOTTI; BARBOSA, SILVA, 2017);

¹¹ Usamos este termo ao invés de tempo-escola, que é amplamente utilizado na educação do campo, por acreditarmos que as etapas em que os educandos e educandas permaneciam no IALA possuíam tanto elementos do tempo escola, como do tempo comunidade. Além disso, o período que eles ficavam nas dependências do instituto era relativamente longo, fazendo com que as relações com a comunidade envolvente, no caso, o assentamento Palmares II, fossem mais sólidas e complexas (MICHELOTTI; BARBOSA; SILVA, 2017). Volto a fazer reflexões sobre isso no terceiro capítulo deste trabalho;

¹² Sobre a FEAB, ver: <<https://feab.wordpress.com/nossa-historia/>>;

mais críticas formuladas pelos estudantes dos cursos de Agronomia espalhados pelo Brasil. Foram leituras que me chamaram atenção desde o primeiro contato, em Altamira, no oeste do Pará, quando pela primeira vez participei de uma reunião da FEAB, que ocorreu durante IX Semana de Integração das Ciências Agrárias (SICA), que acontece anualmente naquele município.

Foi através da FEAB que de fato me aproximei dos camponeses, especialmente do MST, pois a organização, assim como o movimento, também compõe a Via Campesina. Minha militância na FEAB abriu as portas para que eu participasse de vários espaços, em diferentes regiões do país, que foram fundamentais para o meu amadurecimento pessoal, político e profissional, inclusive para que eu escolhesse o CPDA como programa para cursar o mestrado. A FEAB foi igualmente decisiva para minha inserção em Palmares II, pois certamente as leituras com as quais tive contato a partir dela me ajudaram a ser selecionado para os projetos de pesquisa mencionados antes, cujos princípios norteadores em muito dialogavam com as reflexões feitas nos espaços da federação e nos quais ela estava inserida.

Abrindo um parêntese, outra coisa que certamente ajuda a explicar minha escolha por Palmares II como objeto de pesquisa, olhando para suas relações com os agro-minero-negócios, foi minha participação, através da FEAB, na Campanha Contra o Saque dos Nossos Minérios, lançada em 2011 pelo Movimento Debate e Ação, formado por estudantes do curso de Ciências Sociais da UFPA, Campus de Marabá, e que contou com a participação de organizações e movimentos como FEAB, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude (PJ), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), MST, Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), Centro de Educação, Pesquisa, Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), rede Justiça nos Trilhos, entre outros. Foi a partir da campanha, ou melhor, da articulação com os atores que a compunham, que pude perceber que jamais conseguiria refletir com profundidade sobre a questão agrária no sudeste do Pará sem olhar para a mineração. Para além da campanha, organizamos (me refiro às organizações e movimentos listados acima) outras atividades, como os Encontros da Juventude Atingida pela Mineração (EJAMs), dos quais participei dos ocorreram em Marabá, Açailândia (Maranhão) e Parauapebas, e o II Encontro Regional de Estudantes de Agronomia da região Norte do Brasil (EREA Norte), realizado em Marabá e que teve como tema “Agricultura Familiar e Exploração Mineral na Amazônia: contradições e desafios para os profissionais das Ciências Agrárias”, já evidenciando as aproximações que na época esboçávamos entre os desafios postos para o campesinato e o modelo de mineração em curso na região.

Contudo, como dito anteriormente, foi através dos projetos de pesquisa cujo principal objetivo era o fortalecimento do IALA Amazônico por meio do Residência Agrária, que de fato eu me aproximei de Palmares II. A partir deles eu me inseri no Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia e Educação do Campo (NAEC), da UFPA e depois UNIFESSPA, na época coordenado pelos professores Fernando Michelotti e Haroldo de Souza, por onde implementamos a maior parte das ações dos projetos em questão. A partir de então eu comecei a visitar com alguma frequência Palmares II, por vezes passando muitos dias lá, o que me fez perceber as várias contradições que se fazem presentes no assentamento, sobre as quais faço reflexões neste trabalho.

Em meio à minha aproximação com Palmares II e, por conseguinte, com o MST, comecei a fazer parte do Levante Popular da Juventude¹³, um movimento social, como indica o nome, que tem como principal objetivo organizar a juventude da classe trabalhadora, atuando em três frentes: camponesa, estudantil e nas periferias das cidades. A atuação no Levante foi importante, entre outras coisas, para consolidar minha inserção em Palmares II, uma vez que o movimento possui relações umbilicais com a Via Campesina e que muitas atividades que fizemos em Parauapebas ocorreram justamente no assentamento. Me recordo bem de uma escola de formação feita no IALA Amazônico, envolvendo jovens do setor de juventude do MST, do Levante e de outras organizações.

A minha aproximação com Palmares II através dos projetos antes mencionados e das atuações na FEAB e no Levante Popular da Juventude, me fizeram olhar com maior atenção para o assentamento, percebendo assim que não se tratava de uma experiência qualquer, mas de um caso emblemático, onde podem ser vistas boa parte das pressões decorrentes das ações dos agro-minero-negócios na Amazônia que vêm recaindo sobre os assentamentos rurais. Porém, a primeira investigação que fiz com maior fôlego em Palmares II se restringiu ao IALA Amazônico, objeto de pesquisa da monografia de conclusão do meu curso de graduação¹⁴.

No trabalho em questão, feito sob a orientação do professor Fernando Michelotti, fiz algumas reflexões sobre a construção do IALA Amazônico, resgatando elementos acerca de sua criação e fazendo considerações a respeito da importância do Residência Agrária para o fortalecimento dessa experiência. Faço comentários sobre essa pesquisa porque ela também me

¹³ Sobre o Levante Popular da Juventude, ver: <<http://levante.org.br/#about>>;

¹⁴ A pesquisa foi feita durante o ano de 2014;

motivou a estudar Palmares II, uma vez que foi impossível olhar para o IALA isoladamente, sem perceber as contradições que existiam no assentamento.

No começo de 2015, fui trabalhar em uma empresa prestadora de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), em Marabá. Atuei na Agência de Consultoria e Assistência Técnica Agroambiental (ECOASIS), onde me somei à equipe que executou o contrato de ATER INCRA.CRT.MB.013/15, com minha função sendo coordenar os Núcleos Operacionais de Marabá e vila Brejo do meio (zona rural de Marabá). Durante o período em que estive na ECOASIS, fizemos várias atividades em assentamentos rurais da microrregião de Marabá (diagnósticos, cursos, reuniões, visitas técnicas, entre outras), o que certamente também me instigou a estudar ainda mais sobre essas experiências. A partir daí, decidi que deveria ingressar no mestrado.

No final de 2015, fui aprovado na seleção de novos alunos do CPDA com um projeto onde eu já me propunha a investigar os efeitos da dinâmica dos agro-minero-negócios sobre os assentamentos rurais do sudeste paraense. Porém, a entrada que eu pretendia fazer naquela época se daria pelas reflexões sobre ruralidades, com meu objetivo sendo investigar se, e como os agro-minero-negócios estariam influenciando as dinâmicas social, cultural, política, econômica e produtiva de alguns assentamentos da região, mais especificamente dos que estão situados nas proximidades de seus locais de atuação. Minha hipótese era de que poderíamos perceber novas ruralidades ao olharmos para esses assentamentos.

Todavia, logo na primeira conversa que fiz com a professora Thereza sobre minha pesquisa, optamos por focar no caso do assentamento Palmares II, em função dos fatores citados no início desta introdução, bem como do curto tempo que teríamos para fazer este trabalho. Também resolvemos mudar a entrada, porém sem fechar nada naquele primeiro momento. Além das muitas leituras indicadas, o conselho dado foi que eu retornasse à Palmares II, uma vez que já fazia bastante tempo que eu não visitava o assentamento, e a partir do primeiro campo definíssemos os rumos da pesquisa.

Assim sendo, após quase um ano lendo, cursando disciplinas no CPDA e dialogando com a professora Thereza, retornei em janeiro de 2017 ao assentamento para fazer a primeira parte do meu trabalho de campo. Ao chegar lá, não demorou para que eu percebesse que os desafios seriam enormes, uma vez que existiam fortes tensões políticas em Palmares II, e eu possuía relações pessoais com muitas pessoas envolvidas. Naquele momento, pensei em mudar o objeto da minha pesquisa, por acreditar que o cenário, somado ao fato de não ser um sujeito estranho no assentamento, o inviabilizariam. No entanto, por saber que se tratava de um caso

extremamente emblemático, a partir do qual eu conseguiria levantar elementos que me ajudariam a refletir sobre a sustentabilidade dos assentamentos rurais do sudeste paraense frente a ofensiva dos agro-minero-negócios, segui o que me foi sugerido e concluí a primeira etapa do meu trabalho de campo, retornando logo depois ao Rio de Janeiro para mais uma vez conversar com minha orientadora sobre os rumos da pesquisa.

Em julho de 2017, com maior clareza do que pretendia observar, já que com a ajuda da professora Thereza, eu havia amadurecido as questões norteadoras desta pesquisa, fui para o segundo trabalho de campo. Penso eu, talvez tenha sido o mais produtivo deles, uma vez que consegui mapear as principais pressões que estavam recaindo sobre o assentamento e os atores que poderiam me ajudar a entendê-las, fazendo ótimas entrevistas e conversas informais ao longo dos dias que fiquei em Palmares II. Aliás, ao tempo que eu estava fazendo minha pesquisa, acontecia no IALA Amazônico a escola estadual de formação do MST Pará, e algumas lideranças do movimento me convidaram para participar da Coordenação Político Pedagógica (CPP) do curso, o que me deixou muito feliz, e obviamente aceitei o convite.

Em novembro de 2017, fiz a penúltima etapa do meu trabalho de campo, quando levantei informações procurando responder questões que a banca do meu exame de qualificação (composta além da minha orientadora, pelas professoras Leonilde Sérvulo de Medeiros e Débora Franco Lerrer) havia me feito. Após a qualificação, eu e a professora Thereza decidimos que de fato olharíamos para as experiências coletivas e individuais das pessoas que vivem em Palmares II para refletirmos a respeito das pressões dos agro-minero-negócios sobre o assentamento. Finalmente, eu tinha total clareza sobre o investimento de pesquisa. Em maio de 2018, ainda fiz um último trabalho de campo, procurando fechar algumas lacunas que haviam permanecido.

CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES SOBRE O SUDESTE PARAENSE: FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E CENÁRIO CONTEMPORÂNEO

Foto 1 - Monumento construído em homenagem aos mortos no massacre de Eldorado dos Carajás.



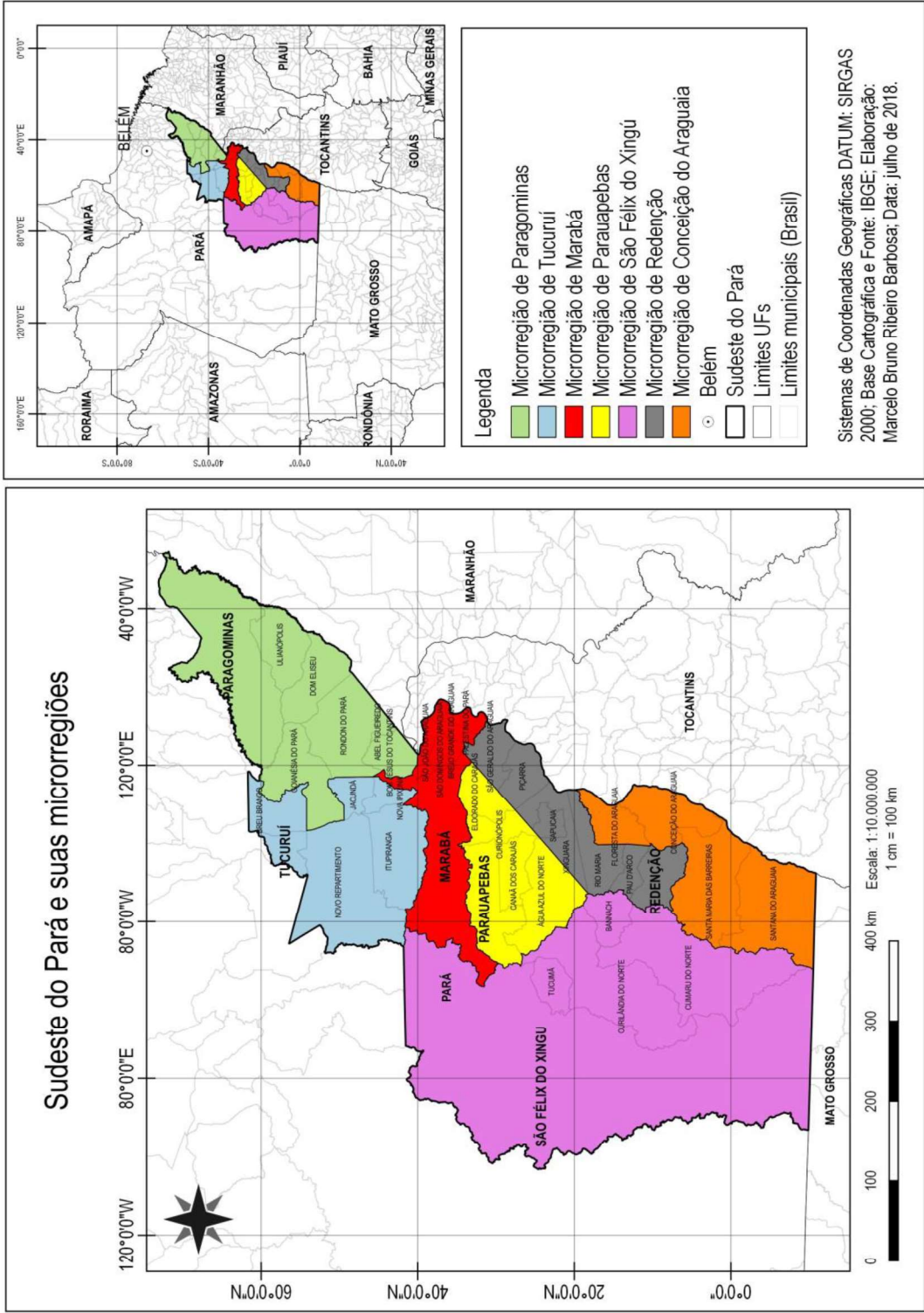
Fonte: Pérez Salas (2016).

Como dito anteriormente, neste capítulo descrevo os processos de formação social, política e econômica da mesorregião sudeste do Pará com o objetivo de levantar elementos que nos ajudem a compreender como o cenário no qual o assentamento Palmares II se inscreve, bem como suas características no período atual, já que também apresento dados e informações a respeito da situação atual da região. O capítulo foi organizado em uma única seção, no qual apresento o cenário histórico do sudeste paraense, percorrendo períodos centrais para o objeto em análise. Para tal, além da literatura já existente sobre o tema, foram utilizados dados oficiais e informações que coletei durante a pesquisa de campo.

A mesorregião sudeste do estado do Pará (Mapa 1), do final do século XIX, até a primeira metade do século XX, teve sua história de ocupação fortemente ligada ao extrativismo do caucho, utilizado na produção da borracha, em um primeiro e curto momento, e da castanha-do-pará, depois da grande crise da borracha, em 1912. Os garimpos de diamantes e cristais de rocha também foram atividades importantes durante esse período, embora com menor força em

comparação às duas antes mencionadas. A produção agropecuária, por sua vez, basicamente atendia o mercado regional, ganhando força somente a partir da década de 1950, quando o extrativismo começou a enfraquecer nessa região e deu lugar, principalmente, à pecuária de corte extensiva e à mineração, seja nos garimpos, como Serra Pelada, seja nos complexos industriais, como o implantado na Serra dos Carajás (VELHO, 1981; EMMI e MARIN, 1996; EMMI, 1999, 2002; PETIT, 2003; HEBÉTTE, 2004; SANTOS, 2011).

Mapa 1 - Sudeste do Pará e suas microrregiões.



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados do IBGE (2017).

Um dos fatores que pode ajudar a explicar o colapso do caucho nessa região foi a queda do preço da borracha no mercado externo a partir de 1912. Um processo que foi provocado especialmente pelo crescimento da produção asiática, que a partir de 1913 superou a amazônica. Em 1919, a produção de borracha na Amazônia não chegou sequer a 10% da produção mundial. As consequências da crise da borracha foram drásticas para o sudeste do Pará, implicando em uma reorientação social, política e econômica dessa região na direção de um elemento que começou a chamar atenção, apesar dos valores inicialmente mais modestos em comparação à borracha: a castanha-do-pará. Esse processo ocorreu com maior fôlego em uma região que ficou conhecida como Polígono dos Castanhais, uma área de 940.818,24 hectares que abrange, principalmente, os municípios de Marabá e Eldorado dos Carajás, mas também Bom Jesus do Tocantins, Curionópolis, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, Piçarra e Xinguara (SAMPAIO; WATRIN; VENTURIERI, 2000). Outro fator que também contribuiu diretamente para a falência da borracha no sudeste do Pará foi a peculiaridade de sua produção a partir do caucho, pois o látex só pode ser extraído desse se for feita a supressão da árvore, enquanto na seringueira, por sua vez, a extração é feita pelo “sangramento” do tronco, sem a morte da árvore. Essa peculiaridade inviabilizou a produção de borracha de caucho a médio e longo prazos, já que ela dependia da constante incorporação de novas áreas de extração. Essa dependência motivou vários conflitos pelo controle dos cauchais nessa região. Conflitos que eram resolvidos ou pelo uso da lei, ou pelo uso da bala (VELHO, 1981; EMMI, 1999; PETIT, 2003; HEBÉTTE, 2004; SANTOS, 2011).

Os dois primeiros ciclos econômicos do sudeste do Pará (caucho e castanha-do-pará) tiveram em comum a convivência com uma articulação íntima entre o capital mercantil e os que detinham o controle das terras e da circulação de pessoas e mercadorias (que nessa região eram basicamente feitas pelos rios), através do sistema de aviamento¹⁵. Essa articulação, junto

¹⁵ Segundo Petit (2003), baseado nas reflexões de Roberto Santos: “[...] o sistema de aviamento (ainda hoje vigente em alguns municípios da Amazônia) é um ‘sistema de crédito informal, pelo qual um indivíduo (aviador) adiantava ao produtor (aviado) certa quantidade de bens de consumo (alimentos, roupas, material de caça e de trabalho) e algum dinheiro para que o produtor os utilizasse durante o período de espera da safra extrativa. O resultado foi a sujeição permanente do seringueiro ao seringal, por não poder abandoná-lo sem antes sufragar as ‘dívidas contraídas’, dívidas que aumentavam progressivamente pela manipulação dos preços das mercadorias entregues pelos comerciantes/seringalistas e do valor que os mesmos ofereciam pelo látex convertido em borracha. Tratava-se de uma espécie, parafraseando Marx, de acumulação originária da dívida que escravizava os seringueiros, que eram impedidos de abandonar o seringal sem antes ter liquidado ‘suas dívidas’, o que favorecia a acumulação de capital dos aviadores nacionais e estrangeiros [...] É importante mencionar que o sistema de aviamento não somente regias as relações entre seringalistas e seringueiros; ele converteu-se numa cadeia hierarquizada que vinculava todos os setores comprometidos na produção e comercialização da borracha, desde as firmas e bancos estrangeiros

com diversas ações do Estado (arrendamentos e aforamentos de castanhais, por exemplo), foi fundamental para a formação de grandes latifúndios e de uma oligarquia bastante particular nessa região. Em relação aos garimpos de diamantes e cristais de rocha, essas também foram atividades que não escaparam do aviamento e eram especialmente feitas na entressafra da castanha. No entanto, esse tipo de garimpo teve um ciclo curto, com seu auge ocorrendo durante a Segunda Guerra Mundial. Os diamantes e cristais de rocha eram em sua maioria exportados para os Estados Unidos, onde eram utilizados na fabricação de radares e sondas sonar de submarinos utilizados na guerra. Cabe ressaltar, os diamantes e cristais de rocha nunca foram capazes de alcançar os patamares socioeconômicos do caucho e da castanha, especialmente da última, que se tornou o principal elemento da economia do sudeste paraense na primeira metade do século passado (VELHO, 1981; EMMI; MARIN, 1996; HÖHN, 1996; EMMI, 1999, 2002; PETIT, 2003; HEBÉTTE, 2004; SANTOS, 2011).

Também é importante destacar que na primeira metade do século passado, mesmo com poucas menções na literatura, foram dados os primeiros passos na direção da formação de um campesinato muito específico no sudeste paraense, um campesinato de fronteira, que mais tarde tornar-se-ia, entre outras coisas, o assentado da fronteira (ABELÉM e HEBÉTTE, 1998). Da mesma forma como ocorreu na crise da borracha e consequente falência da economia do caucho, com as crises da castanha e do garimpo de diamantes e cristais de rocha, no final da década de 1940, muitos trabalhadores dedicados à essas atividades permaneceram no sudeste do Pará e se estabeleceram como posseiros, vivendo, além do extrativismo, da agricultura, da criação animal, da caça e da pesca (VELHO, 1981; EMMI, 1999; PETIT, 2003; HEBÉTTE, 2004). Esses posseiros foram fundamentais para a formação do campesinato da fronteira e, consequentemente, do assentado da fronteira.

Temos então, a partir da crise e falência da economia da castanha-do-pará, iniciada no final da década de 1940, mudanças importantes de concepções na mesorregião do sudeste do Pará, agora com uma maior valorização da propriedade da terra. Se antes o controle do capital mercantil e da circulação de pessoas e mercadorias foi o centro da acumulação e do poder nessa região, a partir desse momento a presença das cercas passou a ser algo comum. Por um lado, os antigos “donos” de cauchais e castanhais se empenharam a partir de então não só para manterem os já existentes, mas também para formar novos e grandes latifúndios, através da pata do boi e da bala. Por outro, os trabalhadores, que antes eram seus aviados, começaram a se aventurar

até alcançar os seringalistas, sendo seu elo intermediário os comerciantes locais, todos eles oferecendo ou recebendo crédito antecipado em troca da futura entrega da borracha (PETIT, 2003, p. 55-56);

floresta a dentro e mesmo em antigos castanhais, ali se estabelecendo como posseiros. Os conflitos fundiários, marca do sudeste paraense até os dias atuais, estavam sendo esboçados (VELHO, 1981; EMMI, 1999; PETIT, 2003; HEBÉTTE, 2004).

No entanto, a oligarquia do Tocantins, conforme conceituou Emmi (1999)¹⁶, e os posseiros, foram surpreendidos, pelo menos em partes, pelos novos atores que entraram em cena no sudeste do Pará a partir das ações de integração da Amazônia promovidas pelo Governo Federal nas décadas de 1950 e 1960, dentre as quais destaco a construção de importantes rodovias, como a Belém-Brasília, a PA-70 (conecta Marabá, que na época era o principal município da região, à Belém-Brasília) e a PA-150 (liga Belém ao sul e sudeste do Pará). Essas rodovias foram fundamentais para a intensificação do povoamento nessa região, sobretudo em função da valorização das terras, especialmente daquelas que às margeavam, que em sua maioria eram terras devolutas, que através de concessões ou da comercialização dos seus títulos, ambos processos conduzidos pelos governos estaduais desde a Constituição de 1891, foram concentradas nas mãos de um pequeno grupo de famílias, potencializando ainda mais a concentração fundiária no sudeste paraense. Também foram intensificados os conflitos por terra e a grilagem. No sudeste do Pará ocorreram vários casos em que posseiros (que ali já estavam ou que para lá se deslocaram nessa nova onda de migrações) foram violentamente expulsos das terras onde haviam se estabelecido, ou pelo Estado, ou pelos supostos donos, que pouco a pouco não eram mais somente fazendeiros, com nomes e rostos palpáveis, mas também grupos

¹⁶ Entendendo as oligarquias como estruturas de poder e, portanto, buscando fugir de sua definição apenas assentada na análise do fenômeno do coronelismo, como fizeram muitos autores apontados por ela, Emmi (1999) afirmou que: “Quando me refiro à oligarquia no Tocantins, estou fazendo alusão a grupos constituídos em torno de famílias ou empresas que vêm controlando a atividade econômica principal da área: a coleta e o comércio da castanha. O domínio da economia da castanha exige o controle da terra; é por isso que neste caso, a propriedade da terra tem conduzido ao poder político. Contudo uma reflexão sobre as diferentes maneiras pelas quais a terra foi sendo apropriada sugere que o poder político tem reforçado a concentração da propriedade da terra. Neste caso, tornou-se necessária uma discussão da categoria analítica ‘propriedade’, a partir das formas que ela apresenta. Esse processo envolve uma reconstituição histórica dos mecanismos de constituição da propriedade (apropriação e desapropriação), mecanismos captados à medida que se acrescenta à análise a percepção do poder político dos grupos sociais, sua interferência em determinados regimes de concessões (arrendamentos, aforamentos, servidão pública) que supõem a presença de uma instância decisória, as instituições do Estado executando o direito agrário” (EMMI, 1999, p. 58-59). Em suma, a autora refutou a ideia de que o domínio da economia da castanha no sudeste do Pará não necessariamente exigia a propriedade da terra. Ao contrário, para ela a propriedade da terra conduz ao poder político. Porém, o poder político também conduz à propriedade da terra, que, por sua vez, pode se apresentar de diferentes maneiras. Assim, o central não está em uma exaustiva discussão sobre a importância ou não da propriedade da terra para o controle da economia da castanha, mas sim em um aprofundamento da própria ideia de propriedade. Para dominar os castanhais, a oligarquia do Tocantins teve que dominar a política, que conduzia à propriedade das terras (arrendamentos, aforamentos, etc.) e a propriedade, uma vez garantida, conduz à política. Como disse a autora, uma estrutura montada para manter os oligarcas da castanha no poder;

empresariais, bancos, entre outros¹⁷ (VELHO, 1981; EMMI; MARIN, 1996; EMMI, 1999, 2002; PETIT, 2003; HEBÉTTE, 2004; BECKER, 2009; SANTOS, 2011).

Dentre as ações de integração da Amazônia promovidas nas décadas de 1950 e 1960, também destaco: a transformação do Banco da Borracha no Banco de Crédito da Amazônia, em 1950 (Lei nº 1.184, de 30 de agosto de 1950), diversificando as linhas de crédito e os projetos implantados nessa região; a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953 (Decreto-lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953); e a definição do território da Amazônia Legal (mesmo decreto-lei que criou a SPVEA). Essas ações foram fundamentais para a implementação de uma série de políticas públicas e obras de infraestrutura no norte do Brasil, no bojo do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). O plano era crescer “cinquenta anos em cinco” e a Amazônia era percebida como fundamental para alcançar este objetivo (VELHO, 1981; MARTINS, 1983; EMMI, 1999; PETIT, 2003; HEBÉTTE, 2004; BECKER, 2009; SANTOS, 2011).

No entanto, as transformações de maior fôlego no sudeste do Pará, assim como em quase toda a Amazônia, ocorreram durante a ditadura empresarial-militar, a partir do golpe de 1964, com o aprofundamento das ações do Estado nessa região, sustentadas pelos discursos de que a região constituía um vazio demográfico com abundância de recursos naturais. O ano de 1966 foi um marco, pois nele foi criada a Superintendência do Desenvolvimento Econômico da Amazônia (SUDAM) (Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966), em substituição à SPVEA, e o Banco da Amazônia S/A (BASA) (Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966), a partir do Banco de Crédito da Amazônia. Duas instituições que foram fundamentais para a então chamada “conquista da Amazônia” (VELHO, 1981; EMMI, 1999; PETIT, 2003, HEBÉTTE, 2004; BECKER, 2009; SANTOS, 2011).

Resumidamente, podemos dividir a política econômica da ditadura na Amazônia, desde a criação da SUDAM e do BASA, até o final do regime militar, em três grandes períodos: o primeiro ocorreu durante os governos Castelo Branco e Costa e Silva (mais especificamente, entre 1966 e 1969), quando foram feitas várias mudanças nas políticas de incentivos fiscais, ampliando a política de substituição de importações, até então restrita à indústria, aos produtos agropecuários. O objetivo foi estimular a produção agropecuária na Amazônia e diminuir a força do extrativismo e da agricultura de subsistência, que, junto com o sistema de aviação,

¹⁷ Um caso emblemático citado por Martins (1983) é o do extinto Banco Bamerindus, que se tornou um dos maiores latifundiários do sudeste do Pará desse período até a década de 1990. Hoje muitas das antigas fazendas desse banco foram transformadas em assentamentos rurais;

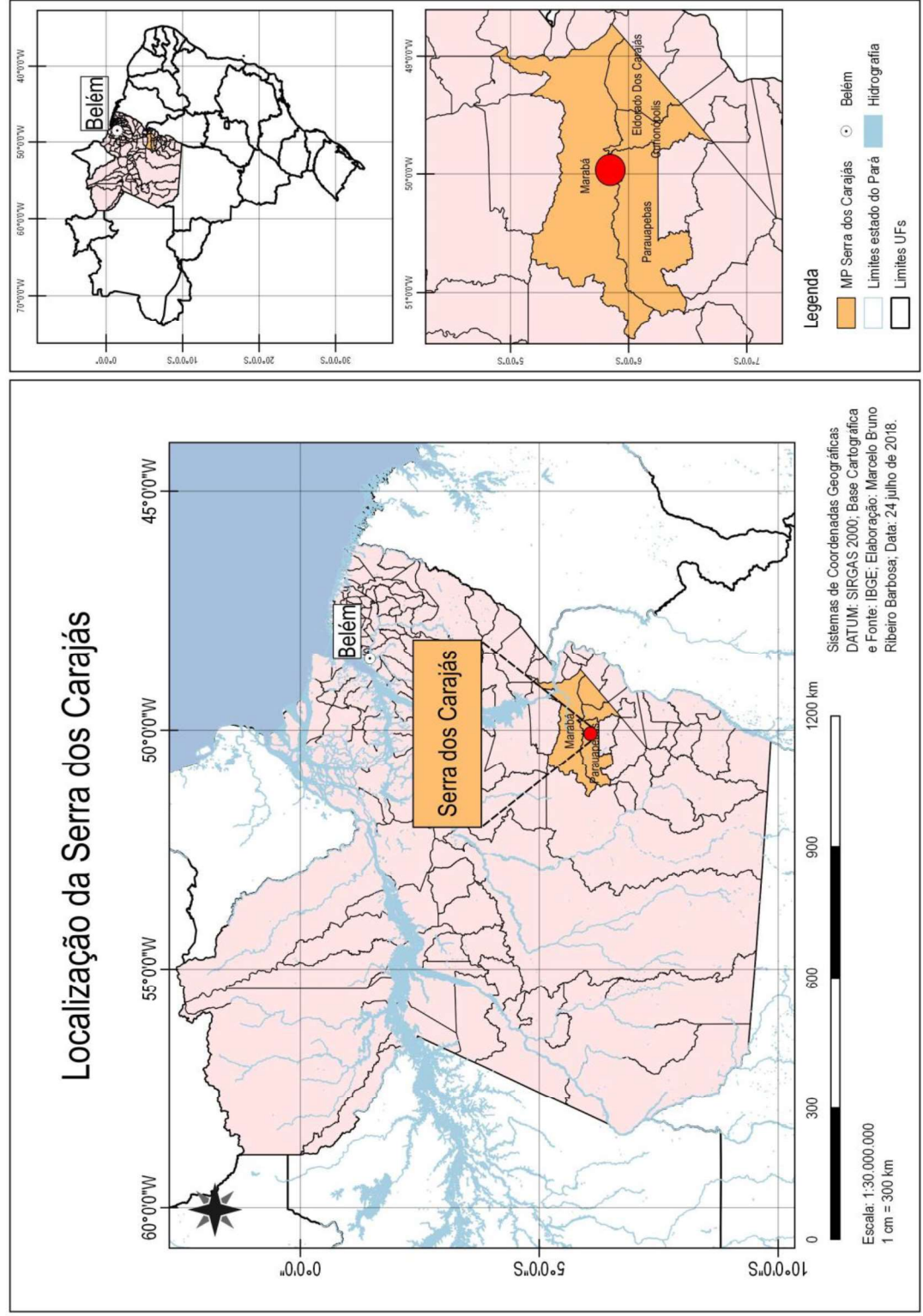
eram percebidas como as principais razões do “atraso” dessa região; o segundo período ocorreu no governo Médici (1970-1974), quando a prioridade foram os projetos de colonização, atrelados à ampliação da infraestrutura regional, com destaque para a construção da Transamazônica (BR-230) e da UHE de Tucuruí (apesar de sua construção ter sido iniciada no governo seguinte, foi planejada na gestão Médici); por fim, o terceiro período se iniciou no governo Geisel (1974-1979) e se estendeu até o final da ditadura. Aqui, ocorreu um rompimento com várias teses da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), orientadoras dos dois períodos anteriores, e a adoção do modelo de vantagens comparativas. O que ocorreu foi uma inclinação do Estado aos grandes projetos agropecuários, siderúrgicos e minerais, com a Amazônia sendo percebida como o lugar ideal para sua expansão, pois era essa sua “vocação” (VELHO, 1981; MARTINS, 1983; EMMI, 1999; PETIT, 2003; HEBÉTTE, 2004; BECKER, 2009; SANTOS, 2011).

Como dito antes, essas políticas alteraram profundamente a dinâmica socioecon  mica do sudeste do Pará e foram fortemente sentidas pela oligarquia do Tocantins e pelos camponeses que ali já estavam desde os ciclos anteriores ou que chegaram a partir desse período. Com os incentivos fiscais, as obras de infraestrutura e os projetos de coloniza  o, chegaram também grandes projetos agropecuários, siderúrgicos e minerais, que trouxeram consigo novos atores, que, por sua vez, começaram a disputar com os oligarcas da castanha e do cau  cho os poderes econômico e político, além de espoliarem de inúmeras maneiras o campesinato e as popula  es tradicionais. Foi criado um cenário marcado pela concentra  o fundiária e por um quadro de tensão social bastante elevada, que na década de 1970 ganhou visibilidade através de violentos conflitos, potencializados pela forte presença militar nessa região, pois ali também ocorreu a emblemática Guerrilha do Araguaia, organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e duramente reprimida pela ditadura (VELHO, 1981; MARTINS, 1983; EMMI, 1999; PETIT, 2003; HEB  TE, 2004; BECKER, 2009; SANTOS, 2011).

Abrindo um parêntese, durante a ditadura também ocorreram algumas iniciativas, estatais e privadas, de mapeamento dos recursos naturais da Amazônia brasileira, especialmente das reservas minerais. Dentre elas, a mais emblemática foi o Projeto Radares da Amazônia (Projeto RADAM), criado e gerenciado pelo Ministério das Minas e Energia (MME). Esse projeto, cujas opera  es ocorreram entre 1970 e 1985, mapeou a geologia, morfologia, pedologia e vegeta  o de grande parte da Amazônia brasileira através do uso de imagens aéreas de radar, captadas por meio do uso de aviões. No entanto, as maiores reservas minerais da região, qui   do planeta, localizadas na Serra dos Carajás (Mapa 2), foram descobertas alguns

anos antes, por uma empresa privada norte-americana, segundo a versão oficial (HALL, 1981; PETIT, 2003; HEBÉTTE, 2004; SANTOS, 2011; VALE, 2012; COELHO, 2015).

Mapa 2 - Localização da Serra dos Carajás.



Fonte: elaborado pelo autor.

Entre muitas versões, a oficial é de que as jazidas minerais de Carajás foram descobertas em 1967, pela Companhia Meridional de Mineração (CMM), na época uma subsidiária da mineradora norte-americana United States Steel (US Steel), que, juntamente com a também mineradora estadunidense Union Carbide, estava fazendo fortes investidas sobre a Amazônia. Estimou-se na época que as jazidas de ferro descobertas em Carajás possuíam algo próximo de 18 bilhões de toneladas do minério de ferro com o maior grau de pureza do mundo (acima de 65%). Também foram descobertas na Serra dos Carajás jazidas de outros minerais, como: manganês, cobre, níquel, bauxita, estanho, prata, ouro e diamante. Percebendo a envergadura de Carajás, o Governo Federal, durante a gestão Médici, associou-se, através da VALE/SA, na época Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)¹⁸, à United States Steel e criou, em 1970, a Amazônia Mineração S/A (AMZA), composta pelos capitais de ambas mineradoras (51% da CVRD e 49% da US Steel), que possuía como grande missão estudar e explorar as recém descobertas jazidas minerais. No entanto, fatores como a crise de 1973 e a descoberta de outras jazidas de grande porte na América Latina, acabaram reduzindo o interesse da mineradora norte-americana em Carajás e em 1977 a CVRD adquiriu 100% das ações da AMZA, ficando com o monopólio de todas as operações nessa região e iniciando, um ano depois, as ações de maior fôlego do Projeto Ferro Carajás (PFC), que tornar-se-ia o “carro-chefe” da VALE no

¹⁸ A CVRD foi criada em 01 de junho de 1942, durante o Estado Novo, através do Decreto-lei nº 4.352, assinado por Getúlio Vargas e resultado de uma parceria firmada entre Brasil, Inglaterra e Estados Unidos, no âmbito dos *Acordos de Washington*, que previam, entre outras coisas, a criação no Brasil de uma companhia que exportasse minério de ferro para atender a demanda desses países durante a Segunda Guerra Mundial. A CVRD nasceu da aquisição e transferência, sem qualquer tipo de ônus, por parte do governo inglês para o brasileiro, das minas de minério de ferro que a Itabira Iron Company (na época, propriedade do folclórico empresário norte-americano Percival Farquar) detinha no município de Itabira, em Minas Gerais, desde os primeiros anos do século passado. Também foram fundamentais para a criação da companhia, os financiamentos estadunidenses na ordem de US\$ 14 milhões, feitos junto ao Export Import Bank-Exibank, utilizados na aquisição, nos Estados Unidos, de bens de consumo, máquinas e serviços necessários para o prolongamento e restauração da ferrovia Vitória à Minas (que na época também pertencia a Farquar), que hoje liga a região do Quadrilátero Ferrífero, onde estão localizadas as minas de Itabira, ao porto da capital capixaba. Além da CVRD, Vargas também criou naquela ocasião a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S/A, a Itabira Mineração S/A e, em 1941, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). É importante destacar que a mineradora norte-americana US Steel, na época uma das maiores do mundo, foi a tutora da CVRD nesse primeiro momento, atuando em conjunto com a estatal brasileira em muitos projetos até a década de 1970, inclusive na Serra dos Carajás, como mencionado anteriormente. Sobre a polêmica privatização da CVRD, em 1997, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, é importante destacar que a companhia foi vendida por um valor pífio de US\$ 3,3 bilhões, o que hoje representa uma pequena fração de seus lucros anuais, que só em 2016 foram de US\$ 29,363 bilhões de receita líquida. A mineradora funcionou com capital misto até o ano de 1997, com o governo brasileiro detendo 51% de suas ações, quando nesse ano os tucanos venderam 43,71% das ações brasileiras para o capital estrangeiro, subavaliando o patrimônio da empresa em 74%, ou seja, dos US\$ 40 bilhões que a CVRD valia no período, o Brasil ficou somente com os já mencionados US\$ 3,3 bilhões, o que resultou em nada menos do que 69 processos judiciais questionando a privatização da mineradora, até o ano de 2015 (PINTO, 2003; VALE, 2012, 2017; PINASSI; CRUZ NETO, 2015; COELHO, 2015);

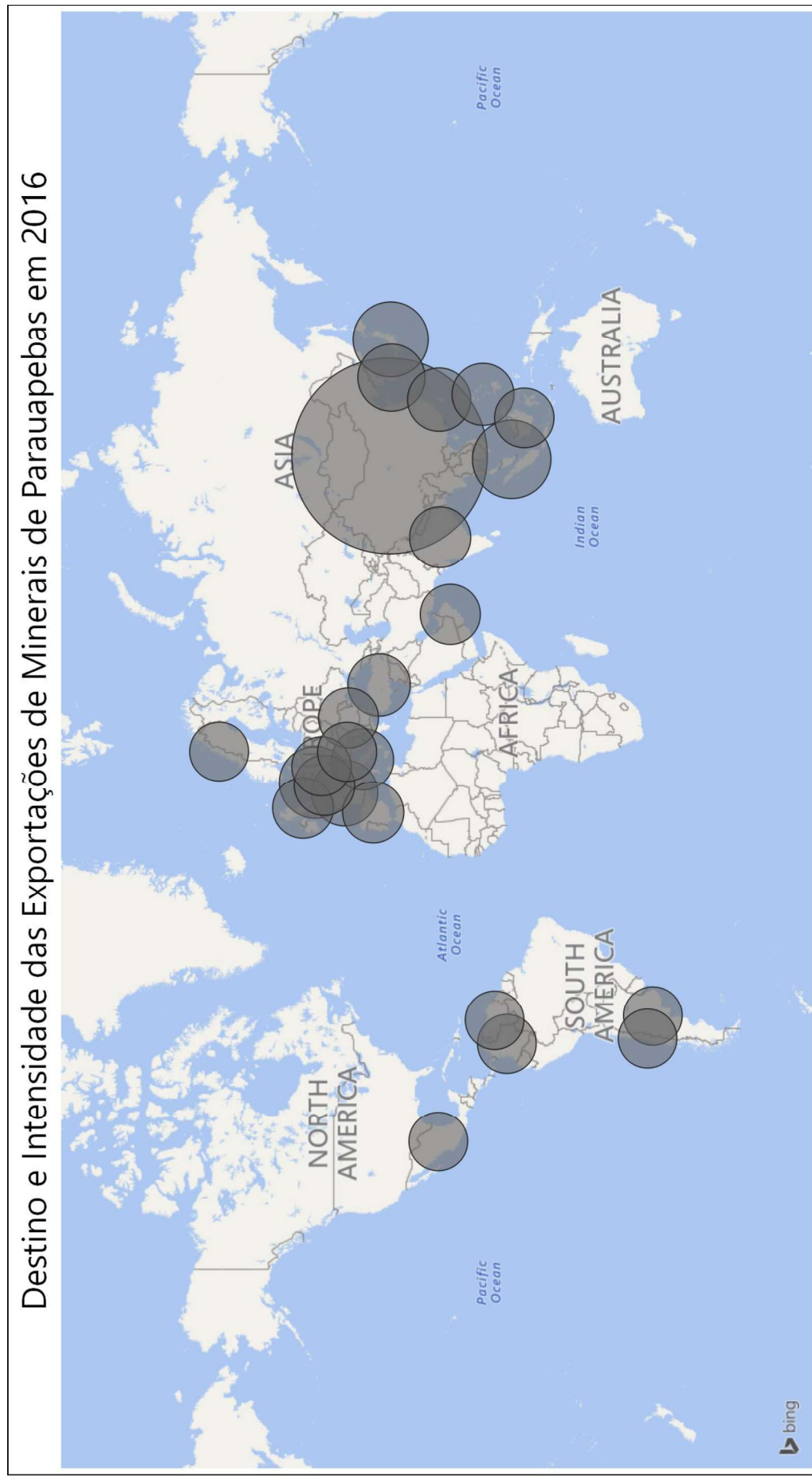
sudeste paraense (HALL, 1981; EMMI, 1999; PETIT, 2003; HEBÉTTE, 2004; SANTOS, 2011; VALE, 2012; COELHO, 2015).

Retomando, na década de 1980 ocorreu um novo fluxo migratório na direção do sudeste do Pará, agora muito estimulado pelo garimpo do ouro, com destaque para Serra Pelada¹⁹. Mas não somente, além da “febre do ouro”, cujo principal expoente foi esse emblemático garimpo, no ano de 1982, durante o governo Figueiredo, foi oficialmente lançado o Programa Grande Carajás (PGC), através do Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980, que também criou o conselho interministerial que deveria planejar, executar e supervisionar o programa. Além de criar condições que garantissem a exploração das jazidas da província mineral de Carajás e de outros locais da Amazônia brasileira, o PGC também possuía como objetivos criar e estimular projetos agropecuários e siderúrgicos nessa região, que, por sua vez, deveriam funcionar de maneira integrada com a mineração industrial, o que de fato nunca ocorreu, não nos patamares ventilados pelos idealizadores do programa. Sobre a infraestrutura construída na região para garantir a implementação e a consolidação desse plano faraônico²⁰, destaco a UHE de Tucuruí (naquele período, já em construção) e a construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC) e do Terminal de Ponta da Madeira, no Porto de Itaqui, em São Luís, no Maranhão. Sobre os últimos, essa ferrovia de 892 km foi construída para transportar os minérios produzidos em Carajás até Ponta da Madeira, de onde hoje eles são exportados para diversos países, especialmente para a China, conforme ilustrado na Figura 1, elaborada a partir dos dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do estado do Pará (SEDEME Pará), que ilustra os principais destinos das exportações de produtos minerais do município de Parauapebas, principal produtor de minérios do Pará, em 2016. (KOTSCHO, 1984; HALL, 1991; PETIT, 2003; HÉBETTE, 2004; SANTOS, 2011; COELHO, 2015).

¹⁹ O garimpo de Serra Pelada está localizado no município de Curionópolis (que no auge do garimpo, na década de 1980, era um pequeno vilarejo de Marabá conhecido como Trinta), distante cerca de 30 km de Parauapebas. Curionópolis foi emancipado de Marabá em 1988 e seu curioso nome é uma pífia homenagem ao Major Sebastião Rodrigues de Moura, popularmente conhecido como “Curió”. O nome do município significa cidade do Curió, que ficou conhecido na região por liderar à repressão do exército contra a Guerrilha do Araguaia e por ser uma espécie de chefe-político na Serra Pelada;

²⁰ O PGC cobria uma área de 890 mil km², o equivalente a 10% do território nacional e abrangia parte dos estados do Pará, Maranhão e Goiás (HALL, 1991; COELHO, 2015);

Figura 1 - Destino e intensidade das exportações de produtos minerais de Parauapebas no ano de 2016.

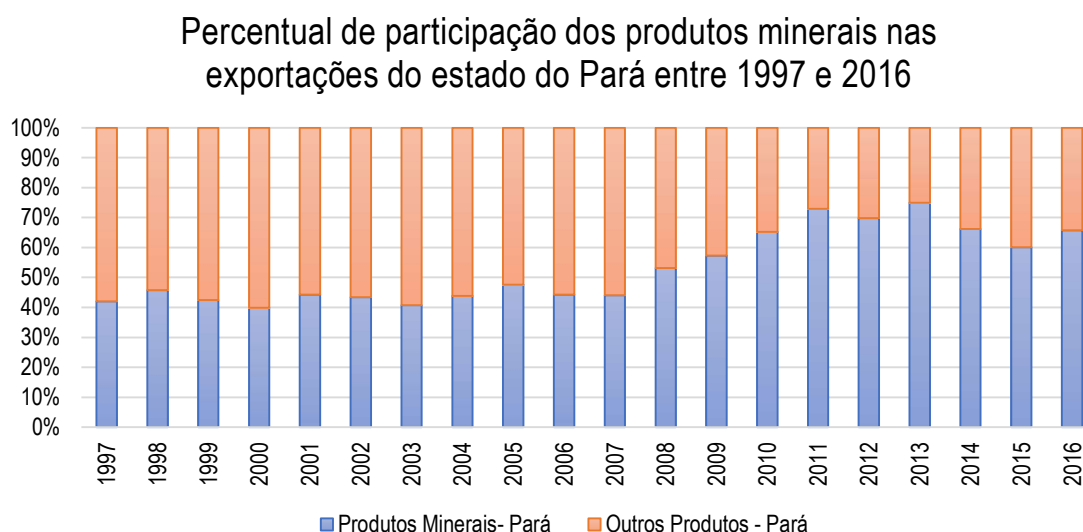


Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados de DNPM (2017) e SEDEME Pará (2017).

Abrindo um parêntese, como podemos perceber, a China se tornou a maior compradora de produtos minerais de Parauapebas e, por conseguinte, do estado do Pará, com aproximadamente US\$ 2,8 bilhões em compras em 2016 e US\$ 34,2 bilhões somando todas as exportações feitas entre 1997 e 2016. Também cabe destacar que em 2011 a China registrou um número bastante expressivo, ao importar aproximadamente US\$ 5,1 bilhões em produtos minerais vindos de Parauapebas. Em outras palavras, esse gigante asiático sozinho foi o destino de 58,83% das exportações de produtos minerais desse município no ano de 2016 e de 45,81% das exportações somados os números do período entre 1997 e 2016. Durante esse período (1997-2016) esse município do interior do Pará exportou produtos minerais para 49 países, em todos os continentes do planeta, alcançando a marca de US\$ 74,7 bilhões em exportações (DNPM, 2017; SEDEME Pará, 2017).

O discurso ventilado na maior parte das vezes falou em sucesso. Se a integração de projetos, de diferentes setores, não ocorreu como era esperado por aqueles que elaboraram o PGC, a mineração industrial, por sua vez, se transformou no principal expoente econômico não somente do sudeste paraense, mas de todo o estado do Pará, conforme pode ser percebido no Gráfico 1, também elaborado a partir dos dados do DNPM (2017) e da SEDEME Pará (2017), que ilustra a participação dos produtos minerais nas exportações do estado do Pará entre 1997 e 2016. Podemos perceber, por exemplo, que no ano de 2016, apesar das recentes quedas nos preços das *commodities* primárias, os produtos minerais representaram 65,75% das exportações do Pará, ou US\$ 6,9 bilhões em valor exportado, números garantidos pela extração extensiva e pelas formas sorrateiras de acumular, como já discutimos no início deste trabalho. No entanto, o mais interessante destes dados está no fato de que através deles podemos perceber uma alteração na curva das exportações do estado do Pará ao longo do período referência, com os produtos não minerais liderando as exportações do estado até o ano de 2007 (aqui, foram responsáveis por 55,92% das exportações, ou aproximadamente US\$ 4,4 bilhões em produtos comercializados), sendo superados em 2008, quando os produtos minerais alcançaram 53,12% das exportações, ou seja, US\$ 5,6 bilhões em valor exportado. A mudança na curva pode ser explicada, entre outras coisas, pelo impulso dado pelo Estado brasileiro às exportações primárias como resposta à crise financeira de 2008, buscando assim gerar saldo na balança comercial e garantir o ritmo de crescimento do país. Estratégia que alguns anos depois encontrou seu limite, com a queda brusca no preço das principais *commodities* exportadas pelo Brasil, onde entram os minérios e suas derivações.

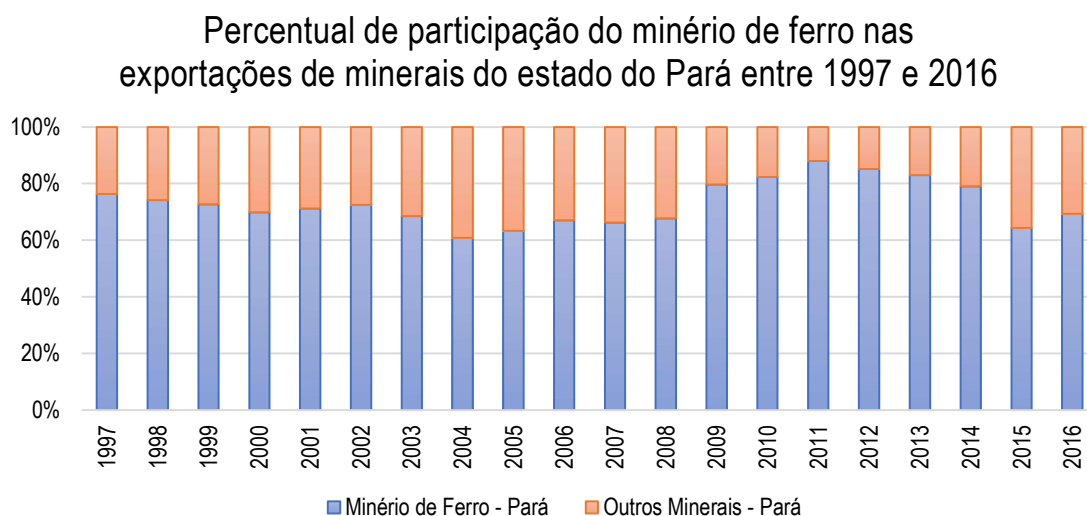
Gráfico 1 - Percentual de participação dos produtos minerais nas exportações do estado do Pará entre 1997 e 2016.



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados de DNPM (2017) e SEDEME Pará (2017).

Também interessantes são os dados apresentados no Gráfico 2, que mostra a participação do minério de ferro, principal *commodity* mineral comercializada pelo Brasil, nas exportações de produtos minerais do estado do Pará entre 1997 e 2016. Três coisas me chamaram atenção observando estes dados. A primeira está relacionada ao total acumulado de minério de ferro e demais produtos minerais exportados pelo estado do Pará no período referência, que me parece um número significativo, aproximadamente 72,9 e 21,3 bilhões de dólares, respectivamente. A segunda diz respeito aos valores registrados em 2011, que, em consonância com o ano recorde de compras de produtos minerais de Parauapebas pela China, foi o ano em que o ferro mais participou das exportações de produtos minerais do estado, com 88,01%, ou aproximados US\$ 11,7 bilhões em valor exportado, fato que pode ser explicado justamente por ser esse o mineral mais comprado pelos chineses nos últimos anos. Por fim, o fato de que com a queda nas exportações de ferro, entre 2013 e 2016 (o mineral caiu de 83,01% para 69,27%), outros produtos minerais ganharam força, saindo de 16,99%, para 30,73%.

Gráfico 2 - Percentual de participação do minério de ferro nas exportações de produtos minerais do Pará entre 1997 e 2016.



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados de DNPM (2017) e SEDEME Pará (2017).

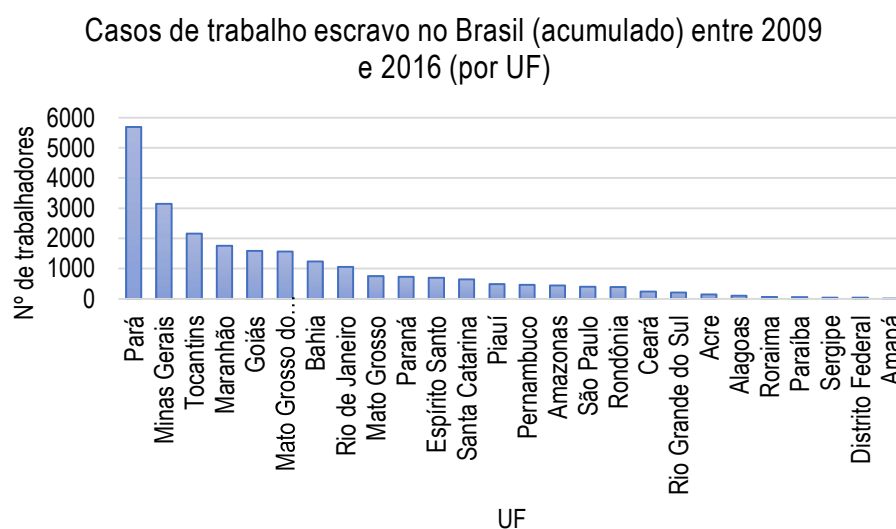
Retomando, a “menina dos olhos” do PGC foi a exploração de minério de ferro na Serra dos Carajás, com o PFC. Mas ele não se restringiu a isso, também tinha em seus objetivos a implementação e consolidação de outros projetos, como: a produção de alumínio e alumina pela ALCOA, em São Luís e pelas Alumínio Brasileiro S/A – ALBRAS e Alumina do Norte do Brasil S/A – ALUNORTE (hoje, Norsk Hydro ASA) em Barcarena, no Nordeste do Pará; a extração de bauxita pela Rio Tinto Zinco – RTZ/CVRD em Paragominas, também no Nordeste Paraense; a fabricação de ferro-gusa e ferro-esponja em Tucuruí, no sudeste do Pará; a implantação de polos siderúrgicos a base de carvão vegetal em Marabá, no Pará e em Açailândia, no Maranhão; além de uma série de outros projetos minerais, siderúrgicos, agropecuários e florestais em outros locais da Amazônia, percebida como o lugar do boi, das madeiras, das siderúrgicas e do minério (HALL, 1991; EMMI, 1999; PETIT, 2003; HÉBETTE, 2004; BECKER, 2009; SANTOS, 2011; COELHO, 2015).

No entanto, os períodos extrativistas, os projetos de colonização, os incentivos fiscais, os projetos agropecuários, a “febre do ouro”, os grandes projetos siderúrgicos e minerais, além de uma série de outras ações e projetos de ocupação, controle e exploração desse imenso “vazio demográfico”, com “abundância de recursos”, como era percebida a Amazônia brasileira, possuíam uma característica comum: atraíram e depois excluíram uma grande quantidade de trabalhadores, gerando um enorme excedente de mão-de-obra, que não possuindo condições de retornar para suas regiões de origem, viu na ocupação de terras a saída para sobreviver.

Acentuou-se a partir daí a luta pela terra nessa região, com o sudeste do Pará despontando como um dos grandes palcos dos conflitos fundiários no Brasil, tornando-se, nos dias atuais, entre outras coisas, a região com os maiores índices de violência no campo e de trabalho escravo do país, como repetidas vezes é evidenciado nos sucessivos relatórios feitos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Em outras palavras, a falência das ações, projetos, programas e políticas de desenvolvimento da Amazônia nesses períodos (dos ciclos extrativistas do caucho e da castanha, passando pelas políticas de integração, até a “conquista da Amazônia”, na ditadura) foram fatores que constituíram as bases para a redefinição fundiária que o sudeste do Pará sofreria no período seguinte.

Aliás, retomando, no Gráfico 3, elaborado a partir dos dados fornecidos pela CPT, através do Centro de Documentação “Dom Tomás Balduino”, podemos ver como o estado do Pará ocupa uma posição bastante destacada nos casos de trabalho escravo que ocorreram no país entre 2009 e 2016. Segundo os dados, no período referência 23,68% dos casos de trabalho escravo registrados no Brasil ocorreram no Pará, com um total de 5.696 trabalhadores envolvidos. Detalhando um pouco mais estas informações, tal qual é feito no Gráfico 4, vemos que o sudeste paraense foi a mesorregião desse estado onde mais foram registrados casos de trabalho escravo, concentrando 68% deles, com 3.871 trabalhadores envolvidos, o que evidencia a persistência de determinados elementos históricos presentes ao longo do processo de formação regional.

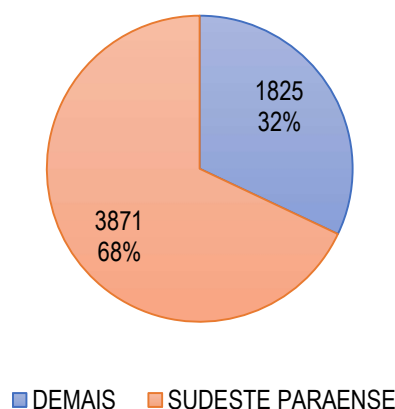
Gráfico 3 - Casos de trabalho escravo no Brasil entre 2009 e 2016 (por UF).



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pela CPT (2018).

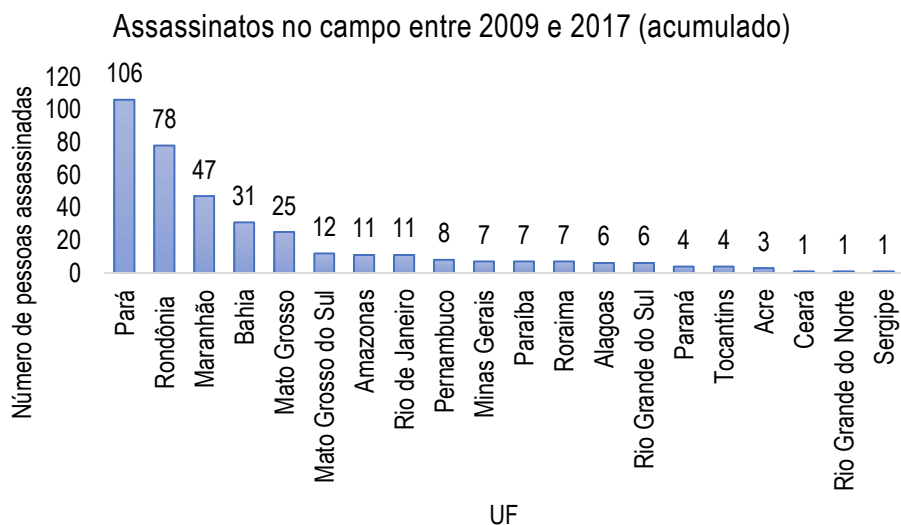
Gráfico 4 - Participação do sudeste do Pará nos casos de trabalho escravo do estado entre 2009 e 2016 (acumulado).

Participação da região sudeste nos casos de trabalho escravo do Pará entre 2009 e 2016

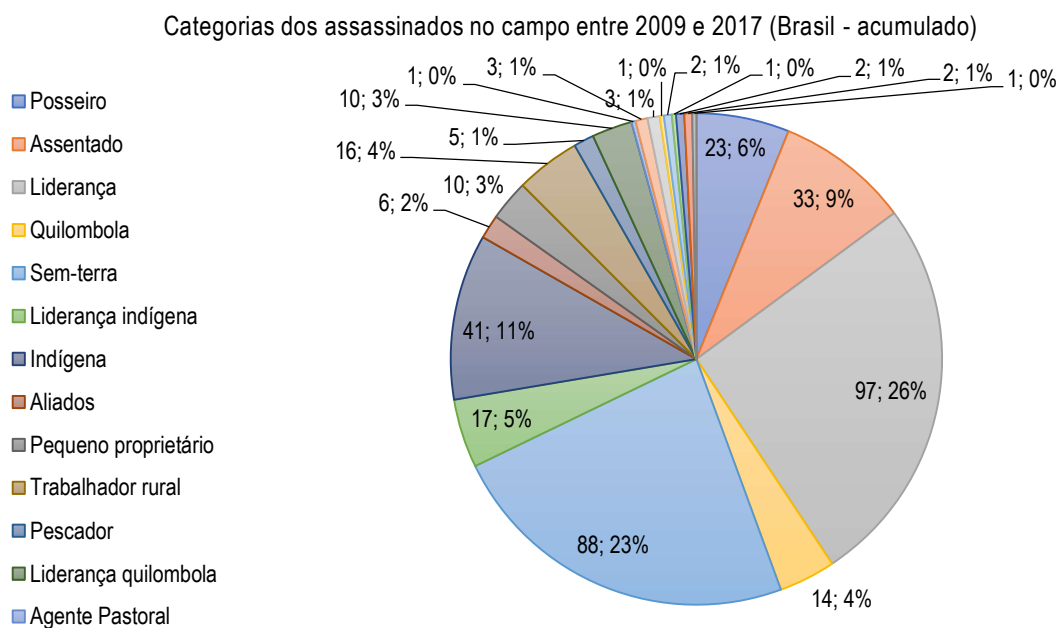


Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pela CPT (2018).

Os dados apresentados no Gráfico 5 mostram que entre os anos de 2009 e 2017, o estado do Pará foi o campeão em assassinatos no campo, registrando 106 casos no acumulado, do total de 376 que ocorreram no Brasil durante o período (ou 28,19%). Em relação às categorias das pessoas assassinadas, vemos no Gráfico 6 que 97 delas (ou 26%) eram lideranças, número que foi seguido por trabalhadores sem-terra, que somaram (23%). Também apareceram categorias como posseiro (23 pessoas), assentado (33), quilombola (14), liderança indígena (17), indígena (41), aliado (6), pequeno proprietário (10), trabalhador rural (16), pescador (5), liderança quilombola (10), agente pastoral (1), sindicalista (3), ocupante (3), pequeno arrendatário (1), ambientalista (1), funcionário público (2), atingido por barragem (2) e caiçara (1), além de um caso que a CPT não conseguiu classificar por falta de informações.

Gráfico 5 - Assassinatos no campo entre 2009 e 2017 (Brasil - acumulado).

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pela CPT (2018).

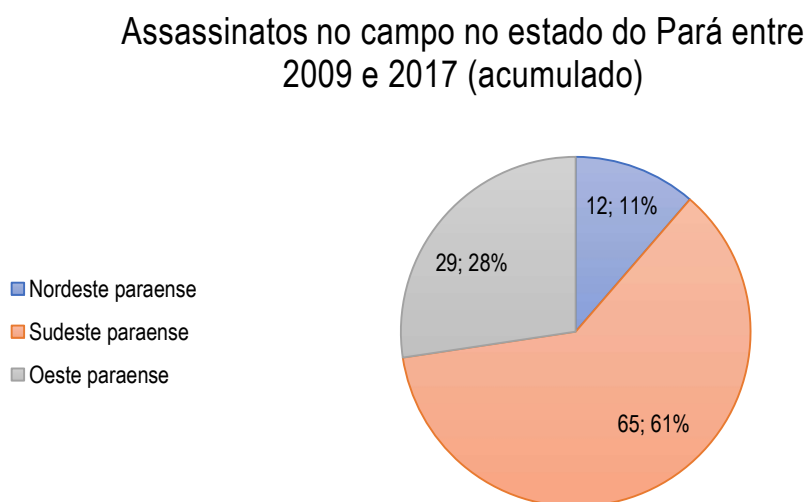
Gráfico 6 - Categorias dos assassinados no campo entre 2009 e 2017 (Brasil).

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pela CPT (2018).

Tomando como foco o sudeste do Pará, como fiz no Gráfico 7, vemos que somente essa região foi responsável por 61% dos assassinatos no campo que ocorreram no estado entre 2009 e 2017, com 65 casos, sendo seguida pelas mesorregiões oeste (29 casos, ou 28%) e nordeste (12, ou 11%), onde está a capital Belém. Já em relação às categorias, como podemos ver no

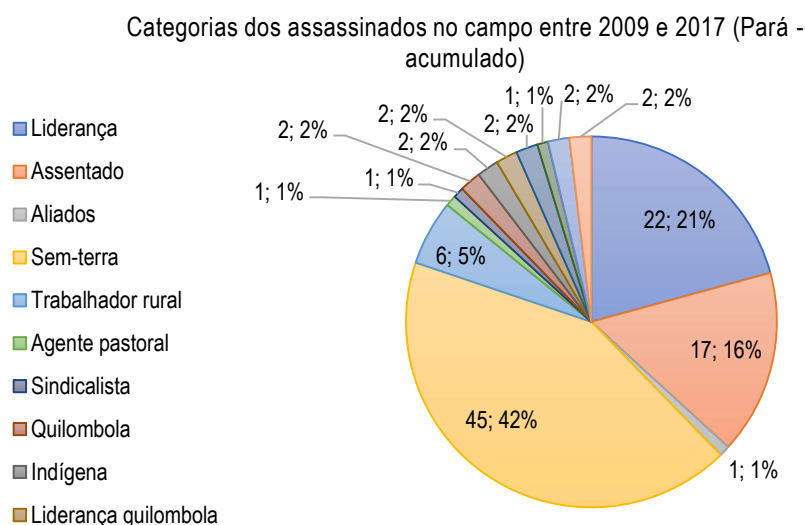
Gráfico 8, no estado do Pará tivemos 45 trabalhadores rurais sem-terra assassinados no período referência (ou 42% dos casos registrados no estado), seguidos por 22 lideranças (ou 21% dos casos) e 17 assentados (ou 16%). No sudeste do estado (Gráfico 9) o panorama praticamente não se alterou, com 33 trabalhadores sem-terra (51%) representando a maior parcela das vítimas de assassinatos no campo, sendo seguidos por 15 lideranças (23% dos casos que ocorreram na região), 6 trabalhadores rurais (9%) e 5 assentados (8%). Podemos perceber a partir destes dados que o sudeste paraense ainda hoje (analisei dados referentes à um período bastante recente) carrega consigo a marca de ser uma das regiões mais violentas do país no que se refere à conflitos fundiários. Talvez o episódio mais emblemático ocorrido recentemente tenha sido o massacre de Pau D'Arco, na fazenda Santa Lúcia, quando dez camponeses vinculados à Liga dos Camponeses Pobres (LCP) foram brutalmente assassinados pela Polícia Militar do estado do Pará.

Gráfico 7 - Assassinatos no campo e mesorregiões de ocorrência no Pará entre 2009 e 2017.



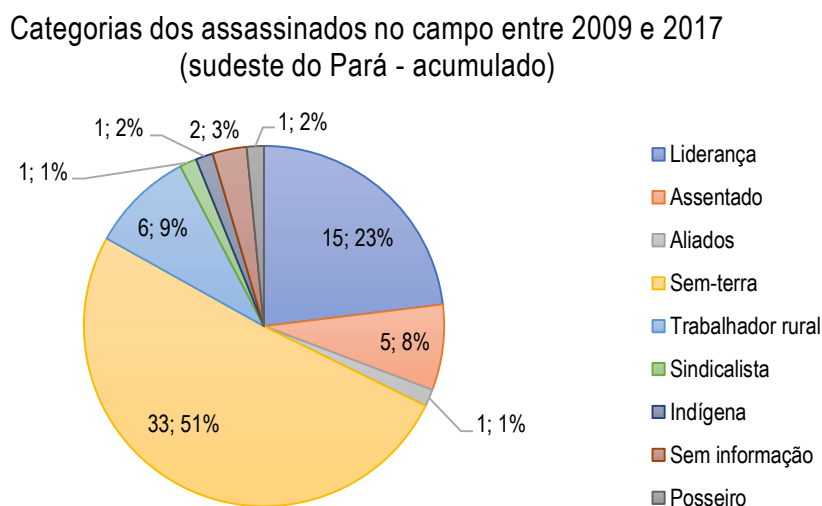
Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pela CPT (2018).

Gráfico 8 - Categorias dos assassinados no campo no estado do Pará entre 2009 e 2017.



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pela CPT (2018).

Gráfico 9 - Categorias dos assassinados no campo no sudeste do Pará entre 2009 e 2017.

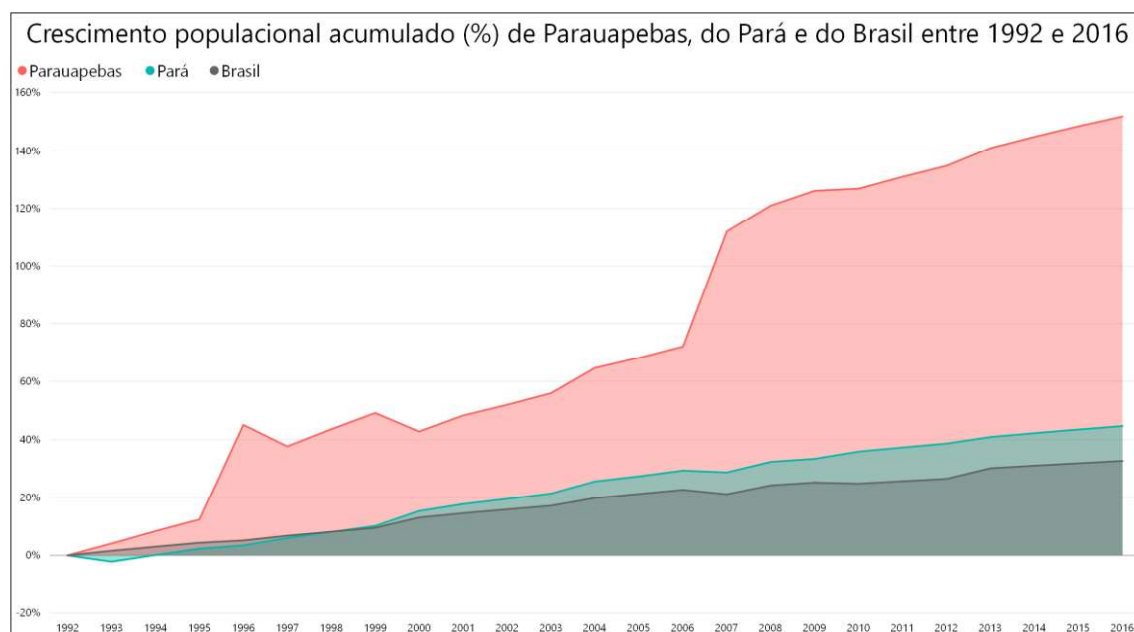


Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pela CPT (2018).

Um exemplo do impulso que essas ações, projetos, programas e políticas deram às migrações para o sudeste do Pará certamente é caso do município de Parauapebas, onde estão localizados o assentamento Palmares II, objeto deste trabalho, e alguns dos principais empreendimentos da mineradora VALE no Brasil, como as minas da Serra dos Carajás. Entre

o ano de 1981, quando iniciaram as ações de maior fôlego do PFC, e 2016, Parauapebas (antes uma pequena vila de Marabá, chamada Rio Verde) viu sua população saltar de aproximadamente 20 mil habitantes, para incríveis 196.259, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em outras palavras, o “sonho de Carajás” fez com que a população de Parauapebas crescesse 881,30% em 35 anos. Os números são ainda mais espantosos quando analisamos estimativas, censos e contagens populacionais feitas pelo IBGE entre 1992 e 2016 (únicos que incluem o município). Estes dados nos mostram que a população de Parauapebas passou de 49.300 habitantes em 1992, para os já mencionados 196.259 em 2016, ou seja, um crescimento médio ao ano de 5,93% e acumulado de 151,79%. No mesmo período o estado do Pará e o Brasil cresceram proporcionalmente menos que esse município do interior da Amazônia (Pará: 1,85% ao ano e 44,63% acumulado; Brasil: 1,35% ao ano e 32,63% acumulado), o que nos mostra o impacto, ainda que estejamos falando somente da questão demográfica, que os grandes projetos causaram nessa região. No Gráfico 10, elaborado a partir dos já mencionados dados do IBGE, ilustro essa comparação entre o crescimento populacional acumulado de Parauapebas, do Pará e do Brasil entre 1992 e 2016.

Gráfico 10 - Crescimento populacional acumulado (%) de Parauapebas, do Pará e do Brasil entre 1992 e 2016.



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados de IBGE (2017).

Com a restauração do regime democrático, na década de 1980, surgiram novas possibilidades para os trabalhadores brasileiros, que no mundo rural foram acompanhadas da

criação, em todo o Brasil, de sindicatos municipais de trabalhadores rurais, de partidos políticos próximos dos camponeses²¹ e, em 1984, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Foi um período de retomada da efervescência política e, no rural, do crescimento das ocupações de terra. No sudeste do Pará não foi diferente, porém, em um primeiro momento, antes da entrada do MST no estado do Pará, no final da década de 1980, com os acampamentos e o enfrentamento direto e politicamente orientado, predominou a lógica do posseiro, ou seja, a luta “atrás da moita”. Em outras palavras, até o final da década de 1980, o que em geral se viu no sudeste do Pará foram as ocupações paulatinas, feitas em sua maioria em áreas distantes, na mata, longe dos ditos donos e do Estado (FERNANDES, 2000; HÉBETTE, 2004; PEREIRA, 2015).

No entanto, ainda na década de 1980, a luta pela terra começou a se reconfigurar no sudeste do Pará. O Estado, antes percebido como aquele do qual se devia fugir, nesse período começou a ser visto como inimigo a ser enfrentado. Essa mudança de concepção somente foi possível, para além das possibilidades que o processo de redemocratização abriu para a luta social, em função da chegada de importantes mediadores nessa região, como os já citados Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e a Igreja Católica (que já vinha desenvolvendo ações e projetos no sudeste paraense desde o período anterior, especialmente através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)). Porém, foi a partir da entrada do MST no estado do Pará que ocorreu de fato uma passagem da forma de luta do posseiro para a do sem-terra no sudeste paraense (FERNANDES, 2000; HÉBETTE, 2004; PEREIRA, 2015).

A luta dos posseiros possui como característica o isolamento em pequenos grupos, que percebem na luta direta com os fazendeiros a forma mais eficaz de conquistar e manter um pedaço de terra. As ocupações são feitas em áreas distantes, no interior da mata, pois, como dito anteriormente, quanto mais isolada e distante for a área ocupada, menor o risco dos “donos” ou do Estado reivindicarem sua propriedade. Nessas ocupações não é utilizada a tática do acampamento coletivo, ao contrário, após a chegada na terra, são logo delimitadas as posses individuais de cada família. A luta do posseiro é a luta pela conquista do lote, uma luta silenciosa, escondida, com um inimigo que possui nome e rosto. Os conflitos são geralmente mais violentos quando se tratam de fazendeiros locais, visto que nesses casos a disputa não fica somente restrita à terra em si, envolvendo também questões de *status* político e social. O apoio dos mediadores, por sua vez, somente é buscado quando surgem ameaças e pressões, ou quando

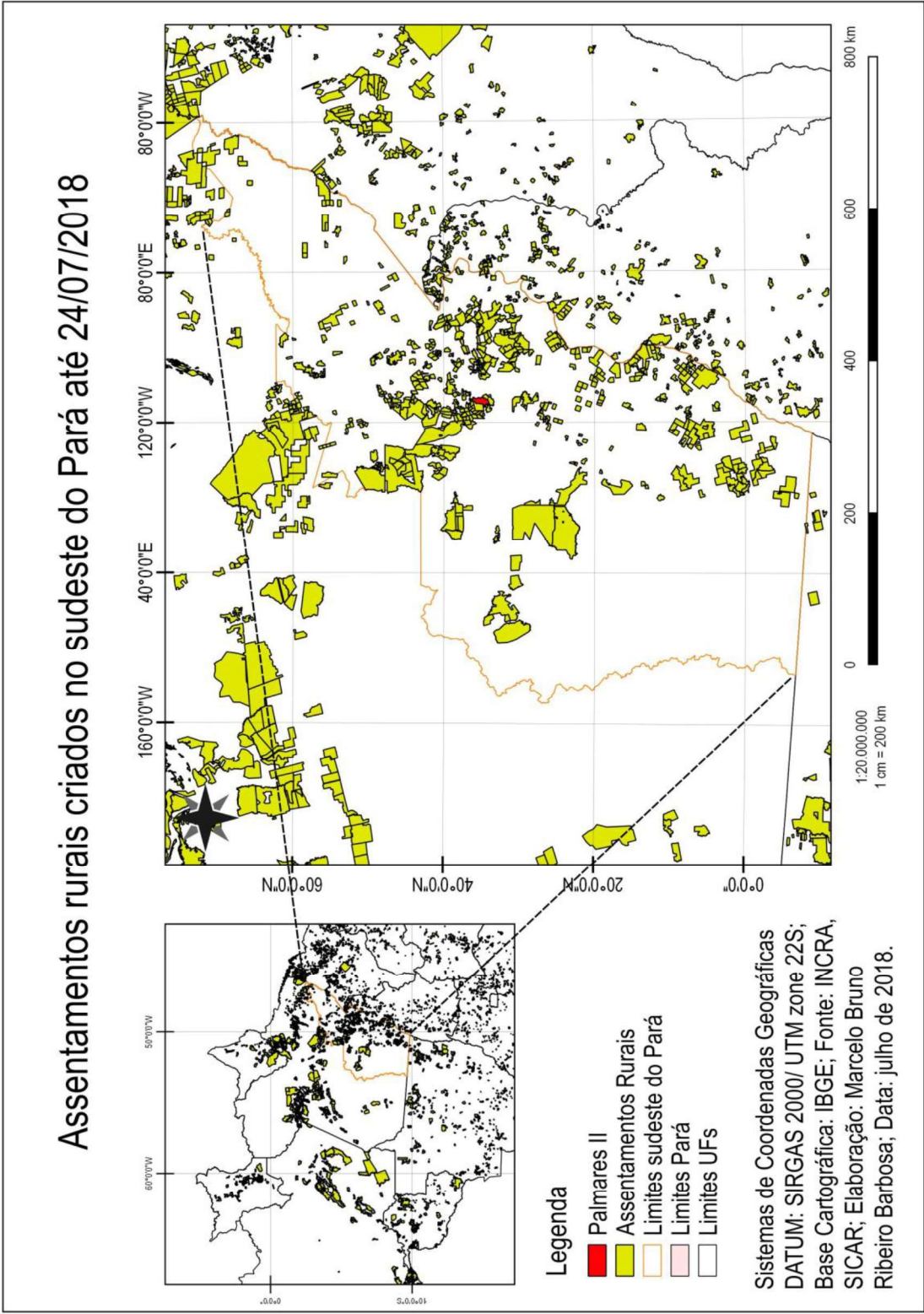
²¹ O mais emblemático obviamente foi o Partido dos Trabalhadores (PT);

ocorre violência física de fato, seja por parte de pistoleiros ou mesmo da polícia. Em geral são as fazendas consideradas falidas as escolhidas pelos posseiros para serem ocupadas, pois as chances de desapropriação são maiores, pois nesses casos os acordos com o Estado podem ser vantajosos também para os que se dizem proprietários (HÉBETTE, 2004; PEREIRA, 2015).

Ao contrário dos posseiros, o MST possui como característica o enfrentamento aberto e politicamente orientado, com as pressões não mais sendo direcionadas aos fazendeiros (pelo menos não principalmente) e sim ao Estado. A luta se dá através do acampamento coletivo, na beira das estradas ou em prédios públicos. A ideia é denunciar publicamente as ilegalidades nas terras ocupadas e exigir a sua desapropriação e posterior transformação em assentamentos de reforma agrária. Uma diferença central entre a lógica dos posseiros e a dos sem-terra é que enquanto os primeiros lutam pela conquista do lote, os segundos, pelo menos ao nível da organização (é evidente que existem motivações individuais relacionadas a conquista do lote), lutam pela conquista do assentamento e no nível mais amplo, pela realização de uma profunda reforma agrária no país. As ocupações do MST, ao contrário das feitas pelos posseiros, geralmente acontecem em áreas que podem causar algum impacto político. É possível citar outras diferenças, mas as que foram mencionadas já são suficientes para ilustrar as rupturas que ocorreram na luta pela terra no sudeste do Pará, assim como em outras regiões do país, durante esse período. No entanto, é importante relativizar essas rupturas, já que muitas mudanças foram incorporadas pelos posseiros e seus parceiros (FERNANDES, 2000; HEBÉTTE, 2004; PEREIRA, 2015). Discorro sobre algumas delas, sobretudo a prática de fazer acampamentos, no próximo capítulo.

Em resumo, nesse período ocorreu uma profunda reconfiguração da luta pela terra no sudeste do Pará, protagonizada pelos trabalhadores que migraram para essa região estimulados pelas ações, projetos, programas e políticas do Estado que ocorreram nos períodos anteriores. Quando ocorreu a falência dessas intervenções, esses trabalhadores se viram em uma situação de dificuldade e passaram a ocupar terras, em um primeiro momento por meio da lógica dos posseiros e a partir do final da década de 1980, através dos acampamentos coletivos e da lona preta, ou seja, das formas de luta características do MST. Essa redefinição na luta pela terra foi acompanhada, nos anos seguintes, de uma grande transformação na estrutura fundiária dessa região, com a criação de vários projetos de assentamento, transformando o sudeste do Pará em uma verdadeira *macha* da reforma agrária (Mapa 3), como perceberam Leite et al (2004).

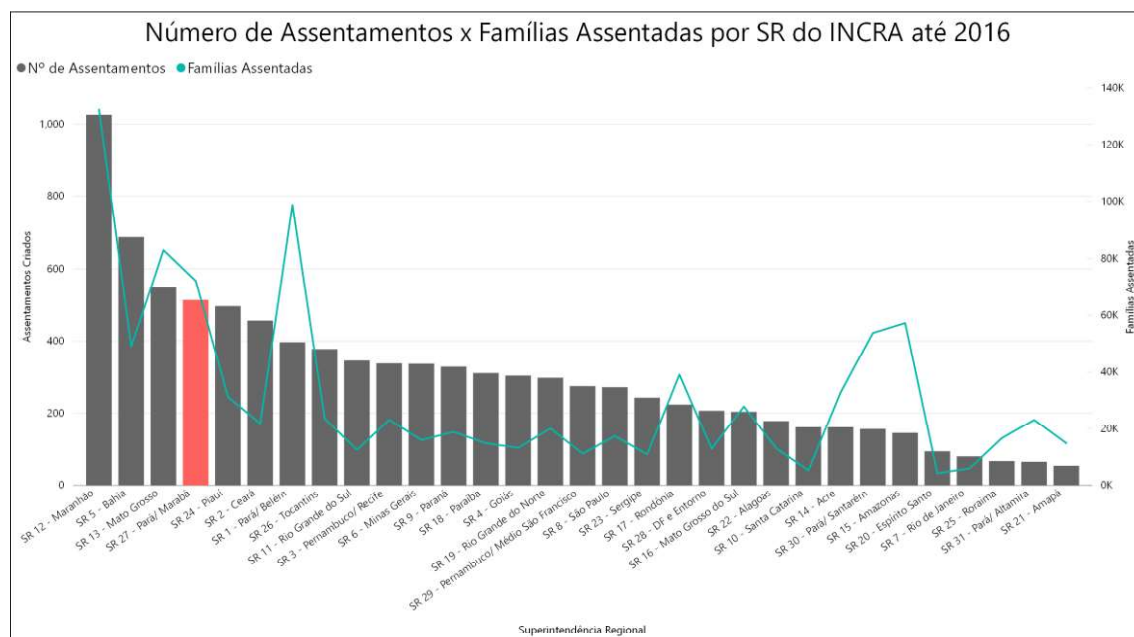
Mapa 3 - Assentamentos rurais existentes no sudeste do Pará até 24/07/2018, com destaque para Palmares II.



Fonte: elaborado pelo autor.

Até o ano de 2016, o sudeste do Pará, que está sob jurisdição da Superintendência Regional 27 – SR 27, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), possuía 514 assentamentos rurais e 72.141 famílias assentadas, em uma área total de aproximadamente 4,7 milhões de hectares, segundo dados do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), do INCRA. Estes números fizeram da SR 27 a quarta maior do Brasil em quantidade de assentamentos criados e de famílias assentadas e a nona em quantidade de terras desapropriadas, conforme ilustrado nos Gráficos 11 e 12. Em outras palavras, o sudeste do Pará concentrou até esse ano 5,49% dos assentamentos, 7,40% das famílias assentadas e 5,14% das terras destinadas à reforma agrária no Brasil. Se somarmos estes números aos das demais SRs do estado do Pará (SR 01: Belém; SR 30: Santarém; e SR 31: Altamira), veremos que esse estado sozinho possuía até 2016, 12,10% dos assentamentos criados, 25,39% das famílias assentadas e 25,50% das terras destinadas à criação de assentamentos no país. Números bastante expressivos, já que o INCRA possui no total 31 SRs, em todos os estados do Brasil e no Distrito Federal.

Gráfico 11 - Número de assentamentos criados x famílias assentadas por SR do INCRA até 2016, com destaque para a SR-27 (sudeste do Pará).



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados de INCRA (2017).

Gráfico 12 - Número de assentamentos criados x área desapropriada (ha) por SR do INCRA até 2016, com destaque para a SR-27 (sudeste do Pará).



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados de INCRA (2017).

Um marco no processo de formação dessa *mancha* de assentamentos rurais no sudeste do Pará foi o ano de 1987, quando foram criadas as primeiras experiências desse tipo nessa região. Michelotti et al (2009), analisando o ritmo e a intensidade do processo de criação de assentamentos rurais no sudeste do Pará entre 1987 e 2006, afirmaram que existiram cinco períodos distintos: o primeiro deles ocorreu entre 1987 e 1988, quando foram criados os primeiros assentamentos dessa região, muito em função da pressão nacional que existia pela reforma agrária (fomentada pelo processo de redemocratização do país e pela Constituinte de 1988) somada à interesses locais, expressos, por exemplo, na política de regularização fundiária promovida por Jader Barbalho, ex-governador do estado do Pará, que em 1987 assumiu o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), durante o governo Sarney (1985-1990). Em poucas palavras, essa política consistiu na compra, por parte do Governo Federal, de vários castanhais no sudeste do Pará, sob o argumento de que essas terras seriam destinadas à reforma agrária. No entanto, a maioria das terras não eram tituladas e naquele momento a oligarquia da castanha estava enfraquecida financeiramente, politicamente e socialmente, por isso, vender castanhais falidos, muitas vezes a preços superfaturados, foi prática generalizada e vista como um ótimo negócio, além de um suporte importante para as

elites locais. A prática foi fundamental para criar o curral eleitoral da família Barbalho e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (hoje, MDB, ao qual essa família ainda é filiada), nessa região.

O segundo período ocorreu entre 1989 e 1996 e foi marcado por uma redução significativa no número de assentamentos criados no sudeste do Pará, muito por conta dos desmontes realizados pelo primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998) no Estado e do recuo ocorrido na luta pela terra, fato que, por sua vez, esteve relacionado com as derrotas na Constituinte e nas eleições de 1989 e 1994 (me refiro às derrotas de Lula, que naquele período ainda era visto como aquele que faria uma ampla reforma agrária no Brasil). O terceiro período ocorreu entre 1997 e 1999 e foi marcado por uma intensa criação de assentamentos rurais no sudeste paraense e em todo o Brasil. Certamente a principal explicação para isso foi a visibilidade, inclusive internacional, que a luta pela terra no Brasil ganhou durante esse período, gerando uma forte pressão sobre Estado, que, por sua vez, respondeu criando vários assentamentos por todo o país. O principal fator para esse ganho de visibilidade foi a enorme repercussão do massacre de Eldorado dos Carajás²², ocorrido em 1996, que seguramente teve influência no fato do sudeste do Pará ter sido uma das regiões do Brasil onde mais foram criados assentamentos durante esse período. No entanto, é importante ressaltar que a pressão pela reforma agrária nessa região já acontecia com bastante fôlego antes mesmo do massacre, desde a primeira metade da década de 1990, quando ocorreu a criação do MST Pará (antes presente somente no sul e sudeste do estado) e da Regional Sudeste da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do estado do Pará (FETAGRI Pará). Também foi fator crucial para essa intensa criação de assentamentos rurais e para a formação no sudeste do Pará de uma *mancha* dessas experiências, a criação, logo depois do massacre, da SR-27 do INCRA, em Marabá, a primeira do Brasil em um município do interior.

O quarto período, por sua vez, ocorreu entre 2000 e 2002, ou seja, durante os últimos anos do segundo governo FHC (1998-2002), e foi caracterizado por um declínio na criação de assentamentos no sudeste paraense e no restante do país, em função da desmobilização que o Governo Federal procurou fazer na luta pela terra; por fim, o último período apontado pelos autores ocorreu entre os anos de 2003 e 2006 e se caracterizou pelo reaquecimento da luta pela reforma agrária em todo o Brasil, em função da vitória de Lula nas urnas. No entanto, a reforma

²² Sobre o massacre de Eldorado dos Carajás, recomendo a leitura de Afonso (2016);

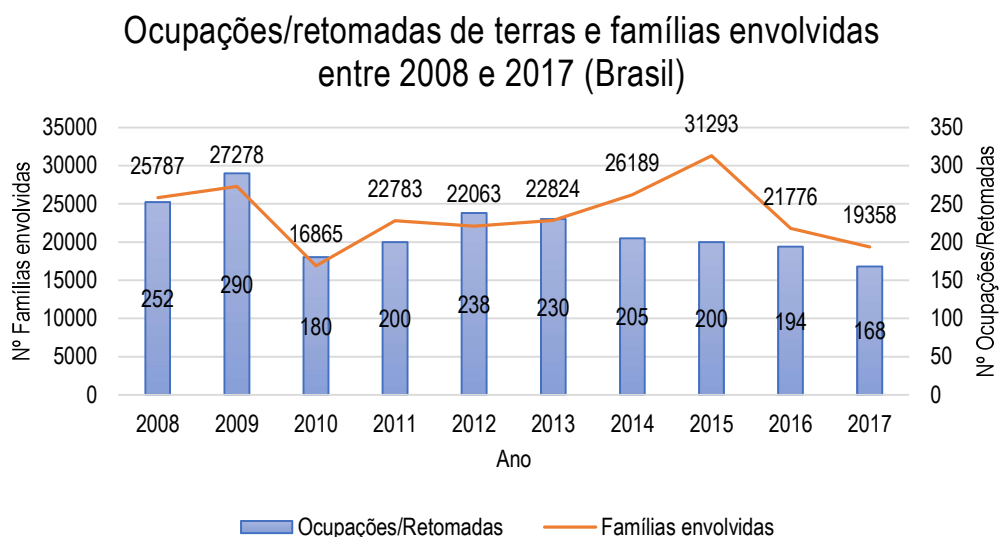
agrária no sudeste do Pará e, arrisco dizer, em grande parte do Brasil, seguiu o mesmo padrão do final do governo FHC, com poucos assentamentos criados, apesar das muitas ocupações.

Aliás, em relação às ocupações de terra que ocorreram no Brasil nos últimos anos, mais especificamente entre 2008 e 2017, podemos ver no Gráfico 13, que foram feitas 2.157 ocupações ou retomadas (quando os camponeses, após serem despejados, novamente montam acampamento na área reivindicada) no país, envolvendo 236.216 famílias. Considerando que cada família é formada na média por cinco pessoas, algo próximo de 1,2 milhões estiveram acampadas no Brasil durante o período. Certamente uma demanda por terras bastante expressiva. Em São Paulo ocorreram a maior parte das ocupações/retomadas, mais precisamente 424 delas, envolvendo 29.775 famílias. Já no Pará foram feitas 126, com a participação de 14.928 famílias. Porém, confirmando a minha afirmação anterior, apesar da existência de uma forte demanda por terras, o ritmo da criação de assentamentos rurais diminuiu consideravelmente nos últimos anos, como podemos observar no Gráfico 14, onde comparei as ocupações feitas no Brasil, com a criação de assentamentos rurais. Apesar das muitas ocupações, entre 2008 e 2017 foram criados apenas 1.482 assentamentos (como dito, haviam sido feitas 2.157 ocupações, com aproximadamente 1,2 milhões de pessoas envolvidas, por isso o uso do termo *apenas*), sem esquecer que muitos deles estiveram relacionados com as alterações promovidas pelo governo Lula nas políticas de reforma agrária e regularização fundiária, especialmente através do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA),²³ que ampliou a regularização de terras na Amazônia para as áreas de várzea e comunidades ribeirinhas, que passaram a ser vistas como beneficiárias da reforma agrária. O abandono da criação de assentamentos é facilmente perceptível quando olhamos para o ano de 2017, onde

²³ As mudanças promovidas pelo governo Lula nas políticas de reforma agrária e regularização fundiária foram as de maior envergadura já feitas desde a redemocratização. Correndo o risco de simplificar em demasia, a alteração feita na visão da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), que passou a olhar também a função social dos bens públicos, junto com as mudanças promovidas nas políticas de reforma agrária e regularização fundiária através do II PNRA, criou “[...] as condições jurídicas e políticas para que as comunidades residentes nas áreas de várzea pudessem ser incluídas nas ações de regularização fundiária instituídas pela SPU. Especialmente com a execução do Programa Nossa Várzea: cidadania e sustentabilidade na Amazônia brasileira [...]” (COUTINHO, 2018, p. 33-34). O que ocorreu nos últimos anos na Amazônia Legal, a partir dessas mudanças, foi a criação de vários Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE) em regiões de várzea, como feito nas ilhas do nordeste paraense, através de Termos de Autorização de Uso (TAUs). “A política de regularização fundiária nas terras da União localizadas nas ilhas atrelou-se aos PAE [...] A SPU disponibilizava terras ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para realizar o maior Plano Nacional de Reforma Agrária do Brasil. Somente no Pará foram regularizadas terras de 23 municípios localizados na região metropolitana de Belém, Ilha do Marajó, Nordeste Paraense e Baixo Tocantins, que estão a jurisdição do INCRA-SR01” (MAIA; RAVEA; MARIN, 2017, p. 157). Portanto, uma política que não mexeu de fato na estrutura fundiária, mas que impulsionou, pelo menos no papel e durante um curto período de tempo, a criação de assentamentos rurais;

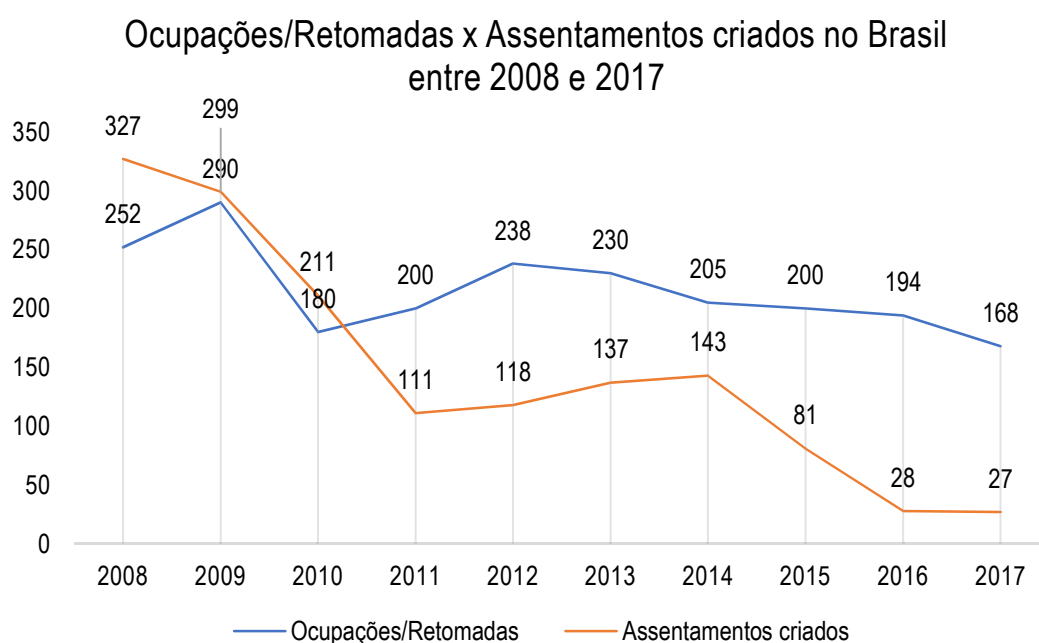
foram criadas apenas 27 dessas experiências, apesar de terem sido feitas 168 ocupações/retomadas.

Gráfico 13 - Ocupações/retomadas de terras e famílias envolvidas entre 2008 e 2017 (Brasil).



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pela CPT (2018).

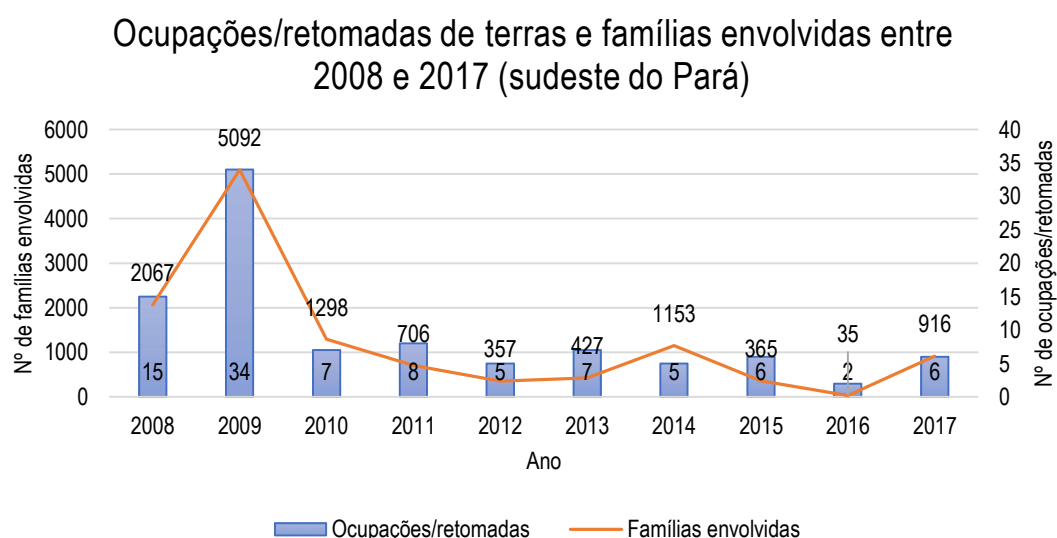
Gráfico 14 - Ocupações/retomadas x assentamentos criados no Brasil entre 2008 e 2017.



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pela CPT (2018) e SIPRA/INCRA (2017).

No sudeste do Pará o que temos visto nos últimos anos é a redução da quantidade de ocupações de terra (Gráfico 15), o que pode ser explicado, entre outras coisas, por quatro fatores. Primeiro, o abandono da política de criação de assentamentos rurais certamente desmotivou muitas pessoas da região, que estão relutantes em fazerem novas ocupações, já que viver debaixo da lona preta é uma experiência permeada de sofrimento, medo e incerteza, mais ainda se a garantia da conquista da terra é reduzida. Segundo, nos últimos anos houve um crescimento da violência no campo e da impunidade, como a CPT vem mostrando em seus últimos relatórios, o que pode ter freado o surgimento de ocupações. Terceiro, também cresceu no último período a quantidade de ações de despejo feitas no sudeste paraense, com o episódio mais emblemático ocorrido em dezembro de 2017, chamado pelo MST e outras organizações camponesas de “despejos de natal”, quando foram expedidas de uma só vez 20 liminares de reintegração de posse para acampamentos localizados na região. Quarto, com a criação de assentamentos estanque, os movimentos sociais camponeses da região e as organizações sindicais, federações de trabalhadores rurais, entre outras, estão tendo que lidar com acampamentos de longa duração, alguns com mais de dez anos, o que certamente é um fator limitador, quando pensamos no trabalho de base pautado na formação de novas áreas, seja em função da falta de crédito junto à população, já que as últimas ocupações não vêm dando muito resultado, seja em função da dificuldade de dirigir um número elevado de famílias, uma vez que a militância orgânica dos movimentos e organizações camponesas tem se tornado cada vez menor.

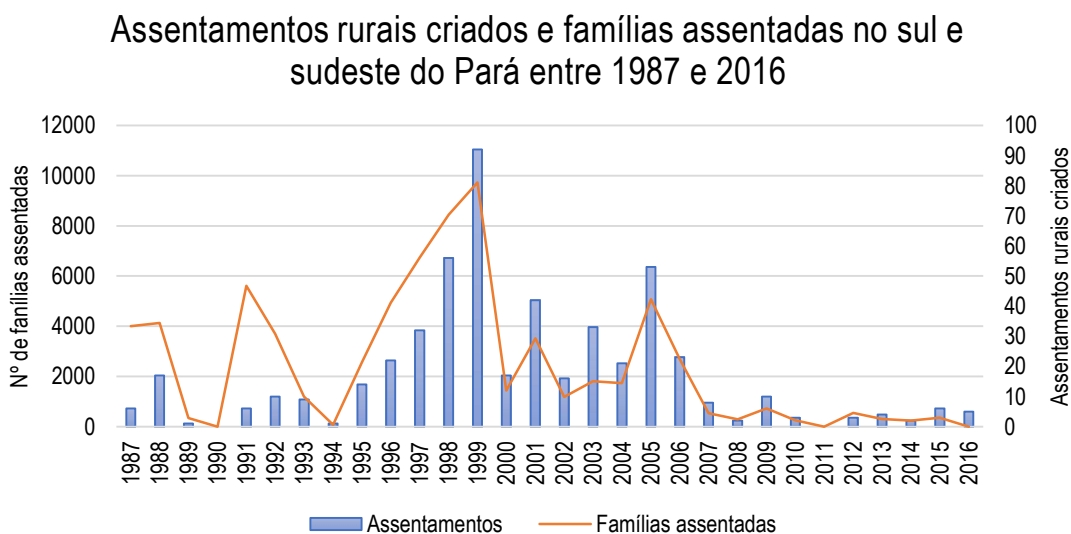
Gráfico 15 - Ocupações/retomadas de terras e famílias envolvidas entre 2008 e 2017 (sudeste do Pará).



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pela CPT (2018).

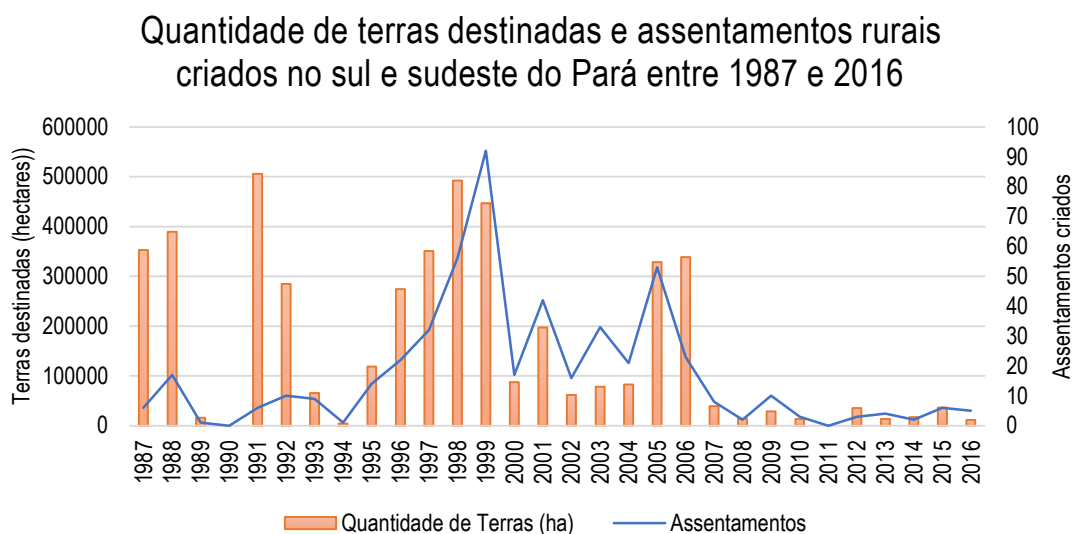
Procurando atualizar a periodização feita por Michelotti et al (2009), organizei as informações contidas no SIPRA/INCRA e atualizei a leitura sobre o ritmo e a intensidade do processo de criação de assentamentos no sudeste do Pará até o ano de 2016. Com base nestas informações, elaborei os Gráficos 16 e 17, a partir dos quais podemos facilmente constatar que entre 2007 e 2016, ou seja, durante o restante dos governos do PT (Lula e Dilma) e os primeiros oito meses do governo de Michel Temer (PMDB), praticamente não foram criados assentamentos rurais no sudeste do Pará. Analisando mais detidamente estes dados, entre 2007 e 2016 foram criados 43 assentamentos nessa região (média de 4,3 a.a.), com 3.249 famílias assentadas, em uma área de aproximadamente 208 mil hectares. Por outro lado, entre os anos de 1987 e 2006, período analisado pelos autores referência, foram criados 471 assentamentos no sudeste paraense (média de 24,7 a.a.), assentando 68.892 famílias, em uma área de aproximados 4,4 milhões de hectares. Colocando de outra forma, 91,63% dos 514 assentamentos rurais que existiam nessa região até o ano de 2016 foram criados antes de 2007. Mais ainda, 66,34% deles, ou seja, 341 assentamentos, foram criados antes mesmo dos governos do PT.

Gráfico 16 - Assentamentos rurais criados e famílias assentadas no sul e sudeste do Pará entre 1987 e 2016.



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pelo SIPRA/INCRA (2017).

Gráfico 17 - Quantidade de terras desapropriadas e assentamentos rurais criados no sul e sudeste do Pará entre 1987 e 2016.



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pelo SIPRA/INCRA (2017).

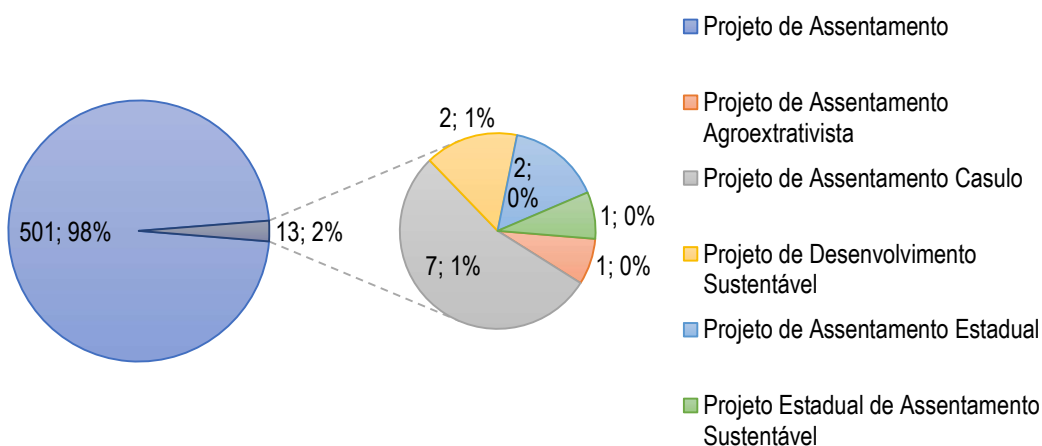
Em relação as modalidades²⁴ de experiências de reforma agrária criadas no sudeste do Pará, no Gráfico 18, também elaborado a partir dos dados contidos no SIPRA/INCRA, podemos perceber que até fevereiro de 2017 a maior parte delas, mais especificamente 98% (ou 501 assentamentos rurais) são projetos de assentamento clássicos, seguidos por 7 projetos de assentamento casulo, 2 projetos de desenvolvimento sustentável, 2 projetos de assentamento estadual, 1 projeto de assentamento agroextrativista e 1 projeto estadual de assentamento sustentável. Assim sendo, mesmo que parcela significativa desses assentamentos tenham sido fruto de regularização de áreas antes ocupadas por posseiros, no bojo do avanço da fronteira, podemos concluir que a região sequer foi beneficiada pelas alterações feitas na política da reforma agrária e regularização fundiária promovidas especialmente através do II PNRA, já que as áreas de várzea e, por conseguinte, as comunidades ribeirinhas, não são tão comuns no sudeste paraense como em outras regiões da Amazônia, ainda que estejam presentes. Em suma, houve um decréscimo acentuado do movimento de reforma agrária no sudeste do Pará, com a criação de assentamentos rurais em visível queda nos últimos anos. As ocupações, por sua vez, também caíram, como podemos ver no Gráfico 19. Qual a explicação? Obviamente o desânimo com o estancamento da criação de assentamentos pode explicar em parte o que vem ocorrendo,

²⁴ Sobre as várias modalidades de assentamentos, ver: <<http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>>;

já que muitas pessoas passaram a desconfiar da ocupação como meio para a conquista da terra, além dos outros fatores mencionados anteriormente.

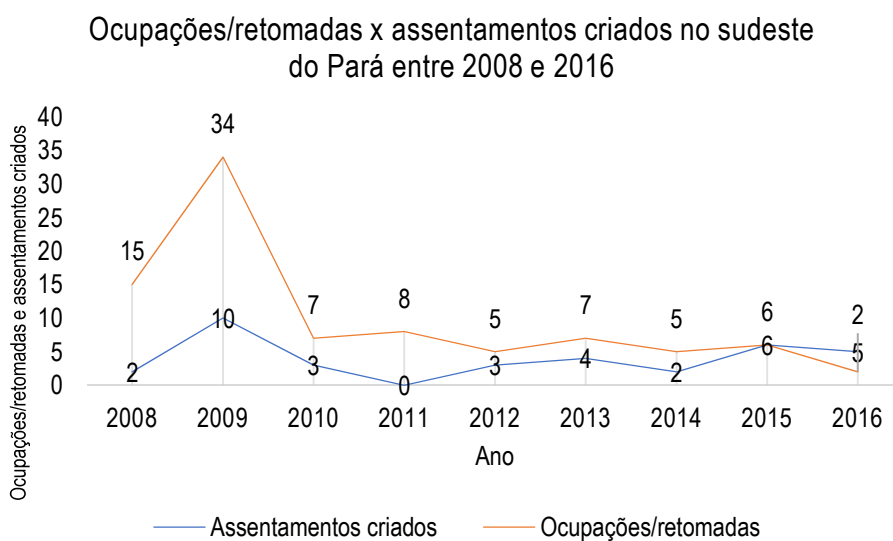
Gráfico 18 - Tipo e quantidade de assentamentos rurais criados no sudeste do Pará até fevereiro de 2017.

Tipos e quantidade de assentamentos rurais criados no sudeste do Pará até fevereiro de 2017



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pelo SIPRA/INCRA (2017).

Gráfico 19 - Ocupações/retomadas x assentamentos criados no sudeste do Pará entre 2008 e 2016.

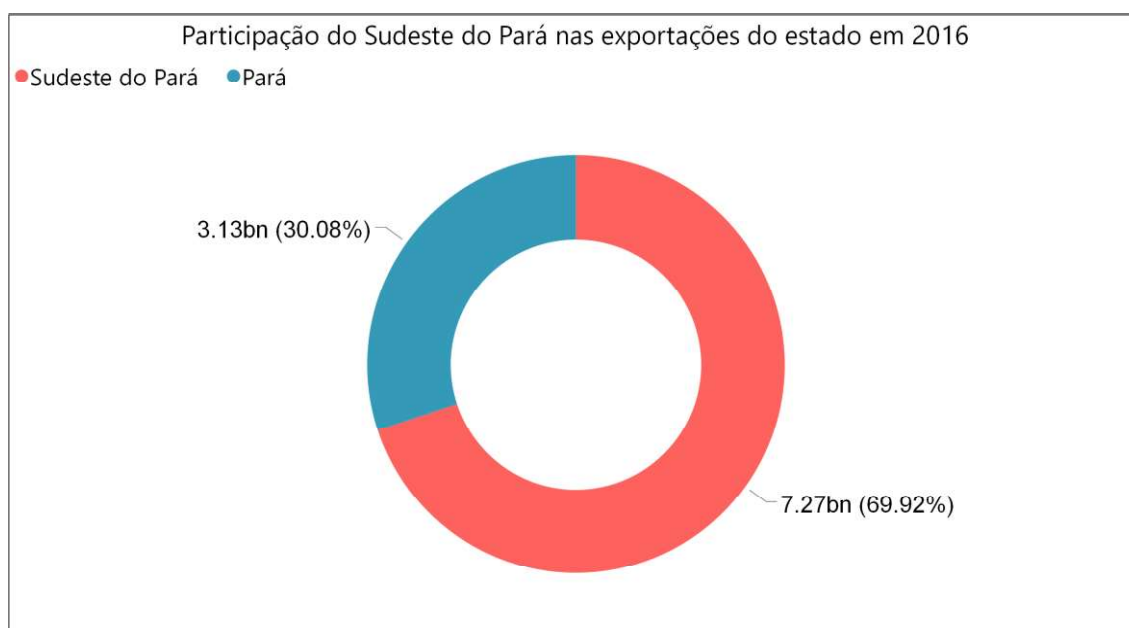


Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados da CPT (2018) e SIPRA/INCRA (2017).

Apesar dos números expressivos, o sudeste do Pará está longe de ser uma região sob hegemonia de trabalhadores rurais, ao contrário, mesmo nos períodos em que a luta pela terra e a criação de assentamentos estavam em promissora ascensão, o agronegócio e a mineração, por exemplo, seguiram em forte expansão. No entanto, apesar de termos visto nas páginas anteriores que as transformações estruturais na economia da mesorregião sudeste do Pará já vinham ocorrendo desde a década de 1950, com as ações de integração da Amazônia, Santos (2011), analisando com bastante profundidade a economia dessa região, constatou que ocorreu uma intensificação da mineração industrial e do agronegócio no sudeste paraense a partir dos anos 2000, com o *boom* das *commodities* agrícolas e minerais.

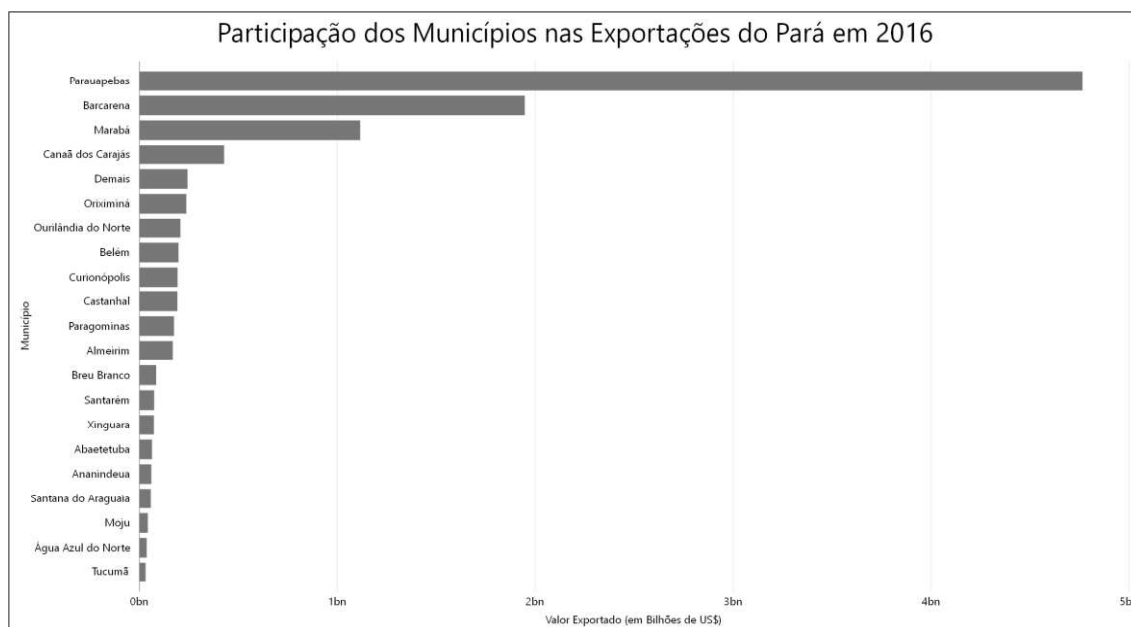
Santos (2011) apresentou dados que mostram, por exemplo, que a participação da região sudeste nas exportações do Pará passou de 33,67% em 2003, para 59,42% em 2009. O município que mais se destacou foi Parauapebas, que participou de 27,4% das exportações do estado em 2003 e de 46% em 2009, crescimento impulsionado pelas *commodities* minerais (especialmente o minério de ferro), majoritariamente exportadas para o mercado chinês, como ilustrado anteriormente. Na mesma direção, os dados da SEDEME Pará também apontam uma maior participação do agronegócio e da mineração industrial no sudeste do Pará a partir dos anos 2000, mostrando que no ano de 2016 essa região participou de 69,92% das exportações do estado do Pará (Gráfico 20) e que Parauapebas participou de 45,85% dessas (Gráfico 21), com os produtos minerais representando 99,97% desse número.

Gráfico 20 - Participação da mesorregião sudeste nas exportações do estado do Pará em 2016.



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados de SEDEME Pará (2017).

Gráfico 21 - Participação dos municípios paraenses nas exportações do estado em 2016.



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados de SEDEME Pará (2017).

Em resumo, os processos de formação social, política e econômica da mesorregião sudeste do Pará sofreram forte influência do latifúndio e dos grandes projetos agropecuários, energéticos e minerais, sempre direcionados para fora, ou seja, com a região vista somente como fornecedora de recursos primários. Por outro lado, ao tempo que o sudeste paraense vem convivendo com as diferentes expressões dos agro-minero-negócios, hoje também conta com uma expressiva presença camponesa, que foi sendo formada através das migrações para a região impulsionadas sobretudo durante o período militar, com os projetos de colonização e as muitas promessas que foram ventiladas e raramente cumpridas.

A forte presença camponesa hoje existente no sudeste do Pará em grande parte pode ser vista nos assentamentos rurais, com essa região concentrando um número significativo dessas experiências, conquistadas a duras penas, com muito suor e sangue derramado. Aliás, uma marca que acompanha a região até hoje diz respeito à violência no campo, em suas diferentes expressões, que vão desde os assassinatos, até ameaças de morte e o trabalho escravo. Em suma, falo aqui de uma região conhecida internacionalmente pelas violações cometidas contra os camponeses, pela articulação feita entre Estado, latifúndio e empresas vinculadas aos chamados grandes projetos, ou melhor, aos agro-minero-negócios.

É nesse contexto que as famílias organizadas junto ao MST conquistaram Palmares II. Uma experiência emblemática, já que sua história está marcada pelo enfrentamento às diversas expressões dos agro-minero-negócios existentes no sudeste do Pará: do latifúndio clássico, à mineração industrial. Sendo assim, no próximo capítulo faço algumas considerações a respeito da trajetória do assentamento, objeto de estudo desta pesquisa.

CAPÍTULO II - A HISTÓRIA DE PALMARES II: LUTA PELA TERRA E RESISTÊNCIA NA PROVÍNCIA MINERAL DE CARAJÁS

Foto 2 - Trem de minérios da VALE ocupado pelo MST e seus parceiros em 2007, no trecho da EFC que passa pelo assentamento Palmares II.



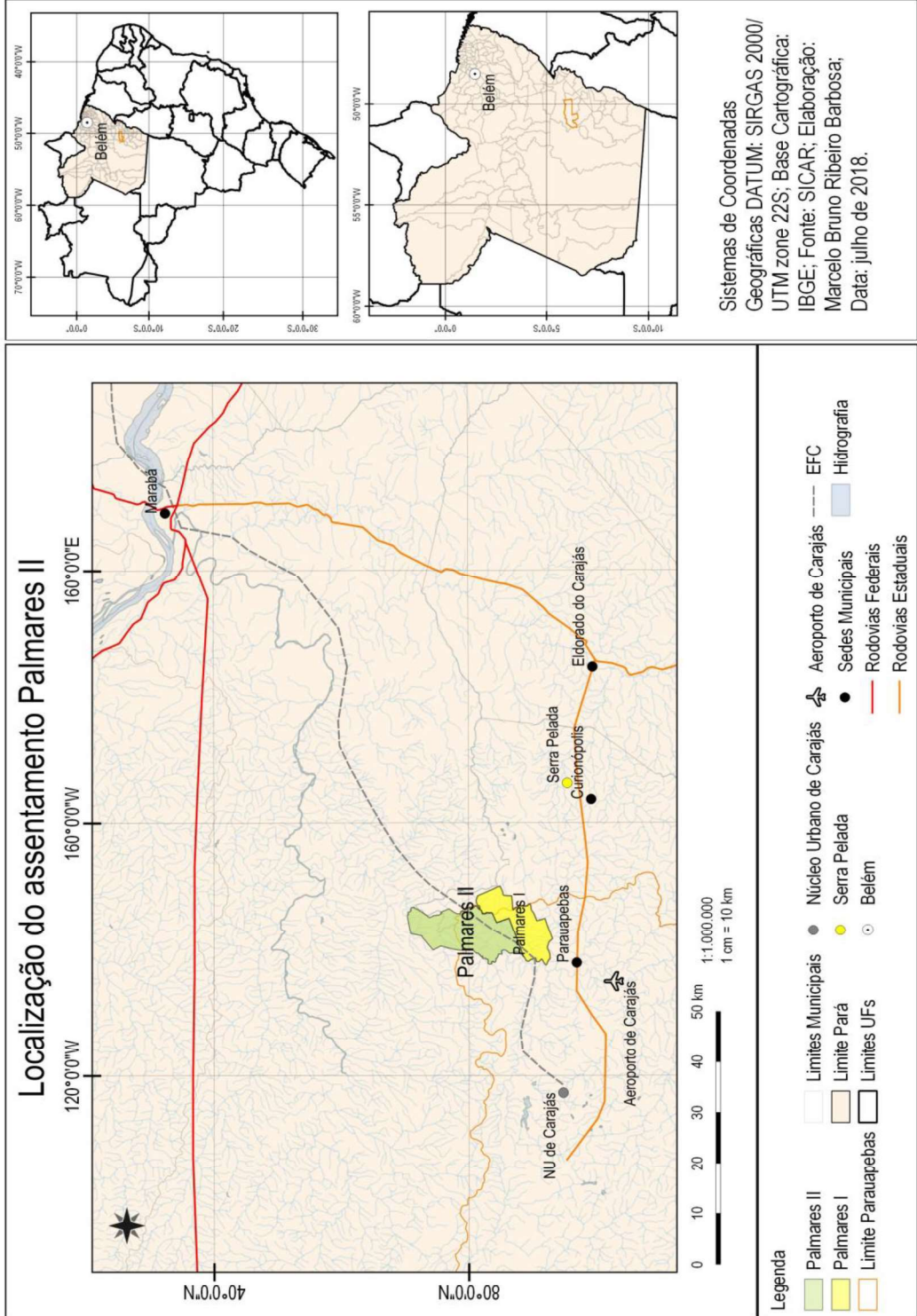
Fonte: MST (2007).

Ao me propor descrever e analisar as experiências dos sujeitos que vivem em Palmares II, senti a necessidade de dedicar algumas páginas deste trabalho às reflexões sobre as histórias de vida deles e à trajetória desse assentamento considerado por alguns como emblemático. Neste sentido, tomando como referência, além do material que coletei durante o trabalho de campo, as contribuições de diversos autores, procurei reconstituir a história de Palmares II. Organizei o capítulo em duas seções. Na primeira, fiz algumas reflexões sobre a história do assentamento como um todo, desde a chegada do MST na região de Carajás até a conquista da terra, e na segunda me detive sobre as origens das famílias que hoje vivem em Palmares II.

2.1. A chegada do MST em Carajás e a trajetória do assentamento Palmares II

O assentamento Palmares II (ou Palmares) está localizado na mesorregião sudeste do estado do Pará, na província mineral de Carajás, mais especificamente, no município de Parauapebas, 22 quilômetros distante de sua sede, conforme ilustrado no Mapa 4.

Mapa 4 - Localização do assentamento Palmares II.



Fonte: elaborado pelo autor.

Segundo informado pela maioria das fontes, a história do assentamento Palmares II se iniciou entre os meses de maio e junho de 1994, quando o MST fez um intenso trabalho de base em municípios como Parauapebas, Eldorado dos Carajás e Curionópolis, entre outros, e ocupou, no dia 26 de julho desse mesmo ano, com um grupo de 2.500 famílias, o Cinturão Verde, uma área de 411.946 hectares sob concessão da CVRD²⁵, localizada nas proximidades da Floresta Nacional de Carajás (FLONA Carajás). Três dias após a ocupação, as famílias foram despejadas violentamente por uma força-tarefa composta pela polícia e seguranças da mineradora, que disseram possuir um mandado de reintegração de posse²⁶. Este episódio é considerado a gênese da tensão entre a VALE e Palmares II, com permanência até os dias atuais.

Percebi ao longo do trabalho de campo e após uma revisão mais profunda da literatura, que apesar da ocupação no Cinturão Verde ser um marco na memória das famílias que hoje vivem em Palmares II, a história do assentamento se iniciou antes e tem relação direta com a chegada do MST no estado do Pará. Então, começemos por aí, mais precisamente pelo município de Conceição do Araguaia, na região sul do estado e pelas relações estabelecidas no final da década de 1980 e início dos anos de 1990, entre militantes do MST que viviam nos estados do Pará e Maranhão, principalmente, mas também no Piauí, Pernambuco e outros, embora com menor fôlego.

Durante uma entrevista que fiz em julho de 2017, “Castanheira”, um dos pioneiros de Palmares II, quando perguntado sobre as origens do assentamento e do MST na região de Carajás, me disse o seguinte:

“Então... a nossa história no movimento sem-terra, no MST, ela não começa aqui na Palmares. É... nós somos filhos da Rio Branco, que a gente fala, né, que foi o primeiro assentamento do MST aqui nessa região. Então, é... foi o pessoal do movimento sem-terra, do MST, do Maranhão, que vieram pra cá organizar o MST junto com outros companheiros que viviam aqui no estado... companheiro Joaquim, Fusca, é... outros companheiros do Piauí também ajudaram, e daí em 91, é... 92, 91... 92, a ocupação da Rio Branco... foi aí que a gente se integrou no movimento sem-terra”. (“Castanheira”, morador de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

Duas questões me chamaram atenção no relato de “Castanheira”. A primeira diz respeito à afirmação, em consonância com o que eu havia dito antes, de que as histórias de luta contra o latifúndio em Carajás, por parte do MST, e do assentamento Palmares II, não se

²⁵ Concessão dada pelo Senado Federal em 1986, segundo Almeida (1994);

²⁶ Algumas pessoas afirmaram, em depoimentos coletados durante o trabalho de campo, que a mineradora não possuía esse mandado. Usei aqui a versão oficial, por não possuir, além dos relatos, documentos que comprovem o contrário;

iniciaram com a ação no Cinturão Verde, mas com a ocupação feita por 548 famílias na fazenda Reunidas Rio Branco, em Parauapebas, no dia 16 de julho de 1992, segundo as informações apresentadas por Fernandes (2000). Na época, essa fazenda de aproximadamente 22 mil hectares era tida como pertencente à Família Lunardelli²⁷. Pouco tempo após a ocupação, as famílias foram despejadas pela polícia e por “jagunços” (seguranças) da fazenda e se deslocaram para Marabá, onde acamparam por cinco meses na sede do INCRA. Porém, com a falta de avanços nas negociações junto ao órgão, elas decidiram reocupar a fazenda e assim o fizeram em dezembro de 1992. Pouco tempo depois, o INCRA adquiriu uma parte daquelas terras (mais especificamente, 11.938,53 hectares) e criou, em 12 de agosto de 1993, o assentamento Rio Branco, assentando 238 famílias (SIPRA/INCRA, 2017).

Portanto, a construção do assentamento Rio Branco foi a primeira experiência desse tipo na região de Carajás originada a partir de um acampamento dirigido pelo MST. No entanto, como parte considerável das famílias não foram assentadas (segundo os dados, algo próximo de 310 famílias) os sobrantes do assentamento Rio Branco constituíram parte importante das famílias que, aproximadamente um ano depois, ocuparam o Cinturão Verde. Como disse “Castanheira”: “nós somos filhos da Rio Branco”, se referindo à uma parte das origens, pois, como mostrarei na sequência, além dos sobrantes dessa experiência e de outros assentamentos, o trabalho de base que resultou na conquista de Palmares II também foi feito nas periferias das cidades da região e nas “currutelas”²⁸ de garimpos, ou mesmo com sujeitos que passaram por todos esses territórios, como o próprio “Castanheira”.

É importante mencionar que apesar da experiência que resultou na criação do assentamento Rio Branco ter sido a primeira dirigida pelo MST em Carajás, passado algum tempo após a conquista da terra, o movimento perdeu força nesse assentamento (por razões que não consegui levantar durante a pesquisa de campo) e hoje não mais dirige os processos naquele local. Em virtude disso, Palmares II é considerado por muitos militantes do

²⁷ Segundo Fernandes (2000), os Lunardelli possuíam uma imensidão de terras espalhadas pelo Brasil (especialmente em São Paulo e no Paraná) e no Paraguai. A fortuna dessa família chegou a ser tão grande que nas décadas de 1940 e 1950 o seu patriarca, Geremias Lunardelli, foi considerado por muitos como o rei do café. Nas décadas de 1980 e 1990, a família já era uma das grandes latifundiárias do estado do Pará;

²⁸ O termo currutela é utilizado na Amazônia para fazer referência às pequenas vilas próximas de garimpos. Em geral, lugares onde os garimpeiros vão ao encontro de bebidas, festas e prostituição. Segundo Fernandes (2018), as currutelas são um “conjunto precário de estabelecimentos variados de comércios dedicados ao atendimento dos garimpos. O ‘curruteleiro’, portanto, é uma expressão negativa para referir-se aos garimpeiros que frequentam quase que cotidianamente os cabarés localizados na ‘currutela’” (FERNANDES, 2018, p. 75);

movimento como o assentamento mais antigo dirigido pelo MST não somente na região de Carajás, mas em todo o estado do Pará.

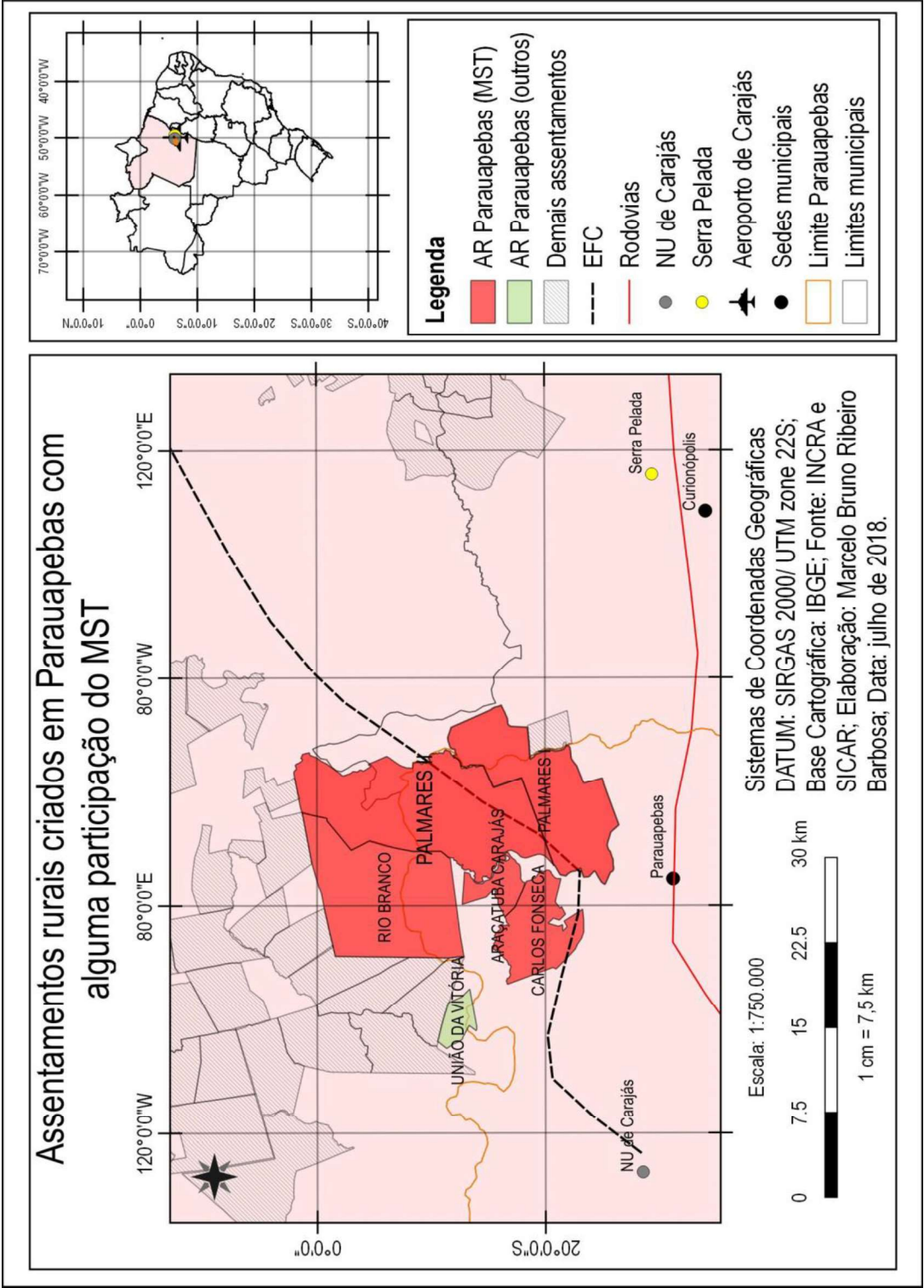
A segunda questão que me chamou atenção no relato de “Castanheira” está relacionada ao fato dele afirmar que a formação e territorialização do MST em Carajás é resultado, entre outras coisas, do trabalho de base feito por militantes do movimento não somente do Pará, mas também de outros estados, como Maranhão e Piauí. Aqui, cabe discorrer, mesmo que rapidamente, sobre as origens do MST no Pará, fazendo enfim a conexão com Conceição do Araguaia, no sul do estado.

Uma das formas para se fazer este resgate é através das trajetórias dos próprios militantes mencionados por “Castanheira”: Joaquim e “Fusca”. Revelando um pouco mais, ele se referiu a duas figuras históricas do MST no estado do Pará e em Palmares II, Onalício Araújo Barros, o “Fusquinha” e Joaquim Ribeiro dos Santos. Em comum, ambos fizeram parte do grupo que deu origem ao movimento no estado, em 1990, no município de Conceição do Araguaia²⁹ e que posteriormente se deslocou para o sudeste paraense e iniciou o trabalho de base que, entre outras coisas, culminou, direta ou indiretamente, na criação de cinco assentamentos rurais em Parauapebas: os assentamentos Rio Branco, Carlos Fonseca, Araçatuba Carajás, Palmares Sul (Palmares I) e Palmares (ou Palmares II), onde ambos foram assentados. No Mapa 5, elaborado a partir das informações contidas no SIPRA/INCRA e de dados fornecidos pelo IBGE, podemos ver a localização de todos os assentamentos rurais existentes em Parauapebas até fevereiro de 2017, com destaque para os que foram criados a partir do trabalho de base feito pelo MST ou de desdobramentos desse, e na Tabela 1, também

²⁹ Em um trabalho referência sobre a luta pela terra no sul e sudeste do Pará, Pereira (2015) afirmou que as primeiras ações do MST nesse estado não foram feitas em Conceição do Araguaia, mas onde atualmente é o município de São Geraldo do Araguaia, criado em 10 de maio de 1988, através da Lei Estadual nº 5.441, que o criou a partir do seu desmembramento de Xinguara, outro município do sudeste paraense. Nas palavras do autor, “Algumas lideranças sindicais de Conceição do Araguaia simpáticas à atuação do MST, em contatos com a Coordenação Nacional do Movimento, decidiram ocupar uma fazenda denominada Mutamba, de Renato Fraga, localizada no distrito de São Geraldo do Araguaia, município de Xinguara, em 31 de agosto de 1989. Embora tivessem tentado negociar com o INCRA a desapropriação da fazenda, a PM, sem mandado judicial, entrou na área, oito dias depois, e expulsou as trinta e três famílias acampadas [...] A expulsão de todas as famílias da Fazenda Mutamba pela PM frustrou a primeira tentativa do MST na organização de ocupações de terra no Pará. O INCRA propôs, então, levar as famílias despejadas para que fossem assentadas na Fazenda Propasa/Dois irmãos, de 34.848 hectares, em Santana do Araguaia, a 350 quilômetros de Xinguara [...]” (PEREIRA, 2015, p. 292-293). Porém, em virtude da distância do local sugerido, o autor afirmou que as famílias não aceitaram a proposta e que “Após essa tentativa, a secretaria estadual do Movimento foi, então, transferida para Conceição do Araguaia, onde havia maior número de simpatizantes que contavam com o apoio de lideranças do MST dos estados do Piauí, Pernambuco e Maranhão” (PEREIRA, 2015, p. 292-293). Assim, foi em Conceição do Araguaia, nos primeiros anos da década de 1990, que ocorreram as primeiras ações dirigidas de fato pelo MST no Pará, por isso, o município é visto como o berço do movimento nesse estado;

feita a partir das mesmas fontes, apresento algumas informações sobre essas experiências (data de criação; área total de cada assentamento; porcentagem do território do município ocupada por cada um deles, bem como a soma de todos; número de famílias assentadas em cada experiência e no município de Parauapebas; e área média dos lotes de cada família, por assentamento), onde podemos perceber que Palmares II é o maior assentamento de Parauapebas tanto em relação à quantidade de assentados (517 famílias, segundo o SIPRA/INCRA), quanto em extensão territorial, ocupando 2,3% da área total do município.

Mapa 5 - Assentamentos rurais criados em Parauapebas com alguma participação do MST.



Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 1 - Algumas informações sobre os assentamentos rurais existentes no município de Parauapebas até fevereiro de 2017.

Assentamento	Data de Criação	Área ocupada (ha)	(%) área do município ocupada	Nº de Famílias	Área Média por Família (ha)
Rio Branco	12/08/1993	11938,53	1,70	238	50,16
Palmares II	11/03/1996	14921,89	2,13	517	28,86
Carlos Fonseca	05/10/1999	4346,93	0,62	120	36,22
Palmares I	13/12/2001	9614,69	1,37	324	29,67
Araçatuba Carajás	02/09/2002	1447,60	0,21	50	28,95
União da Vitória	19/12/2007	1004,40	0,14	25	40,18
Área total do município de Parauapebas (ha) = 700900,00					
Área total de Parauapebas ocupada por assentamentos rurais (ha) = 43274,05					
Área total de Parauapebas ocupada por assentamentos rurais (%) = 6,17					
Número total de famílias assentadas em Parauapebas = 1274					

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pelo SIPRA/INCRA (2017) e IBGE (2017).

Observando as histórias de vida de Joaquim e Fusquinha, podemos ver parte significativa da própria trajetória do MST no Pará, desde as primeiras ações do movimento, no sul do estado, até a chegada em Carajás, coração da mineração na Amazônia. Joaquim participou de experiências como a ocupação, por um grupo de 95 famílias, segundo os dados apresentados por Pereira (2015), da fazenda Ingá, em Conceição do Araguaia, em 10 de janeiro 1990, além de ter sido preso em 1991, no município de Marabá, junto com outros militantes do MST, sob a acusação de ser um remanescente da Guerrilha do Araguaia (retomo a discussão sobre esse episódio à frente). Também esteve presente, como indicou o relato de “Castanheira”, nas ocupações feitas na fazenda Rio Branco (que resultou na criação do assentamento que ganhou o mesmo nome da fazenda) e no Cinturão Verde, que culminou na criação de Palmares II, onde foi assentado. Foi fundador e presidente da Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Assentamento Palmares e Região (APROCPAR) e um dos primeiros a assumir a Coordenação Nacional do MST pelo estado do Pará. Faleceu em Parauapebas, em 21 de dezembro de 2015. Fusquinha, também pioneiro do MST no estado do Pará, por sua vez, participou, além das já mencionadas ocupações no Cinturão Verde e nas fazendas Ingá e Rio Branco, de diversas outras ações, que resultaram na criação de vários assentamentos, ligados ou não ao MST, em diferentes regiões

do estado. Assim como Joaquim, também foi assentado em Palmares II e, segundo Assis (2007), foi assassinado em 1998, em uma ação de pistoleiros e proprietários da fazenda Goiás II, em Parauapebas, hoje assentamento Onalício Barros, em sua homenagem. Na mesma emboscada em que Fusquinha foi morto, também foi assassinada outra liderança do MST na região, Valentim Serra, o “Doutor”, na época, tesoureiro da APROCPAR, que também foi homenageado com seu nome atribuído à um assentamento rural criado na região.

A história de vida de ambos me parece interessante por duas razões. Primeiro, evidenciam as aproximações feitas no início da década de 1990 entre militantes do MST do Maranhão e Pará, principalmente, mas também de outros estados, como dito antes, já que ambos durante muito tempo circularam entre os dois estados, trocando muitas experiências. Segundo, porque são exemplos da trajetória do MST até a chegada do movimento na província mineral de Carajás. Fusquinha e Joaquim se integraram nas fileiras do MST em Conceição do Araguaia, a partir do trabalho de base feito por militantes do movimento vindos de outros estados, especialmente do Maranhão. A partir daí, participaram das primeiras ações do MST no Pará e por vezes foram ao Maranhão participar de escolas e cursos de formação. Com as tensões que a chegada do MST em Conceição do Araguaia provocou, com o principal exemplo sendo a ocorrência entre posseiros e o movimento na fazenda Ingá³⁰, o MST decidiu se deslocar

³⁰ Segundo Pereira (2015), as tensões que ocorreram na experiência de ocupação da fazenda Ingá, que a princípio foi um processo dirigido pelo MST, se deram em razão do já mencionado conflito entre as lógicas do posseiro e dos sem-terra, sobre as quais já discorri no primeiro capítulo deste trabalho. Nas palavras do autor: “As ocupações das fazendas Ingá e Canarana, em Conceição do Araguaia, se procederam em meio a esse processo divergente de condução da luta. Seguiram o padrão de coletivização da terra, como faziam no Sul do País, com agrovila, roça comunitária e organização de cooperativas. Mas, posseiros de forma individual, passaram a demarcar os seus lotes em outras partes do imóvel, causando atritos com os ‘sem-terra’. Enquanto as famílias ligadas ao MST estavam acampadas, em barracos improvisados e com roças coletivas numa pequena parte do imóvel, aguardando as negociações com o INCRA, os posseiros ocuparam quase toda a propriedade com a demarcação de seus lotes e edificação de suas roças. Por esta razão, a coordenação do Movimento acabou perdendo o controle da área e negociou com o INCRA a remoção de parte das famílias acampadas para a fazenda Guaratanã, no município de Redenção que, na época, estava em processo de desapropriação” (PEREIRA, 2015, p. 295-296). Ele seguiu e afirmou que existia uma discórdia entre o MST, a CPT e o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) em Conceição do Araguaia naquele período e que as tensões que daí resultaram fizeram com que o MST deslocasse sua secretaria estadual para Marabá. Segundo o autor, a saída do sul do Pará e a escolha de Marabá como destino foram motivadas por quatro fatores. O primeiro diz respeito às dificuldades que o movimento tinha de lidar com a lógica do posseiro (das ocupações “atrás da moita”, sobre as quais já discorri neste trabalho), que era muito forte em Conceição do Araguaia. O segundo está relacionado às condições de Marabá naquele período, onde existiam muitos trabalhadores e trabalhadoras sem perspectivas de emprego e renda, após o esgotamento dos garimpos de ouro da região, especialmente Serra Pelada, e também uma grande quantidade de pessoas em situação de pobreza, atraídas para essa região pelos grandes projetos de mineração e infraestrutura que estavam sendo implantados. Não encontrando emprego, essas famílias não tinham outra alternativa senão ocupar grandes fazendas. Cenário perfeito para que o MST fizesse seu trabalho de base. O terceiro fator foram as presenças em Marabá, naquele período, de várias entidades com atuação junto as camadas populares, que poderiam apoiar as ações do movimento. Por fim, o quarto e último fator está relacionado à localização geográfica de Marabá, principal entrada ao sudeste do Pará e com acesso relativamente simples (via PA-150 ou rodovia Belém-Brasília) à capital do estado, o que poderia facilitar a atuação e o crescimento do MST não só naquela região, mas em todo o Pará. Porém, logo após a chegada do MST em Marabá, sete lideranças do movimento foram presas, em 17 de julho de 1991, sob a acusação de

para o município de Marabá e, buscando visibilidade política, posteriormente começou a ocupar terras também em Carajás, coração do capital no sudeste paraense. Vejamos outro trecho de relato de “Castanheira” que nos ajuda a perceber esse processo não só nas trajetórias de Fusquinha e Joaquim, que são didáticas, é verdade, mas também de outras pessoas. Nas palavras dele:

“Na época, eu nem, é... quem primeiro entrou no movimento foi meu pai, junto com os outros meus irmãos e minha mãe, e foi na Rio Branco. Nessa época, eu tava no garimpo. Quando eu cheguei, eles estavam acampados em Marabá. Daí eu fui pro acampamento que eles tavam. Nós morávamos aqui em Curionópolis, na época. Eles tavam acampados no INCRA, em Marabá, e eu fui, né, fazer... ajudar... não participei do acampamento na Cinturão Verde, tô falando isso antes, né. Depois, é... como eles já tavam no movimento, nós fomos convidados a participar de um grupo de jovens do movimento sem-terra. Sem saber muita coisa na época, né. Era um grupo de jovens do acampamento, que já na época a militância nos convidou, a militância do movimento sem-terra. Na época era o Fusquinha, Bicudo, era a Gilvânia, o Elias Araújo. Era essa turma, né. Porque o Joaquim, a outra turma, ainda tava pra Conceição do Araguaia. Daí foi que nós começamos a conhecer o movimento sem-terra. Logo em seguida teve um curso no Maranhão, que foi na Gameleira. Foi uma turma de jovens daqui do Pará, que era pra mais ou menos se interar do movimento sem-terra, pra conhecer, né. É... dessa vez eu não fui, porque eu tava com muita malária. Tava doente, muita malária na região e eu não fui. Os meninos foram, ficaram um período. Aí já começa a surgir dentro do movimento sem-terra, Izabel, é... a própria Elis, Edmilson, Piau, é... uma turma de militantes que já começa a ingressar. Como foi um curso pequeno, acho que em torno de um mês, dois meses, pra pegar as primeiras experiências, é... já se pensou num curso prolongado do MST da regional Amazônica, no Maranhão. Nessa etapa do curso de um ano, foi que a maioria dessa militância que tá no MST hoje, foi pro Maranhão. Aí já vai o Tito, vai o Charles, vai a própria Izabel, mas a Izabel já tinha outras funções, que era... já tinha uma outra função dentro do movimento sem-terra. Ia, voltava pro estado. E foi acho que em torno de uns trinta companheiros, já na época, pra esse curso. Foi daí que nós ingressamos no movimento sem-terra, né. Em 93, é... 93,94, né. Quando nós volta do curso, que foi um ano, lá no Maranhão... quase um ano, não chegou a ser um ano, é que a gente começa a fazer trabalho de base pra Cinturão Verde, né. Daí nós já era militante, iniciante, no movimento sem-terra. Sem muita experiência, mas era o que tinha na época. Porque quem trouxe o movimento sem-terra já voltou pros seus estados e já entregou o movimento na nossa mão. ‘Tá aí, é de vocês, vocês cuida, heim’. É... e aquele bando de jovens, com muita vontade, mas sem muita experiência do movimento aqui na região, tendo em vista que é um dos estados mais violentos nessa questão da reforma agrária. Inclusive tinha alguns companheiros que... inclusive eles falaram pra mim... falou pra mim: ‘olha, vocês nunca vão ser militantes no estado do Pará’. ‘Mas como assim?’ ‘Porque lá é muito violento, lá tem muito conflito e tal’. Pois é, mas vamos vê o que dá, vamos tentar, né. E daí a gente começou, fez o trabalho lá da Cinturão Verde. Juntou gente em Parauapebas, juntou gente é... na Cutia, juntou gente na Serra Pelada, em Eldorado. Essa militância já com muita vontade e fizemos a ocupação da VALE, na época, já da Cinturão Verde. Em 93, 94, já né. 93, nesse meado aí de 94, é... que a gente fez a ocupação da Cinturão Verde. Afirmando, sem muita experiência, com uma vontade de fazer as coisas, mas sem analisar o tamanho do gigante que nós ia brigar com ela, naquele primeiro momento, que era a Vale do Rio Doce” (“Castanheira”, morador de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

estarem tentando promover uma volta da Guerrilha do Araguaia na região. Foram soltas três meses depois, após um *habeas corpus* impetrado pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) em favor deles ter sido aceito por unanimidade na Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do estado do Pará, conforme disseram Pereira (2015) e Fernandes (2000);

Penso que através das experiências vividas por “Castanheira”, podemos perceber vários elementos interessantes sobre a trajetória do MST no Pará, especialmente sobre a chegada do movimento em Carajás. Como ele disse, sua entrada no MST se deu quando as famílias que haviam sido despejadas na ocupação da fazenda Reunidas Rio Branco, em 1992, estavam acampadas na sede do INCRA, em Marabá. Um exemplo concreto de parcela significativa da base que alguns anos depois compôs o grupo de famílias que seriam assentadas em Palmares II, já que “Castanheira”, assim como tantos outros, entrou no MST após o esgotamento do garimpo de ouro na região, especialmente em Serra Pelada, o que não deixou muitas alternativas aos trabalhadores e trabalhadoras do sudeste do Pará, fazendo-os adentrar no movimento que se fortalecia nessa região em torno da luta pela terra.

Como vimos no relato, “Castanheira” se integrou no MST através do grupo de jovens do acampamento feito no INCRA, em 1992, para o qual ele se deslocou a partir de seus pais e irmãos, que haviam participado da ocupação feita em julho daquele ano na fazenda Rio Branco, em Parauapebas. Cabe destacar, ajudando a estabelecer as conexões que procuro fazer neste texto, ele afirmou que, naquele período, figuras históricas do MST no estado do Pará já circulavam pelo acampamento, inclusive mencionando Fusquinha, enquanto outras ainda estavam em Conceição do Araguaia, como Joaquim. Porém, acredito que o mais interessante do relato esteja no processo de trocas que ele descreve entre militantes do MST dos estados do Pará e Maranhão, ou, como ele chamou, da Regional Amazônica do movimento. Segundo ele, entre 1992 e 1993, foram realizados pelo menos dois cursos de formação no Maranhão que contaram com a participação de militantes do MST que viviam no sudeste paraense. Foi a partir desses cursos que parte importante dos militantes que hoje compõem a direção do movimento nessa região se integraram de fato no MST e iniciaram, logo na sequência, o trabalho de base que culminou na ocupação feita no Cinturão Verde.

Neste sentido, como afirmei no início desta seção, a história do assentamento Palmares II, quando contada somente a partir da ocupação feita nos domínios da CVRD, está sendo parcialmente contada, já que as várias experiências e trocas que permitiram que aquela ocupação ocorresse estão sendo desconsideradas. A história de qualquer assentamento nunca começa no momento da ocupação. Ao contrário, a ocupação é resultado de um processo anterior, que, no caso em questão, começou em Conceição do Araguaia e se fortaleceu em Marabá, quando o MST, em uma articulação ampla, decidiu adentrar no estado do Pará.

Abrindo um parêntese, como já dito aqui a partir das contribuições de Pereira (2015), o deslocamento do MST de Conceição do Araguaia à Marabá e, posteriormente, à região de Carajás, foi profundamente motivado por avaliações internas do movimento que giraram em torno das tensões que foram criadas com o STR, os posseiros e a CPT naquela região, cuja principal expressão foi o episódio na fazenda Ingá. Porém, como podemos ver em um relato feito por “Carlos” (utilizo as mesmas aspas que o autor referência), militante do MST, em julho de 2004, e sistematizado em Bringel (2009), o sentimento do movimento não foi de derrota. Nas palavras dele:

“Neste sentido, embora saíssemos derrotados no aspecto da ocupação territorial, politicamente nós não fomos. Geograficamente nós não temos o território, mas politicamente nós temos uma organização capaz de influenciar em outro espaço. Então, nós saímos de Conceição do Araguaia e viemos fazer trabalho de base no município de Parauapebas. Que era o que? Que era à base do garimpo [...]” (“Carlos”, militante do MST apud BRINGEL, 2009, p. 5).

Assim, embora efetivamente o processo em Conceição do Araguaia tenha sido cheio de percalços, com a perda da direção de um território conquistado (o assentamento Ingá) o relato de “Carlos” mostrou que o ânimo da militância do MST naquela época mesmo assim estava alto, em diálogo com o exposto por “Castanheira” sobre a jovialidade e a vontade de lutar das pessoas que estavam acampadas no INCRA, em 1992, cuja mobilização muito teve a ver com esse deslocamento do MST até o sudeste paraense. Dialogando com os quatro motivos apontados por Pereira (2015) que levaram o MST a sair do sul do Pará e migrar para Marabá, inclusive alterando o local de sua secretaria estadual (a saber: dificuldade de lidar com a forma de luta do posseiro, a “luta atrás da moita”, em Conceição do Araguaia; as condições de Marabá, que naquele período possuía muitos trabalhadores e trabalhadoras sem perspectiva de emprego, com o esgotamento dos garimpos e com o inchaço populacional, provocado pela atração exercida pelos grandes projetos que estavam sendo implantados na região; a localização privilegiada de Marabá, que possibilitava, ao mesmo tempo, melhor acesso à Belém e a outros locais dentro e fora do estado; e a presença de apoiadores que poderiam auxiliar o movimento), o relato de “Carlos” também evidencia que o movimento já tinha em seu horizonte a possibilidade de fazer trabalho de base com os garimpeiros quando migrou para o sudeste do Pará. Portanto, um passo calculado e muito bem pensado.

Retomando, também me chamou atenção no relato de “Castanheira” três outras coisas. A primeira diz respeito às várias menções que ele fez a respeito da violência no campo no estado do Pará, que naquele período certamente era ainda mais alarmante que hoje, em virtude da

invisibilidade daquela região no cenário nacional. A segunda, por sua vez, está relacionada às pistas que ele deu sobre as origens das famílias que ocuparam o Cinturão Verde e que, posteriormente, seriam assentadas em Palmares II, tema que abordo mais detidamente na próxima seção. Todavia, como já levantei em alguns momentos, as menções que ele fez à locais como os garimpos Cutia e Serra Pelada, ambos em Curionópolis, nos dão elementos para afirmarmos com alguma segurança que os garimpeiros compuseram parcela importante das famílias mobilizadas pelo MST para ocupar o Cinturão Verde, porém, não foram os únicos, como veremos na sequência (no relato, “Castanheira” já falou de cidades como Parauapebas, Eldorado dos Carajás e Curionópolis, onde o MST fez trabalho de base nas periferias).

Por fim, a última questão que me chamou atenção está no trecho em que “Castanheira” afirmou que a base mobilizada pelo MST naquele período tinha muita vontade e disposição, porém pouca experiência, e que eles não dimensionaram o tamanho do inimigo que iriam enfrentar, a CVRD. Penso que é justamente aí onde está a particularidade do assentamento Palmares II, pois diferente do que ocorre na maioria dos casos espalhados pelo Brasil, o processo de luta pela terra que resultou na criação desse assentamento, por mais que a fazenda desapropriada não tenha sido de propriedade da VALE, como veremos na sequência, sempre teve como principal inimigo não a figura de um fazendeiro, com nome e rosto, tampouco uma empresa diretamente ligada ao agronegócio, mas sim uma das maiores mineradoras do planeta, antes estatal e agora uma empresa privada de capital aberto. Em suma, um caso extremamente complexo.

Mesmo sem ter dimensionado a força da CVRD, como disse “Castanheira”, acredito que o poder da mineradora sempre foi amplamente conhecido no sudeste do Pará, e que certamente não foi obra do acaso a escolha do Cinturão Verde como local a ser ocupado pelo MST naquele período. Ao contrário, a ideia do movimento era causar um forte impacto político em sua “chegada” à Carajás (entre aspas pois, como vimos antes, o movimento contribuiu no processo de criação do assentamento Rio Branco) e podemos ver isso em um trecho de uma entrevista que fiz em novembro de 2017 com “Sumaúma”, moradora de Palmares II que fez parte do grupo que participou daquela ocupação. Segundo ela:

“A Cinturão Verde, ela tem um histórico de cobiça... de trabalhadores, do sindicato aqui da região... era uma área muito cobiçada, né. Uma área que todo mundo tinha vontade nela. Isso também porque já teve morte de trabalhador, morte de sindicalista, tinha extração de madeira, na época, né. É... então, muita gente aqui da região tinha muita vontade de ser assentado na Cinturão Verde, de tantas investidas que eles fizeram, ocupavam e depois era despejado violentamente, mas sempre ficava com a vontade de voltar” (“Sumaúma”, moradora de Palmares II, entrevista feita em novembro de 2017).

Como podemos perceber, o relato de “Sumaúma” reforça a ideia de que a escolha do Cinturão Verde como local a ser ocupado foi uma forma de chamar atenção e causar um forte alvoroço, visto que além de ser uma área sob concessão da CVRD, também eram terras historicamente reivindicadas pelos camponeses daquela região, inclusive com episódios de conflitos e despejos muito violentos. Um movimento social recém-chegado, porém com certo destaque no cenário nacional, como já era o MST na época, que também já havia participado do processo de luta que resultou na conquista de parte da fazenda Rio Branco (na época, uma das maiores de Parauapebas), portanto, já tendo ventilado eficácia, chegou e ocupou uma área emblemática como o Cinturão Verde, certamente gerou inquietações, seja por parte da CVRD e do Estado, seja por parte dos trabalhadores e trabalhadoras, muitos dos quais se somaram às fileiras do MST naquele momento, por acreditarem que finalmente tinham chances reais de conquistarem aquela famosa área, como me disse “Castanheira”, em uma conversa informal que tivemos em janeiro de 2017, durante o trabalho de campo.

Além das motivações políticas mais amplas, os militantes do MST que fizeram o trabalho de base que culminou na ocupação do Cinturão Verde, também se valeram de uma situação muito particular, que acabou sendo a motivação mais concreta de parte considerável das famílias que participaram daquela ação. Meses antes dessa ocupação, a CVRD havia expulsado e transferido para uma área da zona rural de Marabá, um grupo de famílias, naquele momento não ligadas ao MST, que estavam acampadas no Cinturão Verde. Porém, as péssimas condições do local para onde elas foram destinadas, a Gleba Itapirape, na região da estrada do Rio Preto, fez com que elas criassem um sentimento de raiva em relação à mineradora, além do desejo de retornarem à Parauapebas para mais uma vez ocuparem o Cinturão Verde, agora compondo as fileiras do MST, que ajudou a motiva-las. Podemos ver alguns detalhes desse processo no relato feito em 2003 por Joaquim, o mesmo que citei antes, sistematizado em Brito Filho (2016). Segundo ele:

“A estratégia da ocupação do Cinturão Verde por parte do MST, era porque a Vale do Rio Doce tinha expulsado e transferido para o Rio Preto, na gleba Itapirape, em Marabá e distante 160 km de Parauapebas, sem estradas e muita malária, as famílias, que depois voltaram para Parauapebas, e tinham a disposição de voltarem para o Cinturão Verde” (Joaquim, militante do MST e liderança de Palmares II, falecido em 21 de dezembro de 2015 apud BRITO FILHO, 2016, p. 49).

Porém, como dito anteriormente, somente três dias após a ocupação nos domínios da CVRD, as famílias foram despejadas de forma violenta do Cinturão Verde. Penso que as

palavras de “Cacaueiro”, que me foram ditas durante uma entrevista que fiz com ele em novembro de 2017, transmitem muito bem a violência praticada pelo Estado e pela mineradora naquela ocasião. São elas:

“Os despejos violentos, o jeito que eles agiam, porque eles tinham... tinham não, tem até hoje, uma segurança armada. Mas na época, era uma espécie de pistolagem, com muito mais força e poder, que a VALE tinha na época. Quem nos despejou na Cinturão Verde foi a Polícia Militar, junto com a segurança da VALE, né, da mineradora. A polícia toda comprada. Ônibus e tal, tudo financiado, é... pela VALE, né... inclusive tem muitos comentários, foram tudo pago por a VALE. Na época, a própria Polícia Militar. Combustível pros carros, todo o aparato foi a VALE que, é... passou pra eles justamente pra fazer esse despejo, sem nenhuma reintegração de posse, sem nada. Chegou e despejou. Muito tiro na mata, muita coisa e o povo teve que sair” (“Cacaueiro”, morador de Palmares II, entrevista feita em novembro de 2017).

Como podemos ver, o relato de “Cacaueiro”, um dos pioneiros de Palmares II, evidencia toda a violência praticada por essa força-tarefa composta pela polícia e a CVRD naquela ação de reintegração de posse. Como ele disse, não foi somente a Polícia Militar que os despejou, houve também uma participação decisiva da mineradora, que garantiu a infraestrutura necessária para que a ação ocorresse. Também me chamaram atenção a menção que “Cacaueiro” fez à existência de uma segurança armada da CVRD, que, segundo ele, atua até hoje. Não ficou muito claro se ele estava se referindo à polícia como subordinada aos interesses da mineradora, ou se de fato se referia à existência de funcionários contratados pela VALE para executarem essa “pistolagem”, usando o termo que ele usou. Certo é que o relato deixou evidente a violência abusiva praticada naquela ação, inclusive com disparos de armas de fogo. Hoje – e percebi isso não somente durante o trabalho de campo, mas também em outros momentos, circulando entre movimentos e comunidades de alguma forma impactadas ou que fazem algum tipo de enfrentamento à mineração no sudeste do Pará –, é praticamente unânime entre militantes, ativistas e intelectuais dessa região que a atuação da VALE contra as organizações populares e seus apoiadores, além dessa violência direta, como ocorreu no episódio à que se refere “Cacaueiro”, se sofisticou e caminhou na direção da espionagem³¹ e da

³¹ Em uma reportagem publicada em 5 de maio de 2014, na edição brasileira do jornal francês *Le Monde diplomatique*, o professor Henri Acselrad, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), abordou com profundidade, inclusive fazendo referências aos casos ocorridos na região de Carajás, o tema da espionagem praticada pelas grandes corporações, o que ele chamou de estratégias empresariais de controle do território. O autor falou em uma herança maldita da ditadura nessas práticas. Nas palavras dele: “Ao lado da infiltração de agentes de informação nos movimentos, temos visto constituir-se uma espécie de ‘ciência’ destinada a enfrentar e desmobilizar essas organizações: são realizados estudos ditos de ‘risco social’ para determinar em que medida as populações atingidas pelos grandes projetos podem vir a gerar risco aos empreendimentos caso venham a ser, com sucesso, mobilizadas para o debate e o questionamento dos projetos. Cientistas sociais e comunicadores são contratados para estudar os grupos atingidos e desenvolver programas de relações comunitárias. Observa-se, assim, um forte parentesco entre as ações ditas de ‘responsabilidade social empresarial’ e aquelas conhecidas como ‘ações-cívico-sociais’ das Forças Armadas [...]”

luta judicial, com inúmeros processos feitos pelo setor jurídico da empresa contra lideranças de movimentos sociais e comunidades, bem como contra seus apoiadores³². Retomo esta discussão no quarto capítulo deste trabalho.

Após o despejo no Cinturão Verde, as famílias acamparam na sede da Prefeitura Municipal de Parauapebas (PMP), onde conseguiram que o município lhes garantisse transporte até a unidade avançada do INCRA em Marabá (que após o massacre de Eldorado dos Carajás, tornou-se a sede da superintendência regional do instituto no sul e sudeste do Pará³³). Chegando no órgão, as famílias se depararam com ele cercado pela polícia, que impediu a ocupação que o MST pretendia fazer no local. Somente após negociações com a superintendência, em Belém, a polícia se retirou e as famílias acamparam, no dia 05 de julho de 1994, nas dependências do INCRA, já esboçando o movimento destacado por Pereira (2015), de grandes acampamentos na sede da Superintendência Regional 27, em Marabá, e nas unidades do INCRA localizadas em outros municípios da região, que ocorreram posteriormente, nos anos de 1997, 1999, 2000

No âmbito empresarial, as ações de assistência social são parte das chamadas estratégias de ‘não mercado’, destinadas a ‘combater o risco de instabilidade institucional, que pode afetar seriamente as oportunidades de negócio’. Visam, assim, nos termos dos administradores privados, ‘aumentar as capacidades empresariais de captura de valor, por meio da gestão de suas interações institucionais, políticas e sociais – interações essas ‘que são mediadas pelo público’. Pesquisadores da área da Antropologia têm designado como ‘política de resignação’ esses esforços empresariais de neutralizar a crítica social e o descontentamento popular, procurando oferecer respostas limitadas por meio de gestos simbólicos de compensação ou mitigação, aproveitando-se do vazio do Estado na garantia dos direitos à educação e à saúde. Um representante da grande mineração afirmou a um jornal econômico: ‘Antes, os movimentos sociais nos criticavam por fecharmos a mina e só deixarmos, no local, um grande buraco. Agora, deixamos também uma escola e um posto de saúde’. Ou seja, a intenção de desmobilizar os movimentos críticos está na origem mesma de tais estratégias ditas ‘sociais’. As conjunturas são distintas e a diferença entre a espionagem da ditadura e a de uma grande corporação é que, no primeiro caso, visavam-se os agentes da crítica e da oposição, com o intuito de dismantelar a rede da resistência; no segundo, o objetivo é o público em geral que se quer ‘proteger’ dos efeitos da crítica. No regime político de exceção, queria-se silenciar os críticos; no regime de exceção privado das corporações, deseja-se obter elementos para montar programas eficazes de responsabilidade social, neutralizar a crítica e viabilizar o controle sobre o território”. Assim, as colocações do professor nos dão vários elementos para entendermos um pouco melhor a prática da espionagem feita pela VALE no sudeste do Pará, cujo público alvo é a sociedade como um todo, buscando manter a hegemonia no campo ideológico, ainda que intervenções cirúrgicas, como espionar a prática de lideranças políticas, seja algo presente no repertório de ações da empresa. Porém, como dito, retomarei esta discussão no quarto capítulo deste trabalho, discorrendo sobre os efeitos dessa prática em Palmares II. A reportagem citada pode ser vista acessando: <http://diplomatie.org.br/confluencias-autoritarias/>;

³² Um caso que ganhou grande repercussão, foi o do professor Evandro Medeiros, da Faculdade de Educação do Campo (FECAMPO), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), que foi processado pela VALE por ter participado, em novembro de 2015, de um protesto nas margens da EFC, em um dos trechos que passa em Marabá, que denunciava as violações cometidas pela Samarco Mineração S.A no desastre ambiental de Mariana, em Minas Gerais. Algumas informações sobre o caso estão em uma reportagem publicada em julho de 2016, pela edição brasileira do jornal espanhol El País, que pode ser vista acessando: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/08/politica/1468007821_923226.html;

³³ Sobre a trajetória e atuação da SR-27 do INCRA, uma das maiores do Brasil, como mostrei no primeiro capítulo deste trabalho, recomendo o excelente trabalho feito por Castro (2013);

e 2001³⁴. Porém, talvez não com a mesma envergadura dos episódios lembrados pelo autor, a prática de fazer ações e acampamentos na superintendência e nas unidades do INCRA dessa região, como forma de protesto, tornou-se algo comum e visto até hoje não somente no repertório de ações do MST, mas também de outros movimentos sociais e organizações camponesas com atuação no sul e sudeste do Pará.

Os grandes acampamentos aproximaram o MST dos outros movimentos sociais e organizações camponesas presentes nessa região, como os STRs e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI, regionais sul e sudeste do Pará), que, durante a primeira metade da década de 1990, como já mencionei, inclusive nesta seção, mantinham relações tensas com os sem-terra, entre outros fatores, por possuírem divergências político-metodológicas com o MST (a lógica do posseiro versus o enfrentamento escancarado, do MST). Porém, a partir dos grandes acampamentos no INCRA e de várias ações conjuntas, com o apoio de atores como a CPT, por exemplo, houve uma aproximação entre essas organizações e o MST, como relatou Pereira (2015):

“[...] foi a partir da realização dos *grandes acampamentos* no INCRA e de uma série de ações, com o apoio e participação da CPT, CEPASP, LASAT, FASE e SDDH, que ocorreu uma maior aproximação entre os dois movimentos. Não só o número de Projetos de Assentamento (PAs) foi ampliado pelo Governo Federal, devido a essas ações, mas também a troca de experiências entre os trabalhadores rurais. Nesse sentido, embora se possa considerar que a política de reforma agrária, do Governo Federal, naquele momento, tenha contribuído diretamente na forma de atuação do movimento sindical, se pode afirmar que diversas ações do MST influenciaram as práticas do movimento sindical, na luta pela terra, a partir dos meados da década de 1990. Em 1996 e 1997, por exemplo, diversos dirigentes sindicais deixaram de ser apenas apoiadores da luta dos posseiros e passaram a cadastrar famílias de *sem-terra*, a maioria delas das periferias das cidades, e a reivindicar do INCRA, com base nesses cadastros, o assentamento das famílias, como foram os casos dos (STRs) de Rio Maria, Redenção, Xinguara, Conceição do Araguaia e Marabá” (PEREIRA, 2015, p. 303).

Assim, com as ações conjuntas entre o MST e os demais movimentos e organizações camponesas do sul e sudeste do Pará, feitas especialmente na segunda metade da década de 1990 e no início dos anos 2000 (cuja maior expressão foram os grandes acampamentos no INCRA), que também contaram com a participação de atores como a CPT, o Centro de Educação, Pesquisa, Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), o Laboratório Sócio Agrônomo do Tocantins (LASAT), ligado à Universidade Federal do Pará (UFPA), a

³⁴ “Em 1997, o acampamento teve a duração de 19 dias com mais ou menos 10.000 trabalhadores rurais; em 1999, o acampamento durou 20 dias e contou com 10.000 trabalhadores; em 2000, o acampamento durou 13 dias e contou com 10.780 trabalhadores; e, em 2001, o acampamento durou 20 dias e teve aproximadamente 10.000 trabalhadores” (PEREIRA, 2015, p. 321);

Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), entre outros, ocorreu uma aproximação entre as lutas sindical e sem-terra nessa região, como pode ser visto no trabalho referência feito por Assis (2007). A partir dessa aproximação, embora existam outros fatores que ajudem a explicar a alteração na curva, a quantidade de assentamentos rurais criados no sul e sudeste do Pará cresceu bastante, conforme mostrei no primeiro capítulo deste trabalho. Mais ainda, embora a política de reforma agrária do período, pautada não por desapropriações, mas pela regularização de áreas ocupadas anteriormente por posseiros, tenha influenciado as formas de ação do movimento sindical, esse também foi influenciado pelo MST, como percebeu Pereira (2015), ao analisar a prática do acampamento, o fazer ocupações e acampar em fazendas da região e prédios públicos. Segundo o autor:

[...] A palavra ‘acampamento’, que até então era usada somente pelo MST, passou a ser usada também pelos trabalhadores rurais ligados aos STRs. Acampar em frente ao INCRA forçava o Governo Federal a negociar as pautas de reivindicações dos trabalhadores e a estabelecer prioridades nos processos de desapropriação dos imóveis ocupados e na liberação e distribuição de recursos para os PAs. Acampar em frente ou dentro de uma fazenda passava a significar, para o movimento sindical, uma forma de pressão ao INCRA e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para desapropriação do imóvel requerido, o assentamento das famílias e a destinação dos recursos necessários à implantação de estradas, escolas, energia elétrica etc. no assentamento então criado. O *acampamento* tornou-se uma ferramenta política importante não só para o MST, mas também para diversos STRs, e, sobretudo, para a FETAGRI-sudeste que reproduziu, em pequenas escalas, as experiências realizadas de ocupação do espaço em frente ao INCRA” (PEREIRA, 2015, p. 304).

Em suma, o acampamento feito na unidade do INCRA em Marabá, em julho de 1994, pelas famílias mobilizadas pelo MST que se tornariam assentadas em Palmares II alguns anos depois, já esboçou naquele momento um movimento que ocorreria nos anos seguintes, com uma série de acampamentos sendo feitos nas dependências do órgão. Mais ainda, ocupar e acampar no INCRA foram práticas que se expandiram para além do MST e entraram de vez no repertório de ações coletivas de outras organizações e movimentos sociais camponeses com atuação no sul e sudeste do Pará. Práticas que podemos ver até hoje, por isso a pertinência de abrir este parêntese³⁵.

Retomando, o acampamento feito no INCRA durou aproximadamente quatro meses³⁶. Durante esse período, as famílias sobreviveram a partir de cestas básicas enviadas especialmente pelo Governo Federal, mas também por parceiros e apoiadores do MST, bem

³⁵ Reflexões mais profundas sobre o papel dos acampamentos na luta pela terra podem ser vistas em Sigaud (2000);

³⁶ Existem controvérsias. Ao tempo que alguns trabalhos e relatos falaram em quatro meses, outros disseram que o tempo de duração do acampamento foi maior ou menor. Usei aqui a informação mais recorrente;

como através de “bicos” (trabalhos informais) feitos fora do acampamento. Também foi feita uma espécie de rodízio. Já que as cestas básicas eram insuficientes para atender as necessidades de todas as famílias e o dinheiro que entrava no acampamento era pouco, enquanto uns permaneciam nas dependências do INCRA, outros saiam para trabalhar ou para passar alguns dias com parentes e amigos, o que garantiu, ao mesmo tempo, que entrasse mais dinheiro no acampamento e que existissem menos “bocas” (pessoas) para alimentar.

O período no INCRA foi marcado por fortes tensões, com o MST apresentando aos técnicos do órgão várias áreas que, na concepção do movimento, eram improdutivas ou apresentavam alguma irregularidade do ponto de vista legal, portanto, passíveis de serem destinadas à reforma agrária e, conseqüentemente, de assentarem as famílias que estavam naquele acampamento, e o INCRA, por sua vez, negando todos os pedidos, alegando que suas vistorias mostravam que essas áreas atendiam os requisitos produtivos e legais mínimos. Também durante esse período, alguns dirigentes do MST foram por vezes à Brasília para negociar diretamente com a presidência do INCRA. Ainda assim, a situação pouco avançou e o acampamento se estendeu pelos já mencionados quatro meses, entre julho e outubro de 1994.

O relato de “Mogno”, feito durante uma entrevista que ele me concedeu em julho de 2017, quando perguntei se ele vivia em Palmares II desde o início do assentamento, sintetiza bem a saga dessas famílias até a chegada em Marabá, além da atuação do MST em diferentes frentes naquele período, seja no acampamento na unidade do INCRA, seja nas idas à Brasília. Também fornece elementos que ajudam a dimensionar o trabalho de base feito pelo movimento, pois, segundo ele, haviam no acampamento no INCRA cerca de 1.500 famílias, muitas das quais foram se somando durante o processo. Nas palavras dele:

“Então foi desde o início, né. É igual eu estou falando, passemos uns três dias na Cinturão Verde. O juiz deu uma liminar de despejo. Teve que desocupar a área, né. A polícia foi, deu tiro. Deu um tiro no pé de um companheiro. E aí saímos e fomos diretamente já pro Terra Seca, em Parauapebas. Bem ali onde era antigamente o Pit Stop, em frente o Pit Stop do Jorge. Passemos lá acho que uns quinze dias, depois fomos pra Marabá. Em Marabá, passemos uns oito meses acampados lá, pela Cinturão Verde, né. Lutando pela Cinturão Verde. Lá, todo mundo fez seu barraquinho de palha, todo aquele negócio. E aí geralmente tinha um pessoal que saia pra Brasília, pra fazer algumas negociações. Voltava e passava os informes pra nós e a gente ficava por dentro, né. Nessa época em Marabá, tinha 1.500 famílias, né.” (“Mogno”, morador de Palmares II, entrevista feita em novembro de 2017).

Duas outras questões também me chamaram atenção neste trecho da entrevista que fiz com “Mogno”. A primeira diz respeito ao fato dele, em sintonia com os demais relatos já apresentados aqui, enfatizar a violência da ação de despejo feita no Cinturão Verde. Porém, me

parece que os requintes de crueldade e a truculência do Estado são ainda mais evidentes nesta fala, já que ele afirmou que a polícia efetuou disparos contra as famílias acampadas, inclusive baleando um de seus companheiros no pé. A outra está relacionada ao deslocamento das famílias, logo após o despejo, para uma área conhecida como Terra Seca. Com base no que apurei durante o trabalho de campo, tratava-se da área de um antigo estádio de futebol localizado em Parauapebas. O curioso é que o período nessa área pouco apareceu nos relatos que coletei, com a maioria dos entrevistados fazendo a conexão direta entre a ação de reintegração de posse no Cinturão Verde, o acampamento na PMP e a ida à Marabá, ainda que tenham passado, segundo “Mogno”, aproximadamente quinze dias no Terra Seca.

Outro relato instigante sobre o período em que as famílias acamparam no INCRA pode ser visto em Santos, Ribeiro e Meihy (1998) e foi feito por um camponês chamado Mazinho, que se inseriu no grupo mobilizado pelo MST após a ocupação no Cinturão Verde. Segundo ele:

“A primeira ocupação que participei foi um processo muito grande! Tudo começou no acampamento na área da CVRD – Companhia Vale do Rio Doce – quando ainda eu não fazia parte do grupo... Com dois dias de ocupação, foram despejados e partiram pra frente da CVRD, ficaram acampados dois dias. Se dirigiram pra frente da Prefeitura Municipal de Parauapebas e lá ficaram durante dois meses. Depois, permaneceram por três meses no Estádio Terra Seca, também em Parauapebas. De lá partiram para Marabá, e entrei nesse acampamento quando estava inteirando dois meses. Nesse lugar, ficamos juntos durante seis meses... No acampamento, o dia-a-dia era muito emocionante. A gente vai convivendo e aprendendo cada vez mais com o outro!... Vai mudando, evoluindo... Cada pessoa vai se capacitando mais! Quando acordava, a primeira coisa que a gente fazia era uma assembleia, e logo de manhãzinha todo mundo cantava. Depois dessa união, tomava café e fazia as coisas que interessavam... Era bom!... Aquele acampamento tem muita esperança! Deixou muita recordação no coração de todos...” (Mazinho, camponês que participou de parte significativa da trajetória de Palmares II, apud SANTOS, RIBEIRO e MEIHY, 1998, p. 220).

Neste relato, podemos ver mais uma menção ao período em que as famílias estiveram acampadas no Terra Seca, divergindo das colocações de “Mogno” somente no tempo de duração do acampamento, já que Mazinho afirmou que as famílias permaneceram naquela área não por quinze dias, mas por aproximadamente três meses. Também podemos perceber que o tempo em que as famílias ficaram acampadas na PMP foi considerável (dois meses), posicionando o relato na contramão da tendência que percebi nas demais entrevistas que fiz ou consultei, onde me pareceu que a prefeitura apareceu como local de rápida passagem, com a maior parte dos relatos apontando para um deslocamento quase que direto entre o Cinturão Verde e a sede do INCRA, em Marabá. No entanto, o mais interessante da fala de Mazinho são as impressões dele sobre o período em que esteve no acampamento no INCRA. Como pudemos

perceber, as recordações que ele guardava dessa época são muito boas. Nas palavras dele: “No acampamento, o dia-a-dia era muito emocionante”.

No relato podemos ver três elementos da pedagogia da luta pela terra empregada pelo MST que, especialmente nos acampamentos, onde as famílias estão muito próximas e o enfrentamento é intenso (a terra ainda não foi conquistada), são fundamentais para a construção de uma identidade coletiva, da identidade Sem Terra, como definiu Caldart (2000). São eles: a prática de tomar coletivamente as decisões (“Quando acordava, a primeira coisa que a gente fazia era uma assembleia...”); a mística (“logo de manhãzinha todo mundo cantava. Depois dessa união, tomava café e fazia as coisas que interessavam... Era bom!”) e a formação (“A gente vai convivendo e aprendendo cada vez mais com o outro!... Vai mudando, evoluindo... Cada pessoa vai se capacitando mais!”). Assim, sem a pretensão de me alongar nesta discussão, inclusive por entender que outros autores já o fizeram com maior profundidade, me chamou atenção o fato de que apesar de não produzir resultados efetivos no que se refere à desapropriação da área antes ocupada no Cinturão Verde, ou mesmo de outra propriedade, e o assentamento das famílias que estavam naquele acampamento, o período no INCRA foi muito importante para a formação política dos sujeitos envolvidos naquele processo. Em outras palavras, fortaleceu o MST e consolidou o engajamento das famílias acampadas. Foi um período tão marcante que deixou muitas recordações boas. Como disse Mazinho: “Aquele acampamento tem muita esperança! Deixou muita recordação no coração de todos...”.

Ainda tomando como referência a entrevista concedida por Mazinho à Santos, Ribeiro e Meihy (1998), outras duas questões merecem atenção. A primeira diz respeito a um episódio onde as famílias que estavam acampadas no INCRA prenderam dentro das dependências do órgão o que ele chamou de “presidente do Incra em Marabá”, certamente um servidor que naquele período ocupava um cargo de chefia nessa unidade, que só alguns anos depois tornou-se superintendência. A segunda, igualmente interessante, está relacionada à existência de um “traidor” (usarei sempre em aspas para destacar que se trata de um adjetivo empregado por Mazinho) dentro do acampamento. Nos termos dele:

“Acho que o MELHOR mesmo que aconteceu nesse acampamento foi o seguinte: o presidente do Incra em Marabá – um cara chamado Líbero – sempre sacaneava com o pessoal, com os trabalhadores. Um dia, fizemos uma assembleia e decidimos: vamos pegar esse filho da puta! Vamos prender esse cara e fazer com que coma osso!... Entramos no prédio do Incra e mantivemos ele preso por uma semana... Durante esse tempo ele recebia comida. Depois resolvemos: agora ele vai comer o que nós comemos! Sempre comemos o feijão que o governo manda, que passa quatro dias no fogo até cozinhar! A gente bota um prego dentro e ele cozinha primeiro que o feijão!... Então, começamos a pressionar... Demos um bom pedaço de osso pra ele comer! A gente tem até uma fita de vídeo mostrando esse cara roendo o osso, pra aprender!...

Achei importante ele sentir na pele o que sentimos, porque, enquanto a gente passa necessidade, o filho da mãe está lá em cima, na maior mordomia, e ainda quer escurecer o lado do trabalhador... Com isso, ele se sentiu oprimido! E depois chegou onde a gente queria, o consenso. Assumiu um compromisso, e nós voltamos pro acampamento que ainda estava em frente ao Incra. A gente ficou lá dois meses, e ele não cumpriu o prometido... Então, decidimos ir até Parauapebas fazer uma vistoria, para talvez ocupar uma área. Mas tinha um traidor do nosso lado, chamado Carlinhos. Tudo o que ele e a gente fazia dentro do acampamento, esse camarada tomava nota. E, de repente, entregou todo mundo de bandeja pra polícia! Não era nada grave! E ao mesmo tempo era, porque ele fez uma acusação em cima dos companheiros “Castanheira”³⁷ e Maurinho, dizendo que tinham serrado uma torre da Eletronorte, de Carajás. Isso ainda foi em 94... Os companheiros passaram seis meses na cadeia! A gente conseguiu soltar eles, mas ainda hoje são julgados!...” (Mazinho, camponês que participou de parte significativa da trajetória de Palmares II, apud SANTOS, RIBEIRO e MEIHY, 1998, p. 221).

Sobre o episódio em que as famílias prenderam o “presidente do Incra em Marabá”, “um cara chamado Líbero” (não consegui identificar de fato quem seria esse servidor), no prédio daquela unidade, podemos perceber no relato de Mazinho que se tratava de uma pessoa pela qual os acampados tinham pouco apreço, por ser alguém que “sempre sacaneava com o pessoal, com os trabalhadores”. As famílias então se reuniram e deliberaram pela realização da ação, reforçando o que já percebemos antes, que a prática de tomar decisões coletivamente era frequente e incentivada no acampamento. Líbero foi então preso dentro do prédio do INCRA por uma semana e, em um primeiro momento, recebia comida vinda de fora. Porém, como as famílias queriam que ele sentisse na pele o que elas sentiam, usando os mesmos termos de Mazinho, passaram então a não permitir a entrada de comida externa para o servidor e o fizeram comer da mesma comida que lhes era fornecida pelo governo. Como disse Mazinho, em um trecho emblemático do relato: “Demos um bom pedaço de osso pra ele comer!”. Sem mencionar a trágica e até cômica passagem sobre o feijão. Somente após essa ação mais radicalizada, foi que surgiu algum tipo de acordo com o INCRA, que posteriormente não foi cumprido, segundo Mazinho.

Já em relação à existência de um “traidor” dentro do acampamento, o interessante foi que por acaso, sem conhecer essa história naquele período, acabei entrevistando uma das duas pessoas presas no episódio em que foram denunciadas por supostamente derrubarem uma torre de transmissão de energia elétrica na região de Carajás. Trata-se de “Castanheira”. Porém, antes de adentrar neste episódio, penso ser importante destacar que as menções à Carlinhos, o “traidor” à que se refere Mazinho, também surgiram em conversas informais durante o trabalho

³⁷ Alterei o nome originalmente dito por Mazinho na entrevista à Santos, Ribeiro e Meihy (1998) pelo que estou utilizando neste trabalho, já que a pessoa mencionada por ele também foi uma das que entrevistei durante o trabalho de campo;

de campo. Sempre na mesma direção do relato apresentado acima, com ele sendo visto como aquele que sempre tomava notas e que “entregou todo mundo de bandeja pra polícia”. Retomando, “Castanheira” me disse o seguinte sobre o episódio de sua prisão:

“Quando o MST chegou pra região, que nós conquistamos um pedaço aqui da Rio Branco, né, que é dessa mesma área da Palmares. Então, os caras falaram: ‘chegou um movimento forte, se nós ocuparmos a Cinturão Verde, nós vamos ganhar a área’. Mas o contrário, a gente foi... foi despejado com dois dias depois. Fomos despejados, sabe... um despejo violento, na época, né. É... logo em seguida, eu fui preso. Eu e outro rapaz fomos presos e o pessoal volta pra Marabá, acampado na época. A gente tava lá, voltamos. Fizemos... ia fazer a tentativa de reocupação, não conseguimos, aí fomos presos e ficamos cinco meses presos, eu e outro rapaz chamado Maurílio³⁸, que era da direção, ele era... na época, ele era da direção do movimento sem-terra, era militante conhecido. E daí a gente não conseguiu conquistar a famosa Cinturão Verde, né” (“Castanheira”, morador de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

Antes de tudo, o relato de “Castanheira” foi mais um que mencionou a violência do despejo feito no Cinturão Verde. Porém, em relação à essa emblemática área, me parece que o mais interessante do trecho resgatado está na passagem em que ele fala da esperança que a chegada do MST em Carajás e a conquista de parte da fazenda Reunidas Rio Branco geraram nos sujeitos daquela região que já haviam sofrido insucessos na tentativa de conquistar um pedaço de terra nos domínios da CVRD. Nas palavras dele, referindo-se ao que escutava naquele período, as pessoas diziam: “chegou um movimento forte, se nós ocuparmos a Cinturão Verde, nós vamos ganhar a área”. Porém, o que na verdade ocorreu foi esse violento despejo, mostrando a força da mineradora e subserviência do Estado aos seus interesses. No entanto, sobre as prisões, questão que motivou o resgate deste trecho do relato, se relacionarmos as falas de Mazinho e “Castanheira”, podemos concluir que, em algum momento, parte das famílias, antes do acampamento no INCRA, tentaram reocupar o Cinturão Verde. Entretanto, foram surpreendidas pela polícia e não tiveram sucesso. Ao que tudo indica, visto que os relatos deixaram brechas, o insucesso da ação esteve relacionado às informações fornecidas por Carlinhos, o “traidor” mencionado por Mazinho. As prisões de “Castanheira” e Maurílio (Maurinho, segundo Mazinho) ocorreram a partir da denúncia, feita por Carlinhos, de que durante a tentativa de reocupar o Cinturão Verde, os dois haviam derrubado uma torre de transmissão de energia elétrica. Ambos passaram seis meses presos e o episódio ainda é bastante vivo na memória das pessoas em Palmares II, especialmente dos pioneiros do assentamento.

³⁸ Ele usou um nome diferente do mencionado por Mazinho para se referir à outra pessoa presa com ele neste episódio. Porém, se trata do mesmo sujeito;

Como dito, com o não avanço nas negociações, o MST desmontou o acampamento no INCRA e as famílias retornaram à Parauapebas, onde causaram um forte alvoroço ao bloquearem, no dia 22 de outubro de 1994, o portão de acesso à FLONA Carajás, principal acesso por terra ao complexo mineral da VALE, na Serra dos Carajás (Foto 3). As famílias cutucaram o “Dragão de Ferro”, como diria Murilo Santos³⁹, pois somente 48 horas após o bloqueio, foram expulsas violentamente do local pela polícia e, logo após, acamparam em frente à Câmara Municipal de Parauapebas (CMP), onde permaneceram até o dia 20 de janeiro de 1995⁴⁰, quando se deslocaram para uma área conhecida como Zé de Areia, no mesmo município, que foi cedida pela PMP, em acordo com o proprietário, para que elas ali permanecessem até que sua situação fosse resolvida junto ao INCRA.

³⁹ Referência ao filme “A peleja do povo contra o Dragão de Ferro”, do cineasta e diretor Murilo Santos, que aborda alguns dos vários conflitos resultantes dos trinta anos de atuação da mineradora VALE S/A nos estados do Maranhão e Pará. Pode ser visto acessando o link: <<https://www.youtube.com/watch?v=o-bZvgk50NI>>;

⁴⁰ Como veremos na sequência, existem controvérsias em relação ao tempo de duração do acampamento na CMP. Uso aqui a informação que me foi fornecida por “Guaraná”, moradora de Palmares II, durante uma das várias conversas que fizemos entre janeiro e novembro de 2017;

Foto 3 - Portaria de acesso à Floresta Nacional de Carajás, em Parauapebas.



Fonte: dados de campo (2018).

Sobre os quatro episódios (saída de Marabá, ação em frente ao portão de acesso à FLONA, acampamento na CMP e deslocamento para o Zé de Areia), “Castanheira” me fez um relato bastante interessante, examinemo-los. Segundo ele:

“Como, é... como o objeto da ocupação era aqui em Parauapebas, então ficar em Marabá nós ia ficar muito tempo lá acampados, esperando, é... uma decisão do governo, na época. Então a gente decidiu: ‘vamos voltar pra perto da VALE, vamos voltar pra perto de Parauapebas, pra gente tomar uma decisão, se volta pra Cinturão Verde ou se vamos achar uma outra área’. Foi daí que viemos pra Parauapebas. Uma turma ficou acampada em frente à Câmara de Vereadores de Parauapebas. Criou um problema social, porque o pessoal ficou acampado no meio da rua, ali em frente aquela Câmara velha. Começou, e aí não tinha banheiro, aí não tinha, é... aquele monte de gente amontoado e começou a criar problema pra cidade, aí a justiça teve que se posicionar, o município teve que se posicionar pra a retirada do pessoal. É... dentro desse período, o pessoal: ‘não, vamos fazer uma investida na VALE’. E ocuparam a corrente lá da subida da VALE, né. E aí teve espancamento lá, teve prisão. O Babá, na época, arrastado pelos cabelos, ele que era deputado pelo estado, estadual. Uma turma nossa foi pisoteada por polícia, cachorro, bicho, na época, né. E daí o pessoal voltou pro acampamento e o município negociou uma área provisória num bairro desse do Pebas... lá no Zé de Areia, falado, pra gente ficar acampado até ter alguma solução pra essa questão da reforma agrária, tendo em vista que tava criando um

problema muito grande na cidade e eles não queriam a gente ali na cidade, porque era expor o município. Aquele tanto de gente ali, sem nenhuma condição. Então, queria esconder justamente pra tirar do meio da rua. Foi o que eles fizeram. Teve toda uma negociação” (“Castanheira”, morador de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

Quatro questões me chamaram atenção no relato de “Castanheira”. A primeira diz respeito às motivações que levaram as famílias e o MST a desmontarem o acampamento no INCRA e retornarem à Parauapebas. Me parece evidente que, percebendo a inércia do Estado, o movimento, já naquele período, sabia que somente haveria algum tipo de avanço nas negociações se o foco das ações fosse alterado, direcionando-as para a principal expressão do capital no sul e sudeste do Pará, a CVRD. Como expressou “Castanheira”, eles não queriam mais ficar esperando uma decisão do governo e sabiam que a única forma de chamarem atenção e fazerem pressão era, nas palavras dele, “voltar pra perto da VALE”, já que a subserviência do Estado à mineradora era amplamente conhecida nessa região, inclusive por aquelas famílias, após o episódio no Cinturão Verde. Assim, qualquer ameaça à atuação da CVRD seria tratada como pauta de urgência pelo poder público. Esta concepção também ficou muito perceptível quando “Castanheira”, citando seus companheiros e companheiras, afirmou que durante o período em que as famílias estiveram acampadas na CMP, a ideia de que era preciso “fazer uma investida na VALE” amadureceu entre elas e motivou o bloqueio do portão de acesso à FLONA Carajás. Neste sentido, é possível perceber que as ações diretas contra a mineradora foram pouco a pouco entrando no repertório de ações das famílias que vivem em Palmares II, desde o primeiro acampamento, no Cinturão Verde, quando elas sentiram na carne que o Estado respondia rapidamente aos ataques contra a CVRD.

A segunda questão que me chamou atenção no relato está relacionada ao problema social, usando os mesmos termos de “Castanheira”, que o acampamento feito pelas famílias na CMP criou no município, obrigando o poder público, inclusive o judiciário, a tomar atitudes para “solucionar” a questão. Como visto na fala dele, as famílias estavam “amontoadas” em uma região central da cidade, em condições precárias, o que gerou vários transtornos para a população de Parauapebas, já que por vezes elas bloqueavam avenidas e faziam atos públicos no centro da cidade, bem como realizavam ações de protesto que impediam o funcionamento do legislativo municipal. Assim, a PMP, após determinação judicial e uma série de pressões da CVRD, teve que tomar uma atitude e negociou o deslocamento do acampamento para uma área localizada na zona rural de Parauapebas, o Zé de Areia, que assim era chamada em função de seu proprietário, na época, um grande areeiro do município.

A terceira questão, por sua vez, está relacionada a algo que já pudemos perceber antes, quando mencionei as várias áreas apresentadas pelo MST ao INCRA, durante o acampamento feito em Marabá, e diz respeito ao fato de que pouco a pouco as famílias foram desistindo do Cinturão Verde e voltando suas energias para outras áreas. Na fala de “Castanheira”, quando ele disse que as famílias queriam voltar para perto de Parauapebas, para lá decidirem se continuariam a lutar pelo Cinturão Verde, ou se alterariam o foco para outra área, já podemos perceber essa mudança, totalmente compreensível, dado o poder da CVRD, a repressão histórica naquela área e a saga que àquelas famílias já haviam percorrido até aquele momento.

Por fim, a quarta e última questão que me provocou neste trecho da entrevista que fiz com “Castanheira” diz respeito a descrição feita por ele da repressão violenta praticada contra as famílias que fizeram àquela ação de protesto em frente ao portão de acesso à FLONA Carajás. Segundo ele, naquela ocasião ocorreram prisões e espancamentos, inclusive com pessoas sendo pisoteadas. Porém, o que mais me chamou atenção foi a menção que ele fez à “Babá”, ou João Batista Oliveira de Araújo, no período, Deputado Estadual do Pará pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que participou da ação e assim como as famílias, sofreu com a violência praticada pelo Estado naquele episódio. Atualmente, Babá é professor da UFRJ e filiado no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), tendo recentemente assumido o cargo de vereador do município do Rio de Janeiro, após o assassinato, em março deste ano, da vereadora Marielle Franco, da qual ele era suplente⁴¹.

“Mogno” também foi outro que falou sobre a violência com que o Estado tratou as famílias durante a ação feita na portaria da FLONA Carajás. Nas palavras dele:

“[...] de Marabá, nós, depois dos oito meses, a gente foi pra barreira da Vale do Rio Doce. Fizemos uma ocupação na portaria, né. Que era pra dar uma pressão pra que ocorresse alguma negociação com nós. Aí que o resultado foi que a Companhia Vale do Rio Doce já, né... acionou a polícia de Marabá, Redenção, Xingura... chegou 190 policiais. Nessa época, eu até acompanhei. O Babá acho que apanhou, o pessoal da CUT, da FETAGRI, entrou tudo na taca naquele tempo, né. E aí de lá nós voltamos, recuamos e ficamos com frente à Câmara. Passamos dois meses com frente à Câmara. Perto do Paraíba, ali, com frente o Banco do Brasil. Passamos uns dois meses. Quando foi dois meses, nós saímos de lá e fomos com frente o Zé de Areia. Ali a gente ficou acho que uns cinco meses, lá no Zé de Areia” (“Mogno”, morador de Palmares II, entrevista feita em novembro de 2017).

⁴¹ Babá também já havia assumido o cargo de vereador do município do Rio de Janeiro entre fevereiro de 2015 e dezembro de 2016, quando Eliomar Coelho, também do PSOL, deixou a função após ser eleito Deputado Estadual. Babá era seu suplente;

O relato feito por “Mogno” me parece elucidativo porque detalhou a envergadura do aparato policial acionado pelo Estado para reprimir as famílias envolvidas naquela ação de protesto. Segundo ele, 190 policiais de municípios como Marabá, Redenção e Xinguara foram mobilizados. Números impressionantes, que podem ser ainda maiores segundo “Tucumanzeiro”, que em uma conversa informal que tivemos em janeiro de 2017, me disse que também foram deslocados para àquela ação, além de parte do efetivo dos municípios citados por “Mogno”, policiais vindos de Conceição do Araguaia e São Geraldo do Araguaia.

Três outras questões também merecem destaque nesta passagem do relato de “Mogno”. A primeira está relacionada às menções que ele fez sobre a presença de apoiadores do MST naquela ação. Assim como “Castanheira”, citando “Babá”, mas também uma série de atores, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a FETAGRI. Em comum, todos sofreram com a repressão naquele dia e tinham consciência de que somente conseguiriam obter conquistas concretas se concentrassem suas ações na CVRD. A segunda questão, por sua vez, diz respeito à menção que ele fez sobre o tempo em que as famílias estiveram acampadas em frente a CMP, que, segundo ele, foi de dois meses. Um período relativamente longo, que, como dito antes, foi marcado por vários transtornos no município. Por fim, a terceira questão está relacionada à duração do acampamento feito no Zé de Areia, que, segundo ele, durou cinco meses.

Ainda sobre os episódios em questão, também me instigou o relato feito por Mazinho. Segundo ele:

“A história desse acampamento que estou agora também é grande! Saindo de Marabá, fomos pra frente da Companhia Vale do Rio Doce. Ninguém do país ainda tinha conseguido ultrapassar um PASSO depois da corrente da Vale do Rio Doce!... Só o movimento Sem Terra, nessa época, conseguiu andar 20 metros depois da corrente! Nosso objetivo era reivindicar a terra. Fomos reprimidos de novo pela polícia. Algumas pessoas foram espancadas, inclusive peguei umas porradas. Um companheiro, chamado Tupiã, que é do Rio Grande do Sul, levou uns tapinhas... O companheiro Evandro, presidente da CUT de Belém, também foi espancado, assim como outros tantos... Os policiais sempre agredindo!... Nesse dia, ficamos lá mais ou menos das 6 da manhã às 4h da tarde, sem ninguém passar de um lado para o outro... Uma parte nossa ficou do lado de dentro e outra do lado de fora. As correntes ficavam no meio, nem a gente entrava pra lá, nem eles passavam pra cá. Ficamos naquela demanda assim: enchia a garrafa de água aqui e jogava pro pessoal lá, botava comida na sacolinha e jogava pro pessoal... Se tinha que passar uma criança de lá pra cá, tinha que preparar aqui e o pessoal jogar de lá pra gente pegar!... Então ficou uma coisa difícil! Quando saímos dali, fomos diretamente pra frente da Câmara Municipal de Parauapebas e ficamos acampados três meses... Isso quer dizer que aquela negociação com o homem do Incra não adiantou nada! Eles gostam de empurrar a gente com a barriga no estado! Do acampamento de três meses em frente à Câmara, saímos diretamente para outro que foi chamado ‘Zé de Areia’, que era o nome de um rapaz, dono de uma olaria. Nesse lugar, a gente ficou durante cinco meses” (Mazinho, camponês que participou de parte significativa da trajetória de Palmares II, apud SANTOS, RIBEIRO e MEIHY, 1998, p. 221-222).

Na fala de Mazinho, podemos ver, mais uma vez, menções, primeiro, à violência praticada pelo Estado na ação que reprimiu o protesto feito na portaria da FLONA Carajás, segundo, à presença de vários apoiadores do MST naquele episódio. Porém, me pareceu que o mais interessante está na descrição que ele fez dos passos adotados pelas famílias durante a ação. Segundo ele, uma parte delas avançou 20 metros após a portaria, na direção da FLONA Carajás, coisa que ninguém antes havia feito, segundo Mazinho, e outra parte ficou do lado de fora, antes da portaria. Em ambos os lados, o acesso tanto à Serra, quanto à Parauapebas, foi bloqueado por esses dois grupos, que também acabaram ficando isolados, cada qual em um lado da portaria. Outra informação importante que também foi apresentada no relato de Mazinho, diz respeito ao tempo em que as famílias permaneceram na CMP, que, segundo ele, foram três meses e não dois, como havia dito “Mogno”. Um “transtorno” ainda maior, olhando com a lente a PMP.

Como dito, após saírem da CMP, as famílias permaneceram no Zé de Areia entre janeiro e maio de 1995 e sobreviveram mais uma vez através de cestas básicas enviadas pelo Governo Federal e pelos apoiadores do movimento, assim como no acampamento feito no INCRA, mas também por meio de sua própria produção, pois a área cedida pela PMP, por ser localizada na zona rural de Parauapebas, permitia que as famílias fizessem hortas e roças, bem como criassem pequenos animais. Segundo Moreno (2012), também durante esse período, elas passaram a negociar com o governo do estado do Pará, que na época possuía como governador, Almir Gabriel, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O governo do estado se mostrou aberto ao diálogo (pelo menos passou essa impressão ao MST), buscando solucionar o imbróglio, já que cresciam os rumores de que as famílias acampadas no Zé de Areia poderiam uma vez mais bloquear o portão de acesso à FLONA Carajás, o que fez a CVRD pressionar fortemente os governos estadual e municipal (Parauapebas). No entanto, mais uma vez as negociações pouco avançaram.

Ainda durante o período em que as famílias permaneceram acampadas no Zé de Areia, foi feita uma vistoria conjunta entre a CPT, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o INCRA no Cinturão Verde, cujas conclusões apontaram que se tratava de uma área que deveria ser preservada ambientalmente, portanto, não passível de ser destinada à política de criação de assentamentos rurais (BRITO FILHO, 2016). A partir dessa vistoria, o MST concluiu que insistir nessa área seria um erro e decidiu mobilizar as famílias acampadas no Zé

de Areia para ocuparem uma outra área, mais especificamente, outra parte da fazenda Reunidas Rio Branco. Como disse “Castanheira”:

“Daí o pessoal, é... não tinha mais forças de lutar por a famosa Cinturão Verde, e decidiram ocupar essa fazenda... o resto da fazenda Rio Branco, que se torna o assentamento Palmares, dentro desse período aí de um ano e pouco acampados, sem muito rumo de pra onde é que ia. Por isso que foi a desistência dessa questão da Cinturão Verde. O povo já cansado, sem, é... muita decisão política. Então, não, vamos ver se a gente consegue uma área, é... melhor, mais fácil pra gente continuar lutando, brigando e conquistar essa questão da Palmares” (“Castanheira”, morador de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

Como podemos ver no relato de “Castanheira”, em sintonia com o que eu já havia dito antes nesta seção, as famílias naquele período já não tinham mais forças, usando o mesmo termo que ele, para lutar pelo Cinturão Verde, ainda mais após as conclusões da vistoria feita naquela área. Então, o MST decidiu alterar sua tática e resolveu ocupar outra parte da fazenda Rio Branco, que na concepção do movimento seria uma área mais fácil de ser conquistada, já que ele próprio havia, alguns anos antes, participado do processo de conquista do assentamento Rio Branco, como dito, criado a partir da desapropriação de parcela significativa dessa mesma fazenda. Assim, após quase um ano se deslocando entre vários acampamentos, em Marabá e Parauapebas, àquelas famílias ocuparam, no dia 15 de maio de 1995, outra parte da fazenda Reunidas Rio Branco, onde alguns meses depois seria finalmente criado o assentamento Palmares II.

Na mesma direção de “Castanheira”, o relato feito por “Guaraná” durante uma entrevista que ela me concedeu em novembro de 2017, também faz referência à falta de força, usando os termos dela, das famílias naquele período e traz elementos interessantes que nos ajudam a entender os motivos que levaram o MST a mudar de tática e mobiliza-las para ocuparem outra parte da fazenda Rio Branco. Segundo ela:

“Então, depois [da vistoria feita no Cinturão Verde] já partiu pra outra questão de negociação, de ocupação. Foi que decidiram ocupar o resto da Rio Branco, que hoje é o assentamento Palmares, e a Cinturão Verde a gente deixou quieto, porque não tinha força, na época, de conquistar ela, porque ela [a VALE] é muito poderosa e na época era muito mais” (“Guaraná”, moradora de Palmares II, entrevista feita em novembro de 2017).

Podemos ver no relato de “Guaraná” que um dos principais motivos que fizeram o MST mudar de tática está relacionado à constatação do tamanho da força da CVRD. Como disse ela: “a Cinturão Verde a gente deixou quieto, porque não tinha força, na época, de conquistar ela, porque ela (no caso, a CVRD) é muito poderosa e na época era muito mais”. Assim, era muito

difícil que o MST conquistasse aquelas terras, ainda mais após a vitória constatar que se tratava de uma área de proteção ambiental. Porém, tanto o relato de “Castanheira”, como o de “Guaraná”, me fizeram levantar a hipótese de que após a conquista do assentamento Rio Branco, o INCRA já estivesse negociando a aquisição do restante da fazenda Rio Branco junto à família Lunardelli, algo comum naquela época e que geralmente era vantajoso para os grandes proprietários da região, que negociavam à preços superfaturados, fazendas em geral improdutivas, como mostrei no primeiro capítulo deste trabalho, o que seria um fator motivante para que o movimento tivesse direcionado as famílias para àquela área. No entanto, não consegui confirmar esta hipótese.

Ainda sobre a ocupação da fazenda Reunidas Rio Branco, igualmente interessante me pareceu a fala de “Mogno” sobre os episódios que se sucederam naquele período. Segundo ele:

“De cinco meses de Zé de Areia, aí já começamos a fazer articulação já pra fazer a ocupação dessa área da Rio Branco, que é a que nós tamo hoje, né. Até então estava todo mundo junto. Aí depois que nós fomos, depois que nós saímos do Zé de Areia, aí fizemos a ocupação, que antigamente era conhecida como Vila da Barata, porque quando nós chegamos lá começou a aparecer tanta barata que ficou conhecida por Vila da Barata, foi batizado por Vila da Barata, né. E aí, depois saímos de lá. Aí fizemos uma caminhada aí, dizendo que ia pra Brasília de pé. Eu sei que quando chegamos até o 100 [Eldorado dos Carajás], teve uma negociação, né. Logo o fazendeiro aqui quis falar, dizendo que ia botar 150 pistoleiros, aquele negócio. Aí os outros fazendeiros deram um conselho pra ele, que nós era 1500 famílias, não adiantava ele botar 150 pistoleiros, que nós geralmente... podia ter um conflito maior, morrer pistoleiro. O que ia acontecer era fazendeiro indenizar pistoleiro, as famílias dos pistoleiros, depois, né. Aí também acalmou. Aí descemos de pé pra ir pra... chegamos até Eldorado, fomos até Eldorado de pé. Caminhando com os filhos nas costas. Eu tinha criança, tinha três crianças, né. Ela [esposa dele] ia carregando o mais velho ali, e eu carregando nas costas e arrastando o outro, e nós ia tocando, dizendo que ia pra Brasília. Nós chegamos lá em Eldorado, foi quando teve uma negociação, a mídia começou a aparecer, chamaram a imprensa e tudo. Lá teve uma negociação, lá o governo foi... comprou essa terra. Na época, se eu não me engano, parece que foi 7 milhões e meio, que eles negociaram essa terra aqui. Aí pronto, aí acalmou. Aí de lá... da Vila das Baratas, logo após, os trator já veio, conseguiram com o prefeito de Parauapebas, acho que era o Del, na época, era o Del mesmo, na época... não... era o Cortina, era o Cortina mesmo. Aí mandou os trator e fez a vila aqui, fez a vila aqui já, onde é hoje, né. Aí cortaram as ruas e todo mundo apareceu. Fez o sorteio e cada qual fez o seu barraquinho, né, que hoje tá a vila aí desse jeito. Nós éramos 1500 famílias, antes de nós vim, antes de nós vim pra Vila das Baratas. Aí existiu outra associação, né, aí dividiu, rachou. Ficou uma parte pra lá e essa parte daqui. Por isso que teve a divisão. Criaram outra associação, aí dividiu. Uma parte pra lá, outra pra cá. Só que nesse período já veio desistindo muitos cadastrados. Resumi a uns 800 e poucos... 860 e poucos, se não me engano... por aí assim” (“Mogno”, morador de Palmares II, entrevista feita em novembro de 2017).

Três questões merecem atenção no relato de “Mogno”. A primeira diz respeito ao fato de que somente alguns meses após a ocupação da fazenda Rio Branco, as famílias, somando-se à militância do MST acampada em outras áreas do estado do Pará, saíram em marcha, segundo

ele, de Parauapebas até Brasília⁴², para reivindicar a desapropriação das fazendas ocupadas pelo movimento no estado e o imediato assentamento das famílias acampadas. Mais precisamente, a marcha foi iniciada em 18 de outubro de 1995, segundo as informações apresentadas por Fernandes (2000). Logo após o início da marcha, o MST conseguiu uma reunião com o INCRA e o governo do estado do Pará, na qual foi proposta a realização de uma vistoria na fazenda Rio Branco caso o movimento desistisse da marcha. A proposta foi prontamente recusada e o MST exigiu não só a vistoria, mas a desapropriação imediata de todas as fazendas ocupadas pelo movimento no Pará. O imbróglio permaneceu e a marcha seguiu.

Quando a marcha chegou em Eldorado dos Carajás, o MST soube que o INCRA havia adquirido outra parte da fazenda Rio Branco e que o assentamento seria criado. Assim, no dia 05 de novembro de 1995, segundo Fernandes (2000), no município de Curionópolis, o movimento convocou um ato público de entrega simbólica, por parte do INCRA, do futuro assentamento Palmares. Foi um evento tão emblemático que além da imprensa e de representantes do governo do estado do Pará, o próprio presidente do INCRA compareceu, na época, Francisco Graziano Neto. No entanto, além dos futuros assentados de Palmares, ao chegar no local do evento, Graziano Neto também se deparou com várias outras famílias, que exigiam a desapropriação do complexo de fazendas Macaxeira, em Eldorado dos Carajás e o assentamento delas no local. Foi o imbróglio em torno desse complexo de fazendas um dos principais fatores que motivaram o bloqueio da PA-150 (hoje, BR-155) pelo MST, no dia 17 de abril de 1996, e a repressão da PM do estado do Pará no episódio que ficou conhecido como massacre de Eldorado dos Carajás, quando 19 trabalhadores rurais sem-terra foram brutalmente assassinados pelos policiais militares. Na Foto 1, que abre o primeiro capítulo desta dissertação, podemos ver o monumento construído pelo ativista britânico e amigo pessoal, Dan Baron Cohen, na “Curva do S”, local do massacre, nas proximidades do perímetro urbano de Eldorado dos Carajás, em memória dos camponeses assassinados naquele dia.

Fernandes (2000) resgatou algumas impressões de Francisco Graziano Neto acerca do episódio em Curionópolis, quando ele foi participar da entrega simbólica do assentamento Palmares. Penso que vale a pena analisar este relato. Segundo Graziano Neto:

“Quando chegamos em Curionópolis, fomos encaminhados para um terreno ao lado da rodovia federal. Havia lá uma grande aglomeração de gente. O circo, porém, era inesperado. Ao invés de agradecer pelo assentamento nas terras da fazenda Rio Branco, o MST queria reclamar a desapropriação de outra fazenda, chamada Macaxeira, que ficava perto dali... Não é fácil. Ainda tentei invocar o testemunho do Fusquinha, o representante dos ‘sem-terra’ que liderou o grupo que foi à Brasília

⁴² Porém, Fernandes (2000) afirmou que o destino dessa marcha era Belém;

negociar o fim daquele acampamento. Eles tinham se comprometido, publicamente, a não mais invadir terras na região, desde que fossem assentados na fazenda Rio Branco. Afinal, após tantos anos de sofrimento, acampados, vivendo na intempérie, receberiam a terra prometida” (Francisco Graziano Neto, 1996, p. 23-24, aspas do autor, apud FERNANDES, 2000, p. 206).

No relato podemos ver que Graziano Neto foi pego de surpresa naquele dia, já que esperava não uma postura de enfrentamento, mas um sentimento de gratidão por parte do MST e das famílias que o aguardavam em Curionópolis. Ao contrário, ele foi recebido com cobranças e pressão, o que, segundo ele, foi um verdadeiro circo, obrigando-o a resgatar o acordo que havia feito com Fusquinha, de que o MST não mais ocuparia terras na região caso fosse desapropriada a fazenda Reunidas Rio Branco. Como ele disse: “Ao invés de agradecer pelo assentamento nas terras da fazenda Rio Branco, o MST queria reclamar a desapropriação de outra fazenda”, no caso, do complexo de fazendas Macaxeira, em Eldorado dos Carajás. Essa postura foi demais para ele, que considerou a atitude dos sem-terra uma verdadeira traição, inclusive os ameaçando, ao dizer que se eles invadissem (termo usado por ele) o complexo Macaxeira, não receberiam as terras da fazenda Rio Branco. Nas palavras dele:

“Senti aquilo como uma verdadeira traição. Minha reação foi imediata. Chamei a liderança do movimento e ameacei: ‘Se invadirem a Macaxeira, não recebem a Rio Branco’. E, contemporizando, me comprometi a mandar realizar uma vistoria técnica na nova área, pra ver se era produtiva ou não. A lei tinha que ser cumprida (Francisco Graziano Neto, 1996, p. 24-25, apud FERNANDES, 2000, p. 209).

Retomando, a segunda questão que me chamou atenção no relato de “Mogno”, está relacionada às ameaças que as famílias, após acamparem na fazenda Rio Branco, sofreram da família Lunardelli. Segundo ele, os acampados foram ameaçados com a promessa de que os ditos donos da fazenda iriam contratar 150 pistoleiros para expulsá-las do acampamento, o que acabou não se efetivando. Assim, mesmo em uma situação em tese menos tensa, quando comparada à ocupação nos domínios da CVRD, as famílias que compuseram as fileiras dos que lutaram pela conquista de Palmares II naquela ocupação também sofreram fortes pressões, o que mais uma vez reforça a violência com que o latifúndio reage à luta pela terra na mesorregião sudeste do estado do Pará.

Por fim, a última questão que me chamou atenção no relato de “Mogno”, diz respeito ao racha mencionado por ele, que ocorreu entre as famílias logo após a criação do assentamento. Segundo “Mogno”, quando chegaram na fazenda, elas totalizavam um grupo de aproximadamente 1500 famílias, que se dividiram motivadas por divergências políticas quando

a criação do assentamento Palmares foi anunciada pelo INCRA, inclusive criando duas associações. Sobre essa divisão, penso que a fala de “Castanheira” traz elementos que nos ajudam a compreender esse episódio. Segundo ele:

“Nós viemos juntos pra cá, ocupamos a área, né, essa questão daqui da fazenda Rio Branco. Quando já saiu o projeto de assentamento, na verdade, aí os cabras, a maioria induzido por a direita de Parauapebas... tem uma turma aí que foi induzida justamente a rachar com o MST, justamente pra criar dois assentamentos, porque falaram pra maioria da turma que o MST ia levar mais um ano pra dividir a terra, pra cortar o lote, e essa turma se empolgou com isso. Na verdade, foi tudo mentira, que isso não aconteceu. Tudo aconteceu depois que criou o projeto de assentamento, a terra foi demarcada e cada um foi pro seu lote. É... então foi mais uma investida da direita, na época, principalmente da... na época, da direita aí de Parauapebas, que fez essa investida pra dividir o movimento sem-terra” (“Castanheira”, morador de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

Segundo “Castanheira”, após o INCRA anunciar que desapropriaria a fazenda Reunidas Rio Branco e criaria o assentamento Palmares, o que ele chamou de “direita de Parauapebas”, começou a agir dentro do acampamento, influenciando algumas famílias a romperem com o MST. Como ele disse, foram ventiladas a ideia de que o movimento protelaria a divisão e distribuição dos lotes entre as famílias e a promessa de que àqueles que rachassem com o MST receberiam seus lotes em pouco tempo, o que “Castanheira” disse serem duas inverdades.

Abordando o mesmo episódio, o relato feito por “Paxiba” (o autor referência, assim como eu, preservou o nome de seus entrevistados no trabalho em questão) e sistematizado por Bringel (2015), me parece elucidativo e ajuda a esclarecer ainda mais os motivos que dividiram as famílias acampadas na fazenda Rio Branco. Examinemo-lo:

“Na época era o Asdrúbal Bentes, que foi prefeito de Marabá e que na época ele era candidato aqui em Parauapebas, chegou dizendo que ia dar lote pra todo mundo, cesta básica, abrir estrada e toda aquela promessa eleitoreira. Muita gente se convenceu disso e, ainda, como o acampamento exigia algumas regras pra poder funcionar, coordenação, processo de disciplina pra isso e inclusive, a gente conquistou a terra através disso, tendo uma disciplina um pouco mais rígida pra evitar problemas, e muita gente foi se convencendo do argumento: ‘contra a regra’, né? Aí isso motivou muitas famílias a deixar o acampamento. Aí criaram também logo uma associação, que até hoje ainda existe essa associação que eles criaram, enquanto acampamento. O pessoal percebendo essa mudança de situação chamou pra um debate com a comunidade, aí logo foi tirada uma comissão pra fazer vistoria aonde que o povo ia ficar, porque na verdade não dava mais pra viver junto e como não tinha mais unidade interna, dificultava o processo organizativo. E tava na nossa programação a longo prazo, não só a luta pela terra, né, era um pouco a nossa discussão um assentamento que pudesse dar uma vida digna e aí o pessoal fez discussão, fez a assembleia, com quem quisesse tá junto com o MST era pra vim pra esse local que hoje é a vila definitiva, que antes era a vila provisória, a Vila das Baratas, porque foi uma epidemia de barata” (“Paxiba”, militante do MST e assentado de Palmares II, apud BRINGEL, 2015, p. 137-138).

No relato, “Paxiba” afirmou que Asdrúbal Bentes, na época, não prefeito de Marabá, como ele disse, mas segundo suplente do cargo de Deputado Federal, pelo PMDB, foi o grande pivô da divisão que ocorreu entre as famílias que estavam acampadas na fazenda Rio Branco. Aliás, o curioso é que Asdrúbal, que já foi filiado na Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Deputado Federal Constituinte entre 1987 e 1991, além de ter ocupado outros cargos nos executivos e legislativos estadual (Pará) e federal, até pouco tempo atrás foi superintendente da SR-27 do INCRA, deixando o cargo em 05 de abril de 2018, para concorrer no próximo pleito eleitoral. Segundo “Paxiba”, naquela ocasião ele teria prometido não somente a imediata entrega dos lotes às famílias que rompessem com o MST, mas também uma série de outras coisas, como cestas básicas e a construção de estradas dentro e até o assentamento. Como ele disse, uma parte das famílias foram convencidas pelas promessas e romperam com o movimento.

Outro fator também apontado no relato de “Paxiba” como determinante para o racha ocorrido naquela época, diz respeito à disciplina empregada pelo MST dentro do acampamento. Segundo ele, as negociações individuais que estavam sendo feitas entre algumas pessoas e figuras políticas externas, como o Asdrúbal, incomodaram profundamente a direção do movimento e uma série de famílias, que viam aquilo como indisciplina, já que a prática até então sempre havia sido tomar as decisões coletivamente. Aliás, “Paxiba” afirmou que a conquista de Palmares somente foi possível graças à disciplina rígida utilizada pelo MST, reconhecendo a importância da pedagogia da luta pela terra usada pelo movimento. Assim, quando alguns sujeitos começaram a fazer articulações políticas individualmente, várias pessoas viram aquilo como violação às regras internas do acampamento. A situação ficou insustentável e os que queriam permanecer vinculados ao MST deixaram o acampamento. No caso, a maior parte das famílias. Usando os mesmos termos de “Paxiba”, não dava mais para aquelas famílias permanecerem juntas, não havia mais unidade interna.

Assim, foi tirada uma comissão entre as pessoas que queriam permanecer vinculadas ao MST e a partir dessa foi definida uma nova área para onde essas famílias se deslocariam. Após o racha, àqueles que pretendiam continuar juntos do movimento avançaram e montaram acampamento em uma área mais ao norte da fazenda Rio Branco, a mesma onde havia sido feito o acampamento no momento da ocupação, antes do racha, que ficou conhecido como Vila das Baratas, como dito antes. Nessa área, algum tempo depois, foi construída a vila definitiva de Palmares II, enquanto a vila de Palmares I (ou Palmares Sul) foi construída no local onde permaneceram os que não mais se sentiam representados pelo MST. Porém, a história não parou

aí, houve também outras divisões entre as famílias que romperam com o MST, tema também abordado por “Paxiba”. Segundo ele:

“Mas o problema era o seguinte como era muitas famílias e a terra era pouca isso implicou no tamanho da terra. Os cinco alqueires dava pra todo mundo, como deu. Só que pra uma outra parte não, achava que cinco alqueires era pouca terra. ‘queria trabalhar, não sei o quê’. E foram pra briga. Ocuparam outra fazenda que hoje é outro assentamento [...] é, já aglutinaram outras pessoas da cidade e ocuparam o que é hoje o assentamento Carajás, que lá houve um conflito, que lá já existia sem terra também, né. Era fazenda Carajás. Aí teve um conflito lá, o pessoal se mataram lá, e aí morreu o principal líder deles, o finado Fonseca e mais um outro chamado ‘Ceará’. Foi briga interna porque eles queriam despejar um acampamento que já existia lá, e era um baita acampamento com mais de cem famílias, na beira da estrada, organizado, um ‘acampamentinho’, né? Inclusive nós tava até acompanhando eles, eles pediram apoio pra gente, nós não ia lá dentro, dava orientação, ‘vão pro INCRA’, ‘vão cobrar’, mas as pessoas não concordavam com essa história, inclusive já tinham dividido a terra. E o pessoal da Carajás queria a mesma área, e não cabia todo mundo lá. Aí foram pros cacetes lá e se mataram. Resultou que saiu o assentamento, uma parte, pessoal da Palmares I, uma parte ficou lá, e o lote que eles tinham foi transferido pra outros, então houve uma troca de terra. Só sei que no final quem levou a pior foi eles porque se destruíram internamente, tudo que eles tinham de militância, organização... a gente ficou praticamente inimigos, o pessoal nem se falava, tinha maior raiva, o pessoal apelidou logo lá de Vila do Sebo” (“Paxiba”, militante do MST e assentado de Palmares II, apud BRINGEL, 2015, p. 138-139).

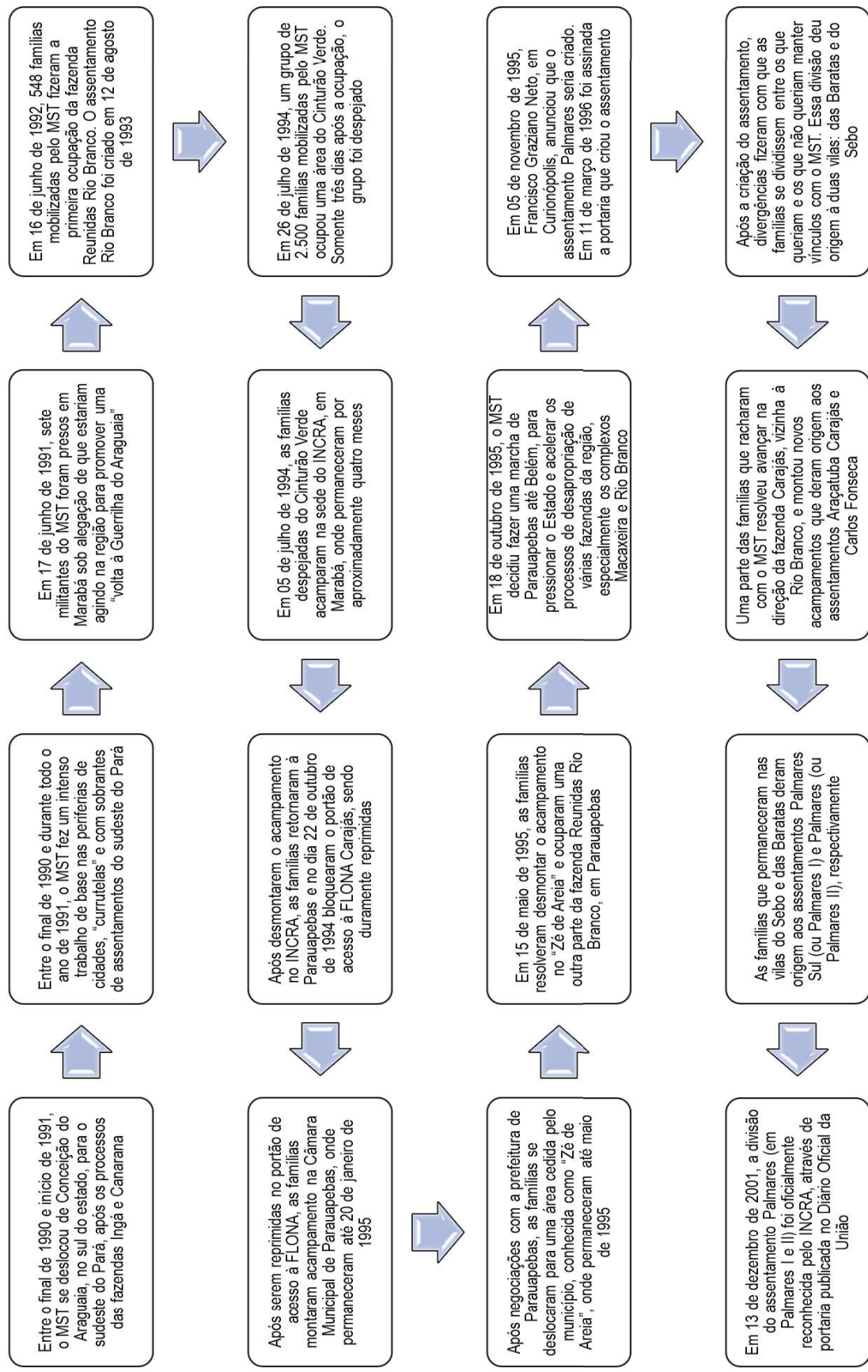
Em resumo, uma parte das pessoas que romperam com o MST entendia que as terras da fazenda Rio Branco seriam insuficientes para assentar todas as famílias que estavam no acampamento e decidiram ocupar uma área vizinha, a fazenda Carajás. No entanto, já existia um acampamento formado por aproximadas 100 famílias naquelas terras. Assim, ocorreu um forte conflito entre os que chegaram naquela área a partir do acampamento feito na fazenda Rio Branco e os que já estavam acampados na fazenda Carajás, inclusive com o assassinato de duas pessoas do grupo que havia se deslocado. O INCRA então acabou criando dois assentamentos naquela fazenda, Araçatuba Carajás e Carlos Fonseca, o segundo recebendo as famílias que saíram do acampamento feito nas terras da fazenda Rio Branco. Aliás, como disse “Paxiba”, o MST, mesmo tendo rompido com as famílias que permaneceram no acampamento que daria origem à Palmares I, seguiu orientando as pessoas que se aventuraram na fazenda Carajás, confirmando aquilo que afirmei no início desta seção, que o movimento foi determinante, direta ou indiretamente, na criação de cinco assentamentos no município de Parauapebas, a saber: Palmares I, Palmares II, Rio Branco, Carlos Fonseca e Araçatuba Carajás.

Ainda tomando como referência o relato de “Paxiba”, penso ser importante mencionar a rivalidade que foi criada entre as famílias assentadas nas Palmares I e II. Nos dois trechos destacados da entrevista concedida pelo assentado à Bringel (2015), ele mencionou os nomes dados às vilas desses assentamentos, respectivamente, Vila do Sebo e Vila das Baratas. Segundo

Bringel (2015), as pessoas que vivem em Palmares I chamam a vila de Palmares II de Vila das Baratas em função do já mencionado episódio em que houve uma infestação de baratas naquele local. Em contrapartida, os moradores de Palmares II chamam a vila de Palmares I de Vila do Sebo, justificando que naquele local funcionava um antigo depósito de um matadouro de Parauapebas, onde eram descartados restos de animais. Ambos nomes são utilizados de forma pejorativa, buscando diminuir o vizinho. Um exemplo da rivalidade criada entre os assentamentos, algo que certamente merece reflexões de maior fôlego.

Por fim, a portaria que criou o assentamento Palmares foi assinada no dia 11 de março de 1996 e em 13 de dezembro de 2001 foi oficializada pelo INCRA a divisão daquela área em Palmares I (ou Palmares Sul) e Palmares II (Palmares). Na Figura 2, apresento uma síntese do processo que resultou na criação de Palmares, resgatando os principais episódios dessa trajetória, desde a chegada do MST na região de Carajás, até a conquista da terra. Porém, já que me propus a falar de experiências, penso ser fundamental discorrer sobre as histórias de vida das pessoas que foram assentadas em Palmares II, tema que abordo na próxima seção.

Figura 2 - Principais episódios da trajetória que resultou na criação do assentamento Palmares II.



Fonte: elaborado pelo autor a partir.

2.2. As origens dos moradores de Palmares II

Como dito antes, as experiências de vida, olhadas aqui a partir do coletivo, são a base das considerações que faço neste trabalho. Neste sentido, penso que ele estaria incompleto se não contivesse algumas páginas dedicadas a reflexões sobre a origem das pessoas que vivem no assentamento Palmares II. Felizmente, Bringel (2006, 2009, 2015) me antecipou e deu importantes contribuições a respeito do tema, que, junto com as informações que coletei durante a pesquisa de campo e outros trabalhos, dão base às análises que faço nesta seção. Falo aqui sobre questões relacionadas às origens dos moradores de Palmares II, migrações vivenciadas e ocupações.

Também dei especial atenção, a partir das minhas impressões no campo e de contribuições de outros trabalhos, à situação atual do assentamento no que diz respeito ao inchaço populacional que Palmares II está vivendo, tema que também abordo no quarto capítulo. Aqui, fiz algumas reflexões sobre os novos atores que estão surgido e alterando significativamente a dinâmica do assentamento. No entanto, como dito, retorno a este tema posteriormente, quando faço algumas reflexões sobre o que estou chamando de pressões sobre Palmares II, portanto, farei aqui somente alguns comentários preliminares.

Como destacado em Bringel (2009), compreender as origens das famílias que vivem em Palmares II nos ajuda a desconstruir alguns pressupostos errôneos que durante muito tempo foram ventilados, como a afirmação de que a base mobilizada pelo MST para a ocupação da fazenda Reunidas Rio Branco não era formada por camponeses, mas sim por moradores das periferias das cidades e por garimpeiros, que não tinham qualquer relação com a terra e com a vida no campo. Trata-se de um debate raso, baseado na ideia equivocada de que existe uma vocação camponesa. Em outras palavras, usando os mesmos termos do autor, o objetivo sempre foi desqualificar as famílias que tiveram a coragem de ocupar aquelas terras, reduzindo suas histórias de vida “[...] ao presente histórico de sua relação mais recente, enterrando um rico passado e negando o seu futuro” (BRINGEL, 2009, p. 17). Esmiuçando um pouco mais, ele percebeu que diferentemente do que ocorre com a maioria das profissões (uso o mesmo termo que ele buscando ser didático, pois acredito que facilita a comparação com outras atividades, mas reconheço que a categoria camponês não pode ser reduzida à uma profissão), quando se fala em capacitação, formação e qualificação, para ser camponês é preciso ter uma vocação, nascer e permanecer camponês. Uma ideia um tanto quanto questionável e essencialista.

Esta ideia é um ótimo exemplo do que Thompson (1979, 1987) buscou refutar, pois desconsidera totalmente o fazer da experiência na formação dos sujeitos. Também cabe nas reflexões de Bourdieu (1977), visto que o determinismo presente na ideia de que existe uma vocação camponesa, ou seja, de que o camponês é dado e não construído socialmente, produz imagens muito próximas do devir e afastadas da realidade tal como ela é, do ser. São imagens perigosas, precisamos refuta-las, pois elas dão base às afirmações igualmente perigosas.

Um bom exemplo disso foi o discurso do ex-prefeito de Parauapebas, Francisco Alves de Souza, conhecido popularmente como “Chico das Cortinas”, que em 1994, ao comentar a já mencionada ação que o MST fez no portão de acesso à FLONA Carajás, em 22 de outubro daquele ano, afirmou que:

“[...] a cobiça do ouro, que explicaria a presença, no acampamento dos Sem Terra, de grande número de garimpeiros remanescentes de Serra Pelada, e a busca de dinheiro fácil com a exploração de madeiras nobres, como o Mogno e a Castanha do Pará entre outras, estariam por trás da tenaz e obstinada luta que os Sem Terra, hoje, acampados no centro de Parauapebas vêm travando a mais de cinco meses, quando iniciaram por Marabá a mobilização que atualmente os mantém a cerca de 200 metros do portão de acesso à reserva florestal da CVRD” (REPÓRTER 70. jornal O LIBERAL. Belém, 29 de dezembro de 2004. Caderno Atualidades, p. 3, apud BRINGEL, 2009, p. 3).

Alguns elementos presentes nesta passagem merecem atenção especial. Em primeiro lugar, não posso deixar de fazer alguns comentários sobre o veículo de comunicação que resgatou a fala, dez anos depois (não sei exatamente o motivo, o autor referência não explicou), através do seu Caderno Atualidades, o jornal O Liberal. Trata-se de um dos jornais com maior circulação no estado do Pará e pertence às Organizações Rômulo Maiorana (ORM), que, por sua vez, estão vinculadas ao Grupo Globo, que contribuiu ativamente na arquitetura e execução de dois golpes de Estado no Brasil e que escancaradamente sempre se posicionou ao lado do latifúndio quando a pauta foi a reforma agrária. Assim sendo, acredito que não preciso me alongar por demasia para instigar um receito quanto à imparcialidade dessa ação.

Uma segunda questão, e aí entro de fato no debate que faço nesta seção, está relacionada as opiniões do ex-prefeito quanto às motivações que levaram essas famílias a acamparem nas proximidades do portão de acesso à FLONA Carajás. Na opinião dele, quaisquer podem sê-las, menos a busca por um pedaço de terra para viver. Usando os mesmos termos dele, somente a “cobiça do ouro” e a “busca de dinheiro fácil com a exploração de madeiras nobres” explicariam a presença do MST naquele local. Não eram camponeses que estavam ali, e sim “garimpeiros remanescentes de Serra Pelada”, que “estariam por trás da tenaz e obstinada luta” (em tom de ironia, obviamente) “que os Sem Terra, hoje, acampados no centro de Parauapebas vêm

travando a mais de cinco meses, quando iniciaram por Marabá a mobilização”, ou seja, além de tudo eram forasteiros. Não eram camponeses, eram garimpeiros, eram aproveitadores escondidos atrás do MST e do discurso da reforma agrária, já que a conquista da terra para nela trabalharem nunca foi o real objetivo dessas pessoas. É o que disse o ex-prefeito.

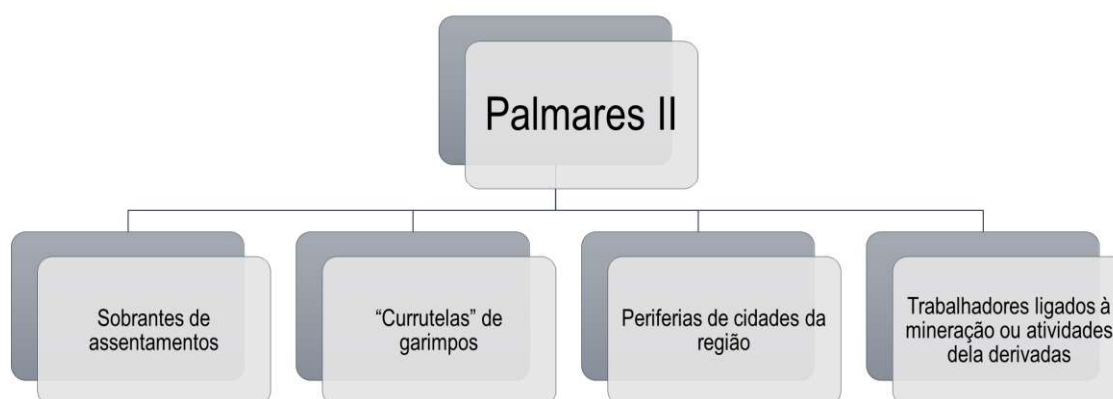
Esta passagem me instigou bastante, já que a partir dela é possível dialogar com a maior parte das questões levantadas neste trabalho. Aproximando-a da questão central desta seção, fica evidente que as origens das famílias que ocuparam a fazenda Rio Branco e iniciaram a construção de Palmares II muitas vezes foram utilizadas para deslegitima-las. O discurso era de que ali não estavam camponeses e sim aproveitadores. Em outras palavras, foram tentativas de desqualificar esses sujeitos pela sua origem, pela rede de relações sociais consolidadas historicamente e pela política. Porém, os dados apresentados na sequência comprovam que esta é uma visão equivocada, restrita ao passado recente dessas pessoas e baseada na já mencionada ideia de que existe uma vocação camponesa.

Ainda refletindo sobre o discurso de “Chico das Cortinas”, duas outras questões me chamaram atenção. A primeira está relacionada com as reflexões feitas na parte inicial desta dissertação sobre o conceito de agroestratégias (ALMEIDA, 2010). Podemos facilmente perceber uma articulação entre a sociedade política, neste caso, representada pelo ex-prefeito de Parauapebas e a sociedade civil, aqui, a grande mídia, ou seja, um aparelho privado de hegemonia (GRAMSCI, 2007), que tinha como objetivo disputar a opinião pública sobre as “verdadeiras intenções” dos sujeitos que estavam acampados naquele local. Uma disputa desigual, cabe ressaltar, onde só um lado possui voz. A segunda questão diz respeito ao final da fala, quando “Chico das Cortinas” afirmou que os sem-terra estavam acampados “a cerca de 200 metros do portão de acesso à reserva florestal da CVRD”, o que evidencia mais uma vez a naturalização da subserviência do Estado à mineradora, já que uma floresta pública, que mesmo sob concessão não perde este caráter, foi escancaradamente classificada por um gestor municipal como sendo de propriedade da CVRD. Um episódio exemplar do que venho afirmando algumas vezes neste trabalho.

Retomando, segundo Bringel (2015), os pioneiros do assentamento Palmares II vieram principalmente de três grandes ambientes: i) periferias de cidades da região cujas origens estão atreladas à mineração, como Eldorado dos Carajás, Curionópolis e Parauapebas; ii) sobrantes de assentamentos, em sua maioria do Rio Branco, vizinho de Palmares II; iii) e “currutelas” de garimpos, com destaque para Serra Pelada e Cutia, ambos em Curionópolis. No entanto, nos últimos anos outras pessoas vêm migrando para o assentamento, especialmente em função da

mineração industrial e de seus desdobramentos. Na Figura 3, ilustro os principais ambientes de origem dos pioneiros de Palmares II e das pessoas que migraram recentemente para o assentamento a partir da dinâmica da mineração e de suas derivações.

Figura 3 - Principais ambientes de origem dos pioneiros de Palmares II e das pessoas que migraram para o assentamento no período recente.



Fonte: elaborado pelo autor.

Em linhas gerais, com a recente potencialização dos investimentos da VALE no Sistema Norte de mineração (implantação da mina S11D Eliezer Batista, duplicação da EFC, construção do ramal que conecta essa nova mina à EFC e expansão do complexo portuário de Itaqui, em Ponta da Madeira) muitas pessoas foram residir em Palmares II, visto que algumas obras vinculadas aos projetos em questão, ou aos desdobramentos deles, estão acontecendo ou aconteceram nas proximidades, ou mesmo dentro do assentamento. Esses sujeitos migraram para Palmares II em função dos postos de trabalho que conseguiram em empresas diretamente ou indiretamente vinculadas à mineração, que vão desde as que executaram (ou estão executando) as obras antes citadas, até empresas que construíram (ou estão construindo), por exemplo, linhas de transmissão de energia elétrica dentro e nas proximidades do assentamento, como fez e está fazendo, respectivamente, a espanhola ABENGOA S.A e a chinesa STATE GRID Brazil Holding, sobre as quais discorro no último capítulo.

Entre outras coisas, esse movimento fez com que muitos assentados, especialmente os que possuíam lotes próximos à vila, transformassem suas propriedades em loteamentos, justamente visando absorver a demanda por moradias que surgiu em Palmares II com esse novo fluxo de migrações, fortemente relacionado à dinâmica da mineração. Além dos loteamentos, também surgiram várias chácaras dentro do assentamento nos últimos anos, que nada mais são do que lotes que foram vendidos para pessoas que vivem na cidade de Parauapebas e em outras vizinhas, que adquiriram terras em Palmares II, alterando assim a configuração do assentamento. Não entro à fundo nesses processos aqui, pois faço reflexões sobre eles mais à frente, de maneira articulada com a questão do inchaço populacional que Palmares II está vivendo.

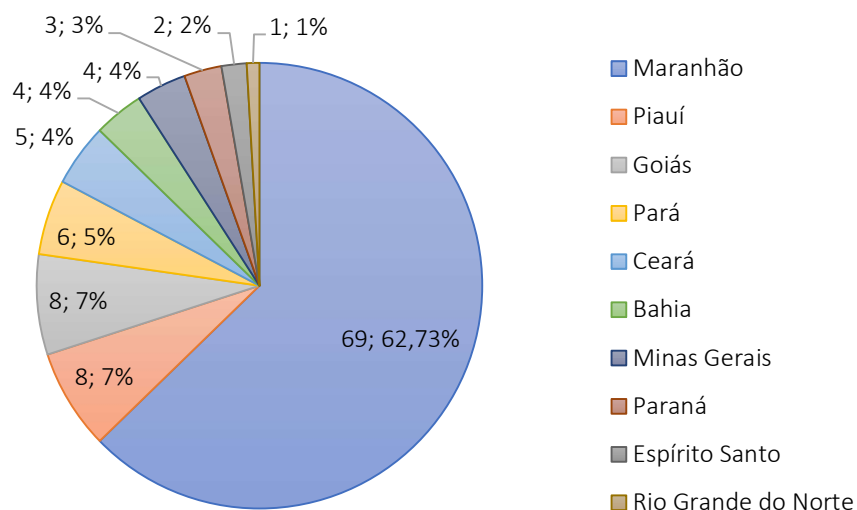
Entrando de fato nos dados apresentados em Bringel (2006, 2009, 2015), o autor afirmou que a maior parte das pessoas que vivem em Palmares II e fizeram parte da amostra analisada por ele (110 questionários aplicados no assentamento entre maio e junho de 2005, 55 questionários entre janeiro e fevereiro de 2014, além de entrevistas feitas durante todo esse período com informantes que ele considerou chave), nasceram no estado do Maranhão, acompanhando a tendência já explicitada em várias pesquisas populacionais à respeito do sudeste do Pará, que apontaram que em sua maioria essa região foi formada por migrantes vindos do Nordeste, especialmente do Maranhão, que se deslocaram com maior força a partir do período dos grandes projetos de infraestrutura e colonização da Amazônia, durante a ditadura, sobre os quais já falei no primeiro capítulo.

O autor referênciava afirmou que 62,7% das pessoas que compunham a amostra por ele analisada nasceram no Maranhão, com 37,3% oriundos de outros estados (levando em consideração que no período em que eles nasceram ainda não existia o estado do Tocantins⁴³, no segundo maior grupo dos estados de origem apareceram empatados com 7,3%, Piauí e Goiás, que foram seguidos por Pará, onde nasceram 5,6% dessas pessoas, Ceará, com 4,5%, Bahia e Minas Gerais, com 3,6% cada, Paraná, com 2,7%, Espírito Santo, com 1,8% e Rio Grande do Norte, com 0,9%). Nos Gráficos 22 e 23 podemos ver, respectivamente, informações a respeito dos estados e das regiões de origem dessas pessoas, a partir dos quais, entre outras coisas, é possível constatar, desconsiderando o estado do Tocantins, que 79,09% delas nasceram na

⁴³ O autor referênciava ouviu pessoas que nasceram entre os anos de 1945 e 1984, portanto, antes da criação do estado do Tocantins, que ocorreu em 1988, em meio à Assembleia Nacional Constituinte;

região Nordeste do Brasil. Na sequência, apareceram as regiões Centro-Oeste (7,27% das pessoas), Norte (5,45%), Sudeste (5,45%) e Sul (2,73%)⁴⁴.

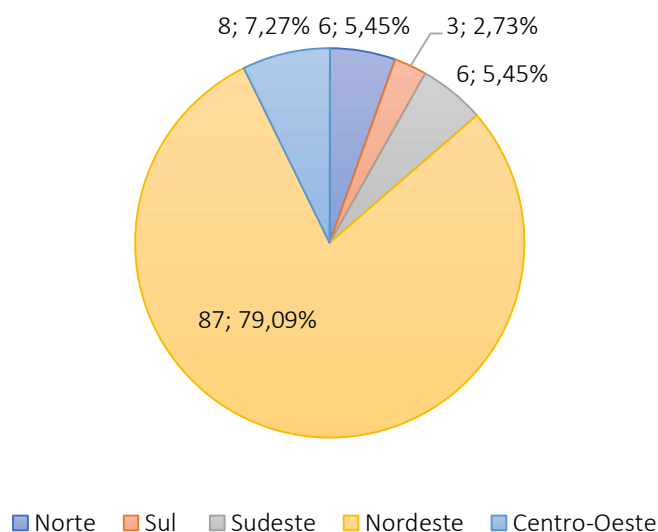
Gráfico 22 - Origem dos assentados de Palmares II (estados, sem considerar o Tocantins).



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados apresentados em Bringel (2006, 2009, 2015).

⁴⁴ Em Bringel (2006), o autor organizou estes dados já considerando a existência do estado do Tocantins, e obteve o seguinte panorama: 79,1% (87 pessoas) dos sujeitos que faziam parte da amostra analisada por ele haviam nascido na região Nordeste, 8,2% (9 pessoas) no Norte, 6,4% (7 pessoas) no Centro-Oeste, 3,6% (4 pessoas) no Sudeste e 2,7% (3 pessoas) no Sul do país;

Gráfico 23 - Origem dos assentados de Palmares II (regiões do país, sem considerar o estado do Tocantins).



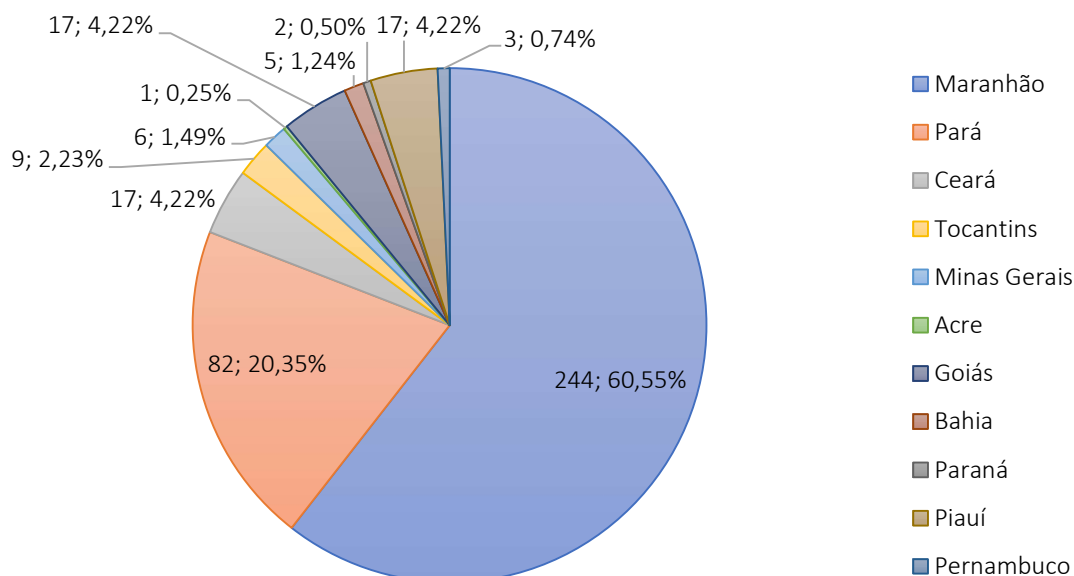
Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados apresentados em Bringel (2006, 2009, 2015).

Em um levantamento feito em 2005 com o objetivo de fazer um diagnóstico que embasaria as ações do Plano de Recuperação do Assentamento Palmares II, executado pela Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária da Região Sul e Sudeste do estado do Pará (COOMARSP), através do convênio INCRA/COOMARSP MB 10006/2004, foram ouvidas 403 pessoas que viviam em Palmares II e, assim como nos dados apresentados antes, foi constatado que a maior parte delas nasceu no estado do Maranhão (COOMARSP, 2008).

Detalhando um pouco mais, como podemos ver no Gráfico 24, 60,55% das pessoas ouvidas no levantamento em questão nasceram no Maranhão, ou seja, 244. Na sequência, apareceram os estados do Pará (20,35% do total, ou 82 pessoas), Ceará (4,22%, ou 17 pessoas), Goiás (4,22%, ou 17 pessoas), Piauí (4,22%, ou 17 pessoas), Tocantins (2,23%, ou 9 pessoas), Minas Gerais (1,49%, ou 6 pessoas), Bahia (1,24%, ou 5 pessoas), Pernambuco (0,74%, ou 3 pessoas), Paraná (0,50%, ou 2 pessoas) e Acre (0,25%, ou 1 pessoa). Colocando de outra forma, 70,97% das pessoas ouvidas na pesquisa feita pela equipe técnica da COOMARSP nasceram na região Nordeste, ou seja, 286, 22,83% (92 pessoas) na região Norte, 4,22% (17 pessoas) no Centro-Oeste, 1,49% (6 pessoas) na região Sudeste e 0,50% (2 pessoas) na região Sul do país, conforme podemos perceber no Gráfico 25. Em que pesem as diferenças totalmente compreensíveis entre as informações apresentadas no diagnóstico da COOMARSP e às disponíveis em Bringel (2006, 2009, 2015), visto que os levantamentos foram feitos em períodos históricos distintos (muitas pessoas chegaram e deixaram o assentamento), com

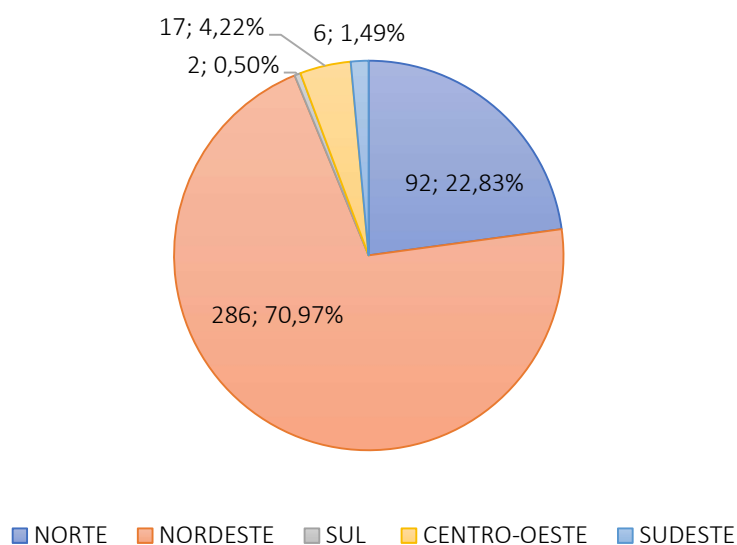
tamanho de amostras também diferentes, os dados aqui resgatados sobre a origem dos moradores do assentamento nos dão condições de afirmar que a região Nordeste, mais especificamente, o estado do Maranhão, foi o principal lugar onde nasceram a maioria das pessoas que foram assentadas em Palmares II.

Gráfico 24 - Origem dos moradores de Palmares II segundo o diagnóstico da COOMARSP.



Fonte: elaborado pelo autor a partir das informações fornecidas em COOMARSP (2008).

Gráfico 25 - Regiões de origem dos moradores de Palmares II segundo o diagnóstico da COOMARSP.



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados apresentados em COOMARSP (2008).

Todavia, Bringel (2015) alertou para o fato de que a informação a respeito do estado de origem da maior parte da população que vive em Palmares II não pode ser vista de maneira superficial, pois o Maranhão não é homogêneo. Assim sendo, ele também investigou as mesorregiões de origem dessas pessoas e percebeu que 29% delas nasceram no oeste do Maranhão, 30% na região central e 26% no leste do estado, com 15% nascendo nas demais mesorregiões (norte e sul maranhense). O interessante é que as três primeiras mesorregiões (as duas primeiras em especial) são as que foram ocupadas mais recentemente se comparadas, por exemplo, com o norte do estado, onde está localizada São Luís (capital do estado), ou seja, são mesorregiões onde as migrações ainda são muito vivas, mais ainda na época em que os pioneiros de Palmares II, ou seus pais e avós, avançaram na direção da fronteira amazônica, rumo ao oeste. Além disso, foram especialmente nessas regiões que surgiram os Centros, experiências interessantes e retratadas pelo diretor Murilo Santos no documentário *Bandeiras Verdes*, de 1987⁴⁵, que nos ajudam a entender o perfil de parcela importante das pessoas que foram assentadas em Palmares II.

No documentário, Murilo Santos abordou, através da trajetória de Domingos Feitosa da Silva, o “Domingos Bala” (analisada pelo diretor entre 1979 e 1987), a história dos camponeses que foram forçados a avançarem rumo ao oeste do Maranhão, na direção da Amazônia oriental, em função das pressões feitas pelos latifundiários que dominavam as regiões de ocupação mais antiga desse estado. Em resumo, “Domingos Bala”, um camponês que não tinha outra alternativa para sobreviver a não ser através da sua força de trabalho, se viu em uma situação de pressão que o obrigou a deixar Vargem Grande, no leste do Maranhão, e migrar junto com sua família para a região onde hoje está localizado o município de São João do Caru, no oeste do estado. A escolha da Amazônia maranhense como destino não foi ao acaso, ao contrário, se deu em função de uma profecia atribuída ao padre Cícero Romão Batista, o Padre Cícero, muito conhecida entre os camponeses do Nordeste brasileiro, a profecia das Bandeiras Verdes. Nela, o padre teria dito que existia uma região sagrada no interior da mata, próxima aos rios grandes, com terras sem donos e onde todos poderiam viver em paz. Segundo a profecia, as Bandeiras Verdes, ou seja, essas terras sagradas e livres, estariam na direção onde o sol se põe, à oeste. Foi então a partir dessa ideia que não somente “Domingos Bala”, mas uma série de camponeses

⁴⁵ O filme pode ser visto acessando os links: < <https://www.youtube.com/watch?v=Gvp6fd6S9VE&t=319s>> (Parte 1); < <https://www.youtube.com/watch?v=X3ju9JXaMI8>> (Parte 2);

nordestinos avançaram na direção da Amazônia oriental, fugindo da vida dura que tinham em regiões onde o latifúndio já havia se estabelecido.

Me pareceu interessante resgatar a história de “Domingos Bala” porque esse camponês percorreu um caminho muito similar ao percorrido por muitas pessoas que foram assentadas em Palmares II, ou pelos pais e avós delas, que também vieram para a Amazônia oriental (primeiro o oeste do Maranhão e depois o sul e sudeste do Pará, conforme o movimento da fronteira) fugindo do latifúndio já estabelecido nas regiões de ocupação mais antiga do Nordeste do país. Faço esta afirmação baseado nas informações fornecidas por Bringel (2015), que percebeu durante sua pesquisa no assentamento que muitas pessoas que faziam parte da amostra analisada por ele haviam vivido em Centros localizados no Maranhão.

Segundo Martins (1997), não somente a privatização das terras e a formação de latifúndios empurrou os camponeses na direção da fronteira amazônica, por vezes as características muito específicas da agricultura praticada na fronteira também acabaram cumprindo esse papel. Em muitos lugares o avanço na direção da mata se deu em função da prática de combinar períodos de cultivo e pousio. Em outras palavras, no oeste do Maranhão, por exemplo, durante muito tempo predominou o sistema de corte e queima entre os camponeses, onde as roças eram feitas em áreas de mata anteriormente queimadas, prática que fazia os nutrientes contidos na biomassa vegetal transformada em cinzas serem absorvidos com maior facilidade pelas culturas plantadas no local antes queimado. No entanto, após a queimada, as áreas necessitavam de um período de repouso para se reestabelecerem e formarem uma nova vegetação, chamada na região de capoeira, que depois poderia ser novamente queimada, possibilitando a implantação de uma nova roça no local. Esse período de descanso da área queimada é chamado pelos camponeses do sudeste do Pará (e certamente de outras regiões do país) de pousio. Ao tempo que a área cultivada no ciclo anterior estava em pousio, os camponeses escolhiam uma nova área e repetiam o processo.

Isso se seguia ciclo após ciclo, fazendo as famílias se movimentarem na direção da mata, onde havia vegetação para ser queimada, já que sucessivas queimadas em uma única área, mesmo com períodos de pousio, acabavam comprometendo-a com o passar dos anos. Assim sendo, a dinâmica de organização dos camponeses no oeste do Maranhão (como em muitos locais da Amazônia brasileira) durante muito tempo seguiu a lógica dos Centros, onde um grupo de famílias, praticando o sistema de corte e queima, ou seja, combinando períodos de cultivo, com períodos de pousio, movimentavam suas roças ao redor de um Centro, que era um pequeno povoado onde elas viviam. Quando as roças acabavam ficando longe demais do Centro, um

novo era formado e lá os camponeses se estabeleciam conforme regras internas, que em geral estavam assentadas no tempo em que cada pessoa vivia junto ao grupo. Essas regras determinavam, por exemplo, quem podia ou não fazer suas roças em determinado local, mais ou menos próximo ao Centro.

Em suma, Murilo Santos contou em *Bandeiras Verdes* a história em que “Domingos Bala” saiu de Vargem Grande e fundou na região do rio Caru, na Amazônia maranhense, o Centro do Bala, onde ele, sua família e outras pessoas que se juntaram à eles posteriormente, viveram segundo a dinâmica descrita acima, se movimentando na direção da fronteira, rumo ao oeste, para os confins da mata. Segundo Bringel (2015), assim também fizeram muitas pessoas que foram assentadas em Palmares II (ou seus pais e avós), já que durante sua pesquisa muitas delas afirmaram terem vivido, antes de chegar na região sudeste do Pará, em Centros no Maranhão. Nomes como Centro do Garapa, Centro do Escolado Nunes Rodrigues, Centro das Negas, Centro do Abraão, Centro do Leonso, Centro do João Pedro, Centro da Velha Elisa, entre outros, foram alguns dos que os moradores do assentamento mencionaram durante as conversas que fizeram com o autor.

Podemos então com alguma segurança afirmar que o acesso à terra nunca foi fator de fixação dessas pessoas até elas chegarem em Palmares II, já que não somente o latifúndio, mas também o tipo de agricultura por elas praticada na fronteira (ou por seus pais e avós) implicava um constante deslocamento mata à dentro. Assim, a migração durante muito tempo fez parte da vida das pessoas que foram assentadas em Palmares II, seja em função de processos compulsórios, seja em razão do esgotamento dos recursos que garantiam sua reprodução nos locais onde antes elas haviam se estabelecido, em função do tipo de agricultura por elas praticada. Essa também foi uma questão analisada pelo autor referência, quando ele levantou dados relacionados à quantidade de migrações vividas pelos moradores de Palmares II, bem como aos motivos que os levaram a migrar, entre os quais apareceram: acesso à terra; busca por trabalho; garimpo; melhoria das condições de vida; questões familiares; problemas de saúde; conflitos na região de origem; busca por educação; entre outros.

Ao ampliar sua amostra, observando também as origens dos cônjuges, filhos e pais dos sujeitos por ele escutados, Bringel (2015) chegou em um universo de 402 pessoas. O interessante é que ao fazer isso ele percebeu que o lugar de nascimento da maior parte delas se deslocou do Maranhão para o sudeste do Pará. Mais precisamente, aproximadamente 26% nasceram no sudeste paraense, com o oeste do Maranhão, lugar de nascimento de 14,1%, aparecendo em segundo lugar. Mais ainda, o autor disse que 19,1% delas não sabiam responder

quando questionadas sobre o local de nascimento de seus cônjuges, filhos e/ou pais. O que isso significa? Que a maior parte das pessoas que hoje vivem no assentamento já nasceram na fronteira (obviamente estou fazendo referência à amostra analisada e, até um pouco forçadamente, ampliando as informações para o assentamento como um todo) e que as migrações já foram tão presentes na vida dos que foram assentados em Palmares II que muitas dessas pessoas sequer conseguem lembrar onde nasceram parentes próximos, como pais e avós. Não é algo específico desse caso, visto que as migrações são marcas da fronteira, uma vez que no sudeste do Pará os camponeses frequentemente são forçados a se deslocarem, geralmente floresta a dentro. Acredito que os conceitos de frentes pioneiras e de expansão, sobre os quais Martins (1983) fez importantes reflexões, nos ajudam a entender esse processo.

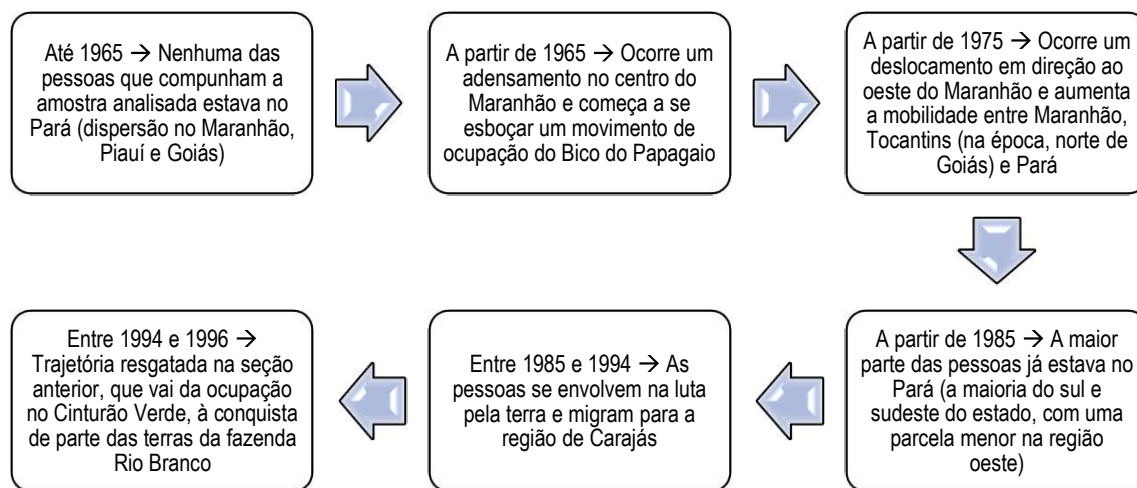
A frente pioneira é aquela que leva para outras regiões as velhas concepções, valores, vícios e práticas da sociedade que representa. Contraditoriamente, o pioneiro é a seus próprios olhos, aquele que leva o novo, que reconhece nas características de sua sociedade de origem (e somente nelas) a verdadeira condição humana. Uma frente que ao se deparar com a fronteira, não vê outra opção senão transforma-la segundo sua imagem e semelhança, reproduzindo os velhos traços da sociedade brasileira, que nos acompanham desde o início de nossa formação, como a concentração da terra, a espoliação da natureza e do trabalho, as várias formas de preconceito, entre outros. Em suma, a frente pioneira ventila ser portadora do novo, mas em geral reproduz o velho (MARTINS, 1983).

Por outro lado, a frente de expansão, no sudeste paraense especialmente representada pelos posseiros, evidencia o conflito e as contradições através de sua expansão sobre territórios previamente ocupados. O posseiro, por exemplo, é produto da expansão do capital e sempre está sujeito à expulsão. Se encontra constantemente ameaçado. Seu projeto não serve! Nem onde o capital já se encontra consolidado, nem na fronteira, que sempre desperta o interesse dos poderosos. O que lhe resta? Migrar para os locais mais inóspitos da floresta para executar a tarefa que geralmente lhe é atribuída, desde a colonização (se pensarmos nas primeiras expressões do que hoje é o campesinato brasileiro): “amansar” a floresta, queimando a mata, fazendo a broca e semeando o capim, para posteriormente, uma vez mais, ser expulso pela pata do boi. O posseiro, expulso da frente pioneira, desloca-se floresta a dentro, as vezes entrando em conflito, por exemplo, com indígenas. Depois, a frente pioneira chega e mais uma vez o expulsa, e o processo se repete (MARTINS, 1983). Foi assim que ocorreu não somente com várias pessoas que hoje vivem em Palmares II, mas também com muitos que hoje compõem o campesinato presente no sul e sudeste do Pará.

Em relação às migrações vivenciadas pelas pessoas que foram assentadas em Palmares II, Bringel (2015) percebeu que elas se intensificaram na década de 1970, sempre em direção à Amazônia oriental, muito motivadas pelas grandes obras de infraestrutura que estavam sendo feitas na região (pensemos na construção de importantes rodovias, como a Transamazônica, e da UHE de Tucuruí, por exemplo) e pelos projetos de colonização promovidos sobretudo no governo Médici. No entanto, foi na década de 1980 que a maioria dos pioneiros do assentamento foram para o sudeste do Pará, aqui principalmente em função da febre do ouro, cujo grande expoente foi o garimpo de Serra Pelada, e do início do PGC, que na região se expressou fundamentalmente através da mineração na Serra dos Carajás. Com o esgotamento dos garimpos, a negação do acesso à terra e a chegada do MST, essas pessoas se inseriram na luta pela terra, ocupando em 1994 o Cinturão Verde e dando início ao processo que culminou na criação de Palmares II, em 1996. Desde então, certamente em consequência da privação histórica à terra, desde suas regiões de origem (pensemos aqui na profecia das Bandeiras Verdes), e das disputas ainda na época do garimpo com a CVRD, o latifúndio e a mineradora foram vistos como os principais inimigos por essas pessoas.

Em resumo, Bringel (2015) percebeu que até 1955 nenhuma das pessoas por ele ouvidas residia no estado do Pará. Na época, o que existia era uma dispersão entre Maranhão, Piauí e Goiás. A partir de 1965 começou a ocorrer um adensamento no centro do Maranhão e a se esboçar um movimento de migração para a região do Bico do Papagaio (fronteira entre Pará, Maranhão e Tocantins, que no período era o norte de Goiás). Após 1975 se intensificou o deslocamento em direção ao oeste do Maranhão (confirmando a lógica da marcha rumo ao oeste sobre a qual discorri anteriormente) e o aumento da mobilidade entre a tríplice fronteira, no Bico do Papagaio. A partir de 1985, quando foram iniciadas as operações de mineração na Serra dos Carajás, quase todas as pessoas que posteriormente foram assentadas em Palmares II já viviam no Pará, a maior parte no sul e sudeste do estado. Entre o final da década de 1980 e início dos anos de 1990, como dito, essas pessoas se vincularam ao MST e se inseriram na luta pela terra, ocupando o Cinturão Verde em 1994 e dando início à saga que culminou na conquista da terra onde hoje residem, já exposta na seção anterior. Na Figura 4 pode ser visto um esquema síntese da trajetória das pessoas que foram assentadas em Palmares II, desde sua região de origem até a conquista da terra.

Figura 4 - Trajetória das pessoas que foram assentadas em Palmares II desde suas regiões de origem até a conquista da terra.



Fonte: elaborado pelo autor a partir das informações fornecidas em Bringel (2015) e dos dados coletados em campo.

Em relação às profissões exercidas ao longo dos anos pelas pessoas que vivem em Palmares II, penso que as informações apresentadas em Bringel (2015) também são interessantes. Analisando as ocupações dos sujeitos que compunham sua amostra e dos seus cônjuges e filhos, o autor percebeu ao todo 40 diferentes profissões no universo por ele investigado. Esmiuçando um pouco mais, ele analisou as ocupações exercidas por essas pessoas entre os anos de 1940 e 2013 e obteve os resultados que estão ilustrados nos Gráficos 26 e 27.

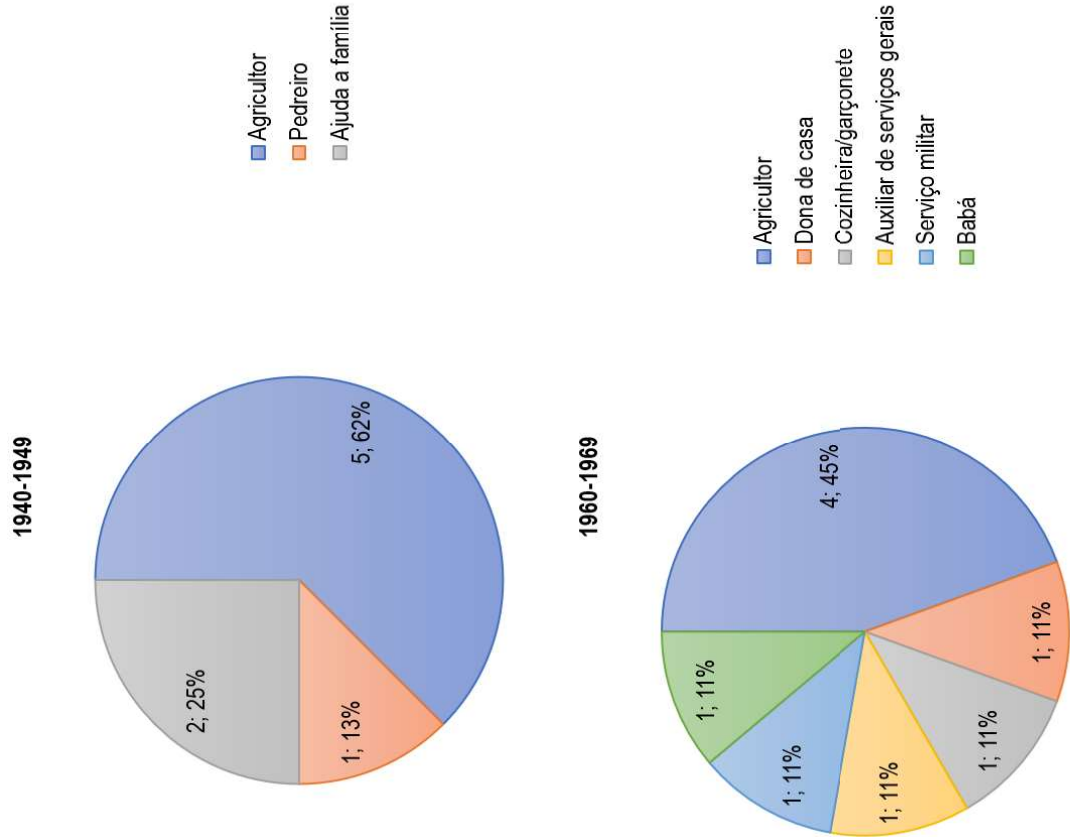
Entre 1940 e 1949, 8 pessoas trabalhavam, com 5 delas afirmando que na época eram agricultores (62%) e 2 (25%) dizendo que ajudavam a família, porém sem especificar de que forma, o que abre margem para pensarmos que também poderia ser através de ocupações vinculadas ao campo. Entre 1950 e 1959, o número de pessoas que trabalhavam em profissões ligadas ao rural cresceu, com todos os que disseram trabalhar no período exercendo profissões desse tipo. Mais especificamente, de um total de 8 pessoas, 7 (87%) afirmaram que eram agricultores e 1 (13%) que era quebradeira de coco. Entre 1960 e 1969, o número de agricultores se manteve alto em relação ao conjunto de pessoas que trabalhavam, com 4 (45%) de 9 sujeitos desempenhando essa atividade. Porém, surgiram novas profissões, como cozinheira, garçoneiro, auxiliar de serviços gerais e serviço militar, que em geral são exercidas nas cidades. Entre 1970

e 1979, quando se intensificaram as migrações para a Amazônia brasileira, 9 pessoas (48%) disseram que eram agricultores, muito provavelmente na lógica dos Centros, ou como posseiros.

Apesar do número de agricultores ainda permanecer alto, uma pessoa disse ter trabalhado como garimpeiro, ocupação que cresceu no período seguinte. Outra questão que merece destaque é a emergência de profissões que possuem forte relação com o processo de avanço sobre a fronteira, além do garimpo, ocupações em madeireiras, lanterneiro, operador de máquinas, marceneiro e carpinteiro. As ocupações refletiam a dinâmica da região, que era um grande canteiro de obras e uma imensa reserva de recursos. Como dito, um número significativo de pessoas afirmou que entre 1980 e 1989 trabalhavam no garimpo, mais especificamente, 7 (21%) de um total de 33. O percentual dos que atuavam como agricultores sofreu uma queda em relação aos períodos anteriores, com somente 28% (9 pessoas) do grupo dizendo que desempenhava essa atividade.

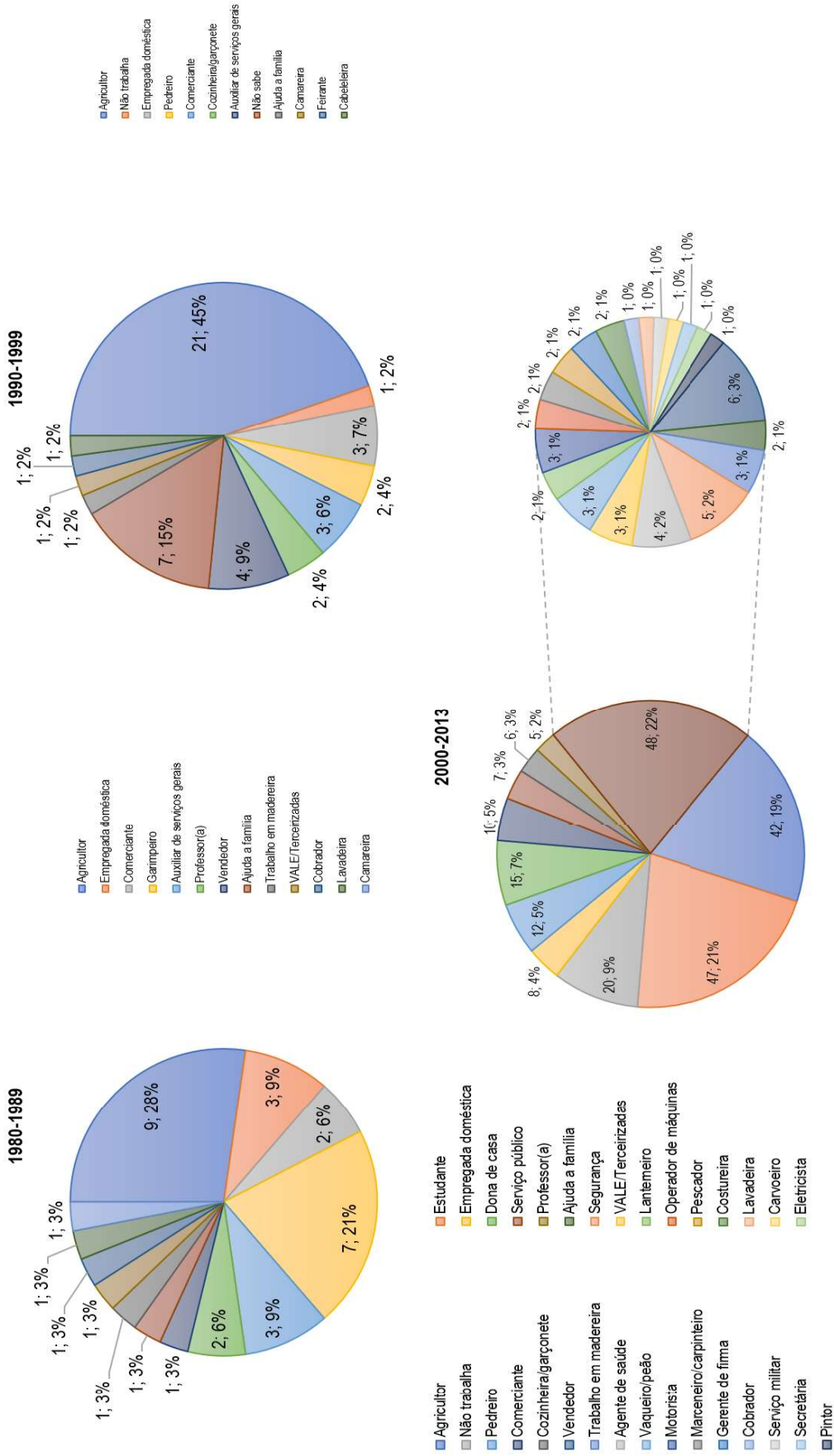
O crescimento dos que foram se aventurar no garimpo obviamente pode ser explicado pelo que chamei antes de “febre do ouro”, especialmente impulsionada por Serra Pelada. Também destaco uma maior diversificação das profissões registradas, inclusive com uma pessoa dizendo que na época trabalhava na CVRD ou em uma de suas terceirizadas, já que nesse período foram implantados os primeiros projetos de mineração na Serra dos Carajás. Já entre 1990 e 1999 o número dos que falaram que eram agricultores voltou a crescer, com 45% do grupo (21 pessoas) desempenhando a atividade. A explicação obviamente se deve ao fato dessas pessoas terem sido assentadas justamente nessa época, o que promoveu uma volta de grande parte delas à terra. O acesso à terra, tantas vezes negado, foi enfim permitido. Por fim, entre 2000 e 2013, de antemão, o que vemos é uma diversificação expressiva das profissões registradas em comparação aos períodos anteriores, uma vez que foram mencionadas 31 ocupações, em diferentes setores. O número de agricultores era bastante elevado, com 42 pessoas (19% do grupo). No entanto, o maior percentual foi o de estudantes, com 21% (ou 47 pessoas), número certamente em sua maior parte impulsionado pelos filhos dos que foram ouvidos na pesquisa. Também interessante foi a quantidade de pessoas que disseram não trabalhar, que foram 20, ou 9%, número que pode estar relacionado com as crianças e jovens que ainda não possuíam idade para trabalhar, e com o desemprego.

Gráfico 26 - Profissões dos moradores de Palmares II entre 1940 e 1979.



Fonte: elaborado pelo autor a partir das informações fornecidas em Bringel (2015).

Gráfico 27 - Profissões dos moradores de Palmares II entre 1980 e 2013.



Fonte: elaborado pelo autor a partir das informações fornecidas em Bringel (2015).

Os dados apresentados acima, junto com as demais informações que expus nesta seção, permitem que façamos algumas afirmações. A primeira diz respeito ao fato de parte significativa dos moradores do assentamento possuírem raízes camponesas, com muitos dos que foram assentados em Palmares II tendo vivido em algum momento de suas vidas em Centros no Maranhão ou na fronteira, ou como posseiros, já na região amazônica, entre outras formas. Se não foram eles, foram seus pais ou avós. Portanto, mesmo que eu acreditasse na ideia de que existe uma vocação camponesa, o que foi dito aqui desmente a inverdade de que falo de uma experiência de reforma agrária cujos beneficiários não tinham relações com o campo.

Também é possível dizer que assim como a maior parte das pessoas que se aventuraram na fronteira, os moradores de Palmares II tiveram que exercer diversas profissões ao longo de suas vidas, pois na fronteira não se escolhe trabalho, se trabalha. Foram várias as ocupações dessas pessoas ao longo dos anos, com a conquista da terra representando o reencontro delas com o campo, já que no último recorte, entre 2000 e 2013, parcela importante dos sujeitos que compunham a amostra analisada disseram serem agricultores. Podemos observar já na década de 1990 que o número dos que se viam como agricultores cresceu bastante, obviamente em função do assentamento dessas pessoas.

Outra coisa que me chamou atenção foram os dados relacionados ao garimpo. Muito se ventila que grande parte das pessoas assentadas em Palmares II vieram de “currutelas”, especialmente das que estavam ligadas à Serra Pelada, inclusive eu também fiz esta afirmação quando falei dos principais ambientes de origem dos pioneiros do assentamento. No entanto, os dados acima apresentados mostram que mesmo durante a “febre do ouro”, na década de 1980, o número dos que se disseram agricultores era maior do o que daqueles que falaram que sua profissão era a de garimpeiro. Mais ainda, parcela significativa dos que foram trabalhar no garimpo vieram do campo, da agricultura, ou seja, sujeitos que tinham relações com a terra. Assim sendo, mesmo que o garimpo tenha sido um importante ambiente de origem dos moradores de Palmares II, ele não pode sozinho explicar as origens dessas pessoas, visto que muitas delas, antes de se aventurarem na busca do ouro, viviam no campo, eram camponeses. Ou seus pais e avós o eram.

Em relação ao último período analisado, entre 2000 e 2013, me chamou atenção a quantidade de profissões percebidas, evidenciando o quanto é complexo o caso de Palmares II, com muitas delas não possuindo relação direta com o rural, pelo menos não à primeira vista.

Aliás, a maior parcela sequer é composta pelos que se disseram agricultores, mas por estudantes, número certamente impulsionado pelos filhos das pessoas ouvidas no levantamento. Também me chamou atenção a quantidade daqueles que não trabalhavam, o que pode estar relacionado com os sujeitos que ainda estavam em idade escolar, ou com o número de desempregados hoje existente no assentamento, sobre o qual falo na sequência desta dissertação. Em contrapartida, ainda que frequentemente digam que a VALE e a mineração industrial são pivôs do desenvolvimento na região de Carajás, especialmente através da geração de empregos, foi muito pequena a quantidade de pessoas que disseram trabalhar na mineradora ou em suas terceirizadas, colocando em dúvida esta possibilidade.

Por fim, cabe ressaltar que o número dos agricultores, ao longo de todos os períodos, pode ser maior do que o apresentado acima, uma vez que várias mulheres disseram serem donas de casa e algumas pessoas, geralmente jovens, falaram que ajudam a família. Sabemos que o trabalho feminino e da juventude geralmente é não visto no campo, na melhor das hipóteses sendo percebido como uma simples ajuda. Portanto, a quantidade de pessoas que atuam como agricultores, mesmo não sendo ou não se reconhecendo assim, pode ser maior do que a exposta anteriormente.

CAPÍTULO III - “O SONHO SE FAZ À MÃO, E SEM PERMISSÃO”: O ASSENTAMENTO PALMARES II HOJE

Foto 4 - Horta Mandala localizada no IALA Amazônico, assentamento Palmares II.



Fonte: dados de campo (2017).

Neste capítulo, apresento um breve panorama de Palmares II hoje, falando sobre infraestrutura, educação, recursos naturais, produção, economia, organização social e outros. Também faço comentários sobre as impressões dos seus moradores a respeito do assentamento. As informações apresentadas aqui, junto com as considerações feitas anteriormente, dão base à discussão que faço na parte final deste trabalho, quando realizo uma reflexão sobre as pressões decorrentes do avanço dos agro-minero-negócios que estão recaindo sobre Palmares II.

3.1. Os moradores sobre Palmares II e suas percepções

Uma afirmação foi recorrente durante a pesquisa de campo que fiz e na literatura que consultei sobre o assentamento, a ideia de que Palmares II é uma “experiência modelo”, um “assentamento referência”. Assim sendo, procurei iniciar as reflexões que faço neste capítulo com as percepções dos próprios moradores de Palmares II sobre esta caracterização. Em resumo, iniciei boa parte das entrevistas que fiz em campo perguntando para as pessoas que

vivem em Palmares II sobre suas considerações a respeito desta afirmação, assim como em relação ao seu cotidiano, buscando os posicionamentos diversos sobre a vida no assentamento. As considerações deles dão base às reflexões que faço nesta seção.

Começamos pelo que disse “Pupunheira”, em uma entrevista que me concedeu em julho de 2017. Quando perguntei se ele achava que Palmares II era um assentamento modelo, ele disse o seguinte:

“Acho não, tenho certeza que ele é um assentamento modelo, porque ele tem um nível de contradição maior, né. Mas esse nível de contradição maior, ele também invoca numa condição de investimento de recursos maiores e ele tá dentro de um município que tem mais recursos, também. Ele não depende simplesmente de um recurso federal. Ele mesmo independente dos recursos federais, tem um inimigo mais próximo, pra tu fazer luta. Teu inimigo não é tu ir em Marabá, no INCRA, tu faz luta contra teu inimigo dentro do teu próprio território, e tu fazendo luta dentro do teu próprio território, tu tem conquistas. E esse nível de contradição maior... quanto maior o nível de contradição, maior a necessidade de se organizar, né. E maior... quanto mais tu vai ser organizado, mais tu tem a necessidade de formação. Então, pelo nível de contradição que nós temos na Palmares, ele é modelo. Pelo seu nível de organização. É o assentamento que mais já experimentou modelos diferentes de organicidade. É o assentamento que tem mais conquistas práticas. Mas é o assentamento que mais fez luta, não vou dizer individual, mas enquanto área, né. Contra um inimigo tão grande. É... além disso, é o assentamento que mais produz quadros dirigentes pra organização. Tanto pra organização, quanto pras outras organizações. Por exemplo, sai daqui, da Palmares, o movimento dos desempregados. Só tem na Palmares, na região. Tipo, não tem em Parauapebas, que é o berço da VALE, do capitalismo. Tipo, o MAM nasce na... nessa região, mas ele também tem um grande foco numa luta gerada dentro do assentamento Palmares, que foi a ocupação dos trilhos em 2007. Então, o assentamento Palmares é o assentamento mais modelo que nós temos. E de produção também, porque o nível de produção do assentamento Palmares, comparado aos outros, se tu for pegar o nível de produção de gado, por exemplo, é muito menor do que os outros da região. Mas assim, ele tem outros produtos. De hortaliças ele é muito forte. É... as práticas agroecológicas aqui dentro são muito fortes, dentro do assentamento Palmares. Então, tenho certeza que ele é... olhando... porque cada um tem o seu potencial, né, que... mas de um modo geral... porque se tu for olhar a 17 de Abril é um grande assentamento modelo também de organicidade aqui na região, só que tipo, ele vai ajudar muito mais a fortalecer o município pelo PT. Uma política de alianças e tal. Aqui não, conduzimos o município pela luta. Então, acho que é o movimento mais revolucionário... é o assentamento mais revolucionário. Aqui estão as experiências mais revolucionárias que existem na região” (“Pupunheira”, morador de Palmares II, entrevista concedida em julho de 2017).

Como pudemos perceber, “Pupunheira” via Palmares II como um assentamento modelo, inclusive ele foi enfático ao dizer que tinha certeza disso. A explicação, segundo ele, passa pelas contradições com as quais o assentamento lidou durante sua trajetória. Em outras palavras, para ele o fato de Palmares II estar localizado em um território sob hegemonia do capital, especialmente da mineração industrial, mesmo pressionando os sujeitos que vivem ali, abriu possibilidades interessantes para o assentamento. Como ele disse, as muitas contradições exigiram das famílias que elas se organizassem de forma permanente, o que acabou se refletindo em conquistas para o assentamento. Começamos por aí.

A ideia que “Pupunheira” passou, em linhas gerais, foi de que as contradições existentes em Palmares II, algumas delas muito particulares dessa experiência, fizeram com que as famílias que vivem ali não se acomodassem após a conquista da terra, como acontece em vários assentamentos rurais espalhados pelo Brasil, que acabam perdendo o fôlego, no que diz respeito à organização política, construído durante o período do acampamento. Em Palmares II as pressões sempre foram tão fortes que não deixaram seus moradores se acomodarem em nenhum momento. Pressões que não deixaram outra alternativa às famílias, que não fosse permanecerem em luta. Como disse “Pupunheira”, as muitas contradições exigiram de Palmares II uma elevada capacidade de organização política, que, segundo ele, foi determinante para as várias conquistas que as famílias conseguiram ao longo da trajetória do assentamento.

Neste sentido, “Pupunheira” afirmou que a exigência por um estado permanente de organização e luta imposta pelas pressões dos agro-minero-negócios à Palmares II também impôs sobre o MST e às famílias que vivem no assentamento a necessidade de constantemente construir processos formativos, ou seja, de sempre estudarem e potencializarem a militância que vive no assentamento, por conseguinte, o movimento e a capacidade de organização política dentro daquele território. Assim, como ele disse, no assentamento, entre outras coisas, foram formados uma série de quadros políticos não somente para o MST, mas também para outras organizações que fazem parte do mesmo campo político do movimento. As duas organizações mencionadas por “Pupunheira” me parecem emblemáticas e merecem alguns comentários, a saber: o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e a Comissão de Trabalho, Emprego e Renda do assentamento Palmares II (CTERP). Façamos alguns comentários preliminares sobre elas.

O surgimento do MAM, como dito pelo próprio movimento em uma publicação onde são feitos comentários sobre os seus elementos constitutivos, esteve muito atrelado às lutas contra a mineração que ocorreram em Palmares II, especialmente à ocupação feita pelo MST e seus parceiros em 2007, no trecho da EFC que corta o assentamento, no bojo de uma jornada nacional de lutas pela reforma agrária e em defesa dos recursos naturais (TROCATE; ZANON; VIEIRA, 2015). Segundo as informações fornecidas pelo MAM na publicação referência, essa ação, que durou aproximadamente 60 dias (entre outubro e novembro de 2007), foi um dos principais eventos políticos que deram origem ao movimento, que nasceu em Carajás e hoje se faz presente em vários estados do país. Mais ainda, foi a partir dela que muitos dos elementos que compõem a infraestrutura de Palmares II foram conquistados, os quais irei apresentar na próxima seção. Aliás, durante o trabalho de campo, participei de algumas reuniões do MAM

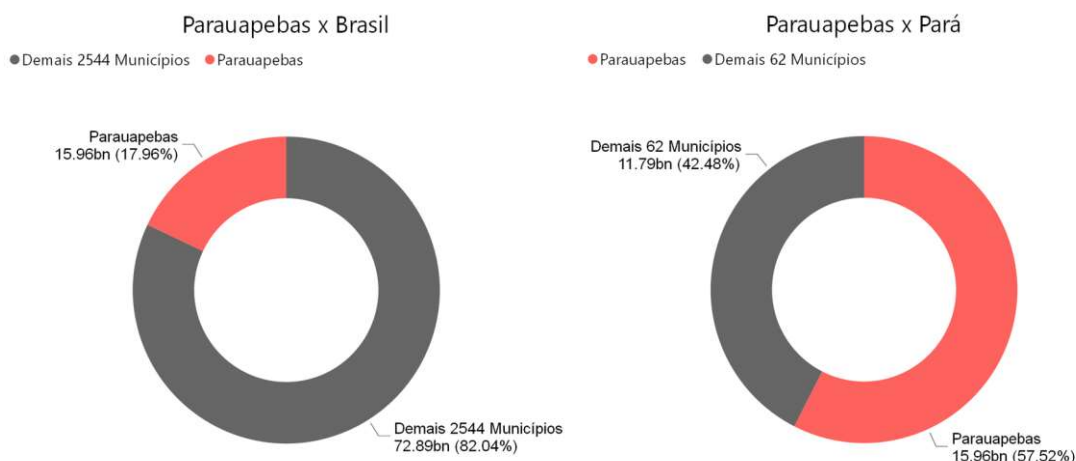
que ocorreram em Palmares II, o que evidencia a centralidade do assentamento na construção desse movimento e no enfrentamento ao modelo mineral em curso na região de Carajás. No último capítulo deste trabalho volto a fazer algumas reflexões sobre o episódio da ocupação da EFC em 2007, bem como a respeito do MAM e sua relação com Palmares II.

A CTERP, por sua vez, é uma organização com a qual eu tive o meu primeiro contato durante o trabalho de campo, diferente do MAM, com o qual eu já havia feito antes mesmo de ingressar no mestrado. Em linhas gerais, pois faço maiores comentários sobre essa experiência no quarto capítulo, essa comissão surgiu em Palmares II a partir da necessidade que alguns sujeitos que vivem no assentamento, especialmente os jovens, sentiram de reivindicar postos de trabalho nos projetos que estavam sendo implementados ali e na região, em geral diretamente ou indiretamente vinculados à mineração, como quase todos os investimentos historicamente feitos em Carajás (mas também em outros setores). Foi então a partir desse movimento dos desempregados, como muitas vezes esses sujeitos foram denominados quando estive no assentamento, que foi formada essa comissão que, entre outros atores, conta com o apoio do MST, da APROCPAR e do MAM. Ressalto ainda que a CTERP acabou se expandindo para além das fronteiras do assentamento Palmares II, passando a envolver também pessoas que vivem no perímetro urbano de Parauapebas e em Palmares I (ou Palmares Sul, como dito antes).

Outro fator apontado por “Pupunheira” como fundamental para Palmares II ter se tornado um assentamento referência está relacionado com a sua localização, um dos municípios do Pará (Parauapebas) que mais arrecadou recursos nas últimas décadas através da exploração em larga escala dos recursos minerais de Carajás. Em resumo, através da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CEFEM), Parauapebas vem arrecadando nas últimas décadas recursos muito expressivos que têm possibilitado à prefeitura fazer vários investimentos no município, visto que a Lei nº 13.540, de 18 de dezembro de 2017, que alterou as Leis nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e 8.001, de 13 de março de 1990, que regulamentavam, respectivamente, a distribuição dessa compensação e a alíquota referência sobre a qual se faz o cálculo do imposto, diz que 60% da alíquota (que varia entre 1 e 3,5% da receita bruta, à depender da substância mineral) deve ser destinada aos municípios produtores (minerados), como é o caso de Parauapebas. Em números, podemos ver nos Gráficos 28 e 29, elaborados a partir dos dados fornecidos pelo DNPM, algumas informações a respeito do valor de operação da produção mineral e do CEFEM recolhido em Parauapebas no ano de 2016, que evidenciam o quão expressivos têm sido os recursos arrecadados por esse município a partir da

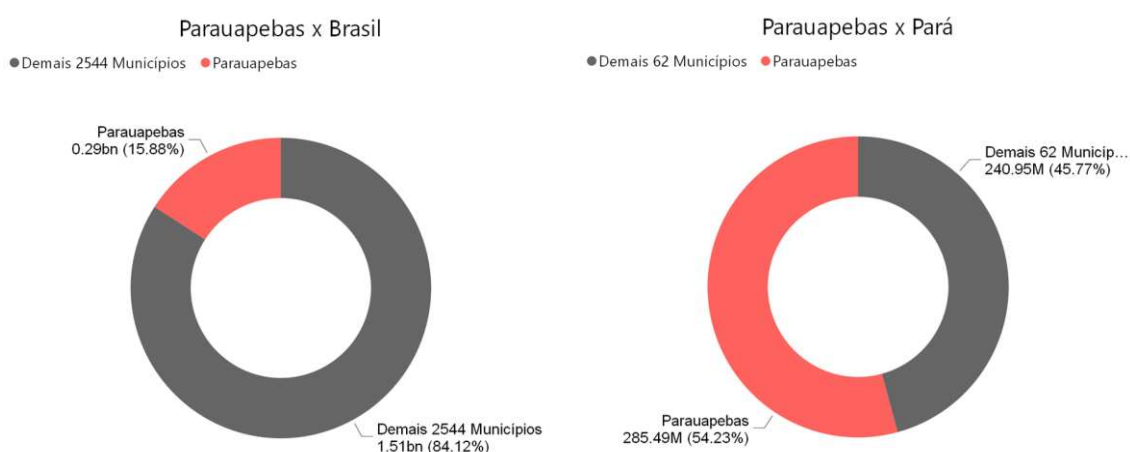
mineração, ainda que o valor da alíquota no Brasil seja muito inferior ao empregado em outros países minerados, como pode ser visto em Coelho (2015).

Gráfico 28 - Valor de operação (R\$) da produção mineral de Parauapebas em 2016, comparado com os números dos demais municípios produtores do Pará e do Brasil.



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pelo DNPM (2017).

Gráfico 29 - CEFEM recolhido (R\$) pelo município de Parauapebas em 2016, comparado com os números dos demais municípios produtores do Pará e do Brasil.

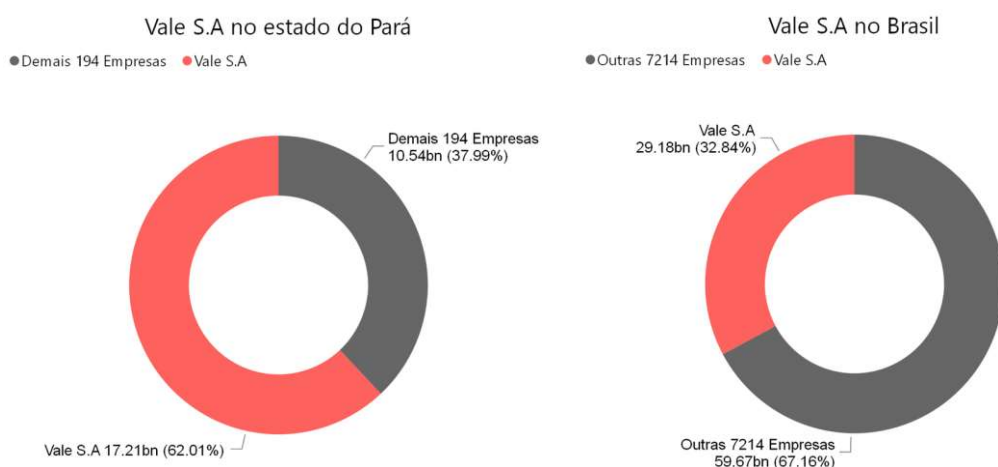


Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pelo DNPM (2017).

Como podemos perceber, Parauapebas exportou R\$ 15,96 bilhões em produtos minerais no ano de 2016, ou seja, 57,52% das exportações de minérios entre os 62 municípios minerados

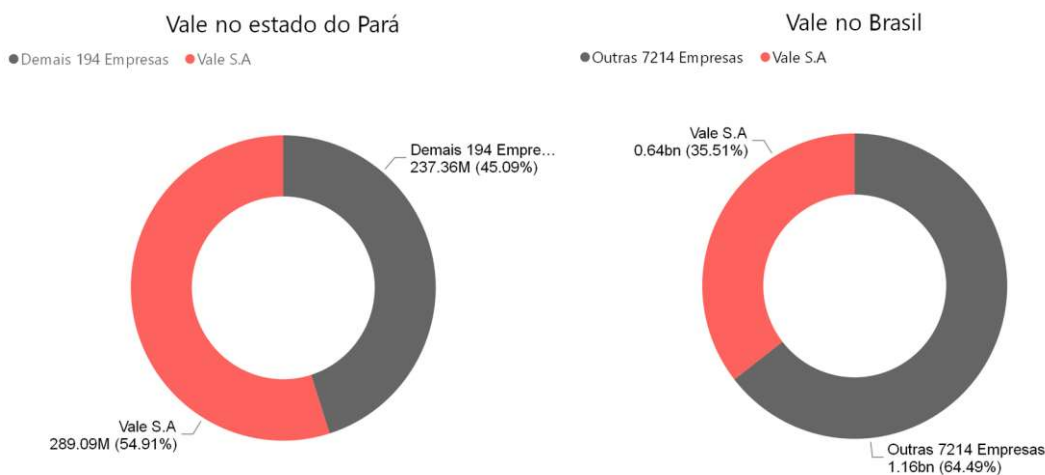
que o estado do Pará possuía naquele ano. Mais ainda, em 2016 foi responsável por 17,96% das exportações de produtos minerais de todo o país, que até então tinha 2.544 municípios minerados. Por conseguinte, em 2016 a arrecadação de CEFEM também foi elevada em Parauapebas, com o município recebendo R\$ 285,49 milhões oriundos da mineração. Em 2016 o município sozinho foi responsável por 54,23% do CEFEM arrecadado no Pará e por 15,88% do recolhido em todo o país. Números muito expressivos, que estão diretamente relacionados com a atuação da empresa VALE S.A em Carajás, que até pouco tempo atrás, antes da criação do projeto S11D Eliezer Batista, em Canaã dos Carajás, tinha Parauapebas como principal palco dos seus empreendimentos nessa região. Neste sentido, cabem alguns comentários sobre a mineradora, os quais faço a partir dos dados apresentados nos Gráficos 30 e 31, também elaborados com base nas informações fornecidas pelo DNPM.

Gráfico 30 - Valor operado (R\$) pela empresa VALE S.A em 2016, comparado com os números das demais mineradoras com atuação no Brasil.



Fonte: elaborado pelo autor com base nas informações fornecidas pelo DNPM (2017).

Gráfico 31 - CEFEM pago (R\$) pela empresa VALE S.A em 2016, comparado com os números das demais mineradoras com atuação no Brasil.



Fonte: elaborado pelo autor com base nas informações fornecidas pelo DNPM (2017).

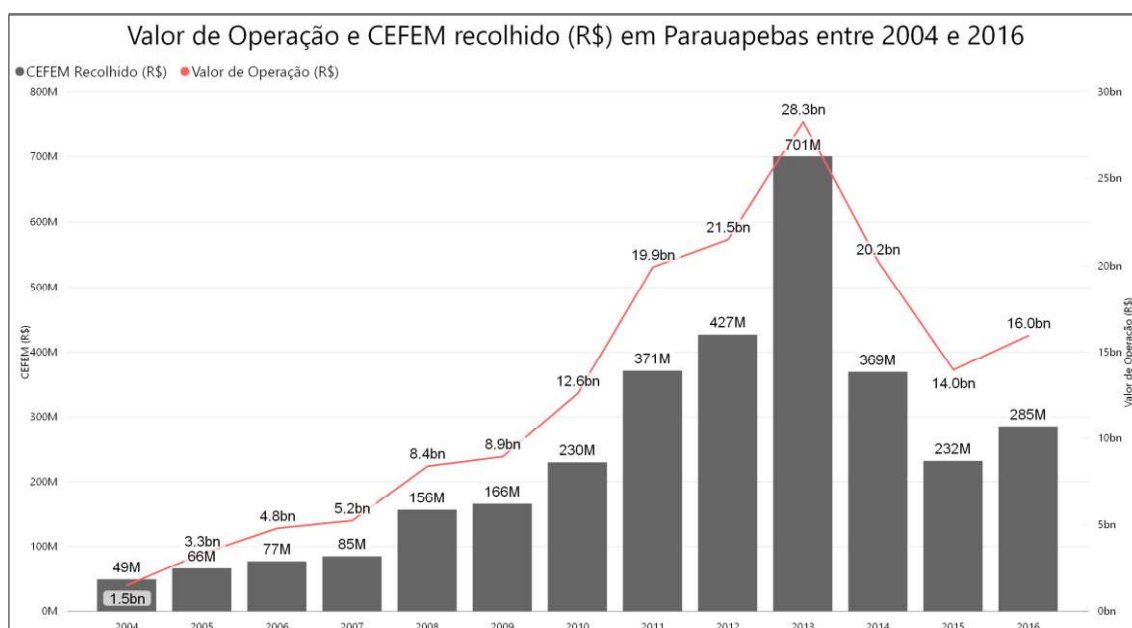
Como visto, em 2016 a VALE foi responsável 62,01% do valor operado com produtos minerais no estado do Pará, ou seja, a empresa sozinha operou algo próximo de R\$ 17,21 bilhões, enquanto as demais 194 mineradoras com atuação nesse estado foram responsáveis por R\$ 10,54 bilhões, ou 37,99% do total. No cenário nacional a relevância da VALE também foi evidente, já que os negócios da empresa representaram 32,84% dos valores operados no Brasil a partir de produtos minerais em 2016, movimentando algo próximo de R\$ 29,18 bilhões, enquanto o valor operado pelas demais 7.214 mineradoras que atuavam no país naquele ano foi de aproximadamente R\$ 59,67 bilhões (67,16% do total). Assim sendo, seria mais do que esperado que a VALE fosse a principal pagadora de CEFEM no estado do Pará e no Brasil, o que podemos confirmar olhando os dados apresentados acima, visto que a empresa foi responsável por 54,91% (R\$ 289,09 milhões) de todo o CEFEM recolhido no Pará e por 35,51% (R\$ 0,64 bilhões) do valor arrecadado no Brasil.

No entanto, o mais interessante está na variação que o valor recolhido através do CEFEM sofreu nos últimos anos em função do *boom* e do descenso do preço das *commodities* minerais no mercado internacional (também variaram *commodities* agrícolas, entre outras). Podemos observar essa variação no Gráfico 32, que ilustra o valor operado em produtos minerais e o CEFEM recolhido em Parauapebas entre 2004 e 2016, com base nas informações fornecidas pelo DNPM e pela SEDEME Pará. Por meio destes dados, podemos ver que entre

2004 e 2013 o valor exportado em produtos minerais de Parauapebas somente subiu, sofrendo apenas uma queda significativa a partir de 2014, quando os preços das *commodities* minerais caíram no mercado internacional, muito em função da redução da demanda chinesa por eles, voltando a crescer em 2016, porém longe do patamar atingido no auge do *boom*.

Entre 2004 e 2013, período que registrou recorde tanto no valor operado, quanto na arrecadação de CEFEM, as exportações de produtos minerais oriundos de Parauapebas cresceram assustadores 1.787,20%, passando de R\$ 1,49 bilhões no ano inicial, para R\$ 28,27 bilhões no ano final. Por conseguinte, o CEFEM arrecadado também cresceu nesse período, no caso 1.329,82%, passando de R\$ 48,9 milhões em 2004, para R\$ 700,52 milhões em 2013. Entretanto, a partir de 2014, quando o preço das *commodities* começou a cair no mercado externo, o valor operado através dos produtos minerais e o CEFEM recolhido em Parauapebas começaram a cair acentuadamente. Mais especificamente, o valor operado por meio dos produtos minerais nesse município decresceu 50,60% entre 2013 e 2015, quando caiu dos já mencionados R\$ 28,27 bilhões registrados em 2013, para R\$ 13,96 bilhões em 2015. Obviamente, o CEFEM recolhido também sofreu um decréscimo, no caso de 66,87%, quando passou dos R\$ 700,52 milhões registrados em 2013, para R\$ 232,11 milhões em 2015. Ambos, o valor operado e o CEFEM arrecadado em Parauapebas, voltaram a crescer em 2016 (respectivamente, 14,27% e 23%), dando sinais de recuperação do setor mineral, que, como dito, alimenta a economia do município desde sua origem.

Gráfico 32 - Valor operado através de produtos minerais e CEFEM recolhido em Parauapebas entre 2004 e 2016.



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pelo DNPM (2017) e pela SEDEME Pará (2017).

Neste sentido, quando “Pupunheira” afirmou que o fato de Palmares II ser um assentamento referência também está relacionado com a localização dessa experiência em um dos municípios que mais arrecadou recursos nos últimos anos, referindo-se à receita que Parauapebas obteve a partir da mineração industrial, que acabou reverberando em Palmares II, visto que recursos para a infraestrutura do assentamento vieram através da PMP, boa parte deles oriundos do CEFEM. Isto não significa que os investimentos do setor público em Palmares II foram atos de boa vontade. Ao contrário, conforme relatado e observado, resultaram da luta e conquista das famílias que ali vivem e foram resultado de intensa mobilização, especialmente das ações diretas feitas contra a VALE, vizinha dos moradores do assentamento, já que a ferrovia da empresa passa dentro de Palmares II. Como disse “Pupunheira”, a presença da mineradora no território de Palmares II, apesar de *non grata*, gerou possibilidades interessantes para as famílias, que puderam fazer lutas dentro de seus próprios domínios, como a ocupação dos trilhos feita em 2007, que produziu várias conquistas para o assentamento. Usando os mesmos termos dele, o principal inimigo das famílias que vivem em Palmares II não está em Marabá, no INCRA (evidente referência ao Estado), mas sim dentro do próprio território do assentamento, o que criou novas possibilidades e aumentou ainda mais a complexidade do caso em questão.

“Pupunheira” também fez referência à algumas questões relacionadas com a produção e a organização política de Palmares II para justificar sua concordância com a afirmação de que se trata de uma experiência modelo. Segundo ele, em comparação à outras experiências de reforma agrária existentes no sudeste do Pará, Palmares II possui menos incidência da pecuária, apesar do assentamento ter sido criado em uma fazenda que tinha boa parte de sua área ocupada por pastagens no momento da desapropriação. A pecuária, como já evidenciado em muitos trabalhos, tem exercido forte pressão sobre os assentamentos rurais localizados em grande parte da Amazônia brasileira, seja do ponto de vista ambiental, com a degradação dos solos e o aprofundamento do desmatamento, seja dos pontos de vista econômico e social, com a subordinação dos camponeses à lógica produtiva dominante na região. No entanto, “Pupunheira” afirmou que Palmares II, diferente de outros assentamentos, tem experimentado uma redução dessa atividade e sua substituição por experiências de cunho agroecológico, inclusive relacionadas à bovinocultura. Embora eu tenda a concordar com ele em relação ao crescimento das iniciativas com base na agroecologia dentro do assentamento, pude perceber

durante o trabalho de campo que a pecuária ainda possui muita força em Palmares II, o que não é exclusividade deste assentamento, já que fatores como os incentivos no que diz respeito ao crédito (predominantemente direcionado à criação de gado, especialmente de corte) e o perfil das políticas públicas voltadas para os assentamentos da Amazônia historicamente edificaram e potencializaram esse cenário em várias experiências desse tipo no sudeste do Pará. Porém, ainda assim me parece que Palmares II é um ponto fora da curva, ou pelo menos caminha para sê-lo.

No entanto, a perspectiva de que Palmares II pode ser considerada uma experiência modelo de assentamento de reforma agrária não foi unânime entre as pessoas com as quais convivi e conversei durante o trabalho de campo. Um dos sujeitos que discordaram desta afirmação foi “Castanheira”, que quando indagado sobre a existência de um diferencial de Palmares II, afirmou:

“Não. Eu acho que modelo não é. Modelo não é porque quando a gente fala em modelo, já parece uma caixinha ali blindada, que não entra muita coisa. Não é modelo. É um assentamento que, na minha... no meu pensamento, na minha posição, no sentido de pensar, acho que é um assentamento vivo, que tem uma militância, tem muito dirigente, a gente pensa, né, é justamente nessas questões. Mas, a gente hoje tem muitos problemas sociais dentro do assentamento, porque cresceu, o assentamento cresceu. O governo não conseguiu acompanhar toda a dinâmica do assentamento. Então, tu tinha um projeto de assentamento pra 517 famílias. Isso multiplicou. Que é algo diferente, tem uma diferença. Alguns assentamentos os fazendeiros conseguiram se apropriar pra recuperar a terra, o nosso foi diferente, multiplicou os lotes. Muitos deles foram divididos em chácaras e o povão foi chegando pra cá. Então, tu tem um problema não é, é... pra ser administrado. Hoje, eu muitas vezes fico observando, ali perto do colégio, naquela frente ali da praça, fico olhando o nosso povo que veio pra cá e de quinze que vêm andando na rua... tem hora que eu fico fazendo essas comparação... de quinze que vai andando na rua, eu vejo um, dois dos nossos antigos, os outros é tudo diferente. Então, tu tem um problema pra ser resolvido dentro do assentamento. Mas é um assentamento que ainda o MST tem muita força, muita organização e vai continuar ainda por muito tempo se nós mudar algumas coisas na forma de dirigir o assentamento, inovar daqui pra frente” (“Castanheira”, morador de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

Como podemos ver, “Castanheira” discordou da afirmação de que Palmares II é uma experiência modelar por duas grandes razões. A primeira delas está relacionada à impressão de algo pacífico e exemplar, como se Palmares II não estivesse a todo momento sendo ameaçado pela hegemonia empresarial presente na região. O assentamento não é fechado, ao contrário, trata-se de uma experiência que sofre muitas pressões e justamente por isso possui várias contradições, ou problemas. Essas, por sua vez, são o segundo motivo que fez “Castanheira” discordar da afirmação que levantei para lhe provocar, já que são muitas as contradições presentes em Palmares II.

Ao invés de dizer que se trata de um assentamento referência ou modelo, “Castanheira” preferiu ressaltar que Palmares II possui a mobilização e uma militância ativa como diferenciais determinantes para que essa experiência de reforma agrária obtivesse êxitos. Aliás, a ressalva de que as conquistas que hoje vemos em Palmares II foram frutos da organização e da mobilização das famílias que vivem no assentamento foi algo que apareceu em todas as conversas que fiz em campo, ou seja, foi a persistência na luta que garantiu as conquistas.

No entanto, “Castanheira” reconheceu que hoje existem muitas contradições no assentamento, ou melhor, muitas pressões sobre Palmares II (ele fala ainda em problemas). Ele atribuiu esses problemas ao inchaço populacional que o assentamento vem vivendo nos últimos anos. Diferentemente do que está ocorrendo em boa parte dos assentamentos rurais existentes no sudeste do Pará, onde vemos processos de reconcentração fundiária, em Palmares II o que ocorreu foi uma subdivisão dos lotes, com muitos deles sendo transformados em chácaras e balneários. Fundamentalmente foi um processo motivado pelo espantoso crescimento populacional de Parauapebas, já exposto no primeiro capítulo e pela dinâmica dos agro-minero-negócios, no caso, especialmente da mineração industrial.

Porém, mesmo com as muitas contradições e a chegada de novos atores no assentamento, “Castanheira” afirmou que o MST ainda tem muita força em Palmares II, o que de fato evidenciou-se durante o trabalho de campo, onde diversas vezes que foi mencionada a atuação do movimento como fundamental para a atual situação do assentamento e conquistas ao longo dos anos. Também podemos ver, ao caminhar pelos espaços coletivos de Palmares II (associações, escolas, praça pública, entre outros), que os símbolos do MST são bastante presentes, o que evidencia a identificação que os moradores do assentamento possuem com o movimento, ainda detentor de grande capacidade de mobiliza-los. A identidade Sem Terra ainda é muito viva em Palmares II. Contudo, “Castanheira” afirmou que o MST precisa se reinventar para seguir dirigindo o assentamento, pois com a chegada de novas pessoas o controle de Palmares II está mais do que nunca em disputa.

Já para “Tucumanzeiro”, Palmares II é “uma cidade modelo”:

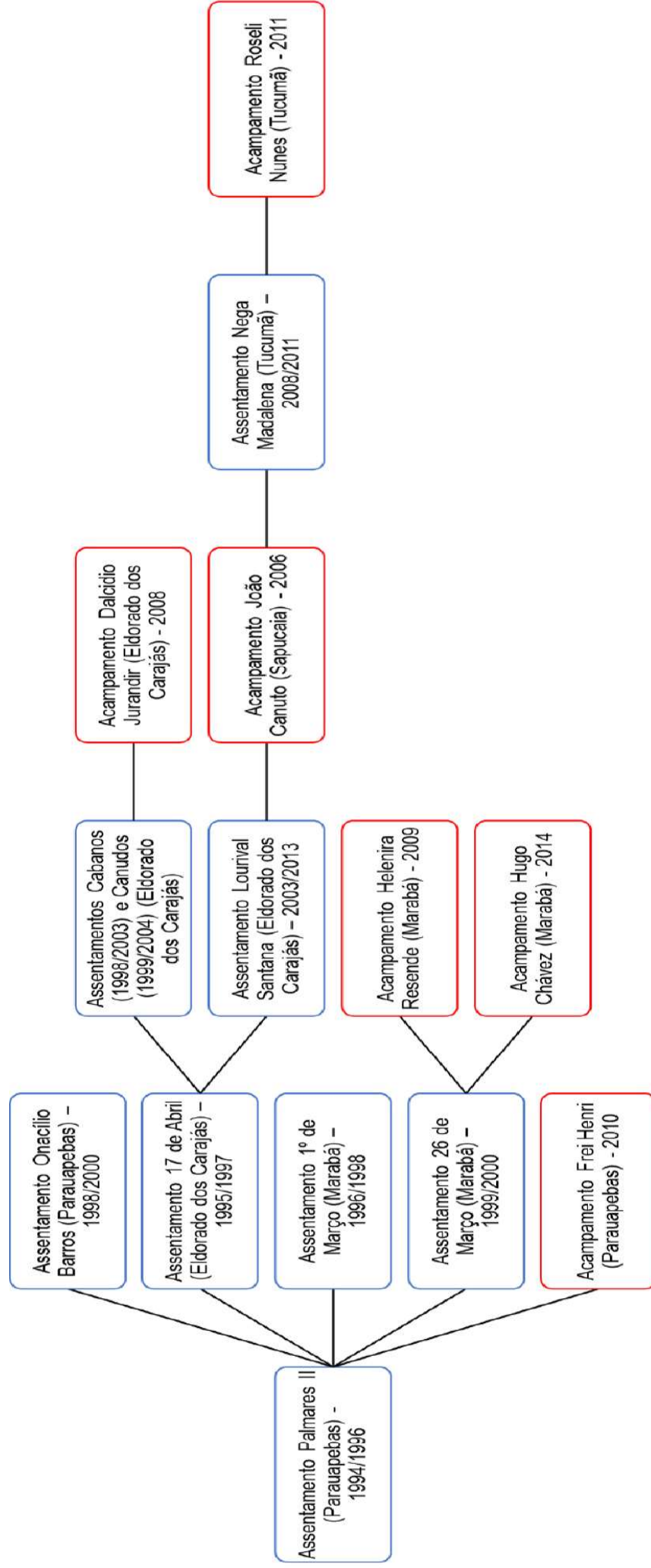
“Palmares hoje pra nós [ela e seu marido], é considerada como se fosse uma cidade modelo. Pra nós, porque a gente, na época, a gente não teve formação, a gente vinha assim jogado a bruta, é... e tu sabe que pra lapidar alguém é anos e anos, né, pra ser trabalhado, e a gente veio... várias culturas, povo diferente. Então, hoje a gente chegou, a Palmares chegou onde chegou... hoje é a única área... assim, eu até considero isso... que a Palmares é a mãe de todos os assentamentos, apesar que era pra ser a Rio Branco, mas a Rio Branco não se destacou tanto como a Palmares se destacou. Hoje, tu pega Palmares, compara com outras cidades, que já é cidade, Palmares tá liderando. Tipo, é... Serra Pelada, Curionópolis, que já é cidade antiga, Palmares tá muito mais evoluída do que o próprio Curionópolis. Palmares vem de área

de assentamento, de MST, que nem... pra o olho, do homem lá fora, é... a questão do MST, da reforma agrária, é malvista, né, pela sociedade lá fora. Só que quem chega, quem vem de fora e chega até a Palmares, se apaixona, né. Então, hoje a Palmares aqui é como se fosse assim... um pedacinho do céu que existe ainda” (“Tucumanzeiro”, moradora de Palmares II, entrevista feita em janeiro de 2017).

Como vimos, “Tucumanzeiro” afirmou que Palmares II hoje é praticamente uma cidade, em função do crescimento que o assentamento viveu nos últimos anos (mais especificamente, a vila). Uma experiência de reforma agrária que na opinião dela possui inclusive mais estrutura que muitas cidades da região (ela mencionou Curionópolis e Serra Pelada, que é um distrito da primeira). Não adentrarei à fundo aqui sobre isso porque na seção seguinte faço comentários sobre a infraestrutura atualmente existente no assentamento.

No entanto, o que mais me chamou atenção na fala acima em destaque foi a forma como “Tucumanzeiro” se referiu à Palmares II, como “mãe de todos os assentamentos”. Sobre isso, retomo o que falei no capítulo anterior, que Palmares II é o assentamento mais antigo sob direção do MST no Pará, portanto, dessa experiência derivaram os demais assentamentos e acampamentos feitos pelo movimento nesse estado. Na Figura 5, adaptada de Miranda (2017), podemos ver um esquema que ilustra bem como se deu o processo de territorialização do MST no sudeste do Pará entre 1994 e 2016, com Palmares II sendo o a experiência inicial, a partir da qual surgiram as demais.

Figura 5 – Territorialização do MST por assentamentos e acampamentos no sudeste paraense (1994-2016).



Fonte: adaptado de Miranda (2017).

De forma bastante resumida, muitos militantes do MST que foram assentados em Palmares II acabaram sendo decisivos para a expansão do movimento no sudeste paraense, uma vez que se somaram à frente de massas e foram fazer trabalho de base em outros locais da região. Da atuação deles surgiram os assentamentos (em azul) e acampamentos (em vermelho) ilustrados acima, bem como outras áreas que diretamente ou indiretamente nasceram com alguma participação do MST. Todavia, as contribuições que Palmares II deu à territorialização do MST no sudeste do Pará não se resumiram ao deslocamento de pessoas para atuarem na frente de massas, ao contrário, os erros e acertos vividos pelos sujeitos que conquistaram e dia a dia vêm construindo o assentamento serviram de exemplo para as demais experiências que foram emergindo.

“Tucumanzeiro” também afirmou que apesar do MST ser malvisto na região (como em praticamente todos os lugares do Brasil, em função principalmente da criminalização do movimento promovida pela grande mídia), as pessoas que visitam Palmares II, na maior parte das vezes carregadas de preconceitos, em geral se surpreendem positivamente, já que as condições de vida hoje existentes no assentamento são melhores do que as encontradas em muitos bairros de Parauapebas, ou mesmo em outras cidades do sudeste paraense.

Seguindo confrontando opiniões diferentes, “Açaizeiro” disse que mais do que modelo ou referência, Palmares II é um assentamento de luta, onde existe forte resistência. Quando mencionei a afirmação que norteia esta seção, sobre o fato de se tratar ou não de uma experiência diversa ou referencial, ela informou:

“Olha... é... eu acho que é difícil... não nessa questão do exemplo, né. Mas assim, é um assentamento, é... de resistência, né. Não que os outros não sejam, mas assim, aqui o enfrentamento é mais direto, porque tem a VALE e tem outras questões também. Mas é um assentamento de resistência, um assentamento, por exemplo, que tem 23 anos, né... e assim... você ainda debate as questões coletivas, aponta algumas linhas. É claro que tem muitas contradições, [...] mas, é... elas fazem parte, né. Então, inclusive fazem a gente repensar um monte de questões também, né” (“Açaizeiro”, moradora de Palmares II, entrevista feita em novembro de 2017).

Em linhas gerais, “Açaizeiro” afirmou que Palmares II é um assentamento onde a resistência ainda é muito viva, apesar dos 23 anos de existência, porque possui condições muito específicas que fazem com que o enfrentamento seja mais direto do que em outros locais. Em outras palavras, as muitas pressões que ao longo dos anos vêm recaindo sobre Palmares II, sendo a principal delas a presença da mineração industrial (da qual derivam as demais, como mostrarei na sequência), cujo principal expoente é a mineradora VALE S.A, não permitiram com que as famílias que vivem no assentamento se acomodassem. Ao contrário, as ameaças

frequentes à reprodução do assentamento não terminaram com a conquista da terra, e segundo “Açaizeiro” são muitos os problemas que ainda hoje podem ser vistos em Palmares II, mas que elas deixam os moradores sempre em estado de alerta e mobilizados.

Todavia, mais importante do que o fato de Palmares II constituir uma referência ou possuir um diferencial, é dimensionar o impacto que a experiência de fazer parte deste grupo e integrar este território teve na vida das pessoas. Sobre isso, penso que o relato feito por “Babaçu” traz elementos relevantes, pois quando lhe perguntei sobre o que achava de viver em Palmares II, escutei o seguinte:

“Pra mim é um bom lugar a Palmares, porque é onde a gente arranjou, assim, aqui na região do Pará, né, a gente arranjou o que comer com mais facilidade, aonde a gente tá morando mesmo, onde a gente plantou nossas raízes, porque já temos o que... 23 anos que tamo, é... em Palmares, fazendo parte da Palmares, e pra mim tem sido ótimo, maravilhoso” (“Babaçu”, moradora de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

Através do relato de “Babaçu”, podemos notar o pertencimento que ela tem ao assentamento e mais, que a partir do seu trabalho ali, ela consegue ter sua comida garantida, o que à primeira vista pode parecer irrelevante, mas para àquelas famílias, que vieram de situações de muitas privações, é fundamental. Falo de um elemento básico da qualidade de vida, já que o acesso ao alimento por eles produzido é percebido como um salto de dignidade para uma população que vivia uma vida de muita incerteza e poucas possibilidades, e quase nenhuma estabilidade em relação à moradia e trabalho na terra.

3.2. Um panorama do assentamento Palmares II nos dias atuais

A afirmação de que Palmares II é uma experiência modelo, sobre a qual falei na seção anterior, na maioria das vezes é feita olhando para sua infraestrutura, que é muito boa em comparação ao que vemos na maior parte dos assentamentos rurais do sudeste paraense. Mas não somente. Palmares II também é uma referência (inclusive dentro da academia) em questões como educação, produção, organização social, entre outras. Assim sendo, nesta seção apresento um breve panorama do assentamento hoje, passando por estas e outras questões.

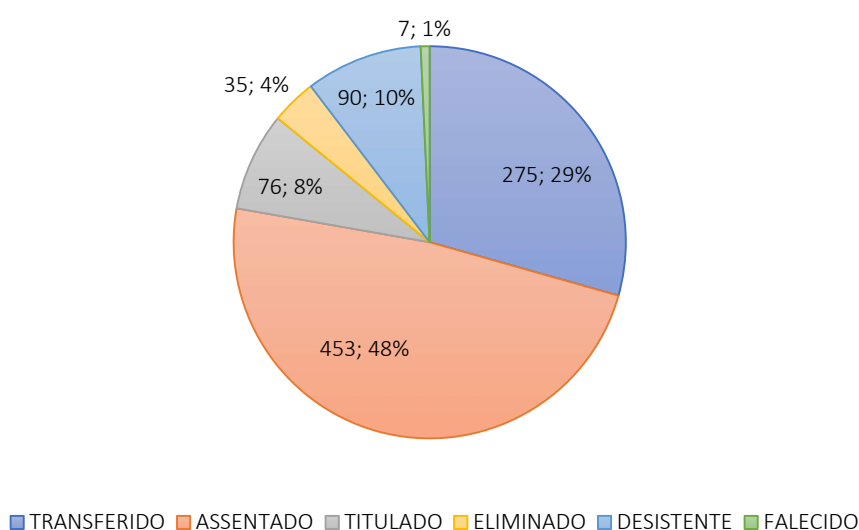
Em primeiro lugar, penso ser importante mencionar que a vila do assentamento Palmares II é vista como área urbana no plano diretor do município de Parauapebas desde 2011, quando o INCRA, por meio do Programa Terra Legal, fez o repasse das áreas das vilas desse assentamento e de Palmares I à PMP, tornando-as bairros do município. Esta informação é

muito importante, já que essa transferência de responsabilidade e mudança de estatuto aceleraram parte significativa das transformações que vêm ocorrendo no assentamento e que estão alterando consideravelmente sua dinâmica. No entanto, sobre tais mudanças tratarei no último capítulo, faço aqui apenas comentários preliminares.

Segundo os dados contidos no SIPRA/INCRA, Palmares II foi oficialmente criado em 11 de março de 1996 e possui uma área total de 14.921,89 hectares, onde inicialmente foram assentadas 517 famílias, com cada lote possuindo em média 28,86 hectares (INCRA, 2017). No entanto, estes dados estão defasados, visto que, diferente do que vem acontecendo em vários assentamentos rurais existentes no sudeste do Pará, onde ocorreram processos de reconcentração fundiária, em Palmares II vimos nos últimos anos uma subdivisão dos lotes, o que aumentou a quantidade de propriedades existentes e, por conseguinte, de famílias que vivem nesse assentamento.

Segundo os dados disponibilizados pelo INCRA, em 21 de agosto de 2017 existiam 936 nomes de beneficiários da reforma agrária na lista relacionada à Palmares II (excluindo os cônjuges), como podemos ver no Gráfico 33, onde também apresento a situação, naquele momento, dos sujeitos que estavam na Relação de Beneficiários da Reforma Agrária (RB) de Palmares II.

Gráfico 33 - Situação dos beneficiários da reforma agrária em Palmares II até agosto de 2017.



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados contidos no SIPRA/INCRA (2017).

Como vemos, até agosto de 2017, existiam 453 pessoas classificadas pelo INCRA como assentadas de reforma agrária em Palmares II (48% do total dos beneficiários). Também existiam 76 pessoas, ou seja, 8% do total, que já haviam sido tituladas, recebendo todos os direitos de propriedade sobre seus lotes. Além disso, nos dados podemos ver que 90 pessoas (10% do total) desistiram de seus lotes, 35 (4%) foram eliminadas da relação em função de irregularidades, e 7 (1%) faleceram. Por fim, 275 pessoas (29% do total) foram classificadas como transferidas. Nesta categoria, incluem-se situações como: parcelas transferidas dos pais (beneficiários) para os filhos; lotes que foram divididos em função de divórcios; lotes com títulos que foram vendidos pelos beneficiários, ou que foram comercializados mesmo não sendo titulados e depois foram regularizados pelo INCRA; lotes em situação de vacância, em função da desistência do beneficiário, e que depois foram ocupados por outras pessoas e posteriormente regularizados; entre outros.

Neste sentido, somando as categorias assentados, titulados e transferidos, temos em Palmares II hoje 804 beneficiários da reforma agrária, ou seja, um crescimento acumulado de 55,51% em relação às 517 famílias que foram assentadas inicialmente, o que vai de encontro ao que afirmei antes, que diferente do que geralmente ocorre em vários assentamentos de reforma agrária espalhados pelo Brasil, onde vemos processos de reconcentração fundiária, em Palmares II tivemos uma subdivisão dos lotes, com o aumento da quantidade de famílias beneficiadas, porém acompanhada da redução do tamanho das propriedades.

A vila de Palmares II, como dito acima, já considerada um bairro de Parauapebas, possuindo aproximadamente 150 hectares (1% do território do assentamento), onde estão infraestruturas como escolas, posto de saúde, estádio de futebol, posto de gasolina, praça pública, entre outras (BRITO FILHO, 2016; BRINGEL, 2006, 2015; COOMARSP, 2008). Ainda segundo Bringel (2006, 2015), em 2006 existiam 650 lotes na vila do assentamento, com a maioria das habitações feitas de alvenaria e o restante de madeira. Hoje certamente a quantidade de lotes cresceu, em função do inchaço populacional que Palmares II está vivendo, sobre a qual falo no último capítulo. Na Figura 6, vemos uma imagem aérea da vila de Palmares II, com destaque para as principais infraestruturas existentes naquela localidade.

Figura 6 - Imagem aérea da vila de Palmares II, com destaque para as principais infraestruturas existentes na localidade.



Fonte: elaborado pelo autor a partir de Google Earth (2018).

Buscando discorrer sobre cada um dos elementos que compõem a infraestrutura da vila de Palmares II expostos na figura acima, começo falando sobre sua praça pública, que pode ser vista na Foto 5. A praça do assentamento é um dos locais preferidos pelos moradores, em especial pelos jovens, para momentos de lazer e descontração. Também é um dos espaços onde são feitos eventos sociais, culturais e políticos. Sem dúvida alguma, a praça de Palmares II é um importante espaço de socialização dentro do assentamento, pois ali diariamente circulam diversas pessoas, de diferentes idades e categorias, não somente moradores do assentamento, mas também sujeitos vindos de outros locais, como assentamentos e povoados vizinhos, a cidade de Parauapebas, entre outros, como pude perceber durante o trabalho de campo.

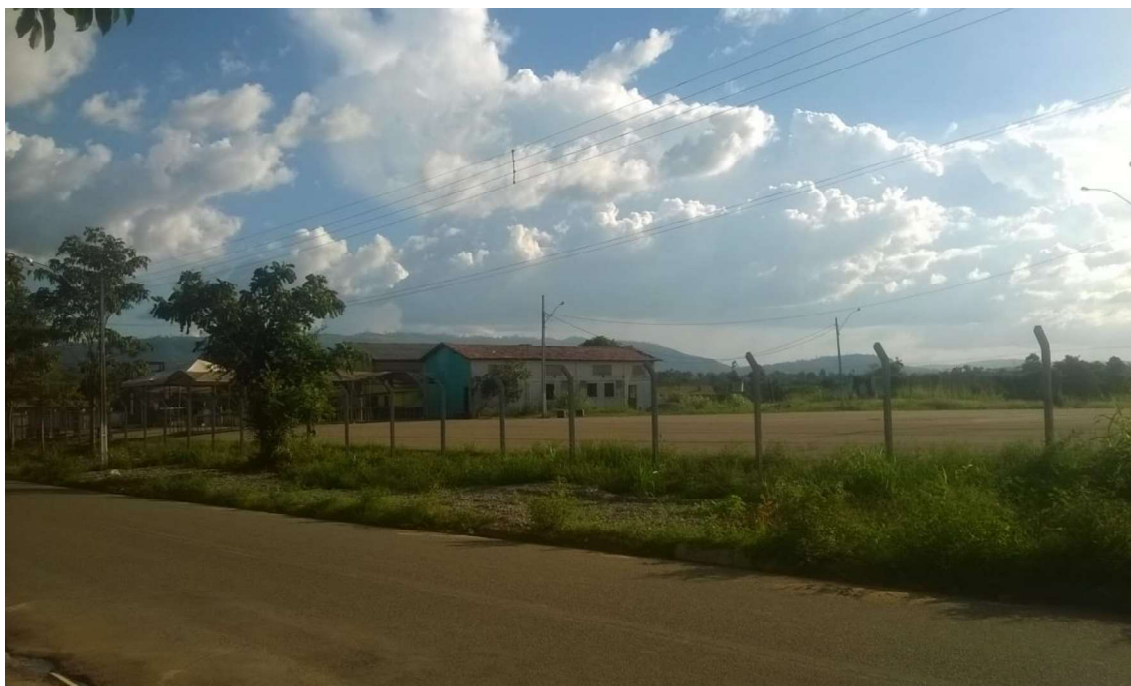
Foto 5 - Praça pública do assentamento Palmares II.



Fonte: dados de campo (2017).

Além da praça, também existem em Palmares II outros espaços utilizados pelos moradores e por visitantes com os propósitos do lazer, descontração e realização de eventos, como: balneários, bares, casas de show, estádio de futebol e uma área pública localizada na vila, onde são realizados os principais eventos culturais do assentamento, como a festa anual em comemoração do seu aniversário. Nas Fotos 6 e 7, podemos ver, respectivamente, o espaço onde são realizados boa parte dos eventos culturais de Palmares II e uma das principais casas de show do assentamento. Já na Foto 8, vemos a Arena Palmares, o estádio de futebol de Palmares II. As grandes disputas que ocorrem no estádio são os jogos entre o Dallas Esporte Clube e o Grêmio Esportivo Ferroviários, times com sede, respectivamente, em Palmares I e II.

Foto 6 - Espaço onde são realizados os principais eventos culturais de Palmares II.



Fonte: dados de campo (2017).

Foto 7 - Uma das principais casas de show de Palmares II.



Fonte: dados de campo (2017).

Foto 8 - Estádio de futebol de Palmares II.



Fonte: dados de campo (2018).

Na praça pública de Palmares II está localizado o principal ponto das vans que atualmente fazem o transporte de pessoas entre o assentamento e a área urbana do município de Parauapebas, conforme pode ser visto na Foto 9. Essa atividade é feita por uma cooperativa formada pelos próprios moradores do assentamento, a Cooperativa Mista de Transporte e Turismo dos Condutores Autônomos de Veículos Utilitários do Assentamento Palmares II (COOPALMAS), que possui sede na vila do assentamento.

Foto 9 - Ponto de vans da COOPALMAS localizado na praça de Palmares II.



Fonte: dados de campo (2018).

A COOPALMAS foi criada em 2004, e hoje conta com 37 cooperados e 17 veículos, que diariamente, entre 06 e 20 horas, fazem o transporte de passageiros entre Palmares II e Parauapebas, atendendo também os moradores de Palmares I (ou Palmares Sul) e de outras localidades que fazem parte da rota percorrida pelas vans. Aliás, vale ressaltar que todo o percurso entre o assentamento e o perímetro urbano de Parauapebas é asfaltado, conquista garantida a partir das lutas feitas pelos moradores de Palmares II. Por fim, o ponto das vans situado na vila foi construído em 2010 e lá funciona o escritório que organiza e controla parte significativa do trabalho desenvolvido pela COOPALMAS, que além desse também possui uma sede na vila do assentamento e outro ponto na cidade de Parauapebas, que pode ser visto na Foto 10.

Foto 10 - Ponto de vans da COOPALMAS localizado na cidade de Parauapebas.



Fonte: dados de campo (2018).

Se as vans da COOPALMAS são o principal meio de transporte acionado pelos moradores de Palmares II quando eles precisam se deslocar até localidades externas ao assentamento, como a cidade de Parauapebas, são os ônibus que fazem o transporte escolar os grandes responsáveis pelo deslocamento interno. No entanto, antes de falar sobre eles, farei alguns comentários sobre a situação das escolas e da educação no assentamento.

Em Palmares II existem atualmente três escolas e um anexo, contemplando todos os níveis do ensino básico, são elas: Escola Municipal de Ensino Infantil Maria Salete Ribeiro Moreno (EMEI Maria Salete Ribeiro Moreno), Escola Municipal de Ensino Fundamental Oziel Alves Pereira (EMEF Oziel Alves Pereira), Escola Municipal de Educação Fundamental e Médio Crescendo na Prática (EMEF Crescendo na Prática) e um anexo da Escola Estadual de Ensino Médio Eduardo Angelim (EEEM Eduardo Angelim), que funciona no prédio da escola Crescendo na Prática. Além disso, Palmares II conta com ações do programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que também ocorrem na escola Crescendo na Prática e estão permitindo que as pessoas de idade mais avançada que vivem no assentamento possam retomar seus estudos.

A escola Crescendo na Prática é a mais antiga do assentamento, sendo reconhecida pela Secretaria Municipal de Educação de Parauapebas (SEMED Parauapebas) em 22 de março de 1996, somente alguns dias depois da criação de Palmares II. Porém, indo de encontro à uma prática incentivada pelo MST, de já nos acampamentos criar escolas (CALDART, 2000), as pessoas que lutaram por Palmares II fundaram a escola Crescendo na Prática durante o acampamento que fizeram nas dependências do INCRA, em Marabá, no ano de 1994. Assim sendo, o que ocorreu em março de 1996 foi somente o reconhecimento dela pelo Estado.

Segundo Brito Filho (2016), em 2016 a escola Crescendo na Prática contava com 1213 estudantes, sendo 711 matriculados nas turmas do 6º ao 9º ano, e 502 matriculados no ensino médio, através da parceria feita com a escola Eduardo Angelim, que, como dito anteriormente, possui um anexo em Palmares II que funciona nas dependências da Crescendo na Prática⁴⁶. Aliás, sobre o ensino médio, cabe destacar que até 2014 ele somente era ofertado no assentamento modularmente, passando a partir daquele ano a ser oferecido na modalidade regular, depois de muita pressão da comunidade junto à SEMED. Um outro destaque diz respeito ao fato de que a escola não atende somente crianças, jovens e adultos oriundos de Palmares II, mas também de localidades vizinhas, como os assentamentos Barra do Cedro, Rio Novo, Rio Branco, Liberdade e até Palmares I.

Segundo as informações apresentadas no portal QEDu⁴⁷, onde estão organizados os dados contidos no último Censo Escolar feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a escola Crescendo na Prática contava em 2017 com 519 estudantes matriculados nas turmas do ensino fundamental (144 no 6º ano, 146 no 7º ano, 128 no 8º ano e 101 no 9º ano), 97 no EJA e 18 na educação especial, totalizando 634 crianças, jovens e adultos estudando ali. Através dessa fonte não consegui mensurar a quantidade de estudantes do ensino médio existentes na escola Crescendo na Prática em 2017, visto que os números referentes aos anexos da escola Eduardo Angelim estão agrupados, ou seja, os dados relacionados aos estudantes que frequentam o anexo que funciona em Palmares II não estão discriminados em relação ao total de matrículas dessa escola (QEDU, 2018).

No que diz respeito à infraestrutura, a escola Crescendo na Prática possui ótimas condições em comparação à grande maioria das escolas do campo existentes no sudeste do Pará. A escola possui biblioteca, laboratório de informática com acesso à internet banda larga, quadra

⁴⁶ O autor não mencionou os números referentes às matrículas feitas no EJA, que podem estar contidas nas categorias apresentadas por ele;

⁴⁷ Ver o link: <<http://qedu.org.br/brasil/censoescolar?year=2017&dependence=0&localization=0&item=>>;

de esportes, sala de professores, sala da diretoria, cozinha industrial, refeitório, salas destinadas aos setores administrativos, entre outros, além de ter sua estrutura adaptada para receber pessoas portadoras de necessidades especiais. Ferreira (2012), afirmou que no total, a escola Crescendo na Prática possuía, no ano em que ela fez o trabalho referência, 53 turmas, espalhadas pelos três turnos do dia, e 44 dependências físicas⁴⁸. Nas Fotos 11 e 12, vemos imagens da escola Crescendo na Prática.

Foto 11 – EMEF Crescendo na Prática (1).



Fonte: dados de campo (2017).

⁴⁸ Mais especificamente, dezessete salas de aula, uma videoteca, uma sala dos professores, um almoxarifado, uma sala de reforço, cinco salas administrativas, uma quadra poliesportiva, um pátio de recreação, uma sala de educação física, um laboratório de informática, uma despensa, um depósito de mantimentos destinados à merenda escolar, uma cozinha, uma biblioteca e oito banheiros (FERREIRA, 2012);

Foto 12 – EMEF Crescendo na Prática (2).



Fonte: dados de campo (2017).

Segundo Ferreira (2012), a escola Crescendo na Prática contava em 2012 com 144 profissionais⁴⁹. Os dados do censo escolar de 2017, consultados aqui através do QEDU, por sua vez, sem discriminar as funções, mostraram que a escola contava com 61 funcionários (QEDU, 2018), uma redução considerável em comparação aos números de 2012, apresentados pela autora. No entanto, mesmo com a variação nas matrículas e no quadro de profissionais, os números da escola no que diz respeito ao quadro de funcionários e às matrículas, acrescidos da infraestrutura disponível, me parecem bastante significativos quando comparados à maior parte das escolas do campo que pude conhecer na região sudeste do Pará.

Assim como a Crescendo na Prática, a escola Maria Salete Ribeiro Moreno, inaugurada em 2014, também possui uma boa infraestrutura quando comparada à muitas escolas do campo espalhadas pelo sudeste paraense. Sem alongar-me, já que essa escola possui boa parte dos elementos de infraestrutura que existem na Crescendo na Prática, nas Fotos 13 e 14, podemos ver alguns dos seus espaços físicos.

⁴⁹ Segundo a autora, são eles: diretora (01), vice-diretoras (02), coordenadoras pedagógicas (05), secretária (01), auxiliares administrativos (10), auxiliares de turmas especiais (02), auxiliares de serviços gerais (18), merendeiras (09), vigias (05), monitores que acompanhavam os estudantes no percurso do transporte escolar (08), bibliotecários (02) e educadores (47) (FERREIRA, 2012);

Foto 13 – EMEI Maria Salete Ribeiro Moreno (1).



Fonte: dados de campo (2018).

Foto 14 – EMEI Maria Salete Ribeiro Moreno (2).



Fonte: dados de campo (2017).

Segundo Brito Filho (2016), a escola Maria Salete Ribeiro Moreno possuía trezentas crianças matriculadas em 2016, que estudavam nos turnos da manhã e tarde. Os dados organizados pelo QEDu, por sua vez, mostraram que em 2017 a escola possuía duzentas e vinte e oito crianças matriculadas na pré-escola e uma na educação especial, totalizando duzentos e vinte e nove estudantes. Em relação ao quadro de profissionais, sem fazer discriminação por função, os dados apresentados no site (como dito, baseados no Censo Escolar de 2017) mostraram que a escola contava com 26 funcionários (QEDU, 2018).

Por fim, criada em 2014, a escola Oziel Alves Pereira, segundo Brito Filho (2016), possuía setecentos estudantes matriculados no ensino primário (entre o 1º e 5º ano), distribuídos em turmas que funcionavam nos turnos da manhã e tarde. Assim como as anteriores, essa escola também conta com uma boa infraestrutura, como podemos ver nas Fotos 15 e 16.

Foto 15 – EMEF Oziel Alves Pereira (1).



Fonte: dados de campo (2018).

Foto 16 – EMEF Oziel Alves Pereira (2).



Fonte: dados de campo (2018).

Em suma, o assentamento Palmares II conta hoje com três escolas que comparadas à boa parte das escolas do campo existentes no sudeste do Pará, possuem boas condições de ensino, seja no que diz respeito à infraestrutura disponível, seja em relação a quantidade de funcionários. No entanto, o cenário está longe de ser encarado pelos profissionais dessas escolas como ideal, visto que além de necessitarem de uma série de melhorias, como me foi relatado durante o trabalho de campo, as escolas sofrem ataques de natureza política e ideológica, sobre as quais comentarei, ainda que não seja o foco deste trabalho.

Em primeiro lugar, a mudança de concepção em relação à vila de Palmares II, quando essa passou a ser considerada área urbana, criou vários entraves à pedagogia que o MST e os profissionais que trabalham nas escolas vêm tentando implementar no assentamento, que se baseia nos princípios da Educação do Campo. Ao tempo que os professores e funcionários das escolas vêm tentando colocar em prática tais princípios, os órgãos públicos, em especial a SEMED de Parauapebas, vêm direcionado as três escolas do assentamento não mais para as políticas públicas voltadas para as escolas do campo e sim para as direcionadas às escolas urbanas, o que tem criado uma série de limites, como a não priorização de professores que possuem licenciatura em Educação do Campo nas contratações e concursos, bem como a imposição de currículos distantes da realidade dos estudantes que frequentam as escolas de

Palmares II. Na Figura 7, retirada do site QEdú, podemos ver a localização da escola Crescendo na Prática segundo o Censo Escolar de 2017, que à viu como urbana.

Figura 7 - Localização da escola Crescendo na Prática segundo o Censo Escolar de 2017.

The screenshot shows the QEdú website interface. At the top, there's a navigation bar with links like 'Sobre', 'Destaques', 'Redes', 'Blog', 'Academia', and a search bar. Below this, a breadcrumb trail shows 'BRASIL' > 'PARÁ' > 'PARAUPEBAS' > 'CRESCENDO NA PRÁTICA'. The main header features the school's logo and name 'Crescendo Na Prática (EMEF)' with a 'Acompanhar' button. A secondary navigation bar includes tabs for 'Aprendizado', 'Compare', 'Evolução', 'Proficiência', 'Explore', 'Pessoas', 'Censo' (which is active), 'Ideb', and 'Enem'. Under the 'Censo' tab, there's a sub-section 'Matrículas e Infraestrutura' with a 'Taxas de Rendimento' and 'Distorção Idade Sêrie' link. A 'Matrículas e Infraestrutura' section is displayed with a '2017' year selector. Below this, the 'Dados Gerais' section is highlighted with a red circle, containing the following information:

Código INEP	15155994
Localização da Escola	Urbana
Dependência	Municipal
Endereço	AV QUILOMBO DOS PALMARES Bairro: PALMARES II CEP: 68515000

To the right of 'Dados Gerais' is the 'Acessibilidade' section with two questions: 'As dependências da escola são acessíveis aos portadores de deficiência?' (Sim) and 'Os sanitários são acessíveis aos portadores de deficiência?' (Sim). Below this is the 'Infraestrutura (dependências)' section. A 'Imprimir' button is located in the top right of the 'Matrículas e Infraestrutura' section.

Fonte: QEdú (2018).

Outra tensão relativa às escolas de Palmares II, que pude observar durante o trabalho de campo, possui natureza política e está relacionada às eleições dos diretores. O MST e as pessoas que vivem no assentamento, entendendo a importância da educação no processo de construção e consolidação daquele território, sempre foram muito ativos nas discussões que envolvem as escolas, entre outras coisas, exigindo da prefeitura de Parauapebas que a eleição dos diretores seja feita pela comunidade, reivindicação que foi atendida até 2017⁵⁰, quando a PMP, sob gestão do prefeito Darci José Lermen (MDB), já em seu terceiro mandato (havia sido prefeito do município entre 2004 e 2012, na época a partir de filiação ao PT), nomeou a diretora da escola Crescendo na Prática sem qualquer participação dos moradores do assentamento, o que gerou muita revolta, especialmente entre os jovens. Todavia, vale ressaltar que a revolta foi mais pelas mudanças na pedagogia da escola que a SEMED, através da nova diretora, tentou fazer, do que

⁵⁰ O protocolo seguindo em Palmares II era eleger os diretores das escolas a cada três anos, com o último pleito ocorrendo em 2014. Contudo, em 2017 a população do assentamento não foi consultada e os diretores das escolas foram escolhidos sem a participação da comunidade, o que gerou insatisfação popular;

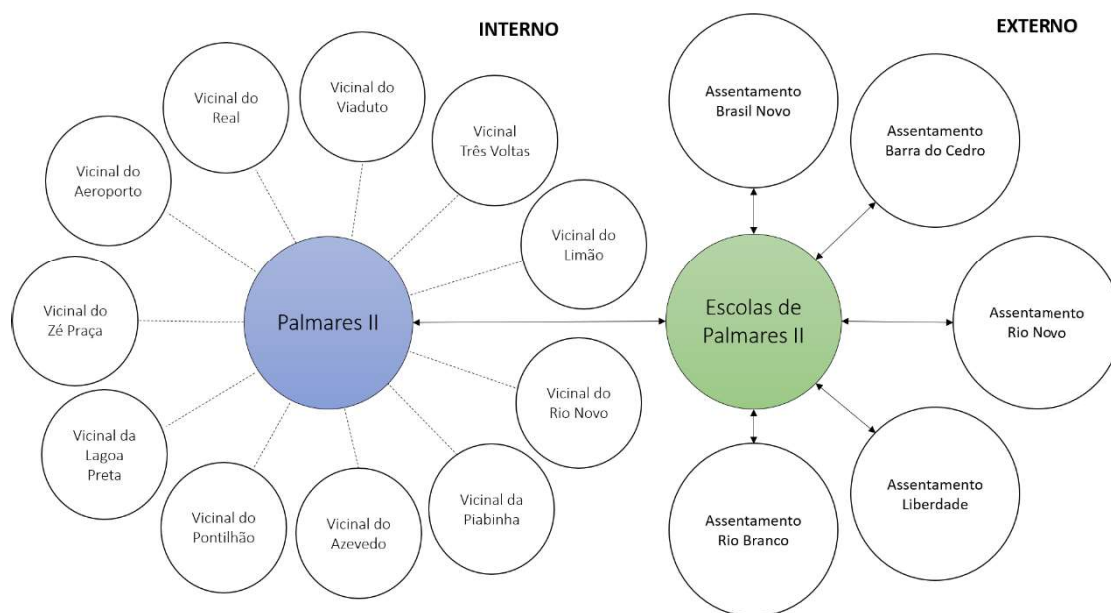
pelo nome escolhido para a diretoria. Em linhas gerais, o que a prefeitura propunha em muito fugia dos princípios defendidos pelo MST.

O episódio foi ainda mais complexo, já que uma liderança do próprio assentamento, que neste texto chamarei de “Angelim”, seguindo a opção de preservar o nome dos moradores de Palmares II, acabou sendo uma espécie de porta-voz da prefeitura. Na ocasião, “Angelim”, que tinha sido nomeado Secretário Municipal de Produção Rural, anunciou em uma assembleia feita no assentamento o nome da pessoa nomeada pela prefeitura como diretora da escola Crescendo na Prática, o que deu início à uma série de protestos, pois, como dito, não houve qualquer consulta à população do assentamento a respeito dos nomes anunciados por ele.

A partir desse episódio, várias ações de contestação foram feitas em Palmares II, com as mais emblemáticas sendo a ocupação que os estudantes do assentamento fizeram na escola Crescendo na Prática, em janeiro de 2017, sob alegação de que a prefeitura estava dando um golpe ao não permitir que a comunidade escolhesse democraticamente a direção.

Retomando a discussão sobre o transporte em Palmares II, como dito, os ônibus que levam os estudantes do assentamento e de localidades vizinhas até as três escolas situadas na vila são o meio de transporte público através do qual as pessoas que vivem em Palmares II se deslocam internamente. Os ônibus, durante os dias letivos, buscam e deixam crianças, jovens e adultos nas vicinais do assentamento (vicinais Limão, Três Voltas, Viaduto, Rio Novo, Piabinha, Azevedo, Pontilhão, Lagoa Preta, Zé Praça, Aeroporto e Real) e nas localidades vizinhas que também são atendidas pelas escolas de Palmares II, nos três turnos do dia (manhã, tarde e noite), já que em todos eles existem turmas sendo ofertadas em pelo menos uma das escolas.

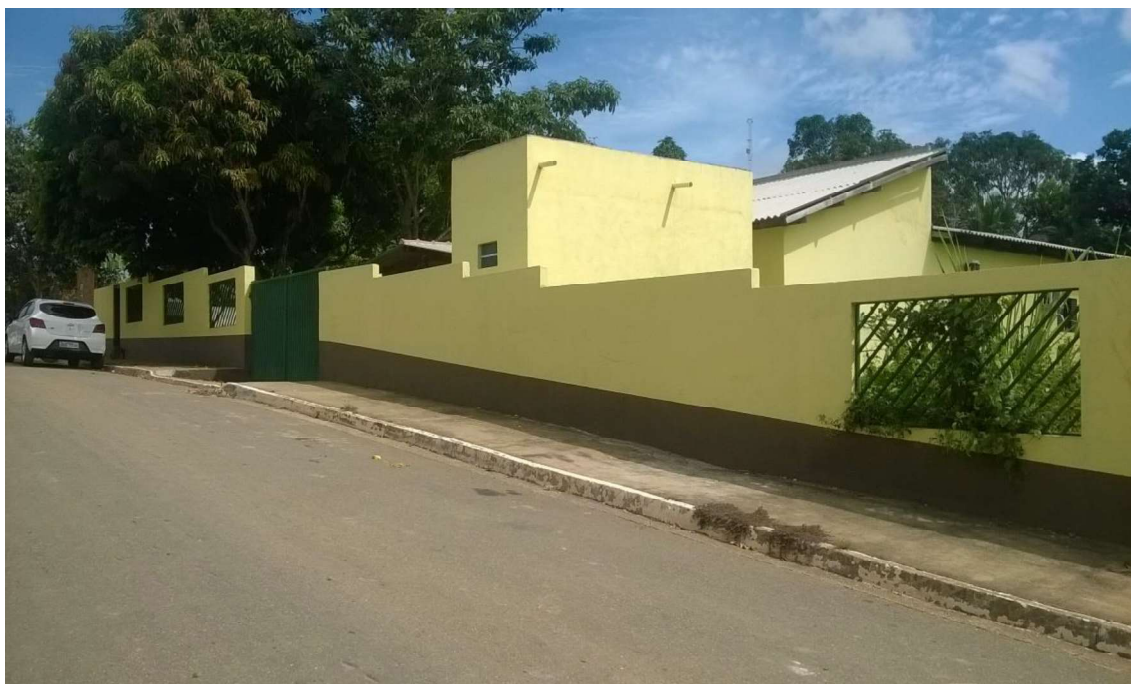
Assim sendo, os moradores do assentamento e das localidades vizinhas aproveitam os ônibus e também se deslocam através da rota percorrida por eles. Neste sentido, durante o período de recesso escolar, quando os ônibus param de rodar, a circulação de pessoas dentro do assentamento fica bastante comprometida, algo que pude perceber no trabalho de campo, já que também fiz uso desse meio de transporte durante a pesquisa. Na Figura 8, vemos um esquema síntese que ilustra as principais vicinais e localidades atendidas pelas escolas de Palmares II (por conseguinte, pelos ônibus escolares).

Figura 8 - Localidades atendidas pelas escolas do assentamento Palmares II.

Fonte: elaborado pelo autor.

No que diz respeito à saúde, em Palmares II existe um posto que atende os moradores do assentamento e das localidades vizinhas (Foto 17). Todavia, durante o trabalho de campo me foi dito por uma das funcionárias que as condições de trabalho hoje existentes naquele local estão longe de serem as melhores, uma vez que faltam alguns equipamentos, os médicos que atendem no assentamento não o fazem todos os dias, a equipe técnica é reduzida, com a demanda por atendimento sendo crescente, ou seja, sobrecarregando-a, entre outras coisas. Aliás, em relação à demanda crescente de pessoas que procuram o posto de saúde, Palmares II tem vivido nos últimos anos um inchaço populacional e obviamente isso tem causado problemas no que diz respeito ao fornecimento de serviços públicos dentro do assentamento, como educação, saúde e outros. Aprofundarei a questão no próximo capítulo. Contudo, mesmo com as dificuldades acima expostas, Palmares II ainda assim está muito à frente do que a maior parte dos assentamentos rurais do sudeste paraense também no que diz respeito à saúde.

Foto 17 - Posto de saúde do assentamento Palmares II.



Fonte: dados de campo (2017).

Sobre o fornecimento de energia elétrica, as pessoas que vivem em Palmares II hoje são atendidas pelas Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA), que vem respeitando a legislação vigente, que impõe cobrança mais branda às comunidades rurais. No entanto, não foi sempre assim. Antes, a distribuidora de energia não considerava a tarifa social aplicada às comunidades rurais e garantida pela lei, na cobrança feita aos moradores do assentamento, pois entendia que Palmares II era uma área urbana, o que encarecia a energia elétrica fornecida. Segundo Bringel (2015), as famílias que viviam na vila nesse período pagavam tarifas bastante elevadas, o que as motivou a se organizarem e reivindicarem junto à CELPA o respeito pela tarifa social, condizente com a realidade da comunidade. O autor afirmou que além da implementação dessa tarifa, as famílias também conquistaram naquela ocasião a cobertura da distribuição de energia para todo o assentamento, já que até então somente a vila e alguns lotes próximos eram atendidos pelo serviço. No início da segunda década deste século, todos os lotes do assentamento Palmares II já possuíam energia elétrica, muito em função do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, popularmente conhecido por Luz Para Todos, criado pelo governo Lula em novembro de 2003.

Em relação ao abastecimento de água, até 2005 os moradores da vila de Palmares II tinham acesso à essa somente através de poços individuais ou coletivos. No entanto, em 2007 a prefeitura, após muita pressão, construiu uma rede de abastecimento de água encanada na vila do assentamento (BRINGEL, 2015). Hoje, além dessa rede, Palmares II também conta com uma Estação de Tratamento de Água (ETA), construída pela Secretaria de Abastecimento de Água e Esgoto de Parauapebas (SAAEP). Ambas, a rede de abastecimento e a estação de tratamento, são frutos de muita luta dos moradores do assentamento, como praticamente tudo conquistado por lá.

Já no que diz respeito à comunicação, Palmares II hoje conta com praticamente todos os serviços disponíveis nas áreas urbanas de Parauapebas. Na vila do assentamento o sinal de telefonia móvel é relativamente simples de ser acessado, especialmente nos locais públicos, com a praça sendo o principal deles, já que em praticamente todos os seus pontos é possível fazer chamadas, acessar internet via dados móveis e trocar mensagens de texto pelo celular. Aliás, sobre a internet, hoje já existem empresas que fornecem o serviço para a Palmares II, com muitos moradores da localidade possuindo internet em suas casas. Contudo, as rádios ainda continuam sendo o principal veículo de comunicação pelo qual se informam as pessoas que vivem ou passam a maior parte do tempo no lote agrícola. As duas rádios mais ouvidas pelos moradores de Palmares II são a Arara Azul FM, pertencente à empresários de Parauapebas e a Palmares FM, uma rádio comunitária cujo estúdio está localizado na sede da APROCPAR. Como nos lotes agrícolas o sinal de telefonia é muito ruim e não existe acesso à internet (com exceção dos que estão próximos à vila), as rádios acabam sendo a fonte de informações acessada pelas famílias que ali estão.

Ainda sobre a infraestrutura do assentamento, Palmares II conta com um posto de gasolina, onde também funciona uma oficina, além de uma loja de conveniência. Durante vários momentos do dia é possível ver caminhões que entram e saem do assentamento transportando coisas como produtos agrícolas, areia e seixo extraídos do rio Parauapebas, que corta Palmares II, entre outros, estacionados no posto, o que certamente justifica sua existência naquele local. Na Foto 18, podemos ver o posto de gasolina em questão.

Foto 18 - Posto de gasolina localizado no assentamento Palmares II.



Fonte: dados de campo (2018).

No que se refere à organização social e política, no período do acampamento, portanto, antes da conquista da terra, as famílias se organizavam através de setores, como saúde, educação, formação, produção, segurança, entre outros. Quando o assentamento foi criado, a primeira forma de organização implementada em Palmares II se deu por meio do que os assentados chamaram de Núcleos de Famílias. Em linhas gerais, as famílias mais próximas umas das outras foram agrupadas em núcleos, que eram as instâncias base por onde passavam todos os debates e decisões tomadas dentro do assentamento. Nos núcleos, essas famílias discutiam e deliberavam sobre coisas como: crédito, organização interna do núcleo e do assentamento; produção; saúde; segurança; questões relacionadas ao MST; problemas pessoais; entre outras. Cada núcleo possuía dois representantes, que, por sua vez, compunham a coordenação geral do assentamento, para onde as questões levantadas nos Núcleos de Famílias eram levadas. Contudo, com o passar do tempo os núcleos mostraram limites, e os moradores de Palmares II resolveram alterar sua estrutura organizativa.

Hoje, a organização social e política de Palmares II é muito complexa, em virtude da diversidade e quantidade expressiva de pessoas que atualmente vivem no assentamento, muitas das quais inclusive não possuem vínculo algum com a luta pela terra, tendo migrado para lá no

período recente, acompanhando o crescimento populacional de Parauapebas. Porém, parte significativa das famílias que vivem em Palmares II ainda possuem como grande referência a APROCPAR, associação mais antiga do assentamento, que passou a ser a organização com a qual a maior parte dos moradores se identificou após o fim dos Núcleos de Famílias.

Todavia, além da APROCPAR, existem hoje outras associações dentro de Palmares II, tais como: Associação dos Produtores Rurais de Parauapebas (ASSOPAR), que atua em Palmares II; Associação de Moradores e Moradoras do Campo, e Desenvolvimento da Agricultura em Palmares II (ASMODAP); Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Palmares II; Associação dos Produtores Rurais na Agricultura Familiar de Palmares II (APRAFAP); entre outras. Contudo, como dito anteriormente, a APROCPAR ainda é de longe àquela com a qual a maior parte das famílias que vivem em Palmares II se identificam. Na Foto 19, vemos a sede da APROCPAR, que fica na vila do assentamento.

Foto 19 - Sede da Associação de Produção e Comercialização dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Assentamento Palmares e Região.



Fonte: dados de campo (2018).

Além das associações, também existem setores e coletivos dentro de Palmares II, fundamentalmente animados pelo MST, onde os moradores se organizam social e

politicamente. Dentre os setores, posso mencionar os de produção, saúde, cultura e educação como exemplos. Já em relação aos coletivos, cito o de juventude, que é bastante ativo dentro do assentamento.

Já em relação às igrejas que atualmente existem em Palmares II, que não estão descoladas da política, uma vez que muitas lideranças ligadas à elas atuam organicamente na vida pública do assentamento, durante o trabalho de campo consegui identificar 11 delas na vila, são: Igreja Católica de Palmares II; Assembleia de Deus Missões; Assembleia de Deus Ministério Seth; Igreja Adventista do Sétimo Dia; Igreja Assembleia de Deus Ministério Anápolis; Igreja Mundial do Poder de Deus; Igreja Deus é Amor; Assembleia de Deus Congregação Nova Canaã; Assembleia de Deus Ministério Palmares II; Congregação Cristã no Brasil; e Igreja Batista em Palmares II – Ministério Rio Verde. Na Figura 9, mostro uma vista aérea da vila de Palmares II destacando as igrejas mapeadas e nas Fotos 20 e 21, respectivamente, é possível ver a Igreja Católica do assentamento e algumas igrejas evangélicas.

Figura 9 - Algumas igrejas existentes na vila de Palmares II.



Fonte: elaborado pelo autor a partir do Google Earth (2017).

Foto 20 - Igreja Católica do assentamento Palmares II.



Fonte: dados de campo (2018).

Foto 21 - Algumas igrejas evangélicas localizadas na vila do assentamento Palmares II.



Fonte: dados de campo (2018).

Ainda falando sobre a política dentro do assentamento, ressalto a força que o MST tem ainda hoje em Palmares II. Passados 24 anos da ocupação no Cinturão Verde, ainda que tenham surgido novos atores em Palmares II, ou seja, que não necessariamente residam ali somente pessoas que enfrentaram o latifúndio a partir das fileiras do movimento, o MST ainda possui grande influência política e capacidade de mobilização dentro do assentamento. Isso em muito pode ser explicado pelo fato de que mesmo com a conquista da terra, as pessoas que vivem em Palmares II nunca tiveram descanso, visto que a todo momento estão sendo pressionadas pelos agro-minero-negócios. Assim sendo, a necessidade da permanência na luta fez com que o MST seguisse tendo muita força dentro do assentamento. Aliás, Palmares II ainda possui uma dinâmica tão vinculada ao MST que, por exemplo, o último encontro estadual do movimento, que ocorreu entre os dias 7 e 10 de fevereiro de 2018, foi realizado no assentamento, mais especificamente na escola Maria Salete Ribeiro Moreno, como podemos ver na Figura 10.

Figura 10 - Encontro Estadual do MST Pará feito em fevereiro de 2018, no assentamento Palmares II.



Fonte: MST (2018).

A força que o MST ainda possui dentro do assentamento, junto com uma série de outros fatores (como a sua localização, pois, como dito, ele está situado no coração da província mineral de Carajás), fez de Palmares II palco de vários projetos e ações do movimento e da Via Campesina. Dentre eles, talvez a mais importante experiência seja a construção do IALA Amazônico, criado em um lote coletivo do assentamento, onde funcionava um antigo Núcleo de Famílias, chamado Filhos da Terra.

O Instituto é fruto de uma articulação entre a Via Campesina e o governo da República Bolivariana da Venezuela, no âmbito da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), feita durante a realização do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 2005, quando foi firmado um protocolo de intenções e compromissos, dentre os quais estava a criação de escolas e institutos de agroecologia na América Latina. Assim sendo, entre 2005 e 2010 foram criadas quatro escolas de agroecologia ligadas à Via Campesina na América Latina: a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), no assentamento Contestado, município de Lapa, no Paraná, criada em 2005; o IALA “Paulo Freire”, criado em 2006, na Venezuela; o IALA Amazônico, criado em 2009, em Palmares II; e o IALA Guaraní, criado em 2010, no Paraguai. Posteriormente, foram criados: os IALAs Maria Cano, na Colômbia e Mujeres, no Chile; a Escuela Campesina Francisco Morazán, na Nicarágua; a Escuela Nacional de Agroecología, no Equador; a Asociación Nacional de Pequeños Agricultores de Cuba; e a Universidad Campesina SURI, na Argentina (BARBOSA, 2014; MICHELOTTI, BARBOSA e SILVA, 2017).

Como dito acima, em 2009 a Via Campesina, o MST e os moradores de Palmares II deliberaram pela criação do IALA Amazônico. No entanto, as ações de maior fôlego no Instituto somente se iniciaram no ano de 2011, com a realização, em parceria com um grupo de professores da UFPA/Campus de Marabá, hoje UNIFESSPA, de um curso de especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Amazônia, na modalidade Residência Agrária, com as atividades do Tempo-IALA sendo realizadas no espaço físico do Instituto (MICHELOTTI, BARBOSA e SILVA, 2017).

O Residência Agrária foi tão importante para a estrutura física (Foto 22) e para as concepções do IALA Amazônico, que em 2013 foi realizada uma segunda edição do curso, dessa vez com a divisão dos educandos e educandas em duas turmas, uma com o mesmo nome do primeiro curso e outra intitulada Currículo e Educação do Campo, envolvendo pessoas que possuíam experiência em escolas do campo na Amazônia (MICHELOTTI, BARBOSA e SILVA, 2017). Destaco esse projeto, pois como dito na introdução desta dissertação, foi a partir

dele que passei a ter contato com Palmares II e, conseqüentemente, com as questões que norteiam esta pesquisa.

Foto 22 - Instituto de Agroecologia Latino-Americano Amazônico.



Fonte: dados de campo (2017).

Hoje, o IALA Amazônico é um importante local de reflexão e articulação dentro do assentamento e possui voz nas suas instâncias de planejamento e decisão, estando vinculado aos setores de educação e produção de Palmares II. Além disso, também é palco frequente de várias ações e projetos do MST e da Via Campesina, como pude constatar, por exemplo, em meus dois primeiros trabalhos de campo, feitos em janeiro e julho de 2017, quando acompanhei parte da Escola Estadual de Formação de Militantes do MST e uma reunião de apresentação e articulação, com alguns assentados de Palmares II, de um projeto de reflorestamento, recuperação de áreas degradadas e meliponicultura (criação de abelhas-sem-ferrão) firmado entre o Instituto e a Organização Católica Canadense para o Desenvolvimento e Paz (Caritas Canadá), ambas atividades realizadas no IALA Amazônico, conforme visto nas Fotos 23 e 24.

Foto 23 - Escola Estadual do MST que ocorreu no IALA Amazônico em julho de 2017.



Fonte: dados de campo (2017).

Foto 24 - Apresentação, para alguns moradores de Palmares II, do projeto firmado entre o IALA Amazônico e a Caritas Canadá.



Fonte: dados de campo (2017).

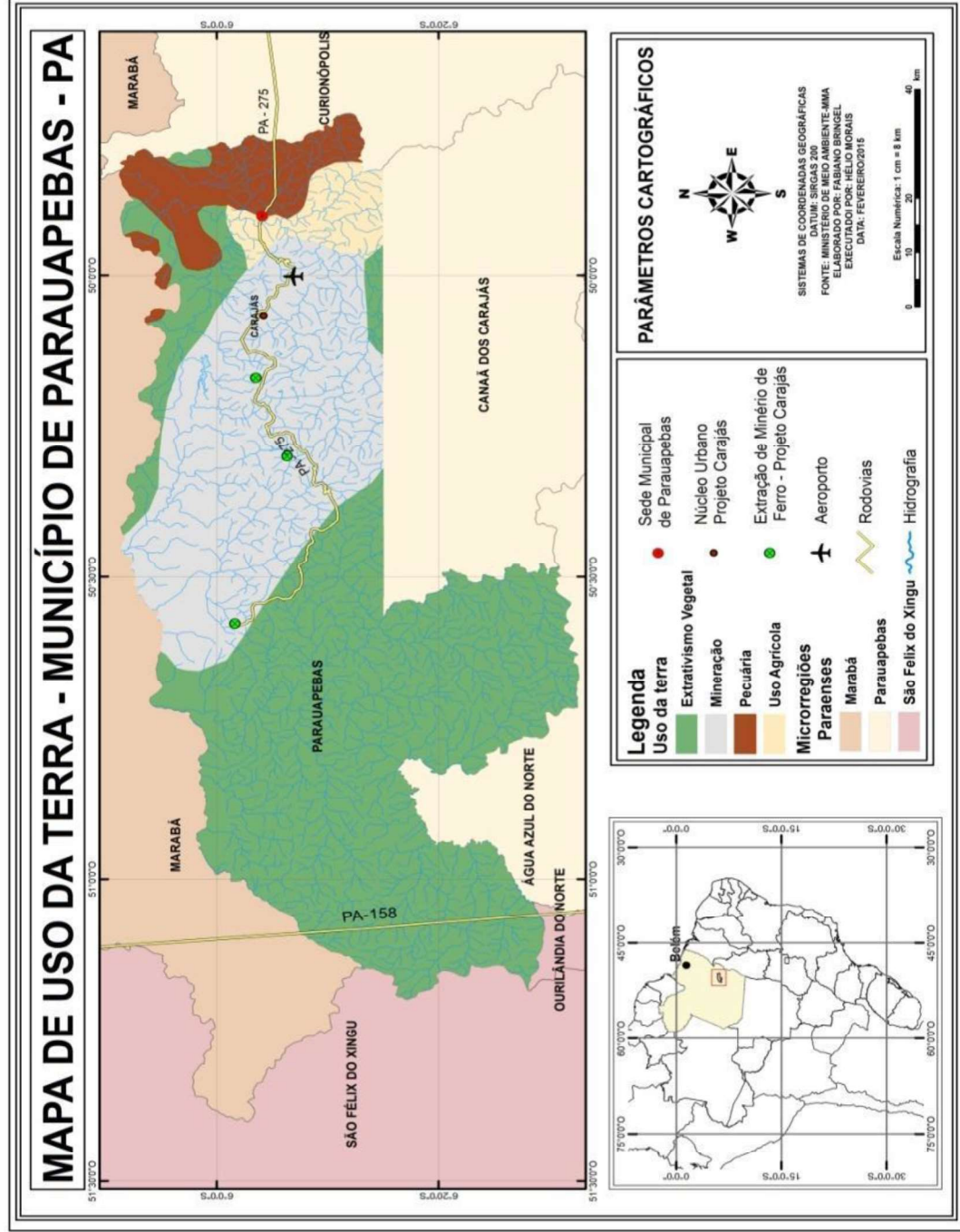
Aliás, através do projeto firmado entre o IALA e a Caritas Canadá, o Instituto vem promovendo a agroecologia⁵¹ dentro de Palmares II, contribuindo para mudanças importantes de concepção que nos últimos anos ocorreram no assentamento. Um bom exemplo foi a iniciativa, através de parceria com a UNIFESSPA de mapear, reproduzir e difundir as sementes tradicionais ou crioulas que existem em Palmares II, incentivando os agricultores a também fazê-lo. Também posso citar outras iniciativas, como as oficinas de Permacultura feitas pelo IALA com os moradores do assentamento, as trocas promovidas entre vários sujeitos a partir do método de camponês a camponês⁵², a construção do Encontro de Sábios em Agroecologia no Instituto, que ocorreu em 2016, entre outros.

Todavia, apesar dos esforços do MST e do IALA Amazônico, bem como de outros atores, os limites impostos à construção da agroecologia dentro de Palmares II são muitos, estando intimamente vinculados à dinâmica dos agro-minero-negócios. Por exemplo, assim como em praticamente todos os assentamentos rurais localizados no sudeste do Pará, em Palmares II o que predomina é a pecuária, ainda que tenham me relatado em campo que ela vem diminuindo consideravelmente nos últimos anos (ou pelo menos se resignificando e caminhando na direção de práticas menos nocivas ao meio ambiente), dando espaço à outras atividades. Sobre isso, ressalto que além de Palmares II situar-se em uma área sob hegemonia da mineração industrial, está também em um espaço do agronegócio, que no sudeste do Pará se expressa fundamentalmente pela pecuária de corte e pela produção de eucalipto, teca, entre outros procurando abastecer os fornos das siderúrgicas que existem na região. Em virtude disso e de uma série de outros fatores, a pecuária acaba se expressando também nos territórios camponeses. Podemos ver no Mapa 6, como Palmares II está situado em uma área onde predomina a pecuária.

⁵¹ Sobre as definições e as principais vertentes da agroecologia, ver Guhur e Toná (2012), já em relação à percepção do IALA Amazônico, ver o debate que fizemos em Michelotti, Barbosa e Silva (2017);

⁵² Sobre a metodologia de camponês a camponês, que nasceu em Cuba, através da ANAP, ver Sosa et al (2012);

Mapa 6 - Uso da terra no município de Parauapebas, sudeste do Pará.



Em suma, como pudemos ver neste capítulo, Palmares II é um assentamento que possui muitas conquistas, especialmente quando comparado à maior parte das experiências de reforma agrária existentes sudeste paraense. Porém, estas conquistas de Palmares II são frutos de luta continua. Aliás, um fator que faz o caso de Palmares II ser emblemático diz respeito à necessidade que as famílias que ali vivem tiveram de sempre permanecerem alertas, uma vez que mesmo após a conquista da terra, elas são constantemente ameaçadas pelos agro-minero-negócios, como mostro no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV - AS PRESSÕES SOBRE PALMARES II: REFLEXÕES A RESPEITO DO AVANÇO DOS AGRO-MINERO-NEGÓCIOS SOBRE OS ASSENTAMENTOS RURAIS

Foto 25 - Trem de minérios da VALE, no trecho da EFC que corta o assentamento Palmares II, e ao fundo, linhões de transmissão de energia elétrica.



Fonte: dados de campo (2017).

Neste capítulo, faço algumas reflexões a respeito das pressões atualmente existentes sobre o assentamento Palmares II e seus vínculos com o avanço dos agro-minero-negócios para a Amazônia. O capítulo foi organizado em quatro seções, nas quais falo das principais pressões sobre Palmares II que identifiquei durante a pesquisa de campo: a mineração industrial, sobretudo a atuação da empresa VALE S/A no sudeste do Pará; a extração de areia e seixo dentro e nas proximidades de Palmares II; o seu crescimento populacional e urbanização; e os impactos ocasionados pela construção de linhões de energia dentro e nas proximidades do assentamento.

Por meio do exame dessas pressões e das experiências que as pessoas que vivem em Palmares II construíram a partir do convívio com elas, discorro aqui sobre questões que certamente nos ajudam a refletir um pouco melhor sobre as possibilidades apresentadas para os

assentamentos rurais da Amazônia brasileira em meio ao cenário atual, ao que parece, pouco favorável à essas experiências.

4.1. A mineração industrial e o assentamento Palmares II

Como dito nas páginas anteriores, o assentamento Palmares II é cortado pela EFC (Foto 26), que transporta os minérios produzidos no sudeste paraense até São Luís, no Maranhão, de onde eles são exportados para vários países do mundo, hoje, especialmente para a China (ver Figura 1). Podemos então dizer que os moradores do assentamento possuem como vizinha sua principal inimiga, a mineradora VALE S/A, grande expressão da mineração industrial na região, que é a gênese das principais pressões que atualmente recaem sobre Palmares II, como veremos na sequência.

Foto 26 - Trem de minérios da VALE passando pelo assentamento Palmares II.



Fonte: dados de campo (2017).

Portanto, eu não poderia falar a respeito das pressões dos agro-minero-negócios sobre Palmares II sem iniciar pela mineração industrial, especialmente pela atuação da VALE. Assim sendo, organizei esta seção em três partes. Na primeira faço comentários sobre a mineração no sudeste paraense, apontando os principais processos de resistência à essa expressão do capital

na região. Na segunda falo sobre as relações estabelecidas ao longo dos anos e recentemente entre Palmares II e a VALE, explicando porque vejo a atuação da empresa como uma forte pressão ao assentamento. Por fim, na terceira falo sobre a mineradora Monte Granito Mineração e Comércio LTDA (Monte Granito), cuja atuação também representa fonte de pressão à Palmares II, evidenciando assim a complexidade das relações existentes entre o assentamento e a mineração industrial, que vão muito além da VALE.

As ações relacionadas à mineração industrial no sudeste do Pará iniciaram nas décadas de 1960 e 1970, com o mapeamento dos recursos minerais dessa região, sobretudo através da atuação da mineradora estadunidense United States Steel (US Steel), que em 1962 descobriu a reserva de minério de ferro de Carajás, e do projeto RADAM. No entanto, a exploração de fato dos recursos minerais da região só começou em 1985, com o início das operações nas minas localizadas na Serra dos Carajás, o que somente foi possível em função da construção de uma infraestrutura composta, entre outros elementos, pela UHE de Tucuruí, a EFC e o Terminal de Ponta da Madeira, no Porto de Itaquí, feitos no âmbito do PGC, oficialmente lançado em 1982 com o objetivo de viabilizar o aproveitamento econômico dos recursos naturais existentes nas mesorregiões sudeste do Pará, norte do Tocantins e sudoeste do Maranhão.

O PGC e os projetos de mineração implementados a partir dele significaram, entre outras coisas, a construção e consolidação da hegemonia da VALE no sudeste paraense. A empresa, antes estatal e agora privada de capital aberto (foi privatizada em 1997)⁵³, se apropriou de parte significativa dos recursos da região (não somente minerais, mas também terras e força de trabalho, por exemplo) e forjou sua hegemonia inclusive no campo ideológico, através de ferramentas como a Fundação VALE e do discurso da responsabilidade social empresarial⁵⁴. Assim sendo, o que vimos nos últimos trinta anos no sudeste do Pará foi o que Coelho (2015) chamou de desenvolvimento frustrado, marcado, por um lado, pela emergência e consolidação da hegemonia dos agro-minero-negócios, cuja principal expressão é justamente a VALE, e, por outro, pelo aprofundamento dos processos de espoliação das várias territorialidades e temporalidades existentes nessa região.

No entanto, como já evidenciado em várias partes deste trabalho, o avanço dos agro-minero-negócios e, no caso em questão, da mineração industrial, nunca ocorreu sem resistência

⁵³ Sobre o processo de privatização da CVRD, ver Pinto (2003);

⁵⁴ Sobre a temática, ver as reflexões de Pantoja (2012), que analisou a atuação da Fundação Vale em três municípios do Maranhão (Açailândia, Alto Alegre do Pindaré e Arari) de alguma forma impactados pelos projetos da mineradora;

no sudeste do Pará. Já na década de 1980, quando foram iniciadas as operações de exploração mineral na Serra dos Carajás, os conflitos fundiários e os que de alguma forma estavam relacionados à mineração se intensificaram. Entre os vários episódios que ocorreram no período, destaco a disputa entre garimpeiros e a CVRD pelos direitos sobre Serra Pelada⁵⁵, o que desembocou no massacre da ponte, que ocorreu em Marabá, no ano de 1987⁵⁶.

Porém, Vitti (2018) afirmou que foi somente na década de 1990 que as pessoas envolvidas em processos de enfrentamento à mineração nas regiões afetadas pelo PGC começaram a se aproximar com maior ímpeto. Segundo o autor, os seminários “Consulta Carajás”⁵⁷, cuja primeira edição ocorreu em 1992, foram as primeiras experiências que possuíam como grande objetivo articular os diversos sujeitos de alguma forma impactados pelos projetos de mineração e suas derivações nos estados do Pará e Maranhão, onde foram implementados os empreendimentos vinculados ao PGC, extinto oficialmente em 1991. Foi a partir dessa aproximação que foi criado o Fórum Carajás, que passou a ser o principal espaço de articulação desses sujeitos.

Segundo o mesmo autor, após 1995, houve dois grandes períodos no que diz respeito às lutas frente a mineração industrial na região afetada pelo PGC. O primeiro deles ocorreu entre 1997 e 2002, quando as ações feitas estavam principalmente relacionadas com questões como: agricultura familiar; energia e barragens; cadeia do alumínio e vida das mulheres; e o que se convencionou chamar de grandes projetos. O segundo, por sua vez, ocorreu entre 2004 e 2010, quando a siderurgia e suas derivações ganharam centralidade. Foi durante o segundo período que aconteceu o Fórum Social Mundial de Belém, em 2009, onde foi formada a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale⁵⁸, da qual o Fórum Carajás faz parte.

Outras duas ações emblemáticas ocorreram em 2007, como reação à expansão da mineração industrial no sudeste do Pará, em função do *boom* das *commodities*. A primeira foi o lançamento da Campanha Justiça nos Trilhos, em Açailândia, no Maranhão, que depois se

⁵⁵ Sobre isso, recomendo o filme *Montanhas de Ouro*, produzido pelo diretor Adrian Cowell, em 1990. O filme pode ser visto acessando o link: <<https://www.youtube.com/watch?v=1bCveszyTR4>>;

⁵⁶ Sobre o episódio em questão, ver: <<http://mamnacional.org.br/2017/12/29/29-de-dezembro-30-anos-do-massacre-dos-garimpeiros-e-garimpeiras-de-serra-pelada-na-ponte-de-maraba/>>;

⁵⁷ Os seminários Consulta Carajás ocorreram em vários municípios dos estados do Pará e Maranhão entre os anos de 1992 e 1995;

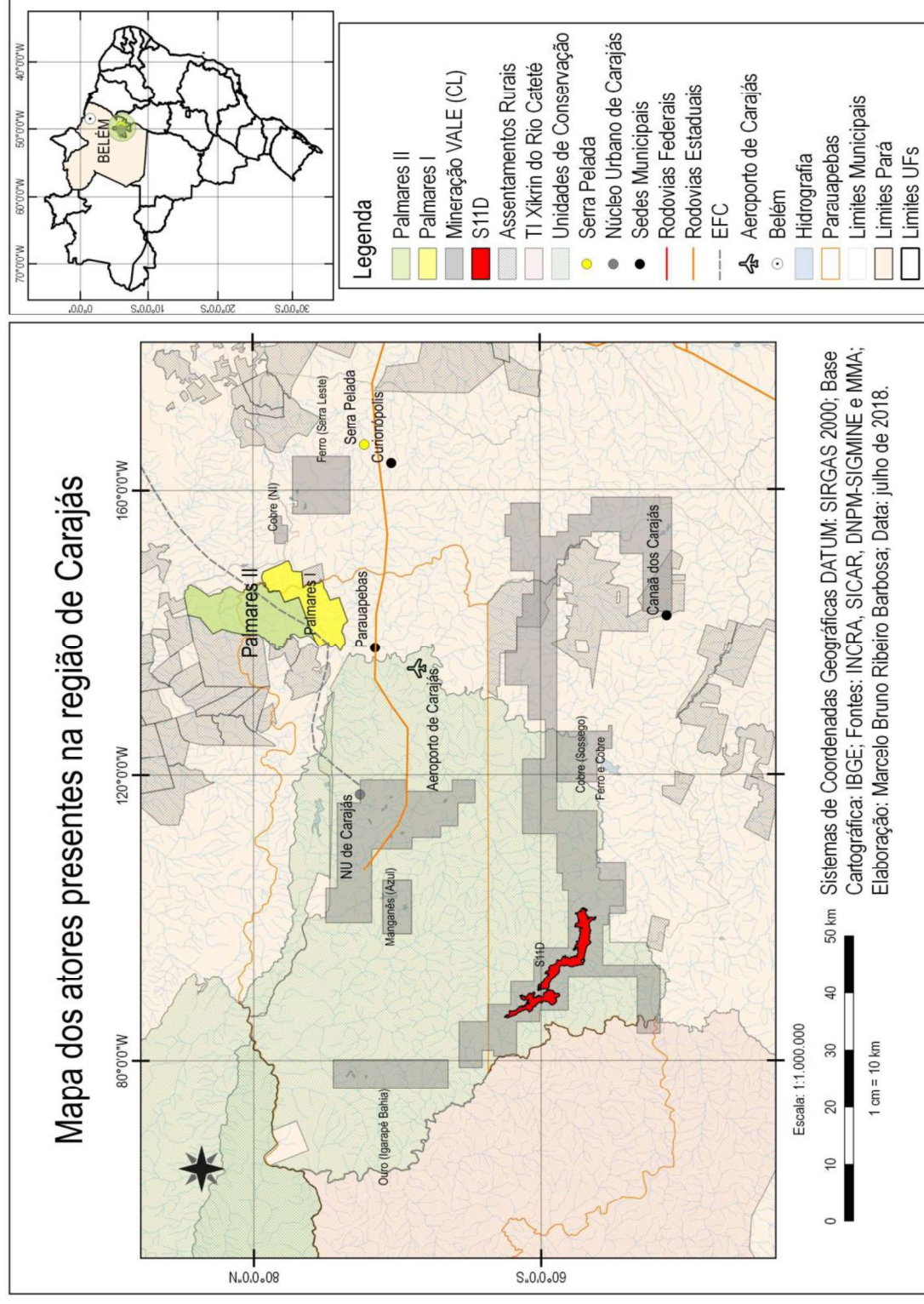
⁵⁸ Sobre a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, ver: <<https://atingidospelavale.wordpress.com/>>;

transformou na Rede Justiça nos Trilhos, e a segunda foi a ocupação da EFC no trecho que corta o assentamento Palmares II, feita pelo MST e outras organizações.

Essas ações foram determinantes para as experiências de enfrentamento à mineração industrial que surgiram no Pará e Maranhão nos anos seguintes. Mais ainda, foram importantes também para ações ao nível nacional, como a criação do MAM, que em seus documentos reconhece que um de seus principais berços foi a Amazônia brasileira, com grande destaque para o assentamento Palmares II. Assim sendo, trato nesta seção sobre uma experiência de reforma agrária que, entre outras coisas, deu importantes contribuições para as lutas não só contra o latifúndio, mas também à mineração industrial.

Aqui, entro na segunda parte desta seção, onde o foco são as relações estabelecidas ao longo dos anos e no período recente entre a mineração industrial e Palmares II, que se destaca também por situar-se no centro da mineração na Amazônia, a província mineral de Carajás. No Mapa 7, podemos ver os principais atores presentes na região de Carajás, com destaque para o assentamento Palmares II e os projetos de mineração da empresa VALE que estão em fase de concessão de lavra, com o principal deles sendo o S11D, ou Serra Sul, de exploração de ferro.

Mapa 7 - Mapa dos atores presentes na região de Carajás.



Como evidenciado, Palmares II está localizado em uma região onde existe forte presença da mineração industrial (no mapa, mostro apenas os processos minerários da VALE em concessão de lavra, ou seja, em fase de operação, porém, adiante apresento um panorama completo da região de Carajás no que diz respeito à mineração), mas que também conta com uma pluralidade de territórios e territorialidades, como Terras Indígenas, no caso, especialmente a TI Xikrin do Rio Cateté, onde vivem os povos Mebêngôkre Kayapó e Xikrin (Mebengôkre), diversos assentamentos rurais (para além de Palmares II), Unidades de Conservação, entre outros. Assim sendo, quando falo da província mineral de Carajás, estou fazendo referência à uma região onde uma pluralidade de atores é constantemente impactada pela mineração e em função disso muitas vezes fazem o enfrentamento a ela, como tem feito Palmares II ao longo de toda a sua trajetória.

Como dito no segundo capítulo, o assentamento Palmares II foi criado a partir de uma ocupação feita em uma área sob concessão da VALE, o Cinturão Verde, portanto, já nasceu em conflito com a mineração. Sobre isso, em uma entrevista feita em janeiro de 2017, “Caucho” me disse o seguinte:

“Nós fomos paridos enquanto assentamento... enquanto acampamento e depois assentados, a partir de uma ocupação na área da VALE, na época. Uma área sob os domínios da VALE, o Cinturão Verde, que faz parte da reserva nacional de Carajás. Então já nascemos brigando com a VALE e fugindo da política da VALE pra região, que querendo ou não, foi a política que nos atraiu pra cá, né, no passado. Seja ligada à mineração de Serra Pelada, seja das políticas que a VALE propagava à fora. Acho que 80% do pessoal veio dos garimpos, na época. Poucos não passaram pelos garimpos. Então já fomos paridos nesse contexto mineral, né... da região” (“Caucho”, morador de Palmares II, entrevista feita em janeiro de 2017).

Como podemos ver, “Caucho” confirmou que desde sua origem, Palmares II esteve em conflito com a mineração, especialmente com a VALE (antes, CVRD), que possuía a concessão das terras inicialmente ocupadas pelas famílias que depois foram assentadas em uma parte da fazenda Reunidas Rio Branco. Mais ainda, ele disse que Palmares II nasceu negando a política da empresa para a região, que contraditoriamente foi o que atraiu parcela significativa das pessoas que hoje vivem no assentamento para Carajás.

Em outras palavras, assim como a maior parte dos que migraram para o sudeste do Pará a partir da década de 1980, muitos moradores de Palmares II chegaram em Carajás atraídos pela mineração, seja pelo garimpo (no relato vemos uma referência à Serra Pelada, o principal deles, mas não o único), seja pela mineração industrial e suas derivações, já que muito se ventilou que os projetos na Serra dos Carajás iriam gerar muitos empregos. Eles até o fizeram em um

primeiro momento, muito em função da construção civil, pois a infraestrutura que possibilitou a exploração dos minérios na região ainda precisava ser feita (pensemos nas obras antes mencionadas, como a EFC e a UHE de Tucuruí, além de outras como a construção do núcleo urbano de Carajás, onde hoje vivem os funcionários do alto escalão da VALE, e da estrutura inicial de Parauapebas). Porém, como em qualquer local que passa a conviver com projetos de mineração industrial (o caso mais recente no sudeste paraense foi o de Canaã dos Carajás, onde foi implantado o projeto S11D), passado o período de construção da infraestrutura de exploração, o desemprego cresceu em Parauapebas e os postos de trabalho, especialmente os vinculados à mineração, quando surgem, geralmente são precários, característica de um setor conhecido pelas péssimas condições e superexploração do trabalho.

Na mesma linha, “Seringueira”, em uma entrevista feita em julho de 2017, também afirmou que as relações entre Palmares II e a VALE sempre foram tensas. No entanto, ele disse que nos últimos anos houve aproximações entre pessoas e grupos do assentamento, e a mineradora. Segundo ele:

“Aqui sempre tivemos uma relação de porrada com a VALE, né, com essa questão da VALE. É... inclusive das várias ocupações... que nós fizemos na ferrovia, justamente não tinha trégua com a VALE. Tem toda essa questão do enfrentamento aqui. É... acho que tem uma... tem meio que um divisor de águas, porque... acho que de uns cinco, seis anos pra cá, tem tido algumas negociações a partir dessa questão da ferrovia, da duplicação, justamente pra essa questão... de deixar alguma coisa pro assentamento, né. Então se tu pega... aqui tem duas, três, quatro cooperativas, a associação. Então... os grupos têm negociado, justamente nessa questão da VALE, pra ficar algum benefício... uma compensação social pro assentamento nessa questão. Mas vez ou outra ocupamos a ferrovia, ocupamos as estradas da VALE. Mas eu acho que isso vai se tornando meio que não normal. Sempre tem essa questão do conflito, porque o povo aprendeu a fazer luta. Independente se um não puxa, o outro não puxa, mas quem tá atingido por a mineradora, por a ferrovia, na hora que se sente prejudicado, ele vai juntar forças e vai fazer ocupação. Mas tem tido agora, nesses últimos anos, a questão numa conversa com o pessoal da VALE, justamente pra ver uma compensação” (“Seringueira”, morador de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

Mesmo reconhecendo a existência das tensões, inclusive fazendo referência às ações de enfrentamento à mineração protagonizadas pelos moradores de Palmares II (ocupações da ferrovia e de estradas da região, no caso), “Seringueira” disse que nos últimos anos a VALE começou a se aproximar de algumas pessoas e grupos do assentamento, em especial no período que às antecedeu e durante as obras de expansão da EFC, ou melhor, de sua duplicação, que afetou significativamente Palmares II.

Com a implantação do projeto S11D, a empresa investiu fortemente na duplicação da ferrovia em grande parte de sua extensão⁵⁹, e na construção de um ramal que à conectasse às novas minas de exploração de ferro que foram abertas em Canaã dos Carajás, onde estão as cavas do projeto. Palmares II, que é cortado pela ferrovia, foi uma das várias comunidades impactadas pelas obras de expansão⁶⁰ e a VALE, conhecendo os moradores do assentamento e o MST, procurou o caminho da oferta de mitigações, como normalmente faz. Porém, fundamentalmente as negociações foram feitas de forma individual, lote a lote, prática comumente adotada pela mineradora, já que amplia sua capacidade de convencimento.

Com as obras na ferrovia e o canal de negociação que foi aberto, algumas pessoas em Palmares II, sobretudo àquelas que possuíam lotes cortados pela EFC, entraram em acordos com a empresa, recebendo algum tipo de compensação. Aliás, ocorreram casos emblemáticos, como o de um assentado cujo lote foi profundamente afetado pelas obras, uma vez que justamente onde ele estava localizado foi construída uma ponte e parcela significativa do ramal de conexão com o S11D. Segundo os relatos que me foram feitos em campo, a indenização recebida esteve na casa dos milhões de reais e o proprietário do lote não mais vive em Palmares II. Na Foto 27, podemos ver o resultado das obras feitas no lote em questão.

⁵⁹ A EFC possui 892 km e conecta a região de Carajás ao porto de Itaqui, em São Luís, no Maranhão, e a duplicação feita pela VALE contemplou 504 km da ferrovia. A empresa também remodelou 226 km de linhas férreas existentes e, como dito, construiu um ramal de 101 km que conectou a ferrovia à mina do S11D, em Canaã dos Carajás (VALE, 2013);

⁶⁰ No site da Rede Justiça nos Trilhos, podemos ver um mapa das várias comunidades afetadas pelo PGC e, por conseguinte, das que foram afetadas pelas obras de duplicação da EFC. O mapa pode ser acessado pelo link: [<http://justicanostrilhos.org/2013/09/27/mapa-das-comunidades/>](http://justicanostrilhos.org/2013/09/27/mapa-das-comunidades/);

Foto 27 - Ramal de conexão da EFC com o S11D, no trecho que corta o assentamento Palmares II.



Fonte: dados de campo (2018).

Além das negociações lote a lote, “Seringueira” também disse que nos últimos anos a VALE começou a se aproximar de associações, cooperativas e outras organizações e grupos existentes em Palmares II. Todavia, as ações de luta contra à mineradora protagonizadas pelos moradores do assentamento não deixaram de existir, ainda que tenham diminuído quando olhamos para períodos anteriores. Utilizando as mesmas palavras que ele, as pessoas que vivem em Palmares II aprenderam a fazer luta, especialmente àquelas que possuem lotes cortados pela ferrovia. Sempre que elas se sentem de alguma forma lesadas, ou ameaçadas, se mobilizam, recorrem ao MST, às associações, entre outros, e fazem ações de enfrentamento.

O MST, aliás, mesmo nos últimos anos, quando a VALE procurou se aproximar de Palmares II, sempre manteve uma postura crítica e frequentemente organiza ou se soma às ações cujo foco está no questionamento à mineração industrial e a atuação da mineradora na região, como falou “Açaizeiro”, quando lhe perguntei sobre a relação existente entre o movimento e a VALE. Segundo ela:

“É conflituosa! Entendeu? É conflituosa porque, é... a gente sabe que é uma empresa que vem explorando de maneira descarada, né, assim... os nossos minérios, né. É... mas por outro lado, a gente também sabe das responsabilidades sociais que ela deve ter. Então assim, existe uma confusão. Porque uma coisa é você cobrar o que é responsabilidade dela, o que é dever dela, outra é você, é... achar que o que é responsabilidade dela, ela tá fazendo favores. Então... pra nossa base, assim... pra um geral da comunidade, que não tá no contexto da militância, há essa confusão. A VALE... por exemplo, em 2007, teve a ocupação dos trilhos, né. A partir da ocupação dos trilhos houve um convênio, por exemplo, pra construir a escola de educação infantil. Houve um convênio também, junto com o município e o Governo Federal, pra questão do asfalto, né. Também foi a partir dessa ocupação que conseguimos recursos pra construção da escola lá da 17 de Abril. Então assim, foi uma luta que trouxe benefícios. Mas assim, pra muitos... muitos acham... dizem: ‘foi a VALE’, ‘se não fosse a VALE...’. Não é ‘se não fosse a VALE...’. Se não fosse a nossa luta, se não fosse a nossa capacidade organizativa, nossa força de vontade, que nos fez levantar e ir lá cobrar o que é obrigação dela, o que é obrigação da empresa. A VALE nunca foi boazinha. Por isso, nossa relação, enquanto MST, sempre foi conflituosa com ela (“Açaizeiro”, moradora de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

“Açaizeiro” afirmou que a relação entre o MST e a VALE é fortemente marcada pelo conflito. A mineradora há mais de trinta anos vem explorando os recursos minerais da região sem deixar compensações condizentes para as pessoas que vivem no sudeste paraense, e o MST reage a esta situação protagonizando várias ações que denunciaram as violações cometidas pela empresa e a conivência do Estado com o saque mineral que vem sendo feito.

Porém, muito em função da propaganda ventilada pela empresa, muitas pessoas que vivem em Palmares II, assim como ocorre em praticamente toda a região sudeste do Pará, acreditam que a VALE é pivô do desenvolvimento e, mais ainda, que as poucas coisas que ela fez dentro do assentamento no que diz respeito às ações que de alguma forma melhoraram a qualidade de vida dos seus moradores (por exemplo, pensemos nos projetos produtivos financiados com recursos da mineradora, no asfaltamento de toda a extensão da estrada que conecta Palmares I e II com a cidade de Parauapebas, entre outras), foram atos voluntários da empresa e não obrigações à ela impostas, mas condicionados em sua maioria pela pressão das mobilizações populares.

Como exemplo, “Açaizeiro” utilizou a ocupação da EFC que o MST fez em 2007, sobre a qual falarei novamente à frente. Segundo ela, a partir daquela ação, o movimento conquistou muitas coisas, não somente para Palmares II (por exemplo, ela citou os recursos que foram utilizados na construção da escola do assentamento 17 de Abril, em Eldorado dos Carajás), porém, várias pessoas que vivem no assentamento acham que essas conquistas são frutos da boa vontade da VALE, muito em função do discurso com o qual a todo momento a empresa difunde na região. A disputa pela hegemonia no campo ideológico sempre foi uma preocupação da VALE no sudeste do Pará, devendo-se destacar o papel da Fundação VALE nesse processo.

Voltando às negociações lote a lote que a VALE vem fazendo em Palmares II, sobretudo pouco antes e durante a duplicação da EFC, penso que o relato feito por “Cacaueiro” explica bem o que tem ocorrido. Segundo ele:

“Na verdade, um dos critérios do movimento era a gente pegar isso tudo coletivo, porque fica mais difícil tu ser cooptado, né. Individualmente, que é o que eles gostam de fazer, tu fica vulnerável. Então assim, o que eles dizem é... tipo: ‘o problema não é do MST, e sim das famílias. Então vamos diretamente com elas. Não queremos por o MST no meio disso’. Eles vão com eu, tu, fulano, beltrano, e aí já viu... convencem mesmo. Então assim... eles gostam de fazer essa negociação, porque eles têm muito menos poder de barganha nessa questão, quando vai pro coletivo. Isso que teve aqui, da duplicação da ferrovia, foi um exemplo disso. Aliás, tanto da duplicação da ferrovia, como do linhão de transmissão. Tudo isso eles fizeram na surdina, foram escondidos nos lotes das famílias, e quando a gente percebeu, já era. Então... é como eu te falei, tão pegando individualmente pra não fazer coletivamente, porque eles sabem que tem mais problema pra resolver se for no coletivo. Então... eles têm feito esse tipo de negociação, que é ruim pra nós, é ruim pro movimento, é ruim pra comunidade, porque tu não tem poder de negociar. Eles botam um aparato gigante de advogados... só gente sabida, que entende... chegam dizendo que entendem não sei o que lá, que tá na lei não sei de que... e aí meu filho... já viu... pegam um camponês ali, que mal sabe assinar o nome, e enrolam mesmo. Eles chamam o aparato que eles têm... parece que uns advogados do Rio de Janeiro, não sei o que, e já assombram o coitado do camponês. E ele vai fazer o que depois de uma pressão dessas? Vai negociar. Então assim, é tudo muito complicado, porque fica ruim pra gente sempre que a negociação não vai pro coletivo, e eles [representantes da VALE] sempre preferem assim, que faça tudo no individual” (“Cacaueiro”, morador de Palmares II, entrevista feita em novembro de 2017).

Como pudemos ver, “Cacaueiro” afirmou que o MST procurou passar para as famílias que vivem em Palmares II que o melhor caminho seria fazer negociações coletivas, uma vez que elas ficariam muito vulneráveis se partissem para conversas individuais com os representantes da VALE. Todavia, o que mais ocorreu, não somente nos casos referentes à duplicação da EFC, mas também nos que estavam relacionados às linhas de transmissão que foram construídas em Palmares II (falo sobre elas na quarta seção deste capítulo), foram as negociações individuais, justamente porque são o caminho preferencialmente adotado pela VALE nessas situações, uma vez que a mineradora a todo custo procura evitar que o MST participe das tratativas, já que a relação entre a empresa e o movimento sempre foi tensa, como mostrado anteriormente.

Ainda sobre as relações historicamente estabelecidas e a aproximação que a VALE vem tentando fazer com o assentamento Palmares II nos últimos anos, outro relato feito por “Caucho” também merece ser aqui resgatado. Segundo ele:

“A gente teve uma relação de muito conflito nos primeiros dez, doze anos, com a VALE. Foram uns quinze anos de conflito com a VALE. Aqui na Palmares acabou se expressando um dos maiores acampamentos de ocupação da ferrovia, que foi em 2007, né. Três anos depois, a VALE começa a destensionar sua relação... sua política

em relação ao MST, à Palmares, e começa a estabelecer contato, relações comunitárias. Ela passou a reconhecer o MST como um agente político importante aqui da região e começou a dialogar, porque antes ela não considerava, não reconhecia... ela nos classificava como um movimento terrorista. E a partir de 2010, um monte de ações se expressaram, a partir de demandas pautadas em mobilizações, e foram criadas algumas parcerias, né. Parcerias agrícolas, como reformas, pequenos projetos... que tanto a APROCPAR, como a ASSOPAR, como a escola, como outros, fazem, né. Mas mesmo assim, isso não significou ausência de luta contra a VALE. Todo ano acontecem mobilizações contra a VALE. Nessa situação agora... por conta do desemprego, então aparecerem muitas experiências de luta... inclusive, surge um outro movimento interno, que é o movimento dos desempregados, né, o CTERP, que é uma comissão de emprego e renda que surgiu a partir da compreensão de que política da VALE tá provocando, com aquela expansão da ferrovia e a construção do ramal ferroviário de Canaã até Parauapebas, esperança de trabalho e depois o desemprego, né (“Caucho”, morador de Palmares II, entrevista feita em janeiro de 2017).

Na fala acima em destaque, “Caucho” afirmou que nos primeiros anos, as relações entre os moradores de Palmares II e a VALE eram bastante tensas, afinal, como ele mesmo disse em uma passagem antes resgatada da entrevista que me concedeu, esses sujeitos, ao ocuparem o Cinturão Verde, já iniciaram a história do assentamento enfrentando a mineradora. Segundo ele, a principal expressão dessa tensão foi a ocupação que as famílias fizeram na EFC em abril de 2007, quando permaneceram acampadas na beira dos trilhos por 40 dias, inclusive parando a circulação de trens por 48 horas (Fotos 28 e 29).

Foto 28 - Ocupação da EFC, no trecho que corta o assentamento Palmares II, feita pelo MST em 2007 (1).



Fonte: MST (2007).

Foto 29 - Ocupação da EFC, no trecho que corta o assentamento Palmares II, feita pelo MST em 2007.



Fonte: MST (2007).

Contudo, caminhando na mesma direção dos demais relatos já resgatados aqui, apesar de reconhecer tais tensões, “Caucho” afirmou que a partir de 2010 a VALE começou a dialogar mais com os moradores do assentamento e com o MST, que obviamente ainda assim sempre manteve ressalvas com a empresa. O reflexo disso foi que a partir de 2010, muitas ações se expressaram no assentamento Palmares II a partir de parcerias firmadas entre grupos, coletivos, associações (ele citou duas delas, a APROCPAR e a Associação dos Produtores Rurais de Parauapebas – ASSOPAR, que também atua dentro de Palmares II), escolas, entre outros, e a mineradora VALE.

Porém, assim como disseram as outras pessoas com as quais conversei durante o trabalho de campo, “Caucho” também afirmou que a aproximação que a mineradora fez com o assentamento nos últimos anos não significou que as ações de enfrentamento a ela e, por conseguinte, à mineração industrial, desapareceram da agenda política de Palmares II. Ao contrário, ele citou a questão do desemprego crescente dentro do assentamento como um dos fatores que fez os moradores de Palmares II permanecerem em luta. Sobre isso, o aumento do

desemprego em Palmares II é reflexo da crise que o município de Parauapebas começou a enfrentar com a queda dos preços das *commodities* minerais no mercado internacional, visto que sua economia está praticamente toda assentada na mineração, e com a transferência dos principais investimentos da VALE para o projeto S11D, em Canaã dos Carajás.

Assim como o restante do município, Palmares II sofreu bastante com isso, com o agravante de que a VALE havia dito que contrataria moradores do assentamento para trabalharem, por exemplo, nas obras de duplicação da EFC, o que ela não cumpriu. Fato é que os desempregados que começaram a se multiplicar em Palmares II começaram a se organizar na CTERP, que nos últimos anos ganhou muita força dentro do assentamento. Em suma, o crescimento do desemprego, somado aos outros efeitos produzidos pela dinâmica dos agro-minero-negócios, especialmente da mineração industrial, fizeram as pessoas que vivem Palmares II permanecerem sempre alerta, não lhes dando descanso. Assim sendo, apesar da aproximação que a VALE vem esboçando no último período, as ações de enfrentamento a ela ainda permanecem em Palmares II. Ainda em relação ao crescimento do desemprego dentro do assentamento, “Caucho” resumiu bem o que eu disse acima. Segundo ele:

“Na verdade, a gente tem uma configuração política interna que é muito marcada pelo atual momento histórico nacional, que é da crise, né, da crise na economia, que tem reflexo aqui, no estado, na região e em especial nós estamos muito ligados às políticas da mineração, né. Como a política e o modelo mineral também entraram em crise, nesses últimos anos temos sofrido muita crise provocada pelo desemprego, por exemplo, com muitas pessoas sem perspectivas de postos de trabalho aqui dentro do assentamento. A gente sabe que isso tem relação direta com a mineração, pra nós isso é claro” (“Caucho”, morador de Palmares II, entrevista feita em janeiro de 2017).

Em relação à outra questão levantada por “Caucho”, os projetos que começaram a surgir a partir de parcerias firmadas entre os vários atores presentes em Palmares II e a VALE, o que me chamou atenção durante o trabalho de campo foi a diversidade dessas iniciativas e as inúmeras entradas pelas quais a mineradora tem se aproximado do assentamento. Em linhas gerais, nos últimos anos a VALE tem firmado parcerias e fomentado projetos de diversos tipos (relacionados à produção agrícola, ao artesanato, à cultura, entre outros) não somente em Palmares II, mas em muitas outras comunidades rurais de Parauapebas e região, muito se valendo disso para construir e fortalecer a imagem que ela sempre procurou passar no sudeste do Pará, de que é uma empresa preocupada com o desenvolvimento regional. Em outra passagem da entrevista que ele me concedeu, “Caucho” falou um pouco sobre os caminhos percorridos pela VALE no que diz respeito aos projetos que ela tem fomentado no assentamento:

“Esses projetos foram feitos por meio de parcerias que a VALE fez com associações, cooperativas, é... com os diferentes grupos... por exemplo, tem o grupo lá... ali perto do Pontilhão, que são ligados à associação, mas fizeram um projeto particular de apoio à um negócio de vaca... de criação de vacas leiteiras. Então... direto com o grupo, né. O grupo de mulheres, por exemplo, fez um projeto específico pra adquirir equipamentos e máquinas pra fazer... pra embalar produtos... de temperos... essas coisas... a VALE entra aqui por diversos caminhos... entra no assentamento de diversas formas. Pra quê? Pra disputar a consciência do nosso povo” (“Caucho”, morador de Palmares II, entrevista feita em janeiro de 2017).

Como podemos ver, a VALE atua em Palmares II, entre outras coisas, procurando construir e fortalecer sua hegemonia no campo ideológico, o que certamente é feito pela empresa com o objetivo de evitar que ações de enfrentamento contra ela sejam organizadas pelos moradores do assentamento, uma vez que eles possuem, por exemplo, fácil acesso aos trilhos da EFC, portanto, são capazes de causar sérios problemas e prejuízos à mineradora. Como exemplo, na foto 30 podemos ver uma placa colocada em frente à sede da APROCPAR, na vila de Palmares II, evidenciando que a associação havia feito uma parceria com a VALE para a reforma feita no local⁶¹.

⁶¹ Outros exemplos de parcerias firmadas entre alguns atores presentes em Palmares II e a VALE podem ser vistos acessando os links: <<http://www.vale.com/brasil/PT/initiatives/environmental-social/iniciativas-sociais-para/incentivo-vale-irriga-agricultores-parauapebas/Paginas/default.aspx>>; e <<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/projetos-associacoes-comunitarias-parauapebas-para-favorecem-producao-agropecuaria-municipio.aspx>>;

Foto 30 - Placa mostrando a parceria firmada entre a VALE e a APROCPAR para a reforma da sede da associação.



Fonte: dados de campo (2017).

Ainda sobre as táticas adotadas pela VALE, o relato de “Açaizeiro” me parece emblemático, uma vez que ela falou sobre uma das formas pelas quais a empresa tem se aproximado dos jovens de Palmares II, visando justamente edificar uma imagem amistosa de si no imaginário deles. Segundo ela:

“[...] uma boa parte das famílias, né, tem esse fetiche, assim, né: ‘meu filho tem que trabalhar na VALE’. Então assim, tem essa fantasia, infelizmente muita gente aqui almeja isso, né. Tanto é que tem um treininho pra pleitear uma vaga na mineradora. Esse treininho é um processo de seleção que tem, né. Então assim... eles testam algumas habilidades do candidato, e depois vão ver o perfil que se enquadra em cada tarefa, e o que eles tão precisando, eles chamam. É pra recrutar mão-de-obra. Depois eles dão... acho que seis meses, parece... dependendo da área que cada um vai atuar, né, é... uma formação. Durante essa formação, eles pagam uma bolsa, uma ajuda de custo. E após essa formação, se o candidato desenvolveu todas as habilidades necessárias pra eles, pra empresa, é... esse jovem é contratado pela VALE. Na verdade, quase nunca é pela VALE, e sim pelas terceirizadas dela, porque pra VALE mesmo eles só chamam gente de fora. Então assim, eu sei que a questão da relação com a VALE é muito fantasiosa, né. É... essa questão do *status*, de poder dizer: ‘eu trabalho na VALE’. Isso tem um *status*. Já houve muito isso aqui. Isso é preocupante, porque os nossos jovens estão o tempo todo sendo bombardeados pela propaganda da empresa” (“Açaizeiro”, moradora de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

Como dito por “Açaizeiro”, muitas pessoas que vivem em Palmares II e possuem filhos, têm o sonho de vê-los algum dia empregados na VALE, o que para elas significa não só ascensão econômica, mas também social, uma vez que ser funcionário da mineradora agrega

muito *status*, como colocado no relato em destaque. Em outras palavras, ela disse que essas pessoas estão constantemente sendo “bombardeadas” com a propaganda da mineradora, muitas vezes acabando por verem-na como mecanismo através do qual podem melhorar sua qualidade de vida. Assim sendo, essas pessoas ou anseiam por um emprego para si, ou para seus filhos, o que ocorre na maioria dos casos, já que os jovens são os que possuem maior escolaridade no assentamento. A VALE, por sua vez, além de vender uma imagem amistosa de si por meio dos veículos de comunicação, ainda utiliza outros mecanismos para construir e solidificar sua hegemonia dentro do assentamento, inclusive através de aproximações com a juventude, associando os desejos antes mencionados e a necessidade que a empresa tem de controlar socialmente os territórios onde ela atua.

Sobre os mecanismos utilizados pela VALE para se aproximar dos jovens de Palmares II, no relato acima destacado, “Açaizeiro” falou de um treinamento feito pela empresa. Segundo ela, a VALE por vezes faz uma espécie de capacitação com alguns jovens que vivem no assentamento, inclusive em alguns casos lhes oferecendo bolsas de estudo ou ajudas de custo, cujo objetivo oficial é formar pessoas para integrarem o seu quadro de funcionários. Contudo, na maioria das vezes esses jovens não são contratados, com alguns em raras oportunidades sendo chamados no máximo para trabalharem nas terceirizadas da VALE. Se a regra não é contrata-los, então para que serve o treinamento feito pela mineradora com a juventude do assentamento? Possivelmente para produzir expectativa da capacitação como veículo para obter a oportunidade futura e consolidar a hegemonia da empresa.

Retomando a discussão sobre as relações entre a VALE e Palmares II ao longo dos anos, outro relato superinteressante me foi feito por “Sumaúma”, que de fato possui a mineradora como vizinha “indigesta”, uma vez que seu lote é cortado pela EFC, portanto, ela faz parte do conjunto de sujeitos que são diretamente atingidos pela mineração dentro do assentamento. Quando perguntado sobre como era conviver com a VALE, ela me disse o seguinte:

“É que nem eu tô te falando, o relacionamento dela com nós foi melhorar a pouco tempo, de quatro anos, três anos pra cá. Mas assim, deu só uma melhoradinha, também não foi isso tudo, né... e outra, isso não quer dizer que a gente ainda não pode também ir pro impasse, por que assim... a gente sabe o que a VALE vem fazendo aqui na região e a gente não concorda com isso. A VALE, ela tira tudo de melhor que nós temos e leva pra São Luís, pra Japão, pra China, pra Europa e esquece que aqui tem um grupo, tem um povo, né. Então assim, esse povo aqui, quando a gente olha pro que a VALE extrai, era, de certa forma... era pra ser beneficiado, só que nunca teve benefício nenhum. Tu quer um exemplo? Olha as nossas estradas, é... se a gente consegue, com muito sacrifício, comprar uma moto, não tem a mínima condição de andar com ela, se acaba na hora. As doenças foi se aumentando, se agravando. Hoje, nós aqui temos ela como vizinha [VALE]. Então repara, direto e indireto, nós somos impactados. Aqui, esse trilho aí que tu tá vendo, é terrível. Essa poaca desse trilho, segundo a medicina, tá cheia de substâncias que causa câncer e um monte de doenças, e todo dia a gente

fica aqui respirando isso. Então assim, a gente tá todo dia consumindo isso, porque a gente é vizinho dela. Mas ela nunca se preocupou. Então assim, eu não consigo te falar que nossa relação com ela melhorou, porque na verdade a gente sempre ficou aqui na pior situação possível, e... sinceramente... pra gente a relação com ela sempre foi ruim. Se a gente for fazer assim, uma pequena análise, dentro mesmo, esquecendo Palmares e já olhando pra Parauapebas, hoje, é uma vergonha pra nós que somos um dos municípios mais ricos, que só perde... em relação à verba, só pra São Paulo, né, e Belém, eu acho... é uma vergonha... pra tu ter noção, Parauapebas hoje não tem hospital que preste, nós não temos uma educação avançada que preste, nós não temos curso técnico, uma escola agrícola pros nossos filhos estudarem, ou pra nós mesmos tá se desenvolvendo, nós não temos uma técnica, não temos uma fábrica, não temos nada dentro de Parauapebas. A única sustentabilidade que ainda a gente tem é em relação ao minério, que tá acabando. O minério talvez não vai aguentar muito... pessoal fala aí de 30, 40 anos... eu acho que é menos, porque a VALE inclusive já tá levando tudo pra Canaã, e Parauapebas tá aí, placa de aluga-se pra todo lado. A pouca mineração que ainda tem, tá sendo extraída só por máquina, nem trabalhador eles tão fichando mais. Então assim, o único rumo que eu vejo pra Parauapebas é pelos assentamentos, é pela Palmares” (“Sumaúma”, moradora de Palmares II, entrevista feita em novembro de 2017).

Através do relato de “Sumaúma”, podemos notar que na verdade para alguns moradores de Palmares II as relações com a VALE não são nada amistosas e nunca foram, já que o trem, por exemplo, quando passa pelos lotes cortados pela ferrovia, deixa uma série de mazelas para os sujeitos que ali vivem. Aliás, “Sumaúma” também falou que não somente àqueles que estão em Palmares II e convivem com os trens são atingidos por seus rastros de destruição, mas todo o conjunto da população de Parauapebas, que vivencia uma realidade precária, com muitas deficiências no fornecimento de serviços básicos, como saúde, educação e saneamento.

A potencialidade mineral de Carajás lega uma permanente disputa sobre o seu destino e intencionalidade. Diversos atores políticos já estiveram em cena para contrapor os interesses do capital em centralizar a riqueza dali obtida. Desde formas mais espontâneas (posseiros, colonos, garimpeiros), até outras mais organizadas (movimentos sociais e sindicatos). Durante o campo, consegui mapear momentos de embates, que demonstram que esse projeto de dominação não é estável, eterno e muito menos executado em consenso com as camadas mais populares que historicamente são penalizadas com as pressões que dele derivam, como é o caso do assentamento Palmares II. O saque mineral em curso no sudeste do Pará não é visto com bons olhos por grande parte das pessoas e comunidades por ele afetadas justamente porque as mazelas deixadas são muito fortes e facilmente perceptíveis. Sobre isso, penso que o relato feito por “Mogno” merece ser resgatado. Quando perguntei à ele como era viver na beira dos trilhos, ele me disse o seguinte:

“Por um lado, assim... a gente fica triste, porque você todo dia, é... vê passando as últimas riquezas que tem aqui na região, de dentro da tua própria casa, pra ser levado lá pra China, Japão e tal. A gente fica muito triste por isso, porque todo dia a gente vê

o trem passando. É aquela situação que tu não pode fazer nada, que tu não tem benefício nenhum, não tem nada. Nunca recebi nenhuma compensação, e se a gente for fazer um estudo, se tiver alguma instituição que venha de fora pra fazer um estudo pra ver como fica isso aqui daqui dez anos, praquelas pessoas que já vão tá na terceira idade, pode ter certeza que eles vão dizer que essas pessoas vão ter problema auditivo, por conta do barulho. É muito forte o barulho do trem. Hoje... se por um acaso hoje chegasse a entrar um ladrão na minha casa bem no horário que passar o trem, eu não vou escutar, porque o barulho é muito forte. Então assim, prejudica as crianças... na audição... prejudica os velhos também, na audição. E sem contar que tem um resíduo que fica a partir das seis horas da tarde, se acumulando aí. Você só vê aquela poaca, né. E isso, no futuro, eu creio que vai ter um impacto sim, em relação às pessoas daqui. Então assim, a VALE, ela não se preocupa. Quer dizer, ela se preocupa sim, mas só em como ela vai lucrar. Agora, de saber quem vai ser passado pra trás, ela não tá nem aí não. A gente fica assim, triste por conta disso. É... inclusive, a gente já perdeu muito gado aqui na beira da ferrovia, atropelado. A gente já perdeu muito companheiro também. Já morreu pai de família, parente, filho... atropelado pelo trem. E o que ela [VALE] fala é o seguinte: ‘olha, eu banco o caixão e acabou’. Pra eles não tem negócio de indenização. E aí na questão do gado, eles vêm logo com um monte de advogados falando pra tu provar. Daqui que tu vá falar com o João, com a Maria, com o Pedro... não dá em nada. Então assim, por isso que a gente tem essas impasses com ela. É mais por conta disso, da perda que a gente tá tendo, que tá sendo muita. A gente briga porque a gente vê o trem passando todo dia, vê eles tirando tudo aquilo, que é de direito da gente, que eu acho que deveria ter uma... já que faz isso, deveria ter uma compensação pra gente. A gente devia ter asfalto de qualidade até aqui na porta do lote, devia ter uma estrada boa, devia ter escola de qualidade, posto de saúde de qualidade. Mas como tu tá vendo, nada disso a gente tem. Prova tá aí, a única coisa que a gente tem é a poeira subindo” (“Mogno”, morador de Palmares II, entrevista feita em novembro de 2017).

Como pudemos ver, “Mogno” descreveu os principais motivos pelos quais a maioria da população que vive em Palmares II vê a VALE como inimiga. Não se trata somente de uma definição política do MST, mas de uma constatação baseada na realidade vivenciada pelos moradores do assentamento. O barulho ensurdecador da passagem do trem, a poeira que encobre os rostos e embaça o ar, e a mais extrema expressão de violência, a morte de pessoas atropeladas nos trilhos do trem, são violações que atentam contra a vida dos moradores de Palmares II. Esses sujeitos são rotineiramente pressionados e muitas vezes desistem de permanecerem no assentamento.

Ainda em relação às violações cometidas pela VALE contra os moradores de Palmares II, o caso de “Cupuaçu” me parece emblemático, já que ela perdeu pai e filho atropelados pelo trem. Quando conversamos, “Cupuaçu” me pediu que não gravasse a entrevista, uma vez que ela move processo na justiça contra a mineradora e poderia de alguma forma ser prejudicada se eu publicasse o que ela de fato pensava. Todavia, somente a informação de que o pai e o filho dela foram atropelados pelo trem e que não houve qualquer tipo de justiça para com os familiares, evidencia a dimensão que pode chegar as violações que a VALE cotidianamente impõe sobre Palmares II.

Foto 32 - Notícia publicada por um jornal local de Parauapebas a respeito de um caso em que o trem de minérios da VALE atropelou e matou um morador de Palmares II (2).



Fonte: dados de campo (2017).

Como dito anteriormente, em 2007 o MST realizou uma ação na EFC que se transformou em um grande marco no que diz respeito ao enfrentamento à mineração industrial no Brasil. Nessa ação, o movimento mobilizou um contingente expressivo de pessoas e levantou acampamento nas margens da ferrovia, mais especificamente no trecho que corta do assentamento Palmares II. Com cerca de 5.000 pessoas, a ação não foi facilmente dissipada, já que as lições dos enfrentamentos já realizados naquela região, diziam que para as ações surtirem efeitos concretos na transformação de uma determinada realidade, ela necessitava impreterivelmente de massificação, de muita gente comungando o mesmo objetivo.

Portanto, naquele momento o objetivo maior não era acampar para admirar a passagem do trem, mas sim paralisar a circulação dos trens e, por conseguinte, do transporte de minérios. Era uma definição política que fugia das ações tradicionalmente realizadas pelo MST e que, de certa forma, surpreendeu a VALE e a sociedade em geral, que reconheceu a força organizativa das pessoas que decidiram enfrentar o "Dragão de Ferro".

O ápice da ação foi a paralisação da circulação de trens por 48 horas. Esses dois dias se transformaram em uma verdadeira batalha campal entre o MST e a VALE, na qual pela primeira vez em sua história, a mineradora sentou para negociar com o movimento. Naquele momento a VALE percebeu que o MST era uma ameaça real aos seus empreendimentos. As negociações

entre ambos atores aconteceram através da mediação do Governo Federal, inclusive me foi relatado em campo que as lideranças do movimento receberam ligações feitas diretamente da Secretaria da Presidência da República. Sobre a ação em questão, resgato a fala de “Guaraná”:

“Acho que ali, aquela ocupação de 2007, depois do enfrentamento que a gente fez na Cinturão Verde, na época, em 94... 93, 94... depois disso, o maior enfrentamento que nós fizemos com a VALE foi essa ocupação de 2007, porque lá nos juntamos toda a força máxima do MST e os aliados da região, e fomos pra cima da VALE. Ali a gente foi pra cima dela e do governo com muita força, e muita organização. Por causa dessa ocupação a gente conseguiu conquistar algumas coisas pra Palmares, porque a gente abriu uma relação de conversa com algumas pessoas da VALE, que nem isso eles tinham com a gente, né. Isso, não tô dizendo que é bom, a conversa com a VALE, né. Mas tu não fica o tempo inteiro, a vida inteira, brigando com o outro. As vezes tu tem que ter algum tipo de conversa pra poder avançar. Mas no caso, a gente teve que pressionar muito, parar o trem, pra eles ouvirem a gente. Então, como eu te falei, com essa ocupação, onde a gente levou a força máxima do MST, a gente conseguiu conquistar um bocado de coisas aqui pra Palmares. Nós tinha muita gente acampada na beira da ferrovia. Olha, na época do acampamento nós chegamos a ter 5 mil pessoas lá. Tinha dia que tinha 5 mil pessoas. Então pensa comigo, tu ter 5 mil pessoas acampadas num lugar como aquele, pertinho da ferrovia... é muita força, não tem polícia que te barre. Que nem aconteceu lá... polícia desorganizada bateu lá e voltou, que nem muitas vezes aconteceu lá com a Polícia Federal, a Força Nacional, o Tático, cachorro, cavalo... tudo vinha e voltava, justamente por causa da nossa organização. Então, se tu olhar pra Palmares, tu vai ver que hoje existem muitos frutos daquela ocupação. Mas por outro lado, era um período diferente, uma conjuntura diferente dessa que tem hoje. Tu tinha governo, hoje nem governo a gente tem. Então, qualquer outro que for fazer... não dá nem pra fazer, porque não tem governo com quem tu conversar, né. Sei que dessa ocupação a gente conseguiu um bocado de coisas, como o asfalto, que foi uma parceira feita com a VALE. Mas de lá pra cá, nunca mais a gente teve conquistas nesse nível (“Guaraná”, moradora de Palmares II, entrevista feita em novembro de 2017).

“Açaizeiro” também falou sobre a ação de 2007, explorando questões relacionadas às tratativas e aos frutos daquele ato de pura coragem, ou melhor, das conquistas que a ocupação da ferrovia rendeu à Palmares II, sobretudo no que diz respeito à sua infraestrutura. Dentre elas, destaco construção e reforma de escolas, do posto de saúde, da praça, asfaltamento de ruas da vila e da totalidade da estrada que conecta o assentamento à cidade de Parauapebas, entre outras. Nas palavras de “Açaizeiro”:

“Olha... essa ação... foi o marco dessa questão pra... um diálogo com a VALE. Não de aproximação, mas um diálogo de fazer com que ela assuma sua responsabilidade, mais, é... mais permanentemente, vamos dizer assim. Então, a partir de 2007, abriu-se um canal pro diálogo, porque antes não havia. É... é uma política da empresa essa questão mesmo de ter uma pessoa da VALE que vai dialogar com as comunidades, sabe. É... eu acredito que a gente se difere das outras comunidades com quem ela faz esse diálogo, né, porque aqui a gente vai debater com ela, né, vai colocar algumas questões que a gente sabe que ela tem condições de garantir, né... a gente coloca nossas demandas, né, enquanto comunidade. Já até teve uma outra ocupação dos trilhos, ali perto da Palmares I, que foi um outro momento de conflito. Foi recente, mais recente... não sei se foi em 2014, ou 2015. Teve também uma outra, antes dessa última agora... também lá nos trilhos. Mas essas aí não foram tão massivas como a de 2007. Claro, 2007 foi um marco. Então assim... foi... é... não foi massiva, mas teve,

né. Então assim, os conflitos com a VALE seguem, inclusive tem muitos companheiros nossos aqui que são processados pela empresa, são perseguidos por ela. O ano passado, por exemplo, no 8 de Março, uma companheira nossa foi processada. A gente foi fazer uma intervenção, é... lá na portaria da VALE, em solidariedade ao que tinha acontecido em Mariana, né, e simplesmente a VALE acionou a polícia, né, e aí assim... foi da forma mais brutal que tu possa imaginar. A gente foi abordado na selvageria, com bombas, spray de pimenta, bala de borracha, perseguição na rua... com tudo. Sei que essa companheira nossa foi processada pela empresa. Então assim, a gente não tem uma relação tranquila com a VALE. É uma relação bem conflituosa, por mais que hoje hajam conversas (“Açaizeiro”, moradora de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

Olhando para a fala de “Açaizeiro”, podemos notar que além do que foi feito em 2007, houve dois outros momentos em que as famílias que vivem em Palmares II enfrentaram a VALE através de ações diretas (na verdade, houve muitos outros, porém esses ganharam bastante destaque, seja nas fileiras do movimento, seja na mídia). O primeiro deles ocorreu em 2015, quando mais uma vez os moradores do assentamento montaram acampamento às margens da ferrovia, mais especificamente em um trecho localizado entre os assentamentos Palmares I e II. Durante essa ação, o MST bloqueou por alguns momentos a EFC (Fotos 33 e 34).

Foto 33 - Ocupação da EFC, em um ponto entre os assentamentos Palmares I e II, feita pelo MST em 2015 (1).



Fonte: MST (2015).

Foto 34 - Ocupação da EFC, em um ponto entre os assentamentos Palmares I e II, feita pelo MST em 2015 (2).



Fonte: MST (2015).

Já o segundo momento mencionado por “Açaizeiro”, por sua vez, aconteceu em 8 de março de 2016 (dia internacional de luta das mulheres), quando as mulheres dos assentamentos e acampamentos dirigidos pelo MST no sul e sudeste do Pará, marcharam até a portaria da FLONA Carajás, em Parauapebas, e denunciaram o crime ambiental e social ocorrido na cidade de Mariana, em Minas Gerais, no ano de 2015⁶² (Fotos 35 e 36). A ação foi violentamente reprimida pelas forças policiais⁶³.

⁶² Em 2015, o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, na cidade de Mariana, em Minas Gerais, provocou a morte de 19 pessoas e a contaminação completa do rio Doce, além de ter deixado inúmeras comunidades que vivem ao às margens rio totalmente devastadas. A mineradora responsável pela barragem foi a Samarco, cujos donos são a VALE e a anglo-australiana BHP Billiton;

⁶³ Sobre a repressão que ocorreu nesse dia, ver: <<http://www.mst.org.br/2016/03/09/mst-repudia-violencia-da-pm-contra-mulheres-em-frente-a-vale-de-parauapebas.html>>;

Foto 35 - Ação feita pelas mulheres do MST na portaria da Floresta Nacional de Carajás, em Parauapebas, no ano de 2016 (1).



Fonte: MST (2016).

Foto 36 - Ação feita pelas mulheres do MST na portaria da Floresta Nacional de Carajás, em Parauapebas, no ano de 2016 (2).



Fonte: MST (2016).

“Pupunheira” também foi outro que falou sobre a ação feita pelas mulheres em 2016 na portaria da FLONA Carajás. Quando lhe questionei sobre qual das ações feitas pelo o MST contra a VALE tinha sido a mais marcante na opinião dele, “Pupunheira” me disse o seguinte:

“Pra mim a mais marcante nem foi ocupação na ferrovia, foi a jornada das mulheres que teve lá em frente à portaria. Pra mim essa foi a mais marcante. É... ela nasce na jornada das mulheres, né. A concentração foi aqui na Palmeiras, na escola Crescendo na Prática, e foi bem perto, assim... bem no período do desastre de Mariana. Quando as mulheres chegam pra fazer a ação, elas são recebidas com muita violência. Nós nunca havíamos sentido a repressão direta da VALE, porque nós estávamos escondidos, né... mais ou menos escondidos, porque assim, uma ocupação no trilho a sociedade não tá vendo, porque fica escondido aqui no assentamento e tal, e também não era um dia marco... naquele caso era no 8 de Março, dia marco da história de luta. Lá foi no 8 de Março, né, do ano passado, de 2016. Teve o 8 de Março agora, de 2017, fizeram um encontro e tal, onde a gente relembrou esse ato, essa violência do Estado e da VALE. Mas assim, a ação no 8 de Março do ano passado foi muito mais forte, porque eles... eles vieram com tudo pra cima da gente... violência, bomba de gás. Então assim, o que isso demonstra? Que a VALE pode até perder recursos, como direto ela perde quando a gente ocupa a ferrovia, mas ela não aceita perder status. A sociedade vendo, ainda mais perto do desastre de Mariana, num dia de luta, ela não ia deixar barato. Então assim, se a gente conseguir ter visibilidade nas nossas lutas, a gente vai ter mais efeito, mas em compensação o nível de afronta e violência da VALE vai ser muito mais, e ela vai botar todo o poderio do Estado, que tá a seu favor, com muito mais força, né. Isso se for em uma zona pública, né, que coloca em xeque o slogan dela, o que ela faz e tal. Pra mim todas as ações que a gente fez aqui foram

marcantes, mas essa foi mais... pra gente entender... assim... com quem a gente tá lidando” (“Pupunheira”, morador de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

Na visão de “Pupunheira”, a ação do dia 8 de março de 2016 foi mais reprimida do que as demais que mencionei anteriormente, porque a VALE tentou brear a tentativa do MST de expor o saque, os crimes e as violações que ela vem fazendo na região em plena portaria da FLONA Carajás. “Pupunheira” disse que àquela ação, em um espaço aberto, público, evidenciava para a sociedade o que a VALE vinha fazendo, o que feria o *status* da mineradora, diferentemente das ações nos trilhos, que geralmente acontecem dentro de Palmares II, portanto, longe dos olhos da maior parte da população de Parauapebas e região. Soma-se aos elementos já mencionados, o fato de que a ação feita na portaria ocorreu pouco tempo depois do desastre de Mariana, ou seja, num momento em que a VALE estava sendo bastante pressionada pela opinião pública, o que certamente contribuiu para que a repressão feita naquele dia fosse bastante violenta, uma vez que a empresa não queria ver sua imagem ainda mais arranhada, sobretudo porque durante a ação o MST ventilava para a população local que em Parauapebas poderia se repetir o que ocorreu na cidade mineira.

Além dos impasses já evidenciados nesta seção, os moradores de Palmares II (com maior fôlego, as lideranças do MST) ainda são constantemente monitorados pela VALE. O serviço de inteligência da mineradora, nos últimos anos, vem monitorando as organizações presentes na região que praticam ações contra ela, espionando-as, identificando suas lideranças e perseguindo-as judicialmente. A VALE também tem mapeado os territórios que de alguma forma representam alguma ameaça aos seus empreendimentos na região de Carajás, com Palmares II sendo um desses. Sobre isso, penso que o relato de “Pupunheira” é esclarecedor:

“É como eu tava te falando, né. Nós fomos lá nessa sala da VALE, lá em Carajás. Foi a primeira vez que a gente foi lá, que um de nós entrou lá. Aí quando a gente chegou, eu logo me espantei, porque tinha um mapa de um metro de altura, por dois de comprimento na parede de uma sala lá. No mapa tinham todos os assentamentos da região, inclusive os que tão na margem do trilho. Os assentamentos do MST em vermelho... marcados em vermelho, e aí tinha uma legenda, né: ‘maiores preocupações’. Os que se declaravam da FETAGRI e tavam bem ligados aos sindicatos, de alaranjado, né. E os outros assentamentos, ainda da época do GETAT, de amarelo. Essa sala fica lá no núcleo de Carajás. Aí lá no núcleo tem um escritório da VALE que é pra tratar de coisas que envolvem as comunidades afetadas por ela, não sei o que lá de diálogo social, é o nome do escritório. É tipo um departamento. Daí que nesse escritório tinha uma salinha de reunião, é lá que tá esse mapa. A gente entrou lá de enxerido, porque a gente foi lá pra Carajás fazer outra coisa com o pessoal do ICMBio” (“Pupunheira”, morador de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

Todavia, ressalto que Palmares II não sofre com a mineração industrial somente em função da atuação da VALE na Serra dos Carajás, inclusive existe mineração dentro do assentamento. Em linhas gerais, falo da extração de britas, que em Palmares II se manifesta através da presença de uma empresa de nome Monte Granito e Companhia LTDA, ou Monte Granito Mineração e Extração de Brita, que possui concessão de lavra de uma área de 49,96 hectares localizada dentro do assentamento (Foto 37 e Figura 11). Sobre a Monte Granito, de antemão uma informação merece ser destacada: a empresa já possuía a concessão de lavra e já atuava naquela área antes mesmo do assentamento ter sido criado, o que acabou dificultando qualquer tipo de ação do MST no sentido de retirá-la dali. O que também limitou o campo de ação do movimento foi o fato de que alguns moradores de Palmares II e de localidades vizinhas, trabalham na mineradora.

Foto 37 - Placa indicando a localização da cava da empresa Monte Granito, que está dentro do assentamento Palmares II.



Fonte: dados de campo (2017).

Figura 11 - Vista aérea da cava da empresa Monte Granito localizada no assentamento Palmares II.



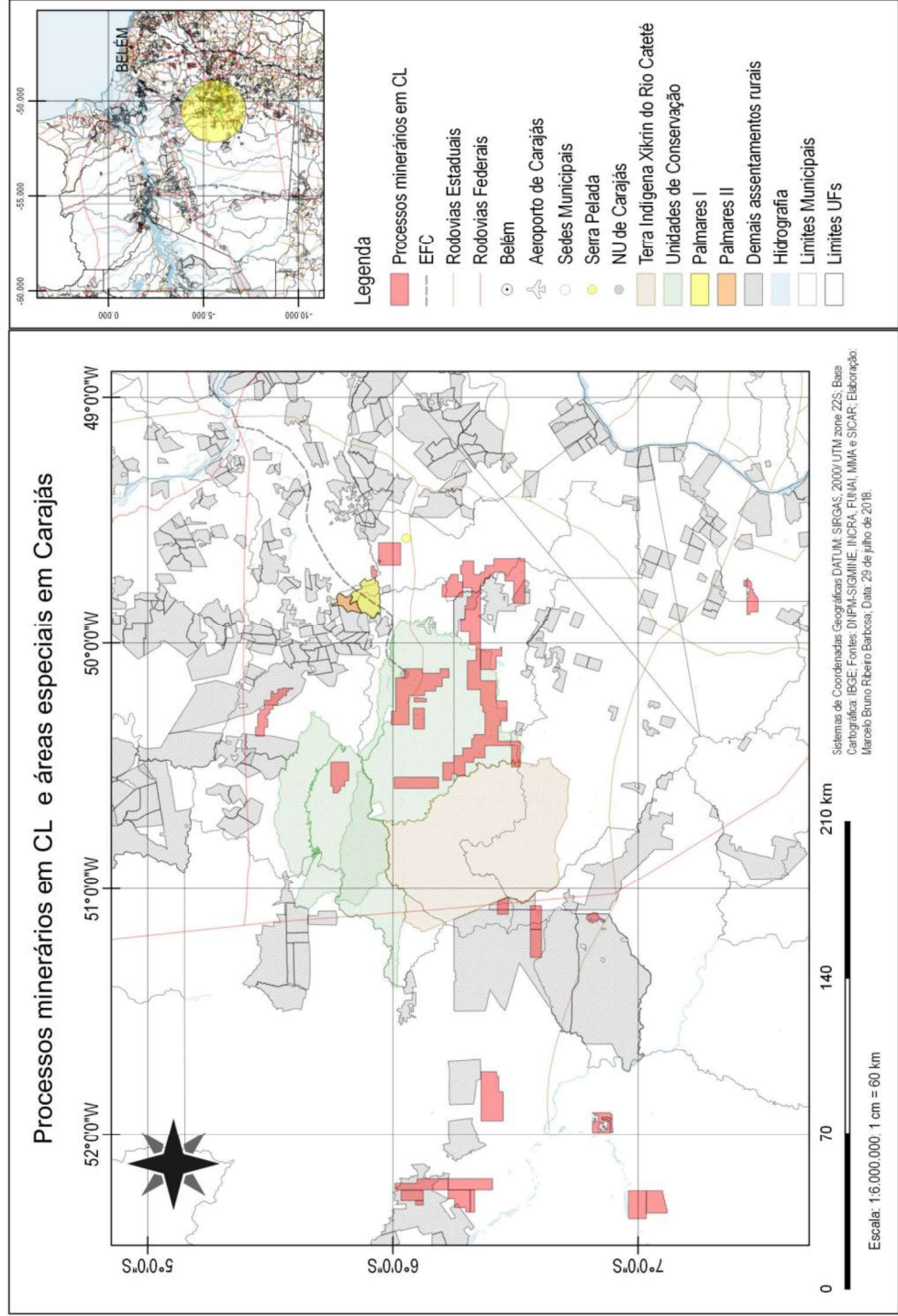
Fonte: Google Earth (2018).

Em suma, apesar de ser visto como um assentamento referência, Palmares II sente os impactos da mineração industrial na região, seja por ser cortado pela EFC, seja por possuir uma cava de mineração em seu território. Essa situação gera impactos sociais, econômicos e ambientais, mas, por outro lado, permitiu às famílias e ao MST pressionarem fortemente o Estado que se posiciona frequentemente como apoiador dos interesses dos agro-minero-negócios da VALE. Em Palmares II, foram inúmeras as ações de ocupação dos trilhos da ECF no trecho que passa dentro do assentamento, com destaque para a feita em 2007, quando o MST, junto com seus apoiadores, além de bloquear os trilhos, também parou e ocupou um dos trens de minérios da VALE, impedindo o tráfego na ferrovia. Muitos elementos da infraestrutura de Palmares II citados anteriormente foram conquistados através dessas ações.

Como vimos ao longo desta seção, as tensões entre Palmares II e a VALE, iniciadas na ocupação do Cinturão Verde, ainda hoje estão presentes e têm se agravado, por exemplo, a partir do projeto S11D (Serra Sul), de expansão da produção mineral em Carajás, já que a duplicação da ferrovia impactou diretamente o assentamento. Aliás, ampliando a discussão para

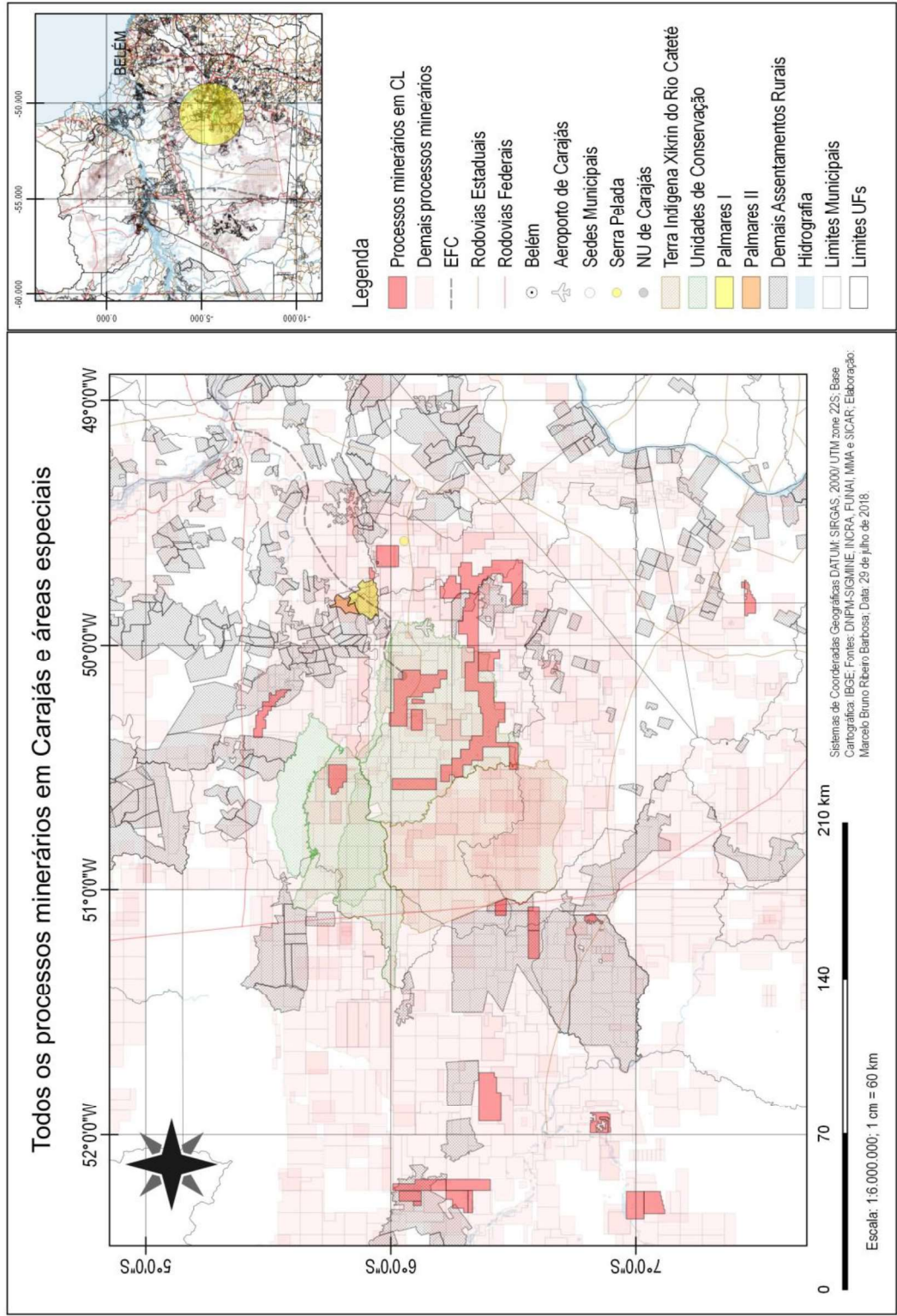
além do caso de Palmares II, é possível afirmar que as pressões provocadas pela mineração industrial que hoje recaem sobre as diversas territorialidades e temporalidades presentes na região de Carajás tendem a aumentar nos próximos anos, uma vez que essa atividade, mesmo com a crise das *commodities*, vem crescendo bastante.

Mapa 8 – Processos minerários em CL e áreas especiais na região de Carajás.



Fonte: elaborado pelo autor.

Mapa 9 - Todos os processos minerários e áreas especiais existentes na região de Carajás.



Fonte: elaborado pelo autor.

4.2. Extração de areia e seixo nos rios Novo e Parauapebas

Nas páginas anteriores tratou-se do conjunto de pressões diretamente vinculadas com a mineração industrial, onde examinei as relações que os moradores de Palmares II vêm estabelecendo ao longo do tempo com as empresas VALE e Monte Granito, atuantes dentro do assentamento. Nesta seção, falo sobre a extração de areia e seixo no leito dos rios Novo e Parauapebas (Foto 38), que merece destaque em função dos significativos impactos ambientais, econômicos e sociais que provocou nos últimos anos dentro do assentamento e por suas particularidades (as relações com a mineração industrial de grande porte e as várias conexões existentes entre ambas atividades).

Foto 38 - Rio Parauapebas, no trecho que corta o assentamento Palmares II.



Fonte: dados de campo (2017).

Além do material coletado em campo, as considerações que faço nesta seção estão referenciadas nas reflexões apresentadas em Monteiro e Ribeiro (2018). Os autores analisaram o processo de extração de areia e seixo no trecho do rio Parauapebas que corta o assentamento

Palmares II tendo como base dados coletados no ano de 2012, ou seja, justamente no auge da atividade, como veremos adiante.

Segundo os autores, a atividade de extração de areia e seixo no rio Parauapebas acontece há 25 anos. A empresa Cerâmica Rio Vermelho foi a que mais se destacou ao longo do tempo. Na maior parte do período em questão, essa atividade teve dois grandes objetivos: atender a demanda da construção civil de Parauapebas, ou seja, de um município que cresceu exponencialmente, e dos projetos de mineração vinculados ao PGC, com destaque para o projeto de extração de ferro na Serra dos Carajás.

No entanto, apesar de ocorrer há um tempo considerável, a extração de areia e seixo no leito dos rios Novo e Parauapebas cresceu significativamente na segunda metade da década passada, acompanhando o *boom* da mineração. Em linhas gerais, com a alta dos preços das *commodities* minerais no mercado internacional, houve um aumento expressivo dos investimentos das mineradoras na região de Carajás, com destaque para a expansão dos empreendimentos da VALE, feita principalmente através da implementação do projeto S11D, de extração de ferro em Canaã dos Carajás (como dito anteriormente, maior projeto da história da empresa, com investimentos na ordem de 6,4 bilhões de dólares). Com o aumento dos investimentos, cresceu também a demanda por areia e seixo, seja para atender diretamente aos projetos de mineração (por exemplo, a implementação do S11D exigiu a construção de um ramal de conexão da EFC com a mina em questão e a duplicação da ferrovia em toda a sua extensão, além de uma série de obras de infraestrutura como túneis, pontes e viadutos, bem como centros de logística e estrutura de operação, que obviamente demandaram uma quantidade expressiva de areia e seixo), seja para fornecer insumos à construção civil, atividade que aqueceu bastante durante o período de *boom*, não somente em Canaã dos Carajás, mas também em Parauapebas, já que os preços dos minérios estavam bastante elevados e, por conseguinte, a arrecadação de CEFEM também, como mostrei no terceiro capítulo, fazendo a prefeitura investir pesadamente em obras no município.

A construção civil em Parauapebas é movida basicamente por três frentes. Uma relacionada aos investimentos da VALE, principal consumidora de areia e seixo do município, fundamentalmente para atender seus projetos de mineração, outra que se dá através de grandes empreiteiras e imobiliárias, que atuam sanando as necessidades da mineradora e acompanhando o crescimento urbano, e finalmente, as obras feitas pela PMP, que muito se intensificam quando os royalties da mineração estão em alta. Essas frentes condicionam as necessidades de areia e

seixo em Parauapebas. E os pontos em comum? Todas elas estão de alguma forma vinculadas à dinâmica da mineração industrial.

Neste sentido, não foi a maioria da população que mais se beneficiou com a extração de areia e seixo, e sim uma parcela de empresários ligados à expansão urbana e a construção civil em Parauapebas, bem como a mineradora VALE, que de fato muito ganhou com esta forma de exploração de recursos naturais. O Estado, por sua vez, atuou em um primeiro momento como instrumento que favoreceu os areeiros e seus compradores, negligenciando ações de regulação e fiscalização da atividade, feita muitas vezes de forma ilegal. Porém, percebi em campo que após o auge da atividade, a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do estado do Pará (SEMAS Pará) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Parauapebas (SEMMA), começaram a fiscaliza-la com maior rigor, em muitas situações proibindo-a e aplicando multas aos que estivessem envolvidos com áreas de extração consideradas ilegais. Observou-se que em geral as multas não foram direcionadas aos atores que se deslocaram para o assentamento e motivaram os moradores a ingressarem na atividade, com os últimos respondendo até hoje na justiça por exploração ilegal.

Monteiro e Ribeiro (2018) disseram que foram três os principais atores externos que se deslocaram para Palmares II e proximidades e se envolveram com a extração de areia e seixo durante o auge da atividade⁶⁴: a Associação de Tiradores de Areia de Parauapebas (ASTAP); empreiteiras com atuação na região; e garimpeiros clandestinos⁶⁵. Todos tendo como principais compradores a VALE, construtoras e imobiliárias. Sua atuação consistia em convencer as pessoas que viviam no assentamento a transformarem seus lotes em pontos de extração ou pátios de estocagem, muitas vezes adquirindo-os de forma definitiva. Além do mais, também se apropriavam de bens comuns do assentamento, como estradas e os próprios recursos naturais, quase sempre deixando pouco ou nenhum benefício para Palmares II.

A atuação deles sempre esteve voltada para atender os interesses da VALE e da construção civil em Parauapebas. São atores que deslocaram seus empreendimentos para Palmares II tendo como horizonte o lucro, porém legitimando sua atuação no assentamento em nome do desenvolvimento, o que de fato não ocorreu. O legado deixado pela extração de areia

⁶⁴ A Cerâmica Rio Vermelho foi a empresa que mais se destacou no município de Parauapebas, mas não necessariamente em Palmares II;

⁶⁵ Muitos dos garimpeiros que acabaram se envolvendo com a extração de areia e seixo nas proximidades e dentro de Palmares II vieram de outros estados, especialmente do Maranhão, mas também muitas vezes eram pessoas que já viviam no assentamento;

e seixo em Palmares II pode ser visto, por exemplo, no assoreamento e na contaminação do rio Parauapebas e no desgaste das estradas e vicinais do assentamento.

Além dos atores antes mencionados, no outro extremo dos que se envolveram com a extração de areia e seixo, estão trabalhadores vindos de outros locais, regiões e estados, que geralmente foram submetidos a condições precárias de trabalho, sem garantia de direitos e com pouca segurança, e pessoas que tinham lotes em Palmares II. Pensando nas resistências, destaco a atuação do MST, que muitas vezes tentou mobilizar a comunidade procurando problematizar a atividade e elaborar alternativas, porém enfrentando muitas dificuldades. Em relação aos moradores do assentamento envolvidos, muitos deles acabaram se tornando areeiros, passando a extrair areia e seixo nos lotes de outros, como me disse “Pupunheira” em julho de 2017. Quando questionado sobre quem seriam os atores envolvidos com essa atividade, ele disse o seguinte:

“Tu tem tanto pessoas que já eram do assentamento, como a dona Sônia, até indico tu fazer uma entrevista com ela, porque ela é uma... areeira mais histórica daqui... tem o padre, que já foi militante nosso, mas se especializou em fazer projetos pra retirada de areia [...] E outros areeiros que existem, que são da cidade... uma grande maioria. São das cidades externas, que veio pra cá... retirar areia no nosso território” (“Pupunheira”, morador de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

Segundo “Pupunheira”, existem em Palmares II indivíduos vinculados à extração de areia e seixo que vão desde moradores do assentamento, muitos dos quais acabaram se transformando em areeiros, passando a desenvolver essa atividade nos lotes de outras pessoas, até atores externos, que ele disse serem a maioria. Em relação aos moradores do assentamento que se tornaram areeiros, durante a pesquisa de campo tentei entrevistar a dona Sônia, citada por “Pupunheira”, que se recusou a conversar comigo e disse que nunca havia trabalhado com areia e seixo na vida.

Foi então no contexto do *boom* da mineração que a atividade de extração de areia e seixo dentro e nas proximidades de Palmares II alcançou o seu auge. A demanda crescente pelos insumos atraiu vários atores para Palmares II, que passaram a desenvolver a atividade no local. Os moradores, por sua vez, foram afetados de diversas maneiras, que vão desde o crescimento do tráfego de caminhões dentro do assentamento, o que acabou desgastando estradas, provocando excesso de poeira no verão e lamaçal no inverno, aumentando assim a

probabilidade de acidentes⁶⁶, até o comprometimento da pesca, em função de fatores como: derramamento de combustível das dragas que fazem a extração de areia e seixo dentro dos rios, provocando alterações no *habitat* da fauna, por conseguinte, comprometendo sua reprodução; poluição sonora, que acaba afugentando os peixes, visto que as dragas fazem muito barulho durante o período em que estão funcionando; entre outros. No entanto, pelo menos do ponto de vista ambiental, o principal impacto que a atividade de extração de areia e seixo causou no assentamento foi o assoreamento dos rios, que se mostrou inclusive como uma das principais preocupações das pessoas com quem conversei durante a pesquisa de campo.

Todavia, a extração de areia e seixo afetou os moradores de Palmares II principalmente no aspecto socioeconômico, pois muitas famílias que viviam em lotes cortados pelo rio Parauapebas, ou próximos dele, acabaram fazendo negociações com os areeiros e permitiram que suas propriedades fossem transformadas em pontos de extração ou pátios de estocagem, o que alterou significativamente a dinâmica da vida delas e do assentamento como um todo. Em relação ao rio Novo, como ele não passa dentro de Palmares II, mas sim nas proximidades, a extração de areia e seixo afetou os moradores do assentamento através da potencialização da circulação de caminhões, já que as estradas utilizadas pelos areeiros que desenvolvem suas atividades no rio Novo também são as mesmas utilizadas pelos que atuam no rio Parauapebas, ou seja, as que passam pelo assentamento Palmares II.

Em síntese, o que vem ocorrendo em Palmares II tem sido o estabelecimento de “contratos” lote a lote, ou seja, negociações feitas individualmente entre os areeiros e cada uma das famílias cujos lotes são cortados ou estão próximos do rio Parauapebas, sem qualquer participação coletiva (MST, associações, entre outros). Utilizo aqui a palavra *contratos* entre aspas porque em 100% dos casos analisados em Monteiro e Ribeiro (2018), os acordos firmados entre as famílias que viviam em Palmares II e os areeiros era verbal, sem qualquer formalização jurídica e, conseqüentemente, garantia de direitos. Mais ainda, em 75% dos casos examinados pelos autores, as pessoas afirmaram que não possuíam qualquer mecanismo de controle da extração feita em seus lotes, ou seja, não sabiam dizer qual era a quantidade de areia e seixo retirada a cada mês. Qual o grande problema? Não sabendo mensurar a produção, essas pessoas não sabiam dizer quanto elas deveriam receber dos areeiros, visto que o valor mensal pago por

⁶⁶ Segundo Brito-Filho (2016), a poeira gerada pela circulação de caminhões dentro de Palmares II também ocasionou uma série de problemas respiratórios nas pessoas que viviam no assentamento;

eles tem a mesma como referência. Assim sendo, o valor somente é calculado pelos areeiros e as famílias não podem fazer muita coisa, a não ser confiar na palavra deles⁶⁷.

Esmiuçando um pouco mais os dados apresentados pelos autores referência, em 2012 existiam em Palmares II 84 lotes cortados pelo rio Parauapebas, com 42% deles, seja na estocagem ou diretamente na extração, envolvidos com a mineração de areia e seixo (os autores fizeram referência à 36 lotes que na época possuíam pátios de estocagem ou estrutura já pronta para a extração, dentre os quais 20 estavam em funcionamento). Considerando apenas os lotes de alguma forma envolvidos com a atividade, eles perceberam que 10,71% deles, ou seja, 9 lotes, já haviam inclusive sido vendidos para os areeiros.

Outros dados apresentados também me pareceram interessantes, por exemplo, os autores constataram que em 50% dos casos analisados (eles entrevistaram 11 famílias que viviam no assentamento e que de alguma forma estavam envolvidas com a extração de areia e seixo) houve uma redução no número de filhos envolvidos com o trabalho no lote. Mais ainda, em 25% das famílias investigadas cujos filhos moravam nos lotes, eles perceberam que esses estavam empregados na própria mineradora que extraía areia e seixo na propriedade em questão, um dos fatores que fez 25% delas contratarem força de trabalho externa para garantir as atividades produtivas do lote no ano em que foi feito o levantamento.

Vale mencionar os dados referentes às ocupações das famílias. Dentre as entrevistadas, 62,5% afirmaram que a agricultura era sua principal atividade, mas em 100% dos casos as famílias não produziam em quantidade suficiente para comercializarem, o que nos fornece algumas pistas sobre os motivos que às levaram a se vincularem à extração de areia e seixo, já que 75% disseram ter entrado na atividade por considerarem-na uma possível fonte de renda. Outros dados bastante elucidativos dizem respeito aos investimentos e gastos dos recursos oriundos desse tipo de mineração. 75% das famílias utilizavam o dinheiro para as despesas da casa, 25% investiam em benfeitorias e 12,5% na educação dos filhos (MONTEIRO; RIBEIRO, 2018).

Sobre as motivações que levaram parte dos moradores de Palmares II a se envolverem com a extração de areia e seixo, penso que “Pupunheira” fez considerações que valem a pena serem resgatadas. Segundo ele:

⁶⁷ Monteiro e Ribeiro (2018) também constaram que 45% das famílias entrevistadas por eles estavam sem receber repasses dos areeiros há dois meses, com 75% delas afirmando que sempre tinham dificuldades na hora de receber o pagamento. Assim, 85,5% das famílias por eles ouvidas disseram estarem insatisfeitas com a relação estabelecida com os areeiros. Apenas 12,5% se mostraram satisfeitas;

“[...] ninguém vai tirar areia porque acha bonito, porque acha legal ver o rio degradado. É porque... ainda existe uma necessidade de recurso pra reprodução do lote, pra reprodução da família. Tô falando de recurso financeiro mesmo, de dinheiro pra viver. Então assim, o recurso extra que entra da areia ainda também ajuda a família a fazer uma reprodução... ou tipo... ‘o dinheiro da areia dá pra mim fazer um galinheiro, ou dá pra mim fazer a área da minha casa, ou comprar a moto que tanto eu sonho dar pro meu filho, pra ele ir pra vila, pra noite, pra festa e tal’. Fazer a compra da liberdade do filho, pra ele permanecer no lote. Então assim, a areia também tá ligada, pelo menos um pouco... pra mim tá ligada muito, quer dizer... à isso, à possibilidade de dar liberdade e uma melhor condição de vida aos filhos dos assentados. A leitura que eu faço é essa, né. Muito maior do que a irresponsabilidade do indivíduo que botou um areeiro lá dentro. Então assim, a gente não tinha um amadurecimento político sobre isso. Nós não tínhamos um debate sobre a legislação ambiental, como não temos hoje ainda. De fato, não conseguimos fazer o debate sobre as leis ambientais. Não conseguimos fazer juntos uma conversa sobre a importância dessa coisa... da importância da prevenção do rio, né... da permanência do rio” (‘Pupunheira’, morador de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

Como vimos, para “Pupunheira” as motivações que levaram boa parte das famílias envolvidas com a atividade a se vincularem à extração de areia e seixo foram fundamentalmente econômicas. Como ele disse: “ninguém vai tirar areia porque acha bonito, porque acha legal ver o rio degradado!”, muito pelo contrário, foi a busca por recursos que garantissem a reprodução da família o principal fator motivacional. Recursos que ou eram investidos em benfeitorias e nos sistemas produtivos existentes dentro do lote, ou eram utilizados na aquisição de itens que garantissem o bem-estar das famílias. O exemplo da moto e do acesso que ela proporciona é bastante elucidativo, ainda que possamos questionar a concepção de liberdade ventilada por “Pupunheira”.

No entanto, diferente do cenário apresentado nas páginas anteriores, o que vi em Palmares II durante a pesquisa de campo foi uma presença pouco significativa da extração de areia e seixo. Sobre isso, “Castanheira” fez comentários interessantes. Quando perguntado sobre a força da atividade no assentamento, ele informou:

“Eu acho que nem tem mais quase. É... aqui já teve uma época que tu não conseguia andar nessa estrada, né. Quando Parauapebas estava no seu fluxo de crescimento da construção, não sei o que da construção civil, moço, aqui era milhares de caçambas a noite inteira puxando areia. Esse rio ficou degradado, ficou virado de ponta-cabeça, né. Então, é um problema que tem que ser resolvido. Agora, claro que sobre isso... a negociação se dá onde? Se dá diretamente com o dono do lote. O dono do lote vai, pega uma porcentagem, quem é doido de se meter num negócio desses se não for o governo com seu aparato? Se algum dirigente ou militante se meter, vai pegar porrada, que nem já aconteceu, né. Então assim, com essa questão da areia, também teve, é... um tempo que nós, pra acionar uma solução, dissemos: ‘não vai ficar assim, vamos mudar essa questão dos areeiros’. Então o povo passou a receber uma contribuição que justamente os areeiros deixava, que era pra questão social, que foi feito aquele prédio da associação, foi feito outras coisas. Depois o pessoal, é... não concordaram, desmancharam tudo, né, e os caras... quem é que se deu bem? Os caras, que continuaram tirando, mas agora sem deixar nada para o assentamento. Não deixavam nenhuma compensação pro assentamento. Acabou a estrada nossa, acabou os rios, acabou as vicinais e não ficou nada pro assentamento. Então assim, é uma máfia muito

grande que tem nessa questão da areia, né. Com a crise de Parauapebas, dificilmente o pessoal ainda tira areia, e olha que vez ou outra eu passo ali perto do maior tirador de areia que tem por aqui, que é o Zé de Areia. Tem semana que não roda uma caçamba sequer. Mas eles ainda mantêm o polo. Mas aqueles areeiros de porta de rua, que a gente pode chamar, que era aquelas caçambinhas, a gente quase não vê, né. Então, com a redução, o rio tomou outro fôlego, deu uma respirada... depois desse negócio. Não sei se vai voltar a todo vapor mais pra frente. Não sei, nunca se sabe. Isso também depende da economia do município. Tem obra fazendo, tem construção fazendo, com certeza eles vão precisar de matéria-prima... vão precisar da areia pra poder funcionar as obras, né. Esses empreendimentos da VALE, que quase não tá tendo mais, são os que mais consome areia. Daí que grande parte da areia consumida pelos projetos da VALE era comprada aqui, em Palmares II. Só que agora a maior parte foi pra Canaã, né, pro S11D, que tá na sua fase final já” (“Castanheira”, morador de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

Em sintonia com o que eu já havia dito nas páginas anteriores, no relato em destaque “Castanheira” ressaltou o fato de que com o fim do *boom* da mineração e a crise que se instaurou no município de Parauapebas, a extração de areia e seixo diminuiu consideravelmente dentro e nas proximidades do assentamento Palmares II, o que não quer dizer que ela deixou de existir. Segundo ele, durante o auge da atividade era muito complicado trafegar pelas vicinais que cortam o assentamento, em virtude da quantidade de caminhões carregados de areia e seixo que circulavam por elas, o que evidencia a proporção que esse tipo de mineração ganhou em Palmares II durante o período. As pressões foram diversas e fortemente sentidas pelos moradores do assentamento, que receberam como herança uma série de impactos ambientais, sociais e econômicos. Utilizando as mesmas palavras de Castanheira, “o rio Parauapebas ficou virado de ponta-cabeça”. No entanto, com a crise e a transferência dos investimentos da mineração para Canaã dos Carajás, houve uma diminuição da extração de areia e seixo nos rios Novo e Parauapebas, inclusive nos trechos que passam dentro e próximos ao assentamento. Foi o cenário que encontrei em Palmares II quando fiz o trabalho de campo que culminou nesta dissertação.

Porém, mesmo com a diminuição da atividade a partir da crise, a extração de areia e seixo em Palmares II não deixou de existir, permanecendo vivos os grandes areeiros, como o Zé de Areia⁶⁸, mencionado por “Castanheira”, que completou e disse que somente os “areeiros de porta de rua” quebraram durante a crise. No entanto, mesmo os grandes areeiros por vezes ficam muitos dias sem produzir, como vimos no relato.

⁶⁸ Areeiro histórico de Parauapebas, que inclusive cedeu uma de suas áreas, após negociações com a PMP, para que as famílias que lutaram pela desapropriação da fazenda Rio Branco e criação de Palmares II permanecessem durante parte do período em que elas viveram em acampamentos, como dito no segundo capítulo deste trabalho;

Todavia, penso que o mais interessante do relato feito por “Castanheira” está nas informações fornecidas por ele a respeito de como os moradores do assentamento reagiram coletivamente às pressões decorrentes da extração de areia e seixo dentro e nas proximidades de Palmares II. Antes de tudo, apesar de reconhecer a necessidade de buscar soluções coletivas para os problemas provocados pela presença dessa atividade no assentamento, “Castanheira” afirmou que as negociações devem ser feitas diretamente com os proprietários dos lotes onde foram implantados pátios de estocagem, ou que se vislumbra implanta-los, ou onde se fazia a extração de areia, ou se quer fazê-la. O relato feito por ele evidencia as dificuldades que as lideranças de Palmares II e do MST tiveram em lidar com essa questão, que toca ao mesmo tempo na esfera do público e do privado.

Como pudemos ver, durante um determinado período os moradores do assentamento conseguiram se organizar e garantiram que parte da renda oriunda da extração de areia e seixo ficasse em Palmares II e fosse utilizada em prol do coletivo. Como falou “Castanheira”, com o dinheiro eles conseguiram construir uma sede nova para uma das associações (ele não falou qual), além de fazerem outras coisas, não especificadas por ele. No entanto, a arrecadação baseada na atividade durou pouco, em função de divergências que surgiram entre os moradores, o que somente beneficiou os areeiros, que passaram a não deixar nada para o assentamento.

Podemos afirmar que a extração de areia e seixo em Palmares II representa uma tensão com a qual o MST e as lideranças do assentamento sempre tiveram dificuldade de lidar, em função da diversidade de interesses públicos e privados existentes na exploração do território do assentamento. No entanto, apesar dos muitos impactos já evidenciados, a extração de areia e seixo nunca recebeu a mesma atenção que é dada à mineração industrial, como me disse “Açaizeiro”, em uma entrevista realizada em julho de 2017. Quando questionada sobre a extração de areia e seixo em Palmares II, ela disse o seguinte:

“Isso daí é terrível. É... quando a gente fala dessa questão, dos impactos minerais, como a gente está situado nessa região de extração de minério, da VALE, a gente só foca nisso e os outros impactos são invisibilizados, inclusive pelos órgãos que têm que fiscalizar a extração de areia. Isso é cruel. Tá acabando com o rio, né. E a gente têm uma secretaria do meio ambiente, a gente tem várias outras entidades nisso, né, e ninguém faz nada. E a gente vê, por exemplo, sair, principalmente daqui, mas não só daqui, acredito que venha a ser do trecho todo do rio Parauapebas, e ninguém faz nada. Os órgãos que têm que fazer, não fazem. Outra, é... a Monte Granito, que tá bem aqui, é um impacto tremendo, acaba com as nossas nascentes. As nossas casas em Parauapebas, por exemplo, com as explosões, vão sendo comprometidas. Se você observar, várias casas têm rachaduras. Por quê? É o processo de dinamite que eles utilizam, né... pra questão da extração da brita, eles dinamitam e impacta diretamente o meio ambiente. E assim, tá debaixo dos nossos narizes, tá debaixo dos órgãos também, e ninguém faz nada. O que eu quero dizer é que não dá pra gente pensar só nos impactos relacionados à questão da mineração extraída pela VALE. A gente tem que se preocupar inclusive com essa questão da areia, com a questão da madeira que

vem sendo devastada aí, com essa questão toda. Outra, essa é uma crise que a gente vem vivenciando, e aí assim, ela não tá acirrada, essa crise ambiental. Mas a gente já vive numa crise ambiental, e a tendência é que ela se acirre. Então assim, tem que ser uma bandeira de luta pra esse próximo período essa questão ambiental. Os movimentos sociais precisam olhar pra isso. Nós da Palmares precisamos olhar pra isso” (“Açaizeiro”, moradora de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

Conforme mencionado por “Açaizeiro”, a extração de areia e seixo em Palmares II não recebeu a atenção que merecia, obscurecida pela mineração industrial de grande porte, mais especificamente pela atuação da VALE. Porém, a mineradora não é o único problema da região e inclusive sua atuação acaba gerando pressões secundárias e dela derivadas, como é o caso da que venho tratando nesta seção. “Açaizeiro” chamou atenção ainda para a presença da Monte Granito dentro do assentamento, falando sobre os impactos ocasionados pelas explosões provocadas pela mineradora durante a extração de britas, que muitas vezes acabam criando rachaduras nas casas das pessoas que moram próximas à mina, além de discorrer sobre os problemas relacionados ao desmatamento dentro do assentamento. A pouca atenção dada para tais pressões ocorreu também por parte dos órgãos públicos, que durante muito tempo não reagiram às ilegalidades relacionadas à extração de areia e seixo, por exemplo, sendo de amplo conhecimento, ou, como disse “Açaizeiro”, estando debaixo dos olhos de todos e todas. Quando o poder público fez algo, multou não as pessoas que se deslocaram para Palmares II e incentivaram os moradores a entrarem na atividade, mas sim os moradores. O que estou tentando dizer é que a pouca atenção dada à atividade⁶⁹ pode ter contribuído para a dificuldade que o MST e as lideranças de Palmares II tiveram em lidar com ela. Quando perceberam os impactos, a extração de areia e seixo já tinha se espalhado pelo assentamento.

Outra questão está relacionada aos desafios com os quais os moradores de Palmares II deverão lidar no próximo período segundo a visão de “Açaizeiro”. Para ela, é preciso olhar com maior atenção para as questões ambientais, já que uma crise relacionada a elas se aproxima do assentamento, como podemos facilmente perceber quando olhamos o nível de degradação do rio Parauapebas, que em muitos pontos dentro de Palmares II se encontra avançado, especialmente em função do grande assoreamento. Os impactos relacionados à extração de areia e seixo vão muito além das questões ambientais, como percebeu “Açaizeiro” quando questionada sobre o fato de muitos moradores do assentamento reconhecerem que a atividade era predatória e mesmo assim fazerem-na em seus lotes. Segundo ela:

“É... é contraditório, né? É contraditório. Mas é como eu te falei, é... as influências que a gente vivencia nesse território chamado Palmares, que pra mim é mais que um

⁶⁹ Pouca atenção quando comparada, por exemplo, à atuação da VALE na região;

assentamento, é um território, né, que assim, tem várias, é... características aí, características do urbano, características do campo, né, e aí essa questão da influência, é... do desemprego, influência de especulação imobiliária. Então a gente vive esses dilemas, né, dentro... e aí... cara... é muito contraditório, é difícil de responder. É... acho que isso perpassa, é... também por essa questão financeira. Acredito que muitos não conseguem produzir na terra, né, e vão buscar uma alternativa de sobrevivência nesse território. Essa é uma das possibilidades, né, dessa questão da extração, né. A outra é a especulação mesmo, que tá nessa questão da consciência. Então assim, de não se contentar apenas de ter um lote pro seu sustento. Então a ideia é sempre de que eu preciso ter mais, eu não preciso apenas só pra minha subsistência. Tem essa questão de concepção de vida, do mundo, né, é... que é conduzida pelo capitalismo. Então quanto mais eu acumular, melhor, né. Isso também pode ser, não tô aqui afirmando que é, né... pode ser também uma das possibilidades. É muito contraditório. Então assim, a gente vive numa área que é uma conquista de um movimento social, né, mas assim, que a gente tem essa consciência de quem nem todos os que participaram de todo o processo de luta pela terra, de formação... foi oportunizada a formação pra todo mundo..., mas aí... cada ser humano também faz suas escolhas. E tu mexer com a concepção de vida, de mundo, é difícil. Não é do dia pra noite que você consegue avançar, né, de concepção. Então... abandonar aquela concepção que realmente não faz bem pra você enquanto indivíduo e muito menos pra o coletivo, né. Mas aí, eu costumo dizer o seguinte: que o MST... não só eu, mas várias pessoas... é uma família, né, é... os pais, né, sempre dão ensinamentos pros filhos, pra que eles possam seguir, né, o mais coerente possível. Mas tem sempre aquele filho que vai seguir com seus próprios pés, né, não levando em consideração os ensinamentos dos pais. Então... tem seus princípios filosóficos e tal, mas infelizmente nem todos que perpassam pela luta pela terra conseguem compreender e seguir a partir dos princípios do movimento. Mas as pessoas se intitulam: 'eu sou do movimento!'. Quem sou eu pra dizer que não são?" ("Açaizeiro", moradora de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

Como vimos, "Açaizeiro" afirmou que se trata de uma grande contradição o fato de muitos moradores do assentamento extraírem areia e seixo em seus lotes, ou transforma-los em pátios de estocagem, mesmo reconhecendo que a atividade em questão traz muitos males ao assentamento. Segundo ela, isso passa fortemente pela questão financeira, uma vez que várias famílias, em função de diversos fatores, não conseguem garantir sua reprodução somente através da produção agrícola feita no lote, sendo obrigadas a buscarem complementos à sua renda, entre outras coisas, por meio da extração de areia e seixo. Outro fator que pode ter motivado parte das famílias que vivem em Palmares II a entrarem na atividade, segundo a opinião de "Açaizeiro", diz respeito a questões de "consciência", termo empregado pela mesma. Em resumo, ela disse que a gana pela acumulação, própria das sociedades capitalistas, influenciou muitas pessoas que vivem no assentamento a entrarem de alguma forma na extração de areia e seixo, inclusive se transformando em areeiros, como aconteceu com os exemplos citados anteriormente. As contradições são muitas, uma vez que muitos caminham justamente na direção oposta do que é defendido pelo MST, por exemplo, mas ainda assim se reconhecem como militantes do movimento. Mesmo o MST criticando a extração de areia e seixo em função dos muitos impactos ambientais, sociais e econômicos que ela vem gerando no assentamento, algumas pessoas que dizem pertencer ao movimento estão de alguma forma envolvidas com a

atividade. Penso eu, elementos que só reforçam a necessidade de olharmos com maior profundidade para essa pressão.

“Pupunheira” também fez comentários interessantes a respeito dos fatores que estão por trás da extração de areia e seixo em Palmares II. Segundo ele:

“A extração de areia no rio Parauapebas tá ligada a duas coisas. Uma é a necessidade de manter um projeto do capital, que a gente não conseguiu debater no período certo, né. Essa coisa da mineração. E a outra é o foco que foi a construção dessa região na mineração também, que não é só areia... tipo, a extração de areia é uma fachada também pra extração de ouro. Tipo, os areeiros não falam pros donos dos lotes, mas ali tem uma extração de ouro que não é colocada em questão. Então, a extração de areia ainda continua sendo uma fachada pro processo histórico dessa região, da retirada do ouro, da mineração do ouro, né. Então, uma manobra que os... que a base dessa região, as pessoas dessa região, acharam também pra continuar extraindo ouro e... por outro lado, pra exportar areia de Marabá, ou outra região dos lençóis de areia, da região de Belém, por exemplo, é muito mais caro. É muito mais fácil criar uma condição de vim pra dentro, né. Então, naquele período, quando começou a surgir os areeiros aqui, nós não debatemos essa condição da possibilidade de deles entrarem no nosso território. Então assim, nós não estávamos preparados quando eles chegaram” (“Pupunheira”, morador de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

Para “Pupunheira”, a extração de areia e seixo no assentamento está relacionada à duas coisas. A primeira é atender as necessidades do capital, que no caso em questão se expressam nas demandas da construção civil, que por sua vez, estão muito relacionadas com a atuação da VALE, ou seja, no final das contas falo aqui de uma pressão derivada da dinâmica da mineração industrial. Já a segunda está relacionada ao fato de que a extração de areia e seixo serve como fachada para a exploração ilegal de ouro. Como é algo que não pude observar, não consigo afirmar com segurança a extensão e importância do garimpo de ouro. Porém, creio ser pertinente resgatar esta consideração porque escutei recorrentemente afirmações sobre esta questão durante o trabalho de campo.

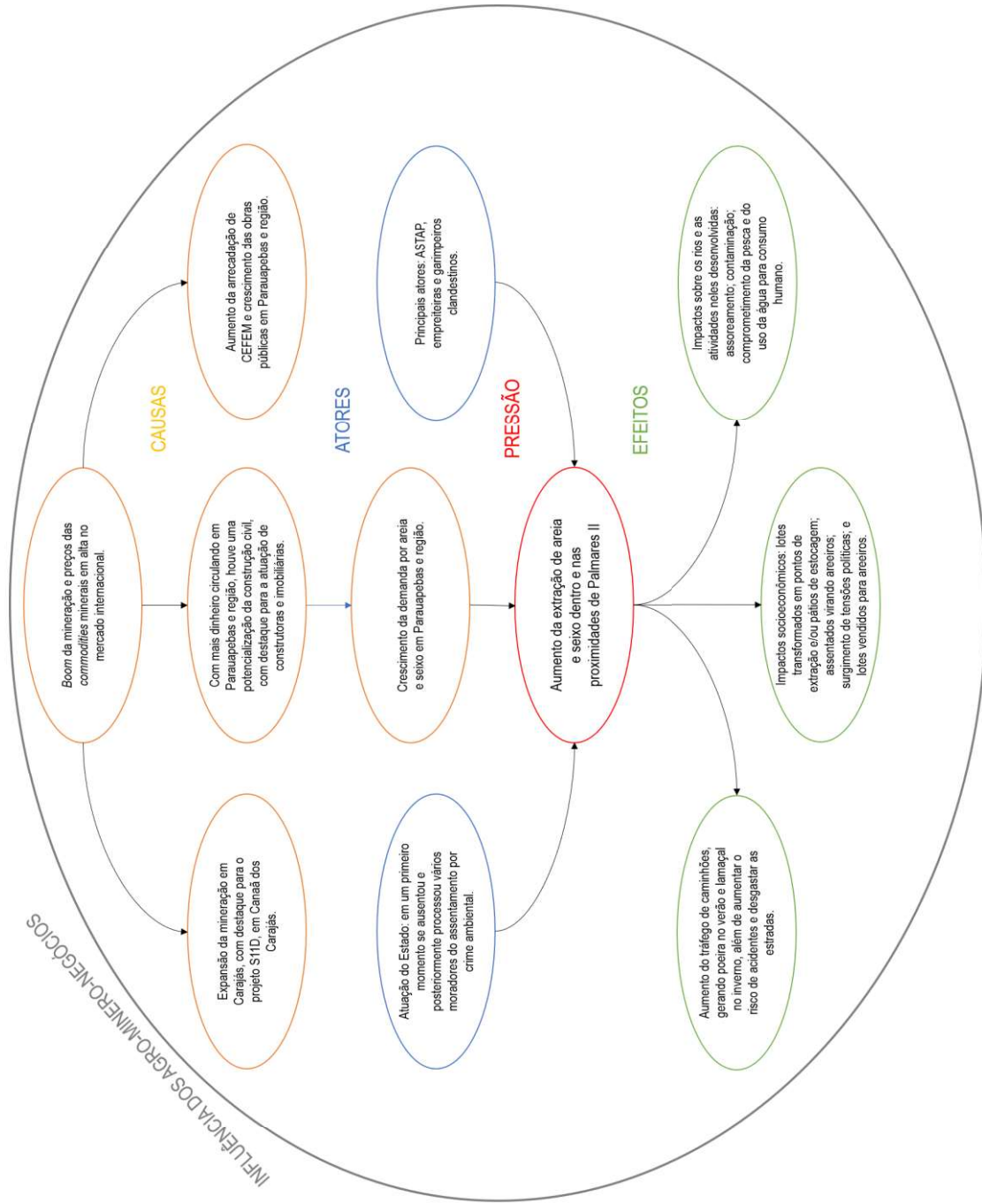
Assim como eu já havia dito em outras partes desta seção, no relato em destaque “Pupunheira” também afirmou que o MST e os moradores de Palmares II não haviam se atentado para os impactos que a extração de areia e seixo poderia provocar no assentamento. Quando os areeiros começaram a chegar em Palmares II, o movimento e as lideranças do assentamento “não estavam preparadas” (conforme expressão empregada por ele) para intervir. Quando os pátios de estocagem e pontos de extração já estavam espalhados por Palmares II e nas suas proximidades, era praticamente impossível fazer alguma coisa!

Em relação aos contrapontos, o MST se propôs a fazer o diálogo com as famílias envolvidas com a extração de areia e seixo, bem como a pensar alternativas ao cenário. Todavia, mesmo tendo conseguido garantir algum retorno para o assentamento por um determinado

período, o movimento enfrentou muitas dificuldades e não conseguiu mobilizar as famílias durante muito tempo. Muitos relatos que coletei em campo caminham na direção da afirmação de que a gênese das dificuldades estava na pouca atenção que a extração de areia e seixo recebeu em um primeiro momento em decorrência do foco de enfrentamento estar direcionado à VALE.

As dificuldades enfrentadas pelo MST e pelas lideranças de Palmares II também estão relacionadas com fato dessa ser uma pressão que a todo momento toca em questões que dizem respeito ao público e ao privado, limitando as possibilidades de intervenção. A extração de areia e seixo deixou uma herança de degradação ambiental e moral. Ambiental, no caso do assoreamento do rio Parauapebas, e moral por ter comprometido a honra dos moradores com acusações e processos por crime ambiental. Por fim, na Figura 12, podemos ver um esquema síntese das reflexões que foram apresentadas nesta seção.

Figura 12 - Esquema síntese das pressões geradas em Palmares II pela extração de areia e seixo nos rios Parauapebas e Novo.



Fonte: elaborado pelo autor.

4.3. Crescimento populacional de Parauapebas e urbanização de Palmares II

Atualmente, Palmares II está vivendo um forte processo de crescimento demográfico e de urbanização, que está principalmente relacionado à dois fatores: a dinâmica dos agro-minero-negócios e a capacidade que seus empreendimentos têm de seduzirem pessoas para onde eles são implantados; e as ações do Estado que visam colocar no mercado terras de alguma forma protegidas pela legislação, como as que estão dentro de assentamentos rurais.

Sobre o primeiro fator, conforme dito anteriormente, entre 1981 e 2016, Parauapebas (que até 1988, ano de sua emancipação, era o povoado Rio Verde, pertencente à Marabá) viu sua população saltar de aproximadamente 20 mil, para 196.259 habitantes, crescimento muito influenciado pela dinâmica da mineração. Parauapebas foi um dos principais palcos do PGC, no caso, especialmente através do projeto de exploração de ferro e outros minerais na Serra dos Carajás, o que acabou atraindo uma grande quantidade de pessoas para o município, que viam na mineração e nas suas derivações possibilidades interessantes de emprego.

Contudo, parte significativa das pessoas que migraram para Parauapebas não foram absorvidas pelo setor e acabaram se somando às fileiras de desempregados. Sem muitas alternativas, logo várias delas começaram a ocupar fazendas da região, muitas das quais deram lugar à assentamentos rurais, como foi o caso da Reunidas Rio Branco, cuja uma parte virou o assentamento Palmares II. Outras pessoas, por sua vez, foram assentadas na região por meio de projetos de colonização encabeçados pelo GETAT.

Um bom exemplo foi o Projeto de Assentamento Carajás, criado em 1982 pelo GETAT nas proximidades do povoado Rio Verde (aproximadamente 37 km distante desse). Ao longo de três anos, 1.551 famílias foram assentadas na área, que ficou popularmente conhecida como Centro de Desenvolvimento Regional (CEDERE). Até 1985, 816 delas haviam recebido o título definitivo de suas propriedades, porém, no mesmo ano o GETAT foi extinto (foi transformado no INCRA) e as atividades no CEDERE foram suspensas. Todavia, mesmo com a suspensão, a localidade sofreu um forte inchaço populacional nos anos seguintes, muito em função dos projetos de mineração em curso na região⁷⁰, o que fez o assentamento ser transformado no

⁷⁰ Naquele ano foi inaugurada a EFC, com o primeiro trem de minérios partindo da Serra dos Carajás rumo ao Terminal de Ponta da Madeira, em São Luís, no Maranhão, no dia 28 de fevereiro de 1985 (VALE, 2012). Os projetos de mineração atraíram uma quantidade expressiva de pessoas para Carajás, que, por conseguinte, fizeram crescer a demanda por alimentos, o que fez o Estado investir pesado em projetos de incentivo à produção agropecuária na região, com o CEDERE visto como área estratégica, em função de sua proximidade com Parauapebas;

município de Canaã dos Carajás, emancipado de Parauapebas em outubro de 1994, através da Lei Estadual nº 5.860 (VALE, 2014). Em 2017, Canaã dos Carajás contava com uma população de 36.027 pessoas (IBGE, 2017), muito concentrada nas periferias do município. Assim sendo, falo aqui de um caso emblemático, onde um assentamento rural, em função de um acentuado crescimento populacional que, por sua vez, esteve intimamente vinculado à dinâmica dos agro-minero-negócios, foi transformado em um município, que hoje cresce de forma ainda mais impressionante, em função da implantação do projeto S11D.

Retomando, nem todas as pessoas não inseridas na dinâmica da mineração e nas possibilidades por ela abertas foram assentadas em Parauapebas ou em outros municípios da região. Ao contrário, a maior parte delas se deslocou para as periferias da cidade e teve que se reinventar e sobreviver através de outras atividades (as mais variadas possíveis). Assim, o crescimento espantoso de Parauapebas fundamentalmente se expressou no surgimento de aglomerados de moradias situadas em áreas precárias em termos de atendimento de serviços públicos e situadas periféricamente, denominada por alguns de “favelização” (fenômeno que também vem ocorrendo em Canaã dos Carajás e outros municípios da região), uma vez que assim como em praticamente todos os municípios minerados espalhados pelo Brasil, a moradia sempre foi muito cara em Parauapebas, não deixando outras opções à maioria da população a não ser ocupar áreas públicas, processo que fez surgirem várias ocupações urbanas, muitas das quais foram regularizadas e transformadas em bairros, enquanto outras não.

No entanto, com a potencialização do crescimento populacional a partir do *boom* da mineração, como visto no primeiro capítulo desta dissertação (ver o Gráfico 10), o problema da moradia se intensificou em Parauapebas, com o município expandindo cada vez mais o seu espaço urbano. Aqui enfim faço a conexão com Palmares II, que vem absorvendo boa parte desse crescimento, o que fez a população do assentamento, especialmente da vila, crescer de forma acentuada nos últimos anos.

Dois fatores que ajudam a explicar porque Palmares II absorveu uma parte significativa dessas pessoas são: a localização do assentamento e os preços praticados pelo setor imobiliário em Parauapebas. Como dito no capítulo anterior, Palmares II está localizado somente há 22 km da sede do município⁷¹, com sua vila ligada à cidade por uma estrada totalmente asfaltada, ou seja, o tráfego entre a vila e a cidade é relativamente tranquilo e rápido, inclusive com as vans da COOPALMAS durante vários horários do dia fazendo o deslocamento de pessoas entre

⁷¹ Além disso, Palmares II está distante somente aproximadamente 11 km da estação ferroviária de Parauapebas;

ambas. Neste sentido, é perfeitamente possível morar no assentamento e trabalhar na cidade, o que muitas pessoas diariamente fazem. Em relação ao segundo fator, Parauapebas é uma cidade extremamente cara para se morar, com os preços praticados no mercado imobiliário em geral abusivos, o que fez muitas pessoas buscarem alternativas mais baratas nas proximidades da cidade. É justamente aí que Palmares II surge como alternativa, visto que adquirir uma casa na vila do assentamento é muito mais barato do que fazê-lo na maior parte dos bairros de Parauapebas.

Porém, segundo a legislação vigente⁷², lotes em assentamentos rurais não podem ser vendidos, arrendados, alugados, emprestados ou cedidos por particulares sem que os beneficiários tenham recebido o Título de Domínio (TD), que transfere a propriedade ao assentado de forma definitiva. Sendo assim, como Palmares II absorveu parte das pessoas que migraram para o município e, por conseguinte, da demanda por moradias que surgiu em Parauapebas se até poucos anos atrás a maior parte das famílias que possuíam lotes no assentamento não haviam recebido TD?

Certamente o comércio ilegal foi um caminho, visto que a compra e venda de lotes em assentamentos rurais não é algo incomum, sobretudo na região Norte, onde muitas vezes essas experiências são pouco ou nada assistidas em termos de políticas públicas que viabilizem a permanência de seus beneficiários na terra. Contudo, quem de fato abriu caminho para que Palmares II absorvesse parte do crescimento populacional de Parauapebas foram as ações do Estado que colocaram parte das terras do assentamento de volta no mercado. Aqui faço a conexão com o segundo fator apontado no início desta seção como determinante para os processos de acentuado crescimento populacional e urbanização que o assentamento vem vivendo nos últimos anos.

A primeira ação sobre a qual fiz alguns comentários no capítulo anterior, aconteceu em 2011 e diz respeito à transferência da responsabilidade sobre as vilas de Palmares I e II à PMP. No dia 26 de fevereiro daquele ano, o Governo Federal, através do Projeto Terra Legal, repassou as áreas das vilas de ambos assentamentos ao município, que passou a vê-las como urbanas, mais especificamente como bairros. O repasse foi feito durante um evento que contou com as presenças dos na época secretário extraordinário de regularização fundiária na Amazônia Legal, Carlos Guedes, e prefeito de Parauapebas, Darci Lermen (naquele período, filiado ao PT), e que abriu caminho para a emissão de vários TD dentro de Palmares II.

⁷² Sobre o assunto, ver a Lei nº 8.929, de fevereiro de 1993;

Na ocasião, Guedes afirmou que a transferência da responsabilidade do INCRA para a prefeitura e a titulação dos lotes existentes nas vilas e entornos, as transformariam em bairros de Parauapebas. Nas palavras dele, resgatadas em uma reportagem publicada em março de 2011 no site do INCRA⁷³: “Esse título quer dizer que esses bairros passam a ser filhos atendidos pela prefeitura”. Em síntese, com a transferência, todos os lotes das vilas e entornos receberiam TD, em um processo que alcançaria 5 mil pessoas, segundo as informações ventiladas pelo INCRA na reportagem em questão.

Fato é que a partir de então a vila do assentamento Palmares II passou a ser vista como área urbana pela prefeitura, e com os seus lotes titulados, entrou de vez no mercado imobiliário, como dito, absorvendo parte da demanda por moradias que surgiu em Parauapebas com o *boom* da mineração. O que aconteceu foram dois processos: a separação entre vila e lote; e a proliferação de quitinetes.

Sobre a separação entre vila e lote, as famílias que foram inicialmente assentadas em Palmares II receberam a concessão de duas propriedades: uma na vila e outra no interior do assentamento. A ideia era que a primeira fosse o lugar da sociabilidade e do acesso à serviços como saúde e educação, enquanto a segunda seria o lugar da produção. Quando a vila passou a ser considerada área urbana, muitas pessoas começaram a vender as casas que possuíam no local, absorvendo uma parte da demanda por habitação que recaiu sobre Palmares II, e foram residir somente no lote situado no interior do assentamento (o contrário também ocorreu, talvez até mais, com pessoas vendendo o lote agrícola e vivendo apenas na vila). Já no que diz respeito ao crescimento do número de quitinetes na vila, se trata de um processo que está relacionado com a chegada de moradores temporários, que foram para o assentamento em função dos projetos de infraestrutura implantados dentro e nas proximidades de Palmares II.

Em relação aos projetos, os principais foram a duplicação da EFC e a construção de linhas de transmissão de energia elétrica dentro e nas proximidades de Palmares II. Vários trabalhadores empregados nessas obras foram viver temporariamente em Palmares II em função de dois fatores: proximidade do local de trabalho e alugueis mais baratos em comparação a outros bairros de Parauapebas. Com isso, algumas pessoas que possuíam casas na vila do assentamento começaram a reforma-las com o objetivo de construir quitinetes para absorver a demanda que surgiu.

⁷³ A reportagem em questão pode ser vista acessando: <<http://www.incra.gov.br/terra-legal-tera-escritorios-em-paragominas-e-parauapebas-no-para>>;

Em suma, a transformação da vila em área urbana, com a consequente titulação dos lotes que a compõem, somadas ao acentuado crescimento populacional de Parauapebas a partir do *boom* da mineração e à atração exercida pelos projetos de infraestrutura que foram implantados dentro e nas proximidades do assentamento, provocaram um inchaço populacional em Palmares II, potencializando sua urbanização. No entanto, outro fator pode estar aprofundando ainda mais esses processos: as políticas de reforma agrária e regularização fundiária promovidas pelo governo Temer, cujo objetivo tem sido flexibilizar e acelerar o processo emissão de TD em assentamentos rurais, como observou Mattei (2017).

Segundo o autor, após extinguir o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e transferir sua estrutura institucional e autarquias, inclusive o INCRA, primeiro, para o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), depois, à Casa Civil, Temer promoveu uma série de mudanças nas políticas agrária e rural em curso no país. As principais medidas adotadas foram: a) desestruturação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), através da redução do orçamento destinado à suas ações e da extinção do Departamento de Renda e Agregação de Valor, da antiga Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), que desempenhava papel fundamental na implementação das ações do programa; b) intervenções na área de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), como o cancelamento da chamada pública de ATER do Plano Safra da Agricultura Familiar para 2017-2018 e a exoneração do presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), que segundo a legislação deveria cumprir quatro anos de mandato; c) alterações no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), em um primeiro momento suspendendo-o por completo, e posteriormente retomando suas ações, após muita pressão popular, mas com várias alterações na sua implementação, como o fim do tratamento diferenciado à povos e comunidades tradicionais e para beneficiários da reforma agrária; d) mudanças na condução da política de reforma agrária e regularização fundiária, através da flexibilização de uma série de normas, dentre as quais estão as relacionadas à emissão de TD, atendendo os anseios da Bancada Ruralista, ou Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que fizeram pressão para que essa medida fosse promulgada, uma vez que ela coloca milhões de hectares antes não ou pouco disponíveis de volta no mercado e favorece, por exemplo, sua aquisição por estrangeiros⁷⁴ (MATTEI, 2017).

⁷⁴ Sobre o processo de apropriação de terras por estrangeiros no Brasil e na América Latina, ver Sauer e Leite (2012), Borras Jr. et al (2013) e Sauer e Borras Jr. (2016);

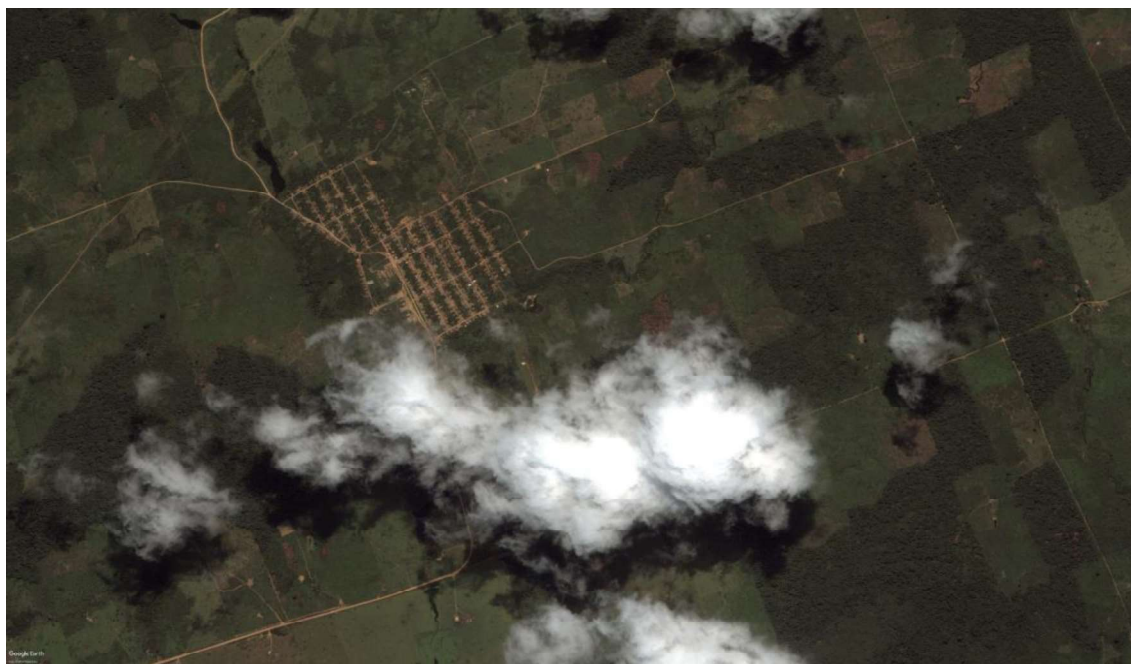
Neste sentido, a flexibilização das regras e aceleração da emissão de TD nos assentamentos rurais promovida pelo governo Temer, sem um acompanhamento que evite a venda das propriedades logo após os beneficiários receberem os títulos, também pode estar contribuindo para o acentuado crescimento populacional e consequente processo de urbanização de Palmares II, uma vez que a titulação está alcançando lotes para além dos localizados na vila e entorno. Em agosto de 2017, 76 famílias já possuíam a propriedade definitiva de seus lotes (não falo das propriedades situadas na vila), como mostrei no Gráfico 33.

Com o cenário montado, outros atores também se deslocaram para Palmares II e potencializaram ainda mais o seu crescimento populacional e urbanização. Falo das imobiliárias de Parauapebas, que aproveitaram as possibilidades abertas e começaram a negociar com os proprietários dos lotes localizados nas proximidades da vila, com o objetivo de transforma-los em loteamentos urbanos. O efeito foi que nos últimos anos surgiram vários loteamentos em Palmares II⁷⁵.

Em linhas gerais, o surgimento de loteamentos a partir da atuação das imobiliárias, juntamente com os demais fatores sobre os quais falei anteriormente, fizeram Palmares II sofrer um acentuado inchaço populacional, além de impulsionarem sua urbanização, o que representa uma forte pressão e compromete a forma assentamento, já que vem provocando muitos problemas. Aliás, um dos loteamentos já cresceu tanto que durante o trabalho de campo várias pessoas com quem conversei se referiam a ele como Palmares III. Nas Figuras 13 e 14, vemos, respectivamente, imagens aéreas da vila de Palmares II em abril de 2003 e julho de 2017, a partir das quais facilmente podemos ver o seu considerável crescimento e alguns dos loteamentos que surgiram no assentamento.

⁷⁵ Outra área do assentamento que também foi loteada fica nas Três Voltas, porém se tratou de um processo diferente do que vem ocorrendo na vila e entorno. Quando o assentamento foi criado, uma área localizada nessa regional foi reservada para a construção de uma escola agrícola. No entanto, a escola nunca foi feita e a área foi destinada à loteamentos de chácaras e balneários. Infelizmente não consegui levantar maiores informações a respeito disso durante a pesquisa de campo;

Figura 13 - Vista aérea da vila de Palmares II em abril de 2003.



Fonte: Google Earth (2018).

Figura 14 - Vista aérea da vila de Palmares II em julho de 2017.



Fonte: Google Earth (2018).

Considerando que um núcleo familiar é composto em média por cinco pessoas e que inicialmente foram assentadas 517 famílias em Palmares II, podemos dizer que a população inicial do assentamento era formada por 2.585 sujeitos. Durante o trabalho de campo, ainda que este não seja um dado oficial, algumas lideranças com as quais conversei, me disseram que aproximadamente 10 mil pessoas vivem hoje em Palmares II, ou seja, a população do assentamento quase quadruplicou em 22 anos.

Mas qual vem sendo a leitura do MST e das lideranças do assentamento a respeito disso? “Pupunheira” respondeu:

“Temos várias leituras. Assim, do... dessa coisa. Primeiramente, é um assentamento que não teve como fugir de se tornar um bairro da cidade, aquela zona mais urbana. Poderia dizer urbana, né. Que na verdade, é do aglomerado. Mas também... uma primeira coisa foi de a VALE trazer o seu exército de mão-de-obra e nós ter mais condições de receber gente do que a própria cidade de Parauapebas. Então... na primeira fase... uma das primeiras fases que nós sofremos, foi dessas pessoas que tavam lá na cidade, um coletivo muito grande, virem pra cá, devagarinho, ocupar essas áreas públicas do assentamento, como a área da associação, né, que é pra construção de cooperativas, de escolas e outras coisas. Eles começaram a ocupar as nossas áreas coletivas e depois as pessoas de alguns lotes, vendo isso, as empresas também chamando pra fazer antes de ser ocupado... as pessoas ficaram com medo, né, de... eu tenho um lote do lado da vila, o que é mais fácil? Um lote se fosse pra vender no mercado... que tem um mercado. Tem gente que comercializa o seu direito pela terra, né... vale 150, 200 mil. Num loteamento ele faz meio milhão, 500 mil, ou faz 1 milhão em um loteamento. Então... as empresas seduziram os nossos companheiros, que também fizeram isso, né, fizeram esses loteamentos (“Pupunheira”, morador de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

Uma primeira observação que faço a partir das colocações de “Pupunheira” diz respeito ao fato de que, segundo ele, não existe uma leitura única a respeito dos processos de inchaço populacional e urbanização de Palmares II por parte dos moradores do assentamento, obviamente em virtude da complexidade dessas pressões. Todavia, a análise feita no relato foi de encontro ao que venho dizendo nesta seção, pois ele afirmou que se trata de uma pressão vinculada, por um lado, à dinâmica dos agro-minero-negócios (inclusive ele chamou as pessoas que foram viver em Parauapebas atraídas pela mineração e suas derivações, de exército de mão-de-obra da VALE, reconhecendo o papel de protagonista desempenhado pela mineradora no acentuado crescimento populacional do município) e, por outro, às várias ações que colocaram parte das terras do assentamento de volta no mercado, como a transformação da vila em bairro, sobre a qual ele fez referência. “Pupunheira” também disse que Palmares II absorveu parte significativa das pessoas que migraram para Parauapebas por possuir melhores condições do que a própria cidade para isso, ou seja, uma fala que vai na mesma direção dos fatores antes mencionados no que se refere a proximidade do assentamento em relação à cidade, com

deslocamento relativamente fácil e tranquilo, e aos valores praticados no mercado imobiliário, que são bem mais modestos em Palmares II do que na maioria dos bairros de Parauapebas. São estes fatores que ele chamou de melhores condições.

No entanto, “Pupunheira” foi além das causas, e fez comentários sobre os efeitos do inchaço populacional e da urbanização de Palmares II. Aliás, ele falou sobre um efeito um tanto quanto inusitado, as ocupações de áreas públicas do assentamento que vêm ocorrendo nos últimos anos. Quando Palmares II foi criado, algumas áreas da vila foram reservadas para a construção de estruturas coletivas, como escolas, posto de saúde e cooperativas. Algumas já foram feitas, porém, outras não, ou seja, existem áreas públicas dentro do assentamento que ainda não receberam uma destinação. Nos últimos anos, com o aumento do fluxo de pessoas migrando para Palmares II, essas áreas foram pouco a pouco sendo ocupadas, gerando várias tensões, uma vez que falamos de um assentamento que foi criado justamente a partir de uma ocupação.

Segundo “Pupunheira”, muitas pessoas que foram viver em Palmares II e que não tinham condições de pagarem aluguel, comprarem uma casa na vila ou um lote no interior do assentamento, começaram a ocupar essas áreas públicas. Isso gerou vários problemas, uma vez que parte considerável dos moradores do assentamento não quis abrir mão das áreas. As tensões estavam postas. No entanto, em campo também me disseram que além de pessoas vindas de fora, filhos e filhas de moradores do assentamento também participavam das ocupações.

Mais ainda, com o crescimento das ocupações, alguns moradores do assentamento, mais especificamente os que possuíam o lote agrícola nas proximidades da vila, começaram a se assustar, com medo de suas propriedades também serem afetadas. Aliado esse medo com a atuação das imobiliárias dentro de Palmares II, o resultado foi o surgimento de mais loteamentos, já que a ideia ventilada pelas últimas era de que vender o lote na vila era melhor do que perdê-lo. Assim sendo, além das tensões e das contradições que as ocupações de áreas públicas *per si* já provocam, elas também contribuíram, mesmo que indiretamente, para a venda de lotes e sua transformação em loteamentos, por conseguinte, para o inchaço populacional e a urbanização da vila do assentamento. No entanto, não estou afirmando que as ocupações são a causa dessa pressão, ao contrário, reconheço que o surgimento de loteamentos em Palmares II, as migrações para o assentamento, a venda de lotes e sua transformação em chácaras e balneários, entre outros, estão intimamente vinculadas à dinâmica dos agro-minero-negócios, e que as ocupações na vila do assentamento são frutos das contradições por eles produzidas, portanto, efeitos e não causas. Também acredito que a venda dos lotes para as imobiliárias está

mais relacionada com os ganhos que isso pode trazer aos proprietários (pensemos nas cifras ditas por “Pupunheira”), do que com as ocupações.

Além das ocupações de áreas coletivas, outros efeitos bastante negativos têm surgido no assentamento a partir disso, como o crescimento da violência, da venda e consumo de drogas, da prostituição e do desemprego, com muitas pessoas sendo absorvidas pela CTERP. A situação impacta serviços como saúde e educação. Em relação à primeira, o posto de saúde do assentamento está com poucos funcionários, equipamentos e medicamentos e muitos pacientes. Em relação à educação, o fato de a vila do assentamento ter virado área urbana no plano diretor do município afetou o currículo das escolas, que agora estão sendo pressionadas para se enquadrarem na pedagogia das escolas urbanas e não mais no modelo pedagógico de Educação do Campo, que sempre foi defendido pelo MST.

O inchaço populacional e a urbanização do assentamento também estão ameaçando o esforço de construção de uma identidade camponesa em Palmares II, visto que os moradores se percebem cada vez mais como extensão no universo urbano. O vínculo com a terra e com a produção camponesa não constitui um diacrítico central da vida dos moradores do território do assentamento. As dinâmicas dos agro-minero-negócios e as ações do Estado antes mencionadas, fizeram com que vários sujeitos que não se percebem como camponeses fossem incorporados à Palmares II. Estas transformações fragilizaram politicamente o MST dentro do assentamento, já que os novos moradores não participaram do processo de luta pela terra e são pessoas que, na maioria das vezes, não conhecem o movimento ou somente o conhecem através de uma imagem projetada pelo senso comum. “Pupunheira” falou sobre isso:

“Tivemos que mudar um pouco também o método organizativo. Como é que a gente agrega esses indivíduos? Então... a ocupação externa, pra dentro, né, de fora pra dentro, é mais uma mazela da mineração de Carajás, do desplanejamento das políticas públicas de Parauapebas. E outra coisa, nós não somos uma ilha e nem uma bolha intocável, né. Estamos à mercê dessas contradições da cidade. Então, a grande questão era: como é que a gente vai resolver certos problemas? A gente tentou conversar, colocar na pauta do assentamento a construção das casas, como a prefeitura faz na cidade. Tem que construir aqui pra esses indivíduos que tão chegando. Foi o que a gente sempre pensou. Outra ideia era registrar algumas áreas públicas, pra que se caso ocupe, eles despejem, pra garantir que as nossas conquistas permaneçam, porque também não dá pra todo mundo que chega, tu enxotar né, e a gente também não tem um... nós não somos o Estado, que tem um aparato de segurança, de leis, de justiça. Como nós não somos esse Estado, o máximo que nós temos que fazer é pensar em como organizar esses indivíduos que chegam” (“Pupunheira”, morador de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

Mas além dos que já foram mencionados, quais os outros efeitos negativos que o inchaço populacional e a urbanização de Palmares II estão gerando? Sobre isso, “Pupunheira” disse o seguinte:

“Qual é o problema nisso? E nossa comunidade sabia e pressionou. Nós aumentamos o nível de violência dentro do assentamento, o nível de prostituição... passamos a desconhecer as pessoas que vivem aqui. O nível de contradição aumentou dentro do assentamento, né” (“Pupunheira”, morador de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

O relato de “Pupunheira” evidencia uma das grandes questões sociais atreladas às grandes obras projetadas na Amazônia: a prostituição e a violência. Na visão dominante, os serviços sexuais realizados pelas mulheres fazem parte da engrenagem da manutenção indireta (indispensável) desses grandes projetos, sendo utilizados como estratégia de controle dos trabalhadores (BARROSO, 2017), ou seja, não se trata de uma especificidade da Palmares II, mas de uma naturalização e institucionalização do papel das mulheres de satisfação sexual masculina no entorno dessas grandes obras na Amazônia, diga-se, em certa medida, com parcimônia ou até apoio do Estado e das empresas, já que em diferentes casos os canteiros de obras, os alojamentos e os centros de trabalho possuem como apêndice “natural” o local de prostituição, algo muito comum em áreas mineradas. A visão que naturaliza a posição das mulheres enquanto objetos mercantilizados favorece às empresas que incentivam a prostituição como meio de “alívio” do trabalho pesado, acionada especialmente quando os homens deslocam sua força de trabalho do seu lugar de origem, como muitas vezes acontece, para a realização de grandes obras, como, por exemplo, a duplicação da EFC e a construção das linhas de transmissão de energia elétrica que foram feitas em Palmares II.

Trata-se de uma pretensa natureza da necessidade sexual masculina que institucionaliza o que Falquet (2014) chamou de necessidade social da prostituição. Segundo a autora:

“O que o Estado faz é permitir a visibilização e estruturação do setor do trabalho sexual para ter maior controle, podendo, assim, arrecadar mais impostos e controlar melhor a força de trabalho, sem que isso, necessariamente, caminhe no sentido dos interesses das trabalhadoras desse campo, e sim dos empresários e dos clientes. Por outro lado, pode significar [...] um reconhecimento por parte do Estado de uma suposta necessidade social (de parte dos homens) da prostituição” (FALQUET, 2014, p. 251).

Cito como exemplo disso, a denúncia referente a construção da Usina Hidrelétrica do Jirau (Roraima) feita através do relatório da Plataforma Dhesca Brasil (2011), que denunciou a existência de um cartão fidelidade no qual a construtora creditava mensalmente valores de até R\$ 600,00 fora da folha de pagamento para empregados que não faltam, não adoecem, não

tiram férias e não visitam a família. Ainda de acordo com o relatório, esse cartão seria aceito pelo comércio local e em clubes vinculados à exploração sexual.

A outra questão social relatada é o aumento da violência no assentamento, a qual podemos facilmente atribuir ao inchaço provocado pelas pessoas atraídas pela propaganda de fácil emprego e não incorporadas no mercado de trabalho. Dessa forma, umas das saídas encontradas é a criminalização desses sujeitos, que fora do seu convívio de origem e desfeitas as ilusões do emprego, encontram no mundo do crime a solução de seus problemas financeiros imediatos. Nunca é demais ressaltar, que a criminalidade é a expressão social de inúmeras pendências do Estado para com a sociedade, resultando em um processo de desumanização da vida.

Por fim, no Quadro 1, sintetizo a discussão realizada nesta seção, em que o inchaço populacional e a urbanização de Palmares II se apresentam como resultado de múltiplas determinações das causas e consequências aqui constatadas. Com certamente ficou evidente, tratam-se de pressões que estão afetando profundamente o assentamento Palmares II e em função disso precisam ser melhor examinadas.

Quadro 1 - Causas e efeitos do inchaço populacional e da urbanização de Palmares II.

Inchaço populacional e urbanização de Palmares II	
Causas:	Efeitos:
- Crescimento populacional de Parauapebas;	- Crescimento da violência;
- Proximidade com a cidade, acesso fácil e preços mais acessíveis no mercado imobiliário;	- Aumento do consumo de drogas;
- Transformação da vila e entorno em área urbana (poderia ser vista como efeito do crescimento populacional de Parauapebas);	- Crescimento da prostituição;
- Projetos de infraestrutura dentro e nas proximidades do assentamento;	- Pressões sobre a educação, saúde e outros serviços do assentamento;
- Políticas de reforma agrária e regularização fundiária do governo Temer;	- Crescimento do desemprego;
- Imobiliárias e loteamentos (poderia ser visto como efeito do crescimento populacional e das ações que colocaram terras do assentamento de volta no mercado).	- Ameaças à identidade;
	- Reconfiguração da política interna;
	- Proliferação de quitinetes;
	- Ocupações em áreas públicas do assentamento.

Fonte: elaborado pelo autor.

4.4. Sobre a questão das Linhas de Transmissão

Outra mudança que nos últimos anos vem ocorrendo no assentamento Palmares II está relacionada à construção de Linhas de Transmissão (LT) de energia elétrica (ou linhões de energia, como chamavam as pessoas com as quais conversei durante a pesquisa de campo,) dentro e nas proximidades do assentamento (Foto 39). Nesta seção examino a questão, fundamentando-me em informações que levantei em campo e através do exame de documentos consultados no acervo da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), mais especificamente, dos que estão relacionados à leilões e contratos de concessão de transmissão. Também utilizei como fontes: notícias de jornais, informações disponibilizadas na internet pelas empresas que as construíram (estão construindo ou construirão) e/ou operam (operavam ou operarão) LT que direta ou indiretamente estão afetando Palmares II (ou que estão na região onde o assentamento está localizado).

Foto 39 - Torres de transmissão de energia elétrica localizadas no assentamento Palmares II.



Fonte: dados de campo (2018).

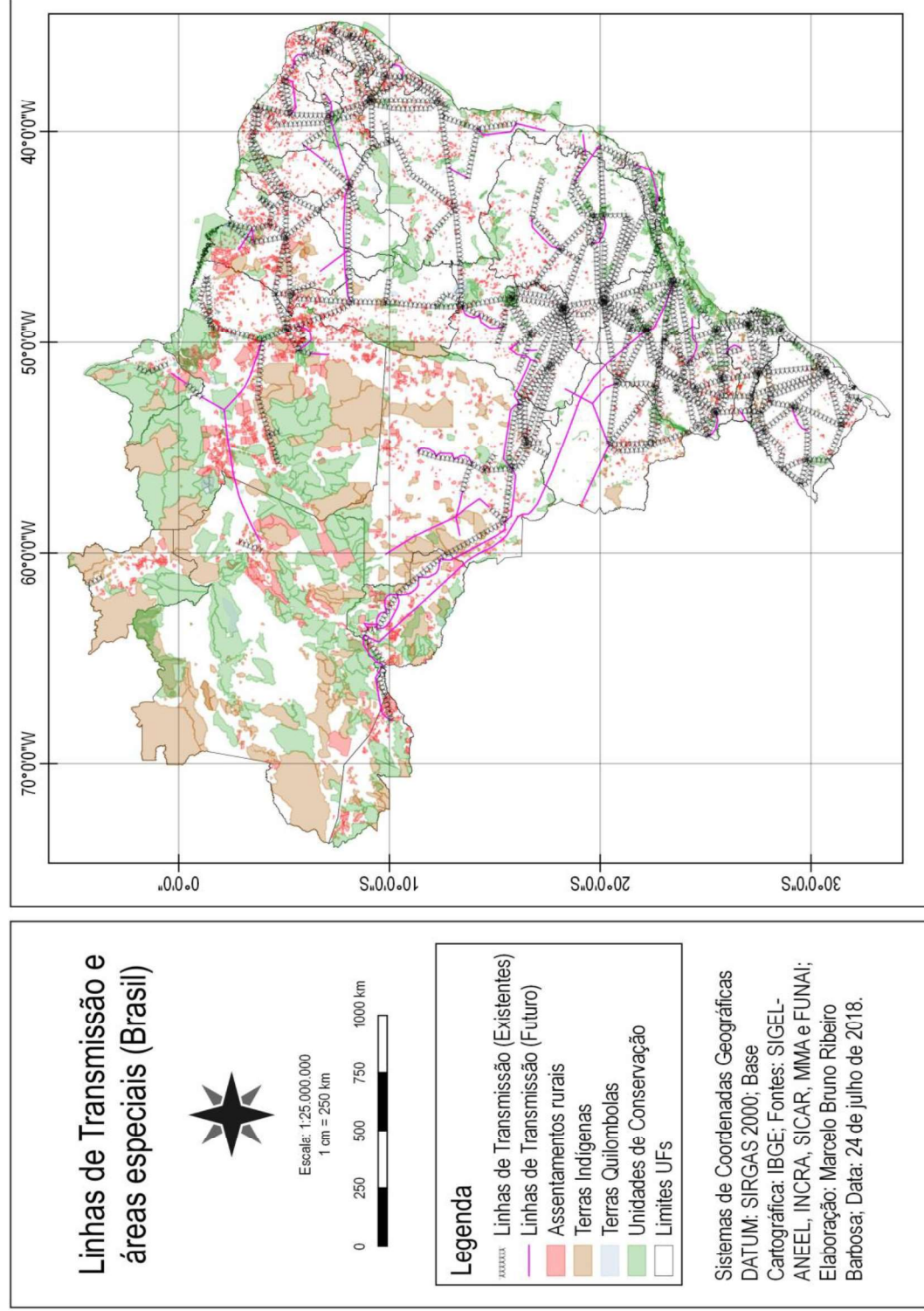
A seção está organizada duas partes. Na primeira delas apresento como a construção de LT chegaram até Palmares II, evidenciando os principais atores envolvidos nesse processo. Na segunda discorro sobre como as LT estão afetando o assentamento, inclusive apresento um caso emblemático que ocorreu em Palmares II, onde uma família foi duramente impactada pelas LT. Também faço algumas considerações ao longo do texto sobre como os atores vinculados aos linhões estão estabelecendo contato com os moradores de Palmares II.

Através da Lei nº 9.427 de 1996, foram definidas as normas de concessão de serviços de energia elétrica no Brasil⁷⁶. Foi também por meio da mesma que foi criada a ANEEL, autarquia responsável pela regulação e fiscalização do setor elétrico no país e vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). As atuações no setor se dão na geração, transmissão, distribuição, comercialização e consumo de energia.

Além de assentamentos rurais, Terras Indígenas e quilombolas, entre outras são impactadas por LT no Brasil. No Mapa 10, podemos ver os linhões existentes e planejados no país, bem como os assentamentos rurais, Terras Indígenas e Quilombolas e Unidades de Conservação por eles cortados (ou que serão, para o caso dos que ainda não foram construídos).

⁷⁶ Entre outras coisas, segundo a legislação em questão, as concessões são feitas através da atuação da ANEEL e têm duração de 30 anos;

Mapa 10 – Linhas de Transmissão existentes e planejadas no Brasil e áreas especiais.



Fonte: elaborado pelo autor.

Uma característica marcante do setor elétrico brasileiro (aqui falo com maior propriedade sobre a transmissão de energia) é a forte presença da iniciativa privada. Sobre isso, fiz o exercício de mapear os empreendimentos, empresas, leilões e contratos celebrados referentes à construção e operação comercial de LT que estão afetando (ou afetarão, para os projetos somente planejados ou em execução) direta ou indiretamente Palmares II, ou que se fazem presentes (ou se farão) na região onde o assentamento está localizado (Carajás). O objetivo foi contar, através das movimentações de parte dos atores que compõem o setor elétrico brasileiro, como a pressão vinculada às LT chegou até muitas das famílias que vivem em Palmares II.

Nas próximas páginas resgato uma trajetória complexa, em virtude dos muitos atores nela envolvidos, que passa por sete leilões de transmissão de energia elétrica que ocorreram entre 2005 e 2017. Somados os empreendimentos, são 8.077,80 km de LT que foram, estão sendo ou serão feitas, segundo as informações divulgadas pela ANEEL. Todos possuindo linhas que passam (ou passarão) na região onde está Palmares II, ou mesmo dentro do assentamento.

Em 2005, a empresa espanhola Abengoa Concessões Holding S.A (ABENGOA), até então uma das maiores do mundo no que diz respeito à transmissão de energia elétrica, venceu o leilão nº 01/2005 promovido pela ANEEL, mais especificamente a concorrência pelo lote A, chamado pela agência de Interligação Norte-Sul, Trecho 01 (Contrato nº 01/2006 - ANEEL, celebrado em 27/04/2006). O lote em questão era referente à construção e operação comercial de uma subestação (SE Itacaiúnas transformação 500/230 kV) e de 453,80 km de LT⁷⁷, que, dentre outros pontos, conectou a SE de Carajás, que fica entre os assentamentos Palmares I e II (Foto 40), à SE Itacaiúnas, em Marabá, no sudeste paraense (ANEEL, 2005, 2006).

⁷⁷ LT Marabá – Itacaiúnas – 500 kV (39,8 km), LT Itacaiúnas – Colinas – 500 kV (304 km), LT Itacaiúnas – Carajás – 230 kV (110 km) (ANEEL, 2005, 2006);

Foto 40 - Subestação de Energia Elétrica de Carajás, localizada entre os assentamentos Palmares I e II.



Fonte: dados de campo (2018).

Por mais que a empresa vencedora do leilão tenha sido a ABENGOA, a obra em questão e a operação comercial da concessão foram feitas pela empresa ATE III Transmissora de Energia S.A. (ATE III). Já de antemão utilizo este exemplo para ilustrar algo que reaparecerá na sequência e que, ao que parece, é prática comum entre os atores que disputam concessões de transmissão de energia elétrica no Brasil: a formação de *joint ventures*, ou empreendimentos conjuntos. Aliás, como exposto antes, a ABENGOA, bem como outras que mencionarei na sequência, são empresas Holding, ou seja, que atuam comprando ações de outras e através delas fazendo seus investimentos objetivando a obtenção de lucros. A grosso modo, são empresas que basicamente cumprem função administrativa, controlando outras e não produzindo nada. Entre outras vantagens, a criação de Holdings é um excelente caminho para fugir de obrigações fiscais.

Retomando, no período em que ocorreu o leilão acima mencionado, a ATE III pertencia à União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. (UNISA), uma empresa cujas ações

eram de propriedade da ABENGOA e da Taesa Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (TAESA), que, por sua vez, pertence à Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (CEMIG). Como podemos perceber, um cenário bastante confuso, mas que acima de quaisquer objetivos foi construído visando reduzir a concorrência nos leilões, já que fundamentalmente é o que as empresas procuram quando se articulam em *joint ventures*, além de fugir da legislação fiscal.

Como dito anteriormente, esse empreendimento, cujo prazo para entrar em operação comercial dado à ABENGOA (por conseguinte, à executora e suas demais proprietárias) foi de 24 meses, afetou diretamente Palmares II, uma vez que suas LT cortaram o assentamento, mais especificamente às que compõem o trecho que liga os vértices 17 e 18, como pode ser visto no Mapa 11.

Em 2010, a ABENGOA novamente venceu um leilão de transmissão de energia elétrica referente à um projeto de LT feito na região onde está situado Palmares II. Mais especificamente, falo do Lote I, do leilão nº 08/2010 promovido pela ANEEL (Contrato nº 07/2011 – ANEEL, celebrado em 16/06/2011). O lote estava relacionado à construção de outra LT (de 108 km) entre as SE Itacaiúnas e Carajás⁷⁸ e o prazo dado à executora para que o empreendimento entrasse em operação foi de 18 meses. Aliás, mais uma vez quem executou as obras e administrou a concessão foi outra empresa pertencente à ABENGOA, no caso, a ATE VIII Transmissora de Energia S.A. (ATE VIII) (ANEEL, 2010, 2011).

Como pode ser visto no Mapa 12, esse empreendimento foi outro que afetou diretamente Palmares II, uma vez que sua linha também cortou o assentamento. Em um relatório referente à LT em questão⁷⁹, elaborado em 2010 pelas Centrais Elétricas do Pará (CELPA) e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ligada ao MME, podemos observar que o Estado estava atento e por isso olhava para as comunidades presentes na rota por onde passou esse linhão, procurando assim orientar as empresas que iriam concorrer no leilão, uma vez que o relatório fez parte da documentação vinculada à essa chamada pública. Nele, os técnicos responsáveis, primeiro, fizeram comentários acerca da situação sociopolítica da região, discorrendo sobre os conflitos fundiários, inclusive mencionando a presença do MST, e depois se dedicaram às comunidades que seriam afetadas pelas LT, como assentamentos rurais, Terras Indígenas e quilombolas (CELPA; EPE, 2010).

Sobre os assentamentos rurais, no relatório foram identificados três que iriam ser diretamente afetados pela LT, ou seja, que seriam cortados por ela, no caso, além de Palmares II, os assentamentos Palmares I (ou Palmares Sul) e Castanhal do Rato, localizado em Marabá. O interessante é que no relatório foi sugerida uma mudança no traçado da LT para que ela afetasse o mínimo possível esses assentamentos. No entanto, logo na sequência do texto foram apontados três motivos que, segundo as pessoas que fizeram o documento, justificavam a não alteração da rota dos linhões.

Em primeiro lugar, foi dito que existiam outras LT na região e que elas passavam em outros assentamentos, ou seja, caso a LT em questão passasse por Palmares I e II, além do

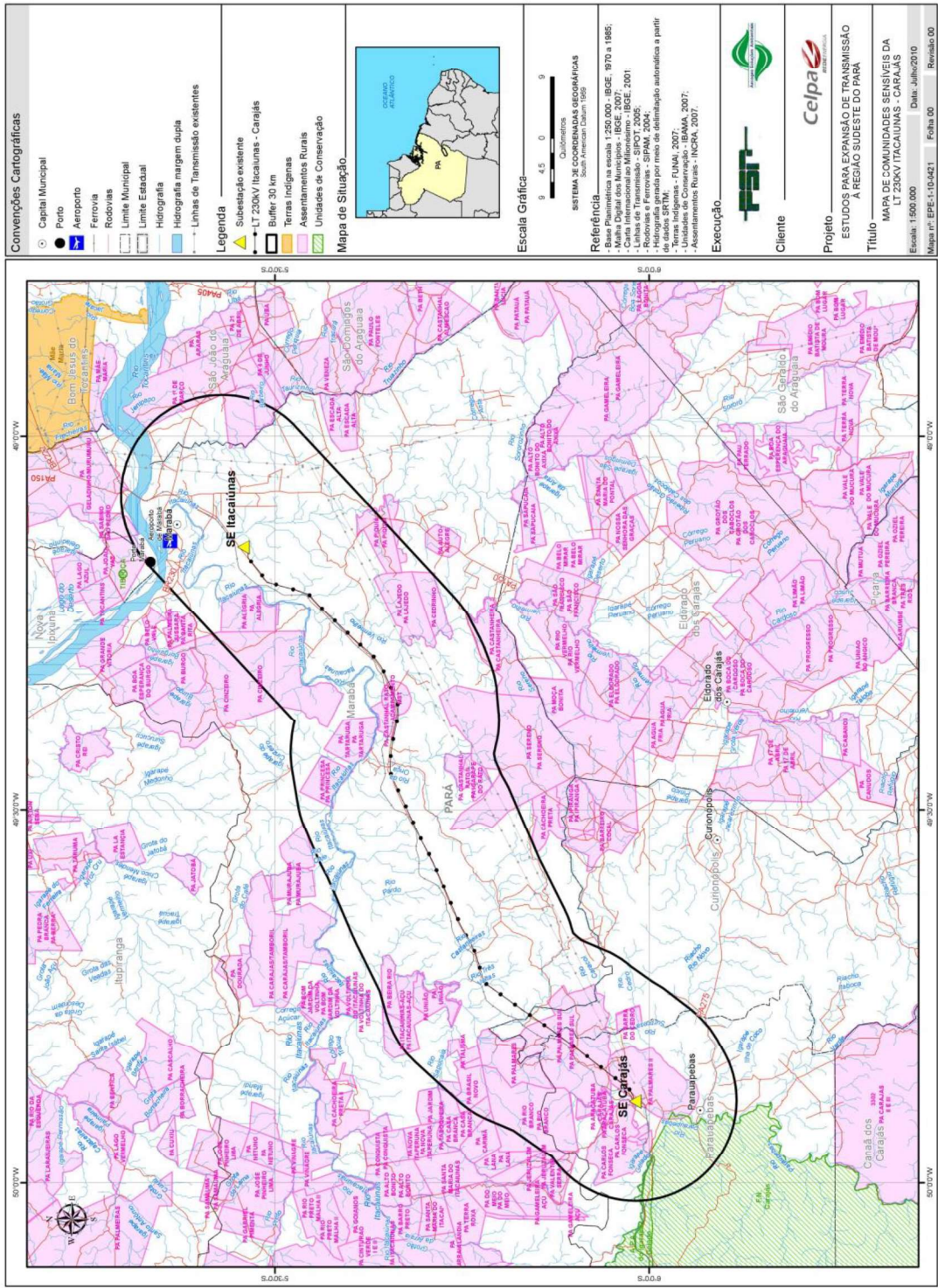
⁷⁸ LT 230 kV Itacaiúnas – Carajás C3 (ANEEL, 2010, 2011);

⁷⁹ Relatório R3: Caracterização e análise socioambiental, referente à Linha de Transmissão 230 kV Itacaiúnas – Carajás, de agosto de 2010;

assentamento Castanhal do Rato, não seria um fato novo, já que outras experiências de reforma agrária também sofreram esse impacto e seguiam existindo. Portanto, os técnicos concluíram que era possível viver com as LT, visto que existiam exemplos que comprovavam isso. Segundo, foi dito que existiam muitos assentamentos rurais na região e que eles eram próximos uns dos outros. Assim sendo, se a rota da LT fosse modificada, muito provavelmente ela acabaria cortando outras experiências, ou seja, apenas transferindo o problema. Por fim, os técnicos afirmaram que caso o traçado dos linhões fosse alterado, ele poderia passar por propriedades permanentemente ocupadas. Em outras palavras, eles corriam o risco de as LT ao invés de afetarem assentamentos rurais, que no sudeste paraense em sua maioria são compostos por lotes não titulados, cortarem terras cujos proprietários possuíam TD, dificultando e encarecendo o empreendimento, já que as negociações quando envolvem assentamentos em geral são feitas diretamente com o INCRA, com as empresas apenas comunicando as comunidades sobre a passagem das LT (CELPA; EPE, 2010).

A partir disso, a solução apontada no relatório acima mencionado para a questão referente aos assentamentos rurais afetados diretamente pela LT foram as ações mitigatórias, como em geral se faz nesse tipo de empreendimento. Sobre isso, me pareceu destacável o fato de explicitamente ser dito no texto do relatório que as mitigações serviam para evitar possíveis manifestações contrárias aos linhões, já que na região a oposição à projetos de infraestrutura era comum. Por isso, se recomendou o cuidado com a população local, uma vez que ela representava riscos à LT (CELPA; EPE, 2010).

Mapa 12 - Comunidades vulneráveis LT 230 kV Itacaiúnas - Carajás.



Fonte: PSP e AECOGEO Soluções ambientais (2010).

Apesar das sucessivas vitórias em leilões de transmissão de energia elétrica no Brasil e em outros países na primeira década deste século, em 2012 a ABENGOA começou a sofrer com os primeiros sinais de uma crise financeira que afetaria a empresa de forma significativa nos anos seguintes. Já naquele período, entre outros ativos, ela fez negócios envolvendo duas concessões de transmissão que possuía na região onde está situado o assentamento Palmares II. Mais especificamente, vendeu 50% das ações da ATE VIII para a Empresa Brasileira de Desenvolvimento e Participações LTDA (EMBRADE) e todas as ações que detinha da UNISA e, por conseguinte, da ATE III, para a TAESA, que ficou com 100% do controle de ambas⁸⁰, portanto, com a operação da concessão em questão (TAESA, 2012).

No entanto, apesar dos primeiros sinais da crise que pouco depois assolaria a empresa, a ABENGOA ainda conseguiu vencer mais dois leilões de transmissão de energia elétrica cujas LT passariam pela região onde está Palmares II. Falo do Lote I, do leilão nº 01/2013 (Contrato de concessão nº 13/2013 – ANEEL, celebrado em 01/09/2013), referente à construção e operação de LT que totalizavam 938 km e que ligariam a UHE de Belo Monte às SEs de Miracema, no Tocantins, e Itacaiúnas, em Marabá, além da construção de outra SE em Parauapebas⁸¹, e do Lote G, do leilão nº 01/2014 (o contrato não chegou a ser assinado), que dizia respeito à construção de duas SE e de linhões (137 km de extensão) que deveriam conectar a SE de Parauapebas à localizada em Xinguara, também no sudeste paraense e, especialmente, ao projeto de mineração do Sossego, da mineradora VALE S.A, em Canaã dos Carajás⁸² (ANEEL, 2013a, 2013b, 2014).

Sobre o primeiro empreendimento, o Lote I, do leilão nº 01/2013, assim como nos demais mencionados anteriormente, a ABENGOA iria executá-lo através de outra empresa de sua propriedade, no caso, a ATE XXI Transmissora de Energia S.A. (ATE XXI). O prazo dado pela ANEEL para que as SEs estivessem prontas e a LT estivesse em operação comercial foi de 36 meses (ANEEL, 2013b), porém a executora sequer chegou perto disso, o que me fez dizer antes que a ABENGOA pretendia tocar o projeto através da ATE XXI e não que ela o fez, uma

⁸⁰ O valor total do negócio foi de 863,5 milhões de reais (TAESA, 2012);

⁸¹ LT 500 kV Xingu – Parauapebas C1 e C2, LT 500 kV Parauapebas – Miracema C1 e C2, LT 500 kV Parauapebas – Itacaiúnas e SE 500 kV Parauapebas (ANEEL, 2013a);

⁸² LT 500 kV Parauapebas – Integradora CD, LT 230 kV Integradora – Xinguara C2, SE de Parauapebas 500/138 kV e SE Integradora 500/230 kV (ANEEL, 2014);

vez que a crise financeira na qual a empresa mergulhou nos últimos anos não permitiu que ela honrasse os compromissos assumidos junto ao MME⁸³.

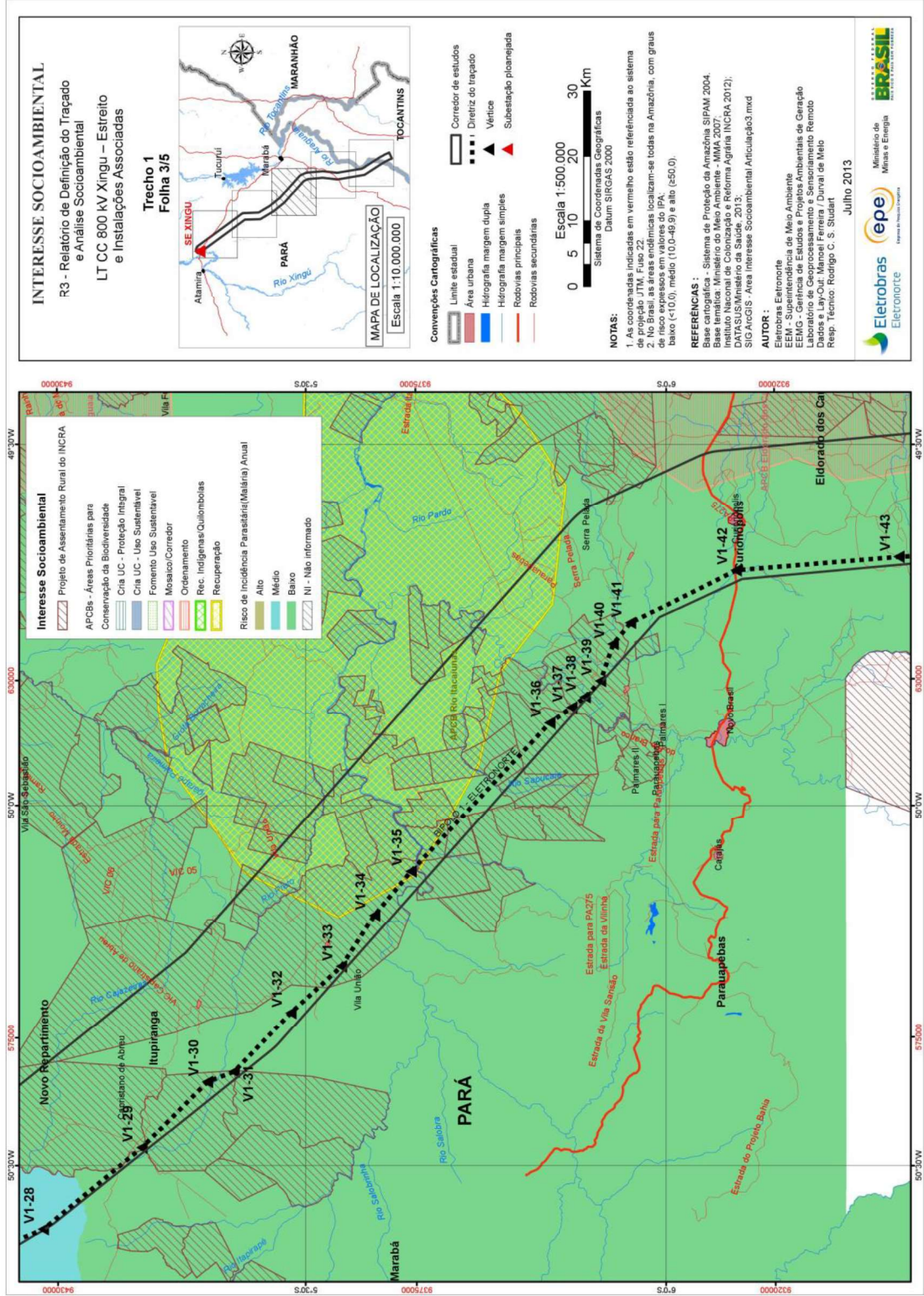
Em setembro de 2017, no auge da crise da empresa espanhola, o MME publicou a portaria de caducidade dessa e de várias outras concessões sob responsabilidade da ABENGOA espalhadas pelo Brasil (portaria nº 372, de 19 de setembro de 2017), começando a reconfigurar o cenário do setor de transmissão de energia elétrica no país. Como dito, em função da crise da ABENGOA, o contrato referente ao leilão 01/2014 sequer chegou a ser assinado, portanto, o empreendimento, enquanto ainda estava sob responsabilidade da empresa, não saiu do papel.

Com a crise da ABENGOA, quem ganhou força no mercado de transmissão de energia elétrica no Brasil foram os chineses, especialmente através da estatal State Grid Brazil Holding S.A. (STATE GRID), hoje uma das maiores do planeta no que se refere à construção e operação de LT. Em relação à região onde está localizado o assentamento Palmares II, em 2013 a empresa chinesa, por meio de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) chamada de Belo Monte Transmissora de Energia SPE (BMTE), ou Consórcio IE Belo Monte, feita junto às Furnas Centrais Elétricas S.A. (FURNAS) e às Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE), venceu o leilão nº 11/2013 da ANEEL (Contrato de concessão nº 014/2014 – ANEEL), mais especificamente a disputa pelo lote AB (único), referente à construção e operação de duas SEs e de 2.092 km de LT que conectaram a UHE de Belo Monte ao município de Estreito, em Minas Gerais⁸⁴ (ANEEL, 2013c, 2014). Esse empreendimento foi mais um que afetou diretamente Palmares II, uma vez que parte das LT (mais especificamente, o trecho entre os vértices 36 e 41) cortaram o assentamento, como podemos ver no Mapa 13.

⁸³ Sobre a crise enfrentada pela ABENGOA, ver a matéria publicada pela edição brasileira do jornal El País, disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/29/politica/1467235147_731916.html>;

⁸⁴ Sistema de transmissão em corrente contínua de ± 800 kV para reforço à interligação norte-sudeste associado ao escoamento da UHE Belo Monte, Conversores 500 kV_{CA}/ ± 800 kV_{CC} nas SE Xingu e Estreito e LT em corrente contínua de ± 800 kV (ANEEL, 2013c). O prazo dado para a conclusão das obras foi de 46 meses (ANEEL, 2014);

Mapa 13 - Interesse socioambiental LT CC 800 kV Xingu - Estreito e Instalações Associadas, Trecho 1, Folha 3/5.



Com o ótimo desempenho na execução do empreendimento acima mencionado, em 2015 a STATE GRID venceu mais um leilão, que lhe deu a concessão para construir e operar outra LT vinculada à UHE de Belo Monte, que mais uma vez afetou Palmares II. Trata-se do Contrato nº 07/2015 – ANEEL (firmado em 22 de outubro de 2015), referente à construção e operação comercial de impressionantes 2.518 km de LT que ligarão Belo Monte ao Terminal Rio, no município de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro (o prazo dado para a conclusão das obras foi de 50 meses). Também estão inclusas no contrato, obras na SE Xingu e no Terminal Rio⁸⁵ (ANEEL, 2015a, 2015b).

Assim como feito pela ABENGOA, a prática adotada pela STATE GRID seguiu sendo utilizar outras empresas para construírem e operarem comercialmente os linhões de energia, com a execução do empreendimento em questão sendo feita pela Xingu-Rio Transmissora de Energia (XRTE), que conta com o apoio da Tabocas Participações e Empreendimentos S/A (TABOCAS), uma das maiores construtoras do Brasil no que se refere à LT, e da Concremat Engenharia e Tecnologia S/A (CONCREMAT), pertencente à empresa chinesa, através do grupo CHINA COMMUNICATIONS CONSTRUCTION LTD, do qual a STATE GRID faz parte.

Ao contrário dos empreendimentos que afetaram diretamente Palmares II, essas LT não passam dentro do assentamento (Mapa 14), porém um dos canteiros de obras das executoras do projeto foi construído próximo dele. Com isso, Palmares II também foi visto como comunidade impactada e em função disso, a STATE GRID e suas parceiras foram obrigadas a dialogarem com seus moradores.

⁸⁵ Sistema de transmissão em corrente contínua de ± 800 kV para reforço à interligação norte-sudeste associado ao escoamento da UHE Belo Monte, Conversoras 500 kCCA/ ± 800 kVCC nas SE Xingu e Terminal Rio, LT-CC ± 800 kV Xingu – Terminal Rio, LTs equipamentos em 500 kV associados (ANEEL, 2015b);

Pude acompanhar uma reunião que ocorreu na escola Crescendo na Prática entre funcionários da empresa chinesa, suas subsidiárias e parceiras, e algumas lideranças de Palmares I e II (Foto 41), onde foi acordado que a empresa faria algumas ações no assentamento para minimizar os impactos ocasionados pelos linhões. Aliás, a reunião foi a primeira feita entre a STATE GRID e os moradores dos assentamentos em questão, que já haviam experimentado relações nada amistosas com os outros atores envolvidos com LT que antes se fizeram presentes ali, especialmente à ABENGOA. Não pude acompanhar o desenrolar dessa relação (Palmares II e STATE GRID), uma vez que a chegada da empresa chinesa ao assentamento e, por conseguinte, a realização dessa reunião, ocorreram na parte final do meu trabalho de campo.

Foto 41 - Reunião entre funcionários das empresas que compõem a SPE Xingu-Rio e lideranças dos assentamentos Palmares I e II.



Fonte: dados de campo (2017).

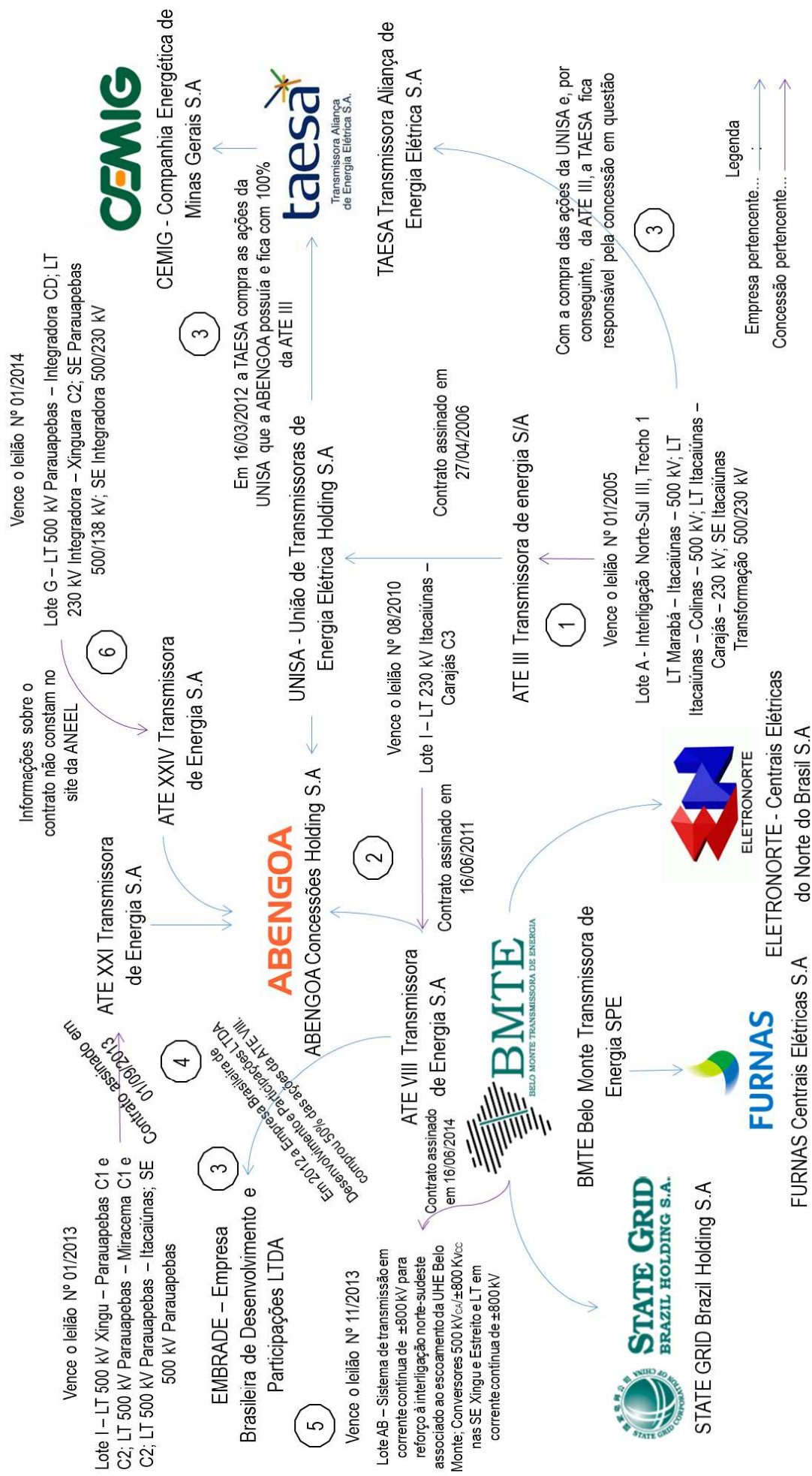
Para fechar a primeira parte desta seção, destaco que em 2017, com o aprofundamento da crise vivenciada pela ABENGOA, a STATE GRID adquiriu vários ativos da empresa espanhola, inclusive os que estavam relacionados à linhões que partiam de Belo Monte e passavam pela região onde está Palmares II. Também destaco que em 2017, outra empresa, dessa vez indiana, venceu um leilão referente à construção e operação comercial de LT que passarão no sudeste do Pará. Detalhando um pouco mais, falo da Sterline Power Grid Ventures

LTD (STERLINE POWER), que arrematou o Lote 3, do leilão nº 02/2017⁸⁶ (Contrato assinado em 08/03/2018)⁸⁷. Assim como as demais citadas nesta seção, mais uma vez foi utilizada outra empresa para executar o contrato, no caso, a Sterlite Novo Estado Energia S.A. Por fim, nas Figuras 15 e 16, podemos ver, esquemas sínteses das movimentações feitas pelos atores vinculados às LT que de alguma forma se fizeram presentes nos últimos anos na região onde está localizado o assentamento Palmares II, alguns deles inclusive impactando diretamente o assentamento, como evidenciado anteriormente.

⁸⁶ LT 500 kV Xingu – Serra Pelada C1 e C2; LT 500 kV Serra Pelada – Miracema C1 e C2; LT 500 kV Serra Pelada – Itacaiúnas C1; e SE Serra Pelada 500 kV (ANEEL, 2017);

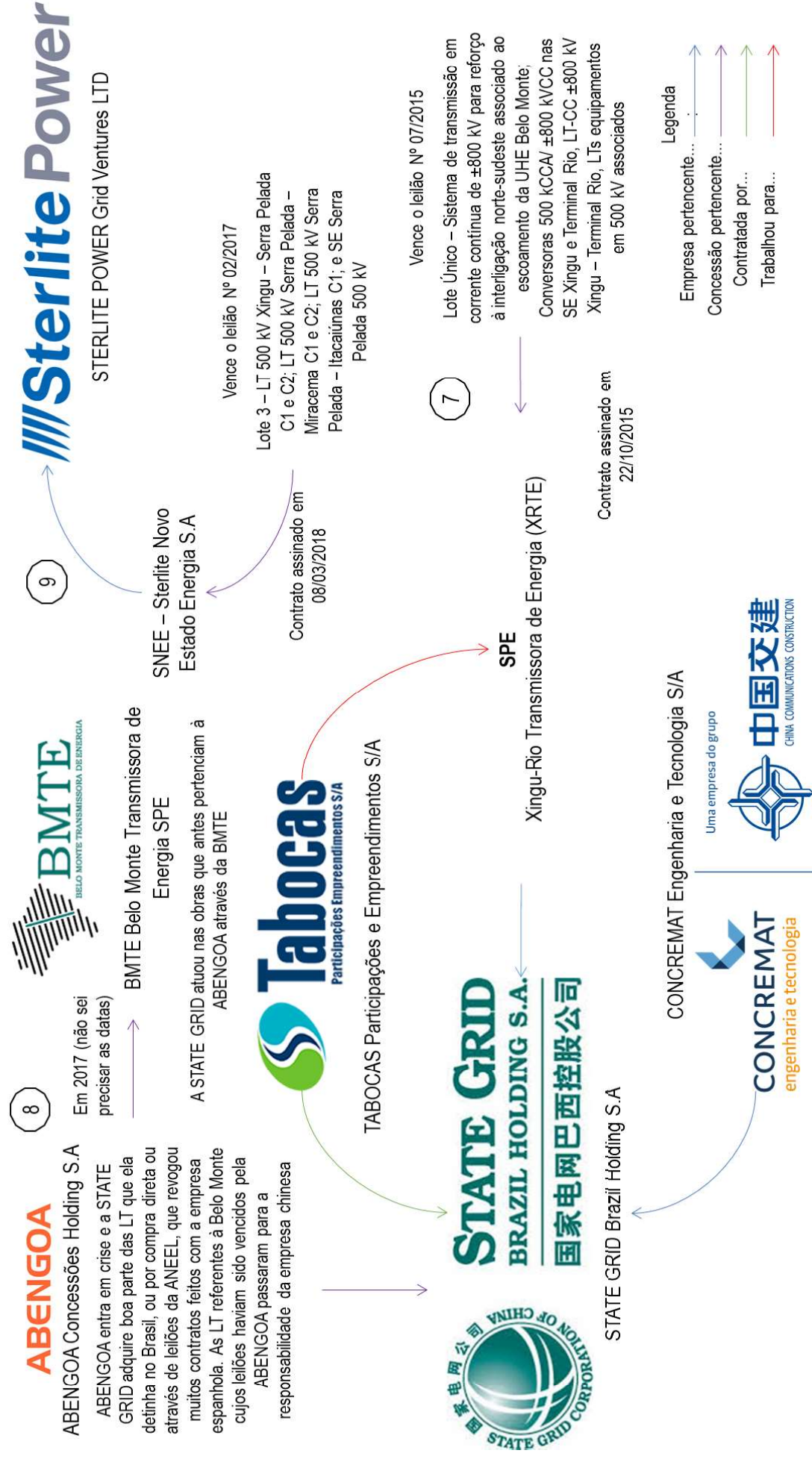
⁸⁷ Sobre isso, ver ANEEL (2018).

Figura 15 - Esquema síntese das movimentações dos atores vinculados à LT que nos últimos anos se fizeram presentes na região onde situado o assentamento Palmares II (1).



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 16 - Esquema síntese das movimentações dos atores vinculados à LT que nos últimos anos se fizeram presentes na região onde está situado o assentamento Palmares II (2).



Fonte: elaborado pelo autor.

Feita esta breve análise sobre o processo que permitiu que LT chegassem até Palmares II, mostrando a movimentação dos atores que dele participaram, na sequência foco o interior do assentamento.

Os linhões atraíram novos sujeitos para o assentamento e contribuíram para o agravamento de uma série de problemas, como adensamento populacional, aumento da prostituição e do consumo de drogas dentro de Palmares II. Em outras palavras, várias pessoas que trabalham (ou trabalhavam) nas empresas executoras dos projetos foram viver em Palmares II, mesmo que temporariamente (lembramos da proliferação de quitinetes, sobre a qual falei anteriormente), devido aos alugueis mais baratos e proximidade com o local de trabalho.

Um segundo problema ocasionado pelas LT está relacionado com às promessas feitas pelas empresas aos moradores de Palmares II. Em linhas gerais, essas empresas, especialmente à ABENGOA e suas subsidiárias, muito ventilaram que seriam pivôs do desenvolvimento, dizendo que, entre outras coisas, contratariam vários moradores do assentamento para atuarem na construção das LT, o que efetivamente não se confirmou, gerando forte descontentamento, agravado com as constantes violações cometidas, como veremos adiante.

O discurso do progresso e do pleno emprego contaminou o imaginário de algumas pessoas que vivem no assentamento, que acreditavam ser possível conseguirem trabalho nos canteiros de obras das LT. Porém, as promessas feitas não foram cumpridas, e praticamente ninguém foi contratado pelas empresas, que na maior parte dos casos optaram pela contratação de pessoas vindas de fora.

As LT não foram previstas pelo MST ou pelas lideranças de Palmares II, muito menos as empresas anteciparam suas intenções. A chegada inesperada se mostrou uma das táticas por elas adotadas para que a população local não pudesse organizar qualquer tipo de resistência aos linhões. Durante a entrevista que fiz com “Pupunheira” me foi dito sobre o que foi possível ser feito para minimizar os impactos provocados pela construção dos linhões, já que impedir a execução das obras havia se tornado inviável em função da força dos que tinham interesse na sua execução. Segundo “Pupunheira”, para o MST a negociação coletiva sempre foi o melhor caminho, porém, o que predominou em Palmares II foram as tratativas individuais:

“[...] do linhão, o acompanhamento que nós fizemos, né... o assentamento sempre vai se reorganizando. É um projeto que vem de cima pra baixo. Foi tentando barrar algumas coisas. Onde a gente não conseguiu barrar, a gente foi tentando negociar. Então, foi construído um núcleo de algumas famílias, dos que pautavam, é... que foi atingido pelo linhão, de construir um núcleo, né, de famílias. Só que muitos se

recusaram a participar disso e foram pegar o mísero trocado do linhão. E do linhão, nós tinha duas opções: ou organizava o pessoal pra ir pela linha jurídica, ou tentava barrar o linhão na força. Mas se nós tentasse barrar o linhão, nós ia sofrer uma represália que nós não estava pronto pra enfrentar, porque era uma definição federal. É como a duplicação do trilho. Nós podemos até querer hoje parar a duplicação aqui dentro, mas nós não têm força política pra segurar. Não temos nem força interna e nem externa pra barrar. Então assim, da construção do linhão basicamente foi isso, né. Mas por outro lado, foi organizado um núcleo de camponeses da Palmares. Tentamos envolver a Rio Branco... alguns da Rio Branco e outros indivíduos. Organizamos um coletivo que tá hoje também dentro do coletivo do assentamento, da coordenação do assentamento, que representa esses indivíduos, os atingidos pelo linhão. O que a gente tentou fazer foi isso... já que não tinha militantes, né... pra acompanhar diretamente essa duplicação do linhão. Acho que agora, como já passaram, é buscar informações, consultar o Ministério Público. Assim... fazer um debate onde tivermos espaço pra fazer. Mas na época realmente não tínhamos pernas pra acompanhar de perto. Mas sempre deixamos claro pros assentados que não concordávamos com a passagem do linhão. No subconsciente de todo mundo do assentamento, o linhão nunca foi visto como algo bom. Só que também é uma questão muito complicada” (“Pupunheira”, morador de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

Um terceiro problema relacionado à presença dos linhões em Palmares II, e talvez o mais grave deles, diz respeito ao fato de que muitas casas e benfeitorias que existem (ou existiam) no assentamento estão (ou estavam) na rota dos linhões. Em outras palavras, algumas habitações foram (ou serão) destruídas e deram (ou darão) lugar às torres de transmissão, processo que muitas vezes ocorreu permeado de violações e abusos.

Quando as empresas chegaram no assentamento, já haviam feito acordos com o Governo Federal, a partir da figura do INCRA, para a concessão da área por onde passariam as LT, ou seja, trata-se de uma articulação que passa, literalmente, por cima dos moradores de Palmares II. Os linhões desconfiguraram o assentamento, transformando a paisagem, destruindo casas, fatiando lotes, e inclusive determinando o que pode ou não ser feito onde eles passam, em função da faixa de servidão. Trata-se de um problema muito sério, como relatou “Guaraná”:

“É um problema sério. É um problema que tem dentro do assentamento, porque cada hora que vem, vem um maior do que o outro. A gente não sabe quando é que vai parar essa questão do linhão, porque quando tu pensa que já era, vem um maior do que o que já passou, né. É... Então assim, tu vai fatiando o lote dos assentados. Eles dizem assim: ‘ali tu pode plantar, ali não’. E os caras são, é... como eles têm a concessão de uso, então eles vão passando, vão deixando as coisas abertas, vão passando por cima de plantação do povo, vai quebrando tudo. Os caras dessas empresas não tão nem aí, porque eles não vão voltar mesmo, né. Então assim, tem essa questão. Tu vai diminuindo o lote das famílias, que já é pequeno, e vai complicando cada vez mais a vida delas. E como eles, é... o lote não é do assentado, porque não tem documento, o documento ainda é do governo, então onde eles [funcionários das empresas] vão? Eles vão no INCRA, negociar por cima, lá no INCRA, né. Quando o cara vai questionar, eles falam: ‘não, nós negociamos justamente com o governo. Se vocês quiserem essa compensação, tá aqui. Se não, nós vamos depositar em juízo e vocês se viram’. Então como tu deve ter visto, isso é um problema pra comunidade. É um problema pras famílias que são atingidas diretamente pelas torres. É muito complicado porque a gente fica praticamente de mãos atadas” (“Guaraná”, moradora de Palmares II, entrevista feita em novembro de 2017).

As estratégias adotadas pelas empresas para a implantação dos linhões foram sendo aperfeiçoadas ao longo do tempo, para convencer as pessoas da necessidade de sua construção e diminuir os custos com indenizações. Uma delas foi dialogar individualmente com os titulares dos lotes por onde passariam as LT, sem envolver debates coletivos no assentamento. Outra estratégia, nos casos em que os moradores apresentam algum tipo de rejeição ao acordo proposto, é a intimidação, sobretudo jurídica. Por fim, se alguém se recusar a aceitar as propostas, parte-se para o uso da força com o uso do aparato policial do Estado. Podemos ver menções à essas táticas na fala de “Castanheira”:

“É individual. Eles tão pegando individualmente. Vão lá na tua casa. Primeiro eles botam uns pra rodar nos lotes. É uma turma que a gente nem conhece, a maioria do povo veio do Sul, né. Esse povo vai lá conversar com o Seu Manoel, com a dona Maria, seu Pedro, né. Vai conversando individualmente e dizendo: ‘olha, vai passar isso, assim, assado. Você tem isso aqui’. E se a pessoa diz que não quer, eles falam: ‘Então beleza, nós vamos pra justiça e vocês se viram’. Depois eles já vêm com o aparato, que nem da última vez, que veio Polícia Federal, veio a Força Nacional, veio cachorro, veio cavalo, veio não sei quantas ambulâncias e tirou gente à força de suas casas e passou o trator, derrubou tudo. Então tu fica sem poder fazer muita coisa [...] os companheiros que tiveram antes, na frente da associação, eles colocaram as primeiras questões, pra gente fazer uma negociação coletiva. E na primeira vez, com a Tabocas, até que deu certo, né. Depois não deu mais. Os caras se espertaram e falaram: ‘não, coletivo é mais difícil. Vamos individual, sem os outros saber, que nós vamos pegando de um por um’. E aí quando a gente dá fé o cara chega lá no lote, lá no lote rural, vem aqui na vila, só o cara da empresa e no máximo mais uns dois, e vai conversando, jogando ladainha, e algumas pessoas acham bom e caem no papo deles. Ficam dizendo: ‘não, eu não vou envolver o MST, porque eu vou barganhar sozinho, vou ganhar mais assim’. Muito pelo contrário, é mais perigoso, acaba se dando mal” (“Castanheira”, morador de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

Um quarto problema diz respeito às indenizações referentes às casas e benfeitorias destruídas pelos linhões. Na maior parte dos casos, não se trata de uma negociação tranquila, já que as empresas acionam um aparato coercitivo imenso para garantir a realização dos projetos. Ao contrário, falo aqui de um processo traumático, onde as famílias se vêm impotentes, o que só agrava o sofrimento. Sobre isso, o caso de “Babaçu” me parece emblemático, já que ela teve sua casa destruída para que em seu lugar fosse levantada uma torre de transmissão (Foto 42). Segundo ela:

“Sobre o linhão é o seguinte... pra mim não foi bom. Não foi bom porque sempre eu tinha vontade de morar na roça e a gente passou uma vida mesmo planejando um dia a gente construir uma casa, até que a gente construiu. Tudo que a gente ganhou, a gente pegou e colocou nessa casa. E a gente conseguiu, a gente fez a casa do jeitinho que a gente queria. Só que foi um sonho assim que por causa desse linhão foi de água a baixo. Depois que a gente tava com a casa toda construída, já morando dentro, veio o linhão. O moço lá da ELETRONORTE já falou que não era pra fazer mais nada, que ia passar o linhão aqui, que a casa ia ser derrubada. Só que assim, eles podia ter falado antes da gente construir. Se tivesse falado a gente não tinha feito a casa nesse

local. Depois que a casa tava toda construída, que eles vieram falar que ia passar o linhão por cima. Eles vieram em 2013. Na verdade, eles vieram antes, mas eu não tô lembrando a data que eles avisaram. Acho que foi mais ou menos em 2012, pelo mês de março, mais ou menos. Foi por essa fase. Ou foi 2011? Eu sei que foi pelo mês de março. Eu sei que eles vieram, avisaram pra gente que não era pra fazer mais nada, porque ia ficar perdido. Mas a casa já tava toda pronta, não tinha mais o que fazer. O que tinha pra fazer a gente já tinha feito. Mas como não tinha jeito, a gente então ficou debaixo da casa, esperando eles virem negociar com a gente. Como nós falamos pra eles, que a gente queria... não precisava dinheiro, precisava que eles fizesse outra casa pra nós, do mesmo jeito que era a outra. A gente escolhia o lugar e eles faziam a casa. Só que o que eles vieram dizer pra gente era que não mexiam com esse tipo de coisa, que iam dar uma indenização e a gente que se virava pra fazer outra casa. Então a gente ficou esperando eles pra negociar, pra ver se indenizava pra gente fazer outra casa. Certo que quando a gente menos espera, chegou foi polícia, escrivão, Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia do Tático... tavam tudo aqui, tudo armado, como que fosse a casa dos bandidos. Tavam aqui. A gente ia fazer o que? Eu mesma não dei conta de nada, só fiz, é... chegou um momento aí que eu não dei conta mais e me pegaram pra levar pro hospital. E eles ficaram aqui. Botaram os funcionários pra tirar as coisas e quando terminou de tirar, passou o PC por cima. E até hoje a gente tá nessa situação. Ao invés da gente tá morando numa casa confortável, uma casa com segurança, como era o nosso sonho, o nosso plano, tamo hoje morando debaixo de um barraco. Até hoje estamos à espera. Até agora não apareceu ninguém. Quando eu lembro disso eu me desespero mesmo, porque era o meu sonho... essa casa era o meu sonho! [começou a chorar e dei uma pausa na entrevista]” (“Babaçu”, moradora de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

Foto 42 - Torre de transmissão de energia elétrica construída em cima de uma casa que foi demolida em Palmares II.



Fonte: dados de campo (2017).

Na maioria das vezes, o valor das indenizações pagas pelas empresas foi bem menor do que aquilo que as famílias haviam investido em suas casas ou benfeitorias. Aliás, grande parte dos que foram diretamente impactados pelos linhões em Palmares II, ao invés de receberem dinheiro, preferiam que as empresas tivessem construído outras casas onde eles poderiam morar (já que as suas haviam sido ou seriam derrubadas), o que lhes daria alguma segurança em relação à moradia. Conquistar a moradia é umas das coisas mais almejadas por grande parte da população brasileira, e tê-la e posteriormente perde-la, produz sequelas inestimáveis para quem passou por isso. Sobre os valores pífios pagos nas indenizações e a forma como as empresas conduziram as tratativas em Palmares II, penso que a fala de “Bacuri” merece destaque. Segundo ele:

“Eles começaram com 58 mil, aí eu chamei pra negociar e eles disseram que ou pegava os 58 mil, ou não... ou eles destruíam a casa, né. Quando eu corri atrás dos 58 mil, porque eu já tava com medo, eles disseram que tinham botado meu nome pra três juízes, só que nunca apareceu nada, acho que era só pra botar medo. Com muita luta, depois eles deram 40 mil. Sei que foi pra justiça isso, não foi de bom grado deles. Mas os 40 mil não dava pra nada, porque nós gastamos quase 100 mil reais pra fazer a casa. Era uma casa mesmo, como a gente pensava e sonhava. Pra tu ter noção, eu ainda chamei o pedreiro e ele fez o orçamento todinho. Eu sabia que os 40 mil não dava, mas eu achava que com uns 70 mil eu conseguia fazer a casa de novo, outra casa, né, em outro lugar do lote. Só que quando eu chamei eles pra negociar, pra pedir os 70 mil, pra eu poder sair da casa e eles passarem com o linhão deles, eles disseram que não iam dar mais nenhuma centavo, só os 40 mil, e que iam destruir tudo. Como tu tá vendo, eles destruíram” (“Bacuri”, morador de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

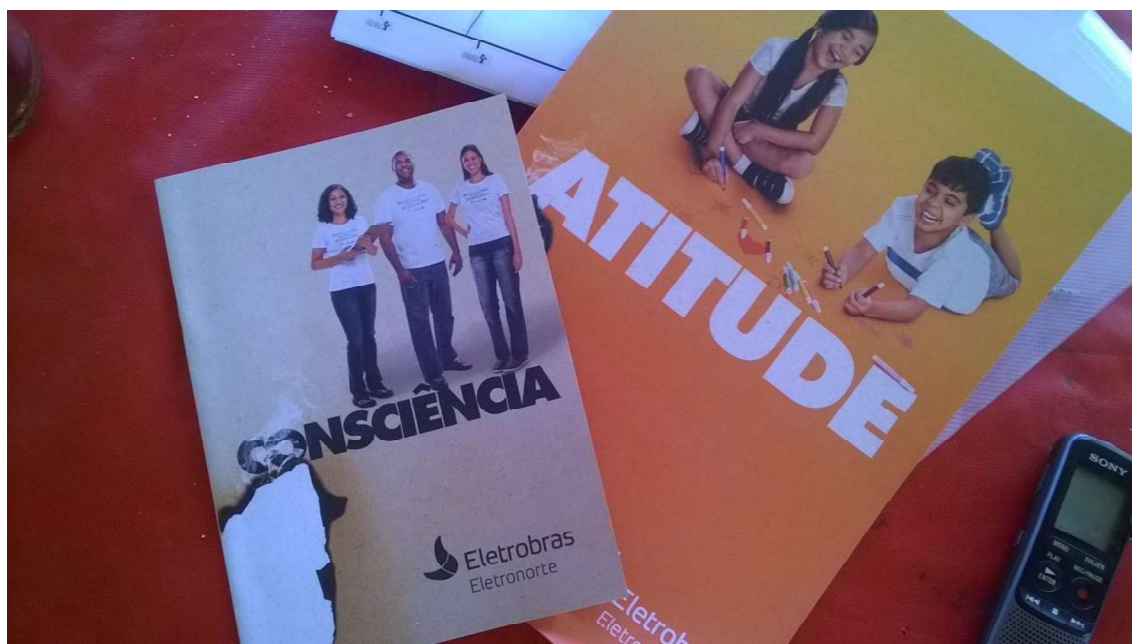
Além dos graves problemas relatados por “Bacuri” no que tange a questão das indenizações, durante o trabalho de campo me deparei com relatos que denunciaram as discrepâncias que existiam nos valores pagos, que variavam para mais ou para menos dependendo de quem seria indenizado. Em linhas gerais, enquanto algumas pessoas vivenciaram situações similares à de “Bacuri”, recebendo valores irrisórios em comparação ao que investiram em suas casas, houve sujeitos que pelo mesmo prejuízo, receberam cifras bem mais robustas. Algo que me pareceu ainda mais injusto quando me deparei com situações como a de “Babaçu”, que sofreu um trauma fortíssimo e não recebeu quase nada. Resgato o relato dela sobre o dia em que sua casa foi demolida:

“Olha... pra falar a verdade, eu não tava em casa. Eu tinha chegado na véspera. Eu tinha chegado do Maranhão, né. Tinha chegado na noite anterior. Então assim, como eu tava com o carro do meu filho, eu levei o carro pra rua, pra dar uma manutenção, pra mandar lavar, pra entregar. Eu tava lá, quando um outro filho meu ligou pra mim e disse que eles já tavam aqui, que iam demolir a casa. Falou que tinha polícia aqui, tinha tudo aqui. Aí quando eu cheguei, tinha um policial lá na cancela. Não queria deixar eu entrar. Barrou o carro que eu vinha, que meu filho vinha me trazendo. Então eu desci do carro e enfrentei ele mesmo, enfrentei ele e mesmo sem ele querer deixar eu passar, eu passei mesmo. Não liguei pra ele. Só que ele ficou bravo, fazendo um

monte de perguntas. Ele ficava dizendo que essa terra não sei o que, e eu nem dei as caras pra ele. O que eu falei pra ele foi o seguinte: ‘tem um monte de bandido na rua e o senhor não liga, porque o senhor vem ligar com a gente que tá aqui acomodado no que é da gente? A gente não tá pedindo dinheiro pra sobreviver, a gente só quer morar com dignidade’. Aí eu falei isso e passei. Foi assim. Quando eu cheguei, já foi o tempo que tavam carregando as coisas. Na casa tinha só uma menina que trabalhava comigo, uma mocinha que trabalhava comigo... só ela que tava aqui. Ainda estavam tirando as coisas. Antes de passar a máquina por cima, foi o tempo que eu passei mal, que me levaram. Até ambulância eles trouxeram, e eu passei uns três dias no hospital de Parauapebas. Que logo eu tenho problema de diabetes. Eu tenho tanto problema, meu filho. Não suportei, não aguentei. Até hoje, quando eu falo nisso, eu me sinto muito magoada. Dói muito lembrar do que se passou e não teve nenhuma recompensa. Não teve nada. A gente viver desse jeito é muito duro. A gente luta pra conquistar um pedaço de terra, constrói uma casa do jeito que a gente sempre sonhou, e eles vêm e derruba tudo, destrói tudo, e deixa a gente vivendo dentro de um barraco. Eu fico muito triste com tudo isso, me dá logo vontade de chorar” (“Babaçu”, moradora de Palmares II, entrevista feita em julho de 2017).

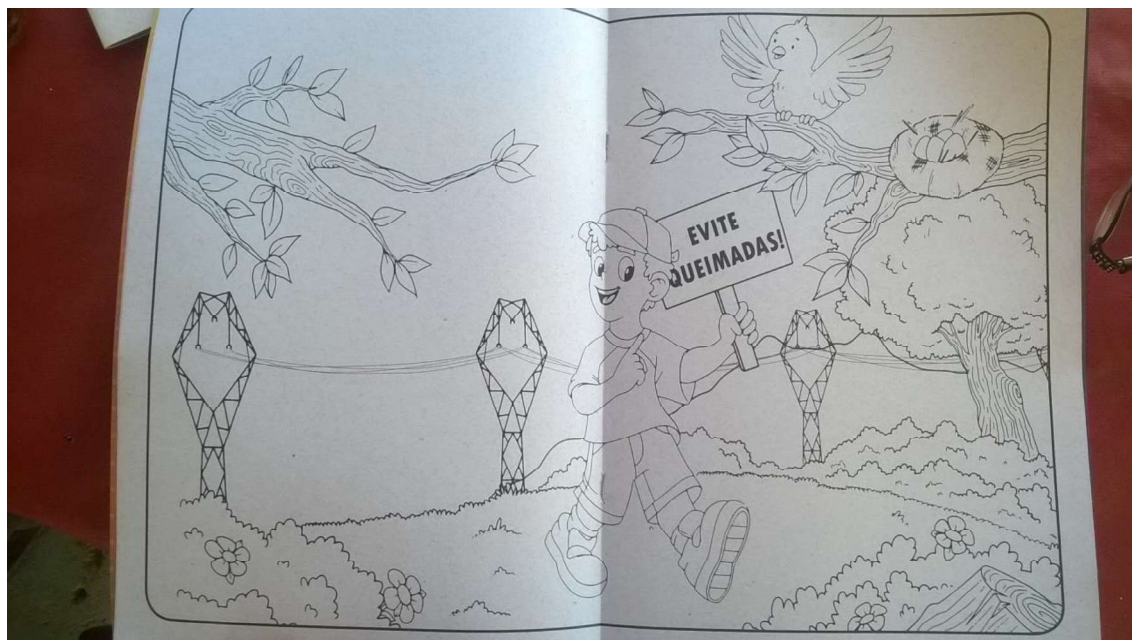
Ironicamente, mesmo com a enorme violência praticada no episódio relatado acima, os funcionários da empresa que construiu as LT em questão ainda deram à “Babaçu” cartilhas da ELETRONORTE intituladas “Consciência” e “Atitude” (Fotos 43 e 44), que falam sobre os cuidados que as famílias que vivem em Palmares II devem ter com os linhões. Falam sobre cuidados, mas em nenhum momento se preocuparam com “Babaçu” e sua família, bem como com tantas outras que foram diretamente atingidas pelas LT em Palmares II.

Foto 43 - Cartilhas da Eletronorte entregues às famílias de Palmares II que vivem em lotes cortados por linhas de transmissão de energia elétrica (1).



Fonte: dados de campo (2017).

Foto 44 - Cartilhas da Eletronorte entregues às famílias de Palmares II que vivem em lotes cortados por linhas de transmissão de energia elétrica (2).



Fonte: dados de campo (2017).

Por fim, um quinto problema identificado, no que se refere às linhas de transmissão, diz respeito às regras e limites impostos às famílias de Palmares II pela faixa de servidão. A faixa de servidão é o nome dado aos limites de segurança reservados à passagem de uma ou mais linhas de transmissão. A largura dessa faixa de terra localizada ao longo da linha é delimitada de acordo com a classe de tensão do linhão em questão, que pode ser de 500 kV, 230 kV, 138 kV ou 69 kV, com já ilustrado na primeira parte desta seção. Para garantir que as linhas operem continuamente, a ELETRONORTE não permite que as famílias cultivem nada e nem criem animais dentro da faixa, e menos ainda que construam alguma edificação. Para termos uma noção, se um camponês quiser fazer uma cerca de arame dentro da faixa de servidão, ele até pode, mas terá que fazer o seu aterramento e seccionamento, algo que certamente deixará ela mais cara e, na maior parte das vezes, inviável.

Outro problema relacionado à faixa de servidão diz respeito ao fato de que o acesso à essa, em qualquer ponto da LT, deve ser livre para os funcionários das operadoras e da ELETRONORTE. Assim sendo, os proprietários dos lotes cortados pelos linhões não podem, em hipótese alguma, bloquearem o acesso com cercas, cancelas, colchetes, entre outros. Aliás, fazendo uma correção, eles até podem cercar seus lotes, desde que posicionem cancelas ou outras estruturas de acesso nas proximidades dos locais onde estão as torres e solicitem cadeado

padrão junto à ELETRONORTE. Façamos o exercício de tentar imaginar os impactos que as regras relacionadas à faixa de servidão provocam, por exemplo, em lotes de reforma agrária que são cortados por duas, três, ou até quatro torres de transmissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desta dissertação foi levantar elementos que possam fomentar o debate sobre as possibilidades apresentadas para os assentamentos rurais da Amazônia brasileira em meio ao cenário contemporâneo, marcado pelo avanço dos agro-minero-negócios sobre essa região e, por conseguinte, sobre as diversas territorialidades e temporalidades que nela se fazem presentes.

Mais especificamente, direcionando o olhar para algumas das múltiplas experiências individuais e coletivas existentes em Palmares II, procurei mapear e fazer considerações a respeito das principais pressões vinculadas, direta ou indiretamente, aos agro-minero-negócios, que hoje estão recaindo sobre esse assentamento, procurando extrair elementos que nos ajudem a refletir sobre os significativos e complexos entraves à reforma agrária que estão sendo gerados pelas recentes movimentações do capital, com forte apoio do Estado, na Amazônia brasileira.

Palmares II foi escolhido como objeto de estudo em função de fatores como: estar localizado em uma região estratégica para o capital, a província mineral de Carajás; ser o assentamento mais antigo sob a direção do MST no estado do Pará; desde o seu nascimento estar em conflito com a mineração industrial, no caso, falo da empresa VALE S.A. (antes, Companhia Vale do Rio Doce), principal expressão do setor mineral no Brasil; ser um assentamento referência para muitos sujeitos, inclusive dentro da academia, muito em função de sua capacidade (em função das necessidades) de permanecer sempre em luta; ser palco de diversas ações e projetos do MST, da Via Campesina e de seus parceiros; mas principalmente, porque em Palmares II podemos ver algumas das principais pressões que hoje ameaçam os assentamentos rurais localizados na mesorregião sudeste do Pará.

Em síntese, foram quatro as pressões sobre as quais fiz considerações neste trabalho, são elas: a presença da mineração industrial na região onde está Palmares II, inclusive dentro do assentamento; a extração de areia e seixo nos rios Novo e Parauapebas; o inchaço populacional e, como consequência, o processo de urbanização que o assentamento está vivendo; e a construção de linhas de transmissão de energia elétrica dentro e nas proximidades de Palmares II. Ressalto, não estou afirmando que essas são as únicas pressões vinculadas a dinâmica dos agro-minero-negócios que podem ser vistas em Palmares II hoje. Pensemos, por exemplo, no avanço da pecuária sobre os assentamentos rurais da região sudeste do Pará, algo que também tem assolado Palmares II.

Em relação à mineração industrial, como dito acima, Palmares II já nasceu enfrentando sua principal expressão no Brasil, a mineradora VALE, com a primeira ocupação de terras feita pelas famílias mobilizadas pelo MST em Carajás ocorrendo em uma área sob concessão da empresa, o Cinturão Verde. Mais ainda, parte expressiva das pessoas que lutaram pela conquista desse assentamento tinha trabalhado no garimpo, portanto, já havia sentido na carne as possibilidades e os limites que a mineração coloca, além de ter conhecido o sabor de impor uma derrota à VALE, pois mesmo sendo tensas as disputas entre a empresa e os garimpeiros durante a “febre do ouro”, sobretudo pelo controle de Serra Pelada, onde a maior parte dos ex-garimpeiros que foram assentados em Palmares II tinha trabalhado, os segundos conseguiram judicialmente o direito de serem os únicos a explorarem àquela área, que muito foi reivindicada pela mineradora.

Abrindo um parêntese, reitero que além das “currutelas”, as primeiras famílias que foram assentadas em Palmares II também vieram de outros ambientes, tais como: periferias de cidades do sudeste paraense e outros acampamentos feitos em fazendas da região (com as pessoas que se somaram às fileiras dos que conquistaram Palmares II sendo sobrantes de outras experiências de reforma agrária que foram criadas no sudeste do Pará, especialmente do assentamento Rio Branco). Todavia, estou falando da última migração desses sujeitos, porque se levarmos em conta todas as movimentações por eles feitas (falo, obviamente, da maior parte deles e não da totalidade), veremos que a maioria dos que foram assentados em Palmares II não são paraenses e sim nordestinos, principalmente maranhenses. O que isso significa? Entre outras coisas, que essas pessoas, como muitos outros, também avançaram na direção da fronteira por terem sido espoliadas pelo latifúndio onde antes haviam se estabelecido. Falo aqui de sujeitos com raízes camponesas, que lutaram muito para alcançarem as *Bandeiras Verdes*, no caso deles, o assentamento Palmares II, que, como evidenciado neste trabalho, apesar das muitas pressões com as quais convive, lhes fornece condições dignas de vida.

Voltando à mineração industrial, o assentamento Palmares II, além de conviver com as pressões decorrentes da atuação de mineradoras como a VALE na região onde está localizado, ainda é cortado pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), que transporta os minérios produzidos pela empresa até o Terminal de Ponta da Madeira, em São Luís, no Maranhão, de onde eles são exportados para vários países do mundo, sobretudo para a China. Com o *boom* das *commodities* minerais, a exploração mineral em Carajás foi intensificada, com a VALE investindo pesado na ampliação de sua produção, especialmente através da implantação do projeto de mineração de ferro S11D Eliezer Batista, no município de Canaã dos Carajás, vizinho de Parauapebas.

Para colocar o projeto S11D em operação, a mineradora precisou, entre outras coisas, duplicar a ferrovia Carajás em toda a sua extensão e construir um ramal que à conectasse à nova mina que seria criada (além disso, ainda falando sobre a ferrovia, a mineradora também teve que construir pontes, passarelas, túneis, entre outros, ao longo de seu trajeto). Tais obras afetaram diretamente Palmares II, uma vez que muitos lotes que compõem o assentamento, como dito, são cortados pela EFC. A VALE ainda indenizou algumas pessoas, porém, como em geral procura fazer, optou por negociações lote a lote (individuais), sem envolver o coletivo do assentamento e menos ainda o MST, o que aumentou o seu poder de convencimento e criou tensões dentro de Palmares II.

A duplicação da ferrovia, entre outras coisas, significou a duplicação de uma série de problemas em Palmares II. Viver nas proximidades dos trilhos não é fácil, ao contrário, é insalubre. Pensemos, por exemplo: no barulho ensurdecador dos trens; no pó de minério que encobre os rostos, embaça o ar e causa problemas respiratórios; na mais extrema expressão de violência, a morte de pessoas atropeladas pelo “Dragão de Ferro”; entre outras coisas. Tudo isso duplicado, para duplicar o lucro. Em suma, as pessoas que possuem seus lotes cortados pela EFC são diariamente pressionadas e muitas vezes vendem seus lotes e deixam o assentamento. É possível julgá-las?

Contudo, a presença física da VALE em Palmares II (referência à ferrovia) também abre possibilidades para as famílias que vivem no assentamento. Como dito anteriormente, Palmares II já nasceu enfrentando a empresa, e as lutas contra ela permaneceram ao longo da história do assentamento, com a mais emblemática delas sendo a ocupação que o MST fez na EFC em abril de 2007, inclusive parando por 48 horas a circulação de trens e, como consequência, causando fortes prejuízos à VALE.

Também houveram outras ações ao longo dos anos, como a ocupação da ferrovia em 2015 e a manifestação protagonizada pelas mulheres do MST em frente ao portão de acesso à Floresta Nacional de Carajás, durante o 8 de Março de 2016 (dia internacional de luta das mulheres). Destaco que as principais conquistas que hoje podemos ver em Palmares II foram justamente frutos de ações como essas, que impactaram diretamente à principal expressão dos agro-minero-negócios no sudeste do Pará, a mineradora VALE, à quem o Estado é subserviente.

Assim sendo, apesar dos muitos impactos que a presença da VALE gera no assentamento, poder enfrenta-la dentro de seu território tem sido algo interessante para as famílias que vivem ali, que obtiveram muitas conquistas a partir dessas lutas, ainda que algumas pessoas que residem em Palmares II pensem que elas são atos de boa vontade da mineradora,

que, aliás, procurando evitar que ações contra ela se repitam, tem nos últimos anos se aproximado do assentamento e disputado “corações e mentes”.

Porém, além de sofrer com os impactos provocados pela atuação da VALE, Palmares II ainda convive com uma mineradora que explora uma cava dentro do espaço físico do assentamento, a Monte Granito e Companhia LTDA. Essa empresa, que já se fazia presente naquele espaço antes mesmo do assentamento ter sido criado, extrai britas em Palmares II. A dificuldade de colocá-la em xeque, segundo me foi dito em campo, além da circunstância da empresa ter chegado ali antes das famílias, se deve ao fato de que alguns moradores de Palmares II e de localidades vizinhas são funcionários da mineradora, assim sendo, ações contra ela poderiam gerar insatisfações. Contudo, especialmente quando falamos do MST, a visão sempre foi crítica em relação à atuação da Monte Granito.

Outra pressão que tem afetado Palmares II diz respeito à extração de areia e seixo nos leitos dos rios Parauapebas e Novo, que passam dentro e nas proximidades do assentamento, respectivamente. Com o *boom* da mineração, a construção civil em Parauapebas e região cresceu de forma acentuada, o que fez aumentar a demanda por areia e seixo em Carajás e, por conseguinte, sua produção em Palmares II e redondezas, o que gerou vários impactos.

A potencialização da construção civil e o crescimento da demanda por areia e seixo foram especialmente impulsionadas: pelas ações da VALE, com destaque para as obras vinculadas ao S11D; pela atuação de construtoras e imobiliárias, que se fortaleceram durante o *boom* da mineração, uma vez que mais dinheiro passou a circular em Parauapebas e região, fazendo o mercado imobiliário crescer, o que alavancou a construção civil e a demanda por insumos nela utilizados; e pelas ações da prefeitura de Parauapebas (poderíamos também inserir aqui a prefeitura de Canaã dos Carajás), que durante o auge da mineração arrecadou uma quantidade expressiva de recursos financeiros através de royalties e investiu boa parte deles em obras públicas, que também demandaram bastante areia e seixo. Porém, cabe destacar que a VALE era a principal compradora da produção de areia e seixo feita em Palmares II durante o período do *boom*, especialmente através de suas empresas terceirizadas.

Os principais atores que extraíam areia e seixo em Palmares II são (falo no pretérito pois a atividade decresceu bastante com a queda dos preços dos produtos minerais nos últimos anos e a retração da construção civil em Parauapebas e região, o que fez muitos desses atores abandonarem seus empreendimentos em Palmares II): a Associação dos Tiradores de Areia de Parauapebas (ASTAP), empreiteiras da região e garimpeiros clandestinos. Aliás, não somente os garimpeiros atuavam de forma ilegal dentro do assentamento, praticamente todos os que

estavam envolvidos com a extração de areia e seixo a faziam sem possuírem licença expedida pelos órgãos competentes. Assim, se em um primeiro momento o Estado se ausentou e não fiscalizou a atividade, depois processou por crime ambiental várias pessoas nela envolvidas, sobretudo moradores de Palmares II (por incrível que pareça), já que falo aqui de uma atividade que incorporou parcela expressiva dos sujeitos que viviam no assentamento.

Os impactos derivados da atividade de extração de areia e seixo nos rios Parauapebas e Novo foram bastante significativos em Palmares II, e consistiram em: crescimento do tráfego de caminhões dentro do assentamento, gerando poeira no verão e lamaçal no inverno, além de aumentar o risco de acidentes e desgastar as estradas vicinais. Esses caminhões transportavam a produção de areia e seixo feita no assentamento e nas suas redondezas; assoreamento e contaminação dos rios, comprometendo atividades produtivas (pesca, criação animal e agricultura) e o uso da água para o consumo humano; transformação de lotes em pontos de extração e/ou pátios de estocagem, inclusive com muitos deles sendo vendidos para areeiros. Aliás, alguns moradores de Palmares II acabaram se transformando em areeiros, muitas vezes extraíndo areia e seixo não somente no seu lote, mas também no de outras pessoas que viviam no assentamento; surgimento de fortes tensões dentro de Palmares II entre os que defendiam a atividade e os que a viam como algo que poderia trazer prejuízos ao assentamento.

Como dito, com a queda no preço dos produtos minerais e a transferência dos principais investimentos da VALE para Canaã dos Carajás, a extração de areia e seixo em Palmares II diminuiu consideravelmente, atualmente sendo feita por poucos areeiros. Todavia, os impactos ainda são fortemente sentidos pelos moradores do assentamento, uma vez que, por exemplo, o rio Parauapebas está bastante degradado.

A terceira pressão sobre a qual falei nesta dissertação diz respeito ao inchaço populacional e ao processo de urbanização que Palmares II vem vivendo nos últimos anos. Processos que estão fundamentalmente relacionados à duas coisas: a dinâmica dos agro-minero-negócios e a capacidade que seus empreendimentos possuem de seduzirem pessoas para onde eles são implantados; e as ações feitas pelo Estado nos últimos anos que visam colocar no mercado, terras de alguma forma protegidas pelo marco legal, como as que estão dentro de assentamentos rurais.

Em linhas gerais, desde o início da exploração mineral na Serra dos Carajás, Parauapebas tem crescido demograficamente de forma impressionante, porém, seu crescimento populacional se acentuou durante o *boom* da mineração, com Palmares II absorvendo parte das pessoas que migraram para o município. A proximidade com a cidade, inclusive com a estrada

que os conecta sendo asfaltada em toda a sua extensão, além do fato dos preços praticados no mercado imobiliário serem bem mais vantajosos em Palmares II do que na maior parte dos bairros de Parauapebas, que por ser uma cidade minerada, possui alto custo de vida, são fatores que fizeram com que muitas pessoas optassem por viver na vila do assentamento, impulsionando sua quantidade de moradores. Afinal, é perfeitamente possível, por exemplo, residir em Palmares II e trabalhar na cidade de Parauapebas, como muitas pessoas o fazem.

O crescimento populacional da vila de Palmares II também foi impulsionado pelas pessoas que para ali migraram em função de suas ocupações. Nos últimos anos, várias obras de infraestrutura foram feitas dentro e nas proximidades do assentamento, com destaque para a duplicação da EFC e a construção de linhas de transmissão de energia elétrica, com isso, muitos trabalhadores empregados nessas obras foram viver temporariamente em Palmares II, fundamentalmente em função de dois fatores: a proximidade com o local de trabalho e alugueis mais baratos em relação à cidade de Parauapebas. Um dos efeitos foi a proliferação de quitinetes dentro da vila do assentamento.

Como dito, as ações do Estado também têm contribuído para o inchaço populacional e urbanização de Palmares II, e dentre elas destaquei neste trabalho: a transformação da vila do assentamento e seu entorno em área urbana do município de Parauapebas, com a titulação de todos os lotes existentes na localidade; e a política de emissão em massa de Títulos de Domínio (TD) em assentamentos rurais promovida pelo governo Temer. Ambas ações, colocaram muitas terras de Palmares II no mercado, inclusive com lotes próximos da vila sendo transformados em loteamentos, já que em função das possibilidades abertas, algumas imobiliárias presentes em Parauapebas começaram a atuar em Palmares II, convencendo moradores a venderem seus lotes.

O inchaço populacional e a urbanização são processos que estão, entre outras coisas: fazendo crescer a violência, o consumo de drogas, a prostituição e o desemprego dentro de Palmares II; ameaçando a identidade camponesa do assentamento, inclusive em decorrência do fato de as escolas presentes na vila terem passado a serem vistas como urbanas pela prefeitura de Parauapebas, o que afetou a pedagogia nelas praticada, distanciando-a da Educação do Campo (apesar do MST lutar com todas as forças para que isso não ocorra); reconfigurando a política interna de Palmares II, com a emergência de novos atores; sobrecarregando os serviços públicos ofertados no assentamento, como educação, saúde e outros; fazendo quitinetes se proliferarem na vila de Palmares II; e, contraditoriamente, fazendo surgirem ocupações em áreas públicas existentes na vila, o que tem gerado fortes tensões dentro do assentamento.

Por fim, a última pressão analisada neste trabalho está relacionada à construção de linhas de transmissão de energia elétrica dentro e nas proximidades de Palmares II. Nos últimos anos, em função da intensificação das obras de infraestrutura na Amazônia brasileira, sobretudo visando atender os interesses dos agro-minero-negócios, muitos linhões de energia foram construídos na região onde está situado Palmares II, alguns deles inclusive cortando o assentamento. Foram muitas as empresas envolvidas nisso, com as principais sendo estrangeiras, com destaque para a espanhola ABENGOA Concessões Holding S.A. e a chinesa STATE GRID Brazil Holding S.A.

Entre os impactos provocados pelas linhas de transmissão no assentamento Palmares II, destaquei nesta dissertação: a contribuição para o inchaço populacional do assentamento e, por conseguinte, para os problemas por ele gerados que a construção dos linhões deu; as promessas de emprego não cumpridas feitas pelas empresas que construíram os linhões, o que provocou muita insatisfação em Palmares II; a destruição de casas e benfeitorias que estavam na rota dos linhões, com muitas violações no que se refere à condução das ações e às indenizações; e os limites impostos pela faixa de servidão, que impede as famílias de criarem animais ou plantarem nas proximidades dos linhões, o que se torna um grande problema quando pensamos que em vários lotes de Palmares II existem duas ou três torres de transmissão, inviabilizando a produção em parte considerável da propriedade. Além disso, mesmo as torres estando situadas em suas propriedades, os moradores de Palmares II não podem impedir o acesso dos funcionários das empresas operadoras e da ELETRONORTE às elas, o que também tem gerado tensões.

Em suma, longe de querer dar conta de toda a complexidade que envolve o tema trabalhado nesta dissertação, procurei levantar aqui elementos que ajudam a aprofundar o debate e que refutam a perspectiva dos assentamentos rurais como temática superada dentro da academia. As questões aqui trabalhadas e as contradições expostas me parecem reforçar a ideia da relevância do estudo do tema, principalmente diante da recente opção política pelas titulações em massa nos assentamentos rurais e por uma série de outras políticas e ações que estão ameaçando consideravelmente a sustentabilidade dessas experiências.

REFERÊNCIAS

- A PELEJA do povo contra o dragão de ferro: Carajás 30 anos. Direção: Murilo Santos. São Luís: [SI], 2014. *Online* (71 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=o-bZvgk50NI>>. Acesso em: 11/08/2018;
- ABELÉM, A. G; HÉBETTE, J. Assentamentos de reforma agrária na fronteira. In: SCHMIDT, B. V; MARINHO, D. N. C; ROSA, S. L. C. (Orgs.). **Os assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 237-256;
- ACSELRAD, H. Confluências autoritárias: estratégias empresariais e militares de controle de território. **Le Monde diplomatique Brasil**. [SI], 5 de maio de 2014. Disponível em: <<http://diplomatique.org.br/confluencias-autoritarias/>>. Acesso em: 11/08/2018;
- AFONSO, J. B. G. **O massacre de Eldorado dos Carajás e a luta do movimento camponês pela terra no Sul e Sudeste do Pará**. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá;
- AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Edital de Leilão N° 001/2005-ANEEL: Anexo 6A – Lote A – Interligação Norte-Sul III – Trecho 1 – LT 500 kV (relatório técnico)**. Brasília, 2005;
- _____. **Lote A: Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica N° 001/2006-ANEEL**. Brasília, 2006;
- _____. **Edital de Leilão N° 008/2010-ANEEL: Anexo 6I – Lote I: Linha de Transmissão Itacaiúnas – Carajás C3, em 230 kV (relatório técnico)**. Brasília, 2010;
- _____. **Lote I: Contrato de Concessão N° 007/2011-ANEEL**. Brasília, 2011;
- _____. **Edital de Leilão N° 001/2013-ANEEL – Anexo 6I – Lote I: LT 500kV Xingu – Parauapebas C1 e C2; LT 500kV Parauapebas – Miracema C1 e C2; SE Parauapebas 500kV (relatório técnico)**. Brasília, 2013a;
- _____. **Lote I: Contrato de Concessão N°13/2013-ANEEL**. Brasília 2013b;
- _____. **Edital de Leilão N° 001/2014-ANEEL: Anexo 6G – Lote G – Empreendimentos de Transmissão Sudeste do Pará (relatório técnico)**. Brasília, 2014;
- _____. **Edital de Leilão N° 011/2013-ANEEL: Anexo 6AB – Lote AB – Bipolo HVDC Xingu – Estreito – Conversoras e LT-CC Xingu – Estreito (relatório técnico)**. Brasília, 2013c;
- _____. **Lote AB: Contrato de Concessão N° 14/2014-ANEEL**. Brasília, 2014b;
- _____. **Edital de Leilão N° 007/2015-ANEEL: Anexo 6 – Lote Único – Bipolo HVDC Xingu – Terminal Rio; Conversoras, LT – CC \pm 800 kV Xingu – Terminal Rio, LTs e Equipamentos 500 kV Associados (relatório técnico)**. Brasília, 2015a;
- _____. **Lote Único: Contrato de Concessão N° 07/2015-ANEEL**. Brasília, 2015b;
- _____. **Edital de Leilão N° 02/2017-ANEEL: Anexo 6-03 – Lote 03**. Brasília, 2017;
- _____. **Lote 03: Contrato de Concessão N° 03/2018-ANEEL**. Brasília, 2018;
- ALMEIDA, A. W. B. de. Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA et al (Orgs). **Capitalismo**

globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 101-143;

ALMEIDA, A. W. B. de. **Carajás: a guerra dos mapas**. Belém: Falangola, 1994;

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE. **Quem somos?** Disponível em: <<https://atingidospelavale.wordpress.com/quem-somos/>>. Acesso em: 11/08/2018;

BANDEIRAS Verdes. Direção: Murilo Santos. Produção: Aída Marques. [SI]: 1987. *Online* (33 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Gvp6fd6S9VE>> (Parte 1); <<https://www.youtube.com/watch?v=X3ju9JXaMI8>> (Parte 2);

BARROSO, M. F. Violência contra mulheres em grandes projetos na Amazônia. **Argumentum**, Vitória, v. 9, nº 1, jan./abr. 2017, p. 89-102;

BECKER, B. K. **Amazônia:** geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009;

BEDINELLI, T. Cinco anos de prisão por um protesto contra a Vale: docente de universidade do Pará pode ser preso após ato em solidariedade às vítimas de Mariana. **El País Brasil**, São Paulo, 12 de julho de 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/08/politica/1468007821_923226.html>. Acesso em: 11/08/2018;

_____. Os sem-terra desafiam a gigante Vale na Amazônia: agricultores do Pará ocupam áreas que dizem ter sido compradas ilegalmente pela mineradora. Com isso, começam a desfazer um emaranhado confuso sobre a titularidade de terras na região. **El País Brasil**, Canaã dos Carajás, 11 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/23/politica/1479905291_797076.html>. Acesso em: 11/08/2018;

BORRAS JR, S. M. et al. Acaparamiento de tierras y acumulación capitalista: aspectos clave en América Latina. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, nº 38, 2013. p. 75 – 103;

BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, M; AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 183-191;

_____. Une classe objet. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 17-18, novembro de 1977. p. 2-5;

BRINGEL, F. de. O. **Fronteiras agrárias intermitentes e processos de territorialização do campesinato na Amazônia:** uma análise comparativa de projetos de assentamento no sudeste e sudoeste do Pará. 2015. 331 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife;

_____. O. Pisando na própria sombra – trajetórias e identidades camponesas de assentados rurais no sudeste do Pará. **Revista Agricultura Familiar**, Belém, nº 9, p. 145-168, 2009;

_____. O. **Rumos, trechos e borocas:** trajetórias e identidades camponesas de assentamentos rurais no sudeste do Pará. 2006. 2012 f. Dissertação (Mestrado em Agricultras Amazônicas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Pará, Belém;

BRITO FILHO, G. **Consequências ambientais e na saúde no processo de disputa de modelos agrícolas:** o caso do assentamento Palmares II – SE do Pará. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro;

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais que escola. São Paulo: Expressão Popular, 2004;

CASTRO, C. P. de. **Conexões e controvérsias no INCRA de Marabá**: o Estado como um ator hegemônico. 2013. 383 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília;

CASTRO, E. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Cadernos CRH**, v. 25, n. 64, janeiro-abril de 2012. p. 45-61;

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ; EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. **Estudos para expansão de transmissão à região sudeste do Pará**: relatório R3 – caracterização e análise socioambiental – referente à Linha de Transmissão 230 kV Itacaiúnas – Carajás (relatório técnico). Brasília, 2010;

COELHO, T. P. Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. In: ZONTA, M; TROCATTE, C. (Orgs.). **A questão mineral no Brasil – vol. 1**. Marabá: Editorial iGuana, 2015;

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Biblioteca Virtual** (base de dados). 2018. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/biblioteca-virtual>>. Acesso em: 11/08/2018;

COMPOSTO, C. Acumulación por despojo y neoextractivismo en América Latina. Una reflexión crítica acerca del Estado y los movimientos socio-ambientales en el nuevo siglo. **Astrolabio – Nueva Época**, n. 8, 2012. p. 323-352;

COOMARSP. **Plano de recuperação do assentamento Palmares, Parauapebas**. 82 f. 2008, não publicado;

COUTINHO, M. V. Terras de identidade e terras de conflito: movimento social ribeirinho e regularização fundiária nas ilhas e várzeas de Abaetetuba – PA. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, nº 1, 2018, p. 33-64;

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. **Estatísticas** (base de dados). 2017. Disponível em: <<http://www.anm.gov.br/acesso-a-informacao/estatisticas>>. Acesso em: 11/08/2018;

_____. **SIGMINE** (base de dados). Disponível em: <<http://sigmine.dnpm.gov.br/webmap/>>. Acesso em: 11/08/2018;

ELIAS, N. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998;

EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 2ª edição Belém: UFPA/NAEA, 1999;

_____. Os castanhais do Tocantins e a indústria extrativa no Pará até a década de 60. **Papers do NAEA**, Belém, nº 166, outubro de 2002;

EMMI, M. F; MARIN, R. E. A. Crise e rearticulação das oligarquias no Pará. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, nº 40, p. 51-68, 1996;

FALQUET, J. Os atuais desafios para o feminismo materialista (entrevista). **Temporalis**, Brasília, ano 14, nº 27, jan./jun. 2014, p. 245-261. Entrevista concedida à CISTE, M; GURGEL, T.

FEDERAÇÃO DOS ESTUDANTES DE AGRONOMIA DO BRASIL. **Nossa História**. Disponível em: <<https://feab.wordpress.com/nossa-historia/>>. Acesso em: 11/08/2018;

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000;

_____. Via Campesina. In: CALDART et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012, p. 765-767;

FERNANDES, R. de. A. Currutela. In: GOMIDE et al. **Dicionário crítico da mineração**. Marabá: Editorial iGuana, 2018, p. 75;

FERREIRA, A. L. D. **Realidades e desafios da educação do campo na escola Crescendo na Prática – Parauapebas/PA**. 2012. 31 f. Monografia (Especialização em Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária na Pan-Amazônia) – Faculdade de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Marabá, 2012;

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Geoprocessamento/mapas** (base de dados). Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/servicos/geoprocessamento>>. Acesso em: 11/08/2018;

GRAMSCI, A. Alguns pontos de referência preliminares. In: COUTINHO, C. N; NOGUEIRA, M. A; HENRIQUES, L. S. (Orgs). **Cadernos do cárcere, Vol. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007;

GDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: SCHULDT et al. **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: CAAP/CLAES, 2009;

GUHUR, D. M. P; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ Expressão Popular, 2012, p. 57-65;

GUTTMAN, Robert. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. **Novos Estudos CEBRAP**, 82, novembro de 2008, p.11-33;

HAESBAERT, R; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova (des)ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006;

HALL, A. L. **Amazônia – desenvolvimento para quem?** Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás (PGC). Rio de Janeiro: Zahar, 1991;

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011;

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola (2ª edição), 2005;

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. (4 Vol.). Belém: EDUFPA, 2004;

HÖHN, H. **A exploração de diamantes no Rio Tocantins**. Belém: SEICOM, 1996;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas** (base de dados). 2017. Disponível em: <https://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 11/08/2018;

_____. **Geociências** (base de dados). Disponível em: <https://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm>. Acesso em: 11/08/2018;

_____. **Mapas** (base de dados). Disponível em: <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#homepage>>. Acesso em: 11/08/2018;

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Acervo Fundiário – Mapas** (base de dados). Disponível em: <<http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/init/index.php#topo>>. Acesso em: 11/08/2018;

_____. **Criação e Modalidades de Assentamentos.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>>. Acesso em: 11/08/2018;

_____. **Painel dos Assentamentos** (base de dados). 2017. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 11/08/2018;

_____. **Terra Legal terá escritórios nos municípios paraenses de Paragominas e Parauapebas.** 2011. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/terra-legal-tera-escritorios-em-paragominas-e-parauapebas-no-para>>. Acesso em: 11/08/2018;

KOTSCHO, R. **Serra Pelada: uma ferida aberta na selva.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984;

LEITE et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro.** Brasília: IICA, NEAD; São Paulo: Unesp, 2004;

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. **Quem somos.** Disponível em: <<http://levante.org.br/#about>>. Acesso em: 11/08/2018;

MAIA, R. O. M; RAVENA, N; MARIN, R. E. A. Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos nas ilhas do Pará. **Revista NERA**, ano 20, nº 35, janeiro-abril de 2017, p. 153-173;

MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano.** São Paulo: HUCITEC, 1997;

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1983;

MATTEI, L. A política agrária e rural do governo Temer. In: MALUF, R. S; FLEXOR, G. (Orgs.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas.** Rio de Janeiro: E-Pappers, 2017, p. 169-177;

MENDONÇA, H. Brasil dá ultimato a Abengoa, gigante de energia espanhola: Aneel intima empresa, em crise financeira, a dar explicações sobre paralisação de obras. **El País Brasil**, São Paulo, 29 de junho de 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/29/politica/1467235147_731916.html>. Acesso em: 12/08/2018;

MENEZES, T. C. C. A regularização fundiária e as novas formas de expropriação rural na Amazônia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 23, nº 1, 2015, p. 110-130;

MICHELOTTI, F. Luta pela Terra e Assentamentos no Sudeste do Pará. **Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia**, nº 26, 1º semestre de 2009. 245–266 p;

_____. Residência Agrária. In: In: CALDART et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012, p. 679-684;

MICHELOTTI, F; BARBOSA, M. B. R; SILVA, E. R. da. Ressignificando resistências e apontando caminhos: IALA Amazônico e Residência Agrária. In: MOLINA et al. (Orgs.). **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias Volume II: reflexões sobre o Programa Residência Agrária.** Brasília: Editora da UnB, 2017, p. 146-175;

MICHELOTTI, F; SIQUEIRA, H. Financeirização das *commodities* e padrões espaciais de acumulação e dominação: implicações para apropriação e conflitos pela terra no Brasil. In: Encontro Nacional de Economia Política – SEP, 23, 2018, Niterói, RJ. **Anais** (on-line). Niterói: SEP, 2018. Disponível: <<http://sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%207/101.pdf>>. Acesso em: 11/08/2018;

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Download de dados geográficos** (base de dados). Disponível em: <<http://mapas.mma.gov.br/i3geo/datadownload.htm#>>. Acesso em: 11/08/2018;

MONTANHAS de ouro. Direção: Adrian Cowel. Produção: Vicente Rios. [SI], 1990. *Online* (53 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1bCveszyTR4>>. Acesso em: 11/08/2018;

MONTEIRO, E. da. S; RIBEIRO, B. M. de. F. Apropriação dos recursos territoriais e desterritorialização: um estudo de caso sobre uma atividade de impacto da mineração sob o comando da empresa Vale S.A. In: SILVA JUNIOR et al (Orgs.). **Educação do Campo, Agroecologia e Questão Agrária**: a experiência do curso de Residência Agrária na construção do IALA Amazônico. Marabá: iGuana Editorial, 2018, p. 285-298;

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST repudia violência da PM contra mulheres em frente a Vale de Parauapebas**: a polícia realizou uma verdadeira perseguição policial às camponesas. Atiraram spray de pimenta e bombas em um percurso de mais de 500 metros. Mulheres caíram, se machucaram e se feriram. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/03/09/mst-repudia-violencia-da-pm-contra-mulheres-em-frente-a-vale-de-parauapebas.html>>. Acesso em: 11/08/2018;

MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO. **29 de dezembro**: 30 anos do Massacre dos Garimpeiros e Garimpeiras de Serra Pelada na Ponte de Marabá. 2017. Disponível em: <<http://mamnacional.org.br/2017/12/29/29-de-dezembro-30-anos-do-massacre-dos-garimpeiros-e-garimpeiras-de-serra-pelada-na-ponte-de-maraba/>>. Acesso em: 11/08/2018;

OLIVEIRA, R. C. de. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora da UNESP, 2006;

PANTOJA, I. **Planejamento privado social**: práticas da CVRD (Vale S.A.) em municípios do Maranhão. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro;

PEREIRA, A. dos. R. **Do posseiro ao sem-terra**: luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: Editora da UFPE, 2015;

PETIT, P. **Chão de promessas**: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003;

PINASSI, M. O; CRUZ NETO, R. G. da. A mineração e a lógica da produção destrutiva na Amazônia. **iGuana: Reflexão Amazônica**, Marabá, nº 2015, p. 79-99, 2015;

PINTO, L. F. **CVRD. A sigla do enclave na Amazônia**: as mutações da estatal e o estado imutável no Pará. Belém: CEJUP, 2003;

PLATAFORMA DHESCA BRASIL. Violação de direitos humanos nas hidrelétricas do Rio Madeira: relatório preliminar de missão de monitoramento/ Relatório nacional para o direito humano ao meio ambiente. 2011. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/r_dhescas_missao_rio_madeira.pdf>. Acesso em: 11/08/2018;

QEDU. **Censo Escolar**: o retrato mais completo das escolas brasileiras (base de dados). 2018. Disponível em: <<http://qedu.org.br/brasil/censo-escolar?year=2017&dependence=0&localization=0&item=>>. Acesso em: 11/08/2018;

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 201-246;

_____. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, dezembro de 2005. p. 9-31;

REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS. **Mapa das comunidades**. Disponível em: <<http://justicanostrilhos.org/2013/09/27/mapa-das-comunidades/>>. Acesso em: 11/08/2018;

SAMPAIO, S. M. N; WATRIN, O. dos S; VENTURIERI, A. **Dinâmica da cobertura vegetal e uso da terra no “polígono dos castanhais”, no sudeste paraense**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2000;

SANTOS, A. P; RIBEIRO, S. L. S; MEIHY, J. **Vozes da marcha pela terra**. São Paulo: Loyola, 1998;

SANTOS, V. M. dos. **A economia do Sudeste Paraense: fronteira de expansão na periferia brasileira**. 2011. 345 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas;

SAUER, S; BORRAS JR., S. ‘Land Grabbing’ e ‘Green Grabbing’: uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Edição Especial, jun. 2016, p. 06-42;

SAUER, S; LEITE, S. P. Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra por Estrangeiros no Brasil. **RESR**, Piracicaba, vol. 50, nº 3, Jul/Set 2012, p. 503-524;

SECRETARIA DE ESTADO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA DO PARÁ. **Pará em números (base de dados)**. 2017. Disponível em: <<http://sedeme.com.br/portal/estatistica/para-em-numeros/>>. Acesso em: 11/08/2018;

SIGAUD, L. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. **Novos Estudos CEBRAP**, nº 58, 2000, p. 73-92;

SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL. **Imóveis (base de dados)**. Disponível em: <<http://www.car.gov.br/publico/imoveis/index>>. Acesso em: 11/08/2018;

SOSA et al. **Revolução Agroecológica: o Movimento de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba**. São Paulo: Outras expressões, 2012;

SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, nº 244, março-abril de 2013. p. 30-46;

TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. **TAESA assina contrato para aquisição de participação da Abengoa na UNISA e se tornará a única detentora dos ativos de transmissão de energia elétrica ATE, ATE II, ATE III e STE (contrato)**. [SI], 2012;

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa (I): árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987;

_____. **Tradicción, revuelta y consciencia de clase: estudios sobre la crise de la sociedad preindustrial**. Barcelona: Editorial Crítica, 1979;

TROCATE, C; ZANON, M. J; VIEIRA, J. (Orgs.). **Elementos constitutivos do MAM**. Marabá: Editorial iGuana, 2015;

VALE S. A. **Projeto Ferro Carajás S11D: um novo impulso ao desenvolvimento sustentável do Brasil**. 2013. Disponível:

<<http://www.vale.com/PT/initiatives/innovation/s11d/Documents/book-s11d-2013-pt.pdf>>.

Acesso em: 11/08/2018;

_____. A Vale em Canaã dos Carajás. 2014. Disponível em: <<http://www.vale.com/PT/aboutvale/sustainability/links/LinksDownloadsDocuments/relatorio-vale-canaa-carajas-2014.pdf>>. Acesso em: 11/08/2018;

_____. **Incentivo da Vale irriga vida de agricultores em Parauapebas.** Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/initiatives/environmental-social/iniciativas-sociais-para/incentivo-vale-irriga-agricultores-parauapebas/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 11/08/2018;

_____. **Nossa História - 2012.** Rio de Janeiro: Verso Brasil Editora, 2012;

_____. **Projetos de Associações Comunitárias de Parauapebas, no Pará, favorecem produção agropecuária do município.** 2015. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/projetos-associacoes-comunitarias-parauapebas-para-favorecem-producao-agropecuaria-municipio.aspx>>. Acesso em: 11/08/2018;

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária:** estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1981;

ANEXOS

ANEXO 01 - Tabela com dados sobre o destino e intensidade (em US\$) das exportações de produtos minerais de Parauapebas em 2016.

Destino das exportações	Quantidade exportada em US\$
China	\$ 2.802.192.423,00
Malásia	\$ 406.016.950,00
Japão	\$ 338.524.037,00
Holanda	\$ 278.484.710,00
Coreia do Sul	\$ 173.614.477,00
França	\$ 158.619.662,00
Taiwan	\$ 92.599.848,00
Turquia	\$ 78.568.278,00
Filipinas	\$ 66.770.919,00
Itália	\$ 64.821.562,00
Espanha	\$ 52.957.537,00
Índia	\$ 52.797.416,00
Reino Unido	\$ 43.977.812,00
Bélgica	\$ 38.765.896,00
Omã	\$ 29.950.507,00
Romênia	\$ 27.747.763,00
Alemanha	\$ 17.492.278,00
Indonésia	\$ 16.540.442,00
Eslovênia	\$ 11.212.182,00
Noruega	\$ 6.012.845,00
México	\$ 2.855.757,00
Colômbia	\$ 1.386.982,00
Argentina	\$ 1.081.870,00
Venezuela	\$ 482.520,00
Chile	\$ 39.264,00

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados de DNPM (2017) e SEDEME Pará (2017).

ANEXO 02 - Tabela com dados comparando os produtos minerais com os demais produtos exportados pelo estado do Pará entre 1997 e 2016.

Ano	Produtos Minerais (%)	Outros Produtos (%)	Produtos Minerais (US\$)	Outros Produtos (US\$)
1997	42,08	57,92	952.683.127,00	1.311.372.266,00
1998	45,79	54,21	1.011.561.246,00	1.197.452.361,00
1999	42,51	57,49	908.046.551,00	1.227.913.169,00
2000	39,94	60,06	974.986.700,00	1.466.289.170,00
2001	44,25	55,75	1.012.953.346,00	1.276.133.665,00
2002	43,47	56,53	985.328.081,00	1.281.539.726,00
2003	40,79	59,21	1.092.260.340,00	1.585.293.156,00
2004	43,80	56,20	1.666.648.214,00	2.138.257.171,00
2005	47,63	52,37	2.289.906.512,00	2.517.986.949,00
2006	44,26	55,74	2.969.227.711,00	3.738.660.480,00
2007	44,08	55,92	3.493.182.256,00	4.431.910.882,00
2008	53,12	46,88	5.673.211.230,00	5.007.302.724,00
2009	57,30	42,70	4.781.908.540,00	3.563.346.593,00
2010	65,28	34,72	8.379.149.758,00	4.456.270.718,00
2011	72,94	27,06	13.374.773.954,00	4.961.830.241,00
2012	69,82	30,18	10.330.474.255,00	4.464.974.493,00
2013	74,95	25,05	11.881.436.642,00	3.970.654.383,00
2014	66,24	33,76	9.445.026.061,00	4.814.448.714,00
2015	60,08	39,92	6.171.862.484,00	4.100.632.623,00
2016	65,75	34,25	6.910.931.157,00	3.600.396.569,00
Total acumulado de produtos minerais exportados (US\$) = 94.305.558.165,00				
Total acumulado de outros produtos exportados (US\$) = 61.112.666.053,00				

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados de DNPM (2017) e SEDEME Pará (2017).

ANEXO 03 - Tabela com dados comparando o minério de ferro com os demais minerais nas exportações dos produtos minerais do estado do Pará entre 1997 e 2016.

Ano	Minério de Ferro (%)	Outros Minerais (%)	Minério de Ferro (US\$)	Outros Minerais (US\$)
1997	76,34	23,66	727.277.614,00	225.405.513,00
1998	74,15	25,85	750.055.641,00	261.505.605,00
1999	72,74	27,26	660.517.942,00	247.528.609,00
2000	69,91	30,09	681.642.457,00	293.344.243,00
2001	71,18	28,82	721.052.053,00	291.901.293,00
2002	72,45	27,55	713.824.147,00	271.503.934,00
2003	68,56	31,44	748.820.599,00	343.439.741,00
2004	60,80	39,20	1.013.300.749,00	653.347.465,00
2005	63,33	36,67	1.450.087.378,00	839.819.134,00
2006	67,00	33,00	1.989.370.130,00	979.857.581,00
2007	66,24	33,76	2.313.758.074,00	1.179.424.182,00
2008	67,70	32,30	3.840.796.147,00	1.832.415.083,00
2009	79,74	20,26	3.813.252.188,00	968.656.352,00
2010	82,35	17,65	6.900.530.648,00	1.478.619.110,00
2011	88,01	11,99	11.770.815.145,00	1.603.958.809,00
2012	85,16	14,84	8.797.694.826,00	1.532.779.429,00
2013	83,01	16,99	9.862.918.747,00	2.018.517.895,00
2014	79,05	20,95	7.466.614.131,00	1.978.411.930,00
2015	64,33	35,67	3.970.243.045,00	2.201.619.439,00
2016	69,27	30,73	4.787.423.404,00	2.123.507.753,00
Total acumulado de minério de ferro exportado (US\$) = 72.979.995.065,00				
Total acumulado de outros minerais exportados (US\$) = 21.325.563.100,00				

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados de DNPM (2017) e SEDEME Pará (2017).

ANEXO 04 - Tabela com dados sobre os casos de trabalho escravo no Brasil entre 2009 e 2016 (por UF).

Casos de trabalho escravo no Brasil (acumulado) entre 2009 e 2016 (por UF)									
UF	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total ac.
Pará	1657	1522	495	1254	264	295	86	123	5696
Minas Gerais	421	511	236	84	79	974	733	108	3146
Tocantins	648	186	256	360	276	255	49	128	2158
Maranhão	486	282	259	166	271	135	77	79	1755
Goiás	329	435	541	148	63	64	5	1	1586
Mato Grosso do Sul	22	22	1293	34	101	6	9	82	1569
Bahia	265	117	162	132	131	32	360	38	1237
Rio de Janeiro	715	204	111	9	0	4	11	0	1054
Mato Grosso	308	89	109	86	73	14	46	23	748
Paraná	227	139	8	225	66	31	10	19	725
Espírito Santo	387	146	22	26	13	86	0	14	694
Santa Catarina	98	253	107	52	27	48	57	4	646
Piauí	11	20	30	66	26	160	70	97	480
Pernambuco	419	0	0	38	0	8	0	0	465
Amazonas	0	64	98	174	0	50	48	2	436
São Paulo	82	53	20	26	156	58	0	0	395
Rondônia	74	41	84	43	13	5	113	15	388
Ceará	20	0	0	0	103	69	46	0	238
Rio Grande do Sul	18	24	32	47	20	26	39	0	206
Acre	18	8	15	0	13	73	0	17	144
Alagoas	0	20	51	29	0	0	0	0	100
Roraima	26	0	0	0	0	27	1	1	55
Paraíba	0	27	0	0	21	0	0	0	48
Sergipe	0	0	0	0	0	40	0	0	40
Distrito Federal	0	0	0	0	0	33	0	0	33
Amapá	0	0	0	3	0	0	0	0	3
Total an.	6231	4163	3929	3002	1716	2493	1760	751	24045

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pela CPT (2018).

Município	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total acumulado
Altamira	0	27	0	72	0	0	0	9	108
Anapu	7	0	0	0	0	0	0	0	7
Baião	0	0	5	0	0	0	0	0	5
Brasil novo	0	0	0	0	0	0	7	0	7
Capitão poço	6	0	0	0	0	52	0	0	58
Igarapé-Miri	0	0	7	0	0	0	0	0	7
Ipixuna do Pará	6	0	0	0	0	7	20	0	33
Jacareacanga	0	6	0	0	0	0	0	0	6
Medicilândia	0	42	0	9	0	0	0	0	51
Moju	7	811	4	10	34	0	0	0	866
Novo progresso	0	0	0	12	0	0	0	0	12
Oeiras do Pará	0	32	0	0	0	0	0	0	32
Pacajá	21	10	22	58	13	0	0	0	124
Placas	5	0	0	0	0	0	0	0	5
Prainha	0	0	0	6	0	0	0	0	6
Rurópolis	0	0	0	0	0	11	0	0	11
Santarém	0	0	0	44	0	0	0	0	44
Tailândia	0	6	4	52	2	0	0	0	64
Tomé-açu	5	0	0	350	0	0	0	0	355
Trairão	5	0	0	0	0	0	0	0	5
Uruará	0	0	0	7	0	0	0	12	19
Total por ano	62	934	42	620	49	70	27	21	1825

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pela CPT (2018).

ANEXO 06 - Tabela com dados sobre assassinatos no campo entre 2009 e 2017 (Brasil - por ano e acumulado).

UF	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total ac.
Pará	8	18	12	6	6	9	19	6	22	106
Rondônia	2	1	2	9	1	5	20	21	17	78
Maranhão	1	4	7	3	3	5	6	13	5	47
Bahia	1	2	3	1	6	3	1	4	10	31
Mato Grosso	4	0	0	1	3	5	1	2	9	25
Mato Grosso do Sul	2	0	2	0	3	3	1	1	0	12
Amazonas	0	1	1	2	1	0	1	2	3	11
Rio de Janeiro	1	1	0	4	3	1	0	1	0	11
Pernambuco	0	2	1	3	0	0	1	1	0	8
Minas Gerais	1	0	0	3	0	1	0	0	2	7
Paraíba	1	1	0	3	1	0	0	1	0	7
Roraima	1	0	0	0	5	0	0	1	0	7
Alagoas	1	1	0	1	0	0	0	2	1	6
Rio Grande do Sul	1	0	0	0	0	2	0	1	2	6
Paraná	0	0	0	0	1	1	0	2	0	4
Tocantins	0	1	0	0	0	0	0	3	0	4
Acre	1	0	1	0	1	0	0	0	0	3
Ceará	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Rio Grande do Norte	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Sergipe	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Total an.	25	34	29	36	34	36	50	61	71	376

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pela CPT (2018).

ANEXO 07 – Tabela com dados sobre assassinatos no campo, por mesorregiões e municípios, no estado do Pará (período 2009-2017).

Sudeste paraense										
Município	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total ac.
Bom Jesus do Tocantins	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2
Brejo Grande do Araguaia	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Breu Branco	2	-	1	-	-	-	-	-	-	3
Conceição do Araguaia	-	-	-	-	-	-	6	-	-	6
Curionópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Dom Eliseu	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Eldorado dos Carajás	-	1	-	-	-	1	-	-	-	2
Floresta do Araguaia	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Goianésia do Pará	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Itupiranga	-	-	1	-	2	-	-	-	2	5
Marabá	1	-	1	-	-	-	-	-	2	4
Nova Ipixuna	-	-	3	-	-	-	-	-	-	3
Novo Repartimento	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Parauapebas	-	-	-	-	1	-	-	-	1	2
Pau D'Arco	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8
Redenção	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Rio Maria	-	-	-	-	-	2	-	-	1	3
Rondon do Pará	1	-	1	-	-	-	-	-	-	2
Santa Maria das Barreiras	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Santana do Araguaia	-	4	-	-	-	1	-	1	1	7
São Domingos do Araguaia	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
São Félix do Xingu	-	2	-	-	1	1	2	1	-	7
Tucumã	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Tucuruí	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Total an.	7	9	7	0	5	8	10	3	16	65

Oeste paraense										
Município	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total ac.
Altamira	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
Anapu	-	-	-	-	-	-	7	2	-	9
Itaituba	-	-	1	1	-	-	-	-	-	2
Jacareacanga	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Juruti	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Novo Progresso	-	-	-	1	-	-	-	1	-	2
Pacajá	-	8	3	-	-	-	-	-	-	11
Vitória do Xingu	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
Total an.	0	8	5	3	1	0	9	3	0	29

Nordeste paraense

Município	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total ac.
Abaetetuba	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Acará	-	-	-	2	-	1	-	-	-	3
Barcarena	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Belém	-	-	-	1	-	-	-	-	1	2
Castanhal	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Irituia/Santa Luzia do Pará	-	1	-	-	-	-	-	-		1
Moju	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Tailândia	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Total an.	1	1	0	3	0	1	0	0	6	12

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pela CPT (2018).

ANEXO 08 - Tabela com dados sobre o crescimento populacional acumulado e ao ano de Parauapebas entre 1992 e 2016.

Ano	População	Base	C ac (%)	C aa (%)
1992	49300	PE	0,00	0,00
1993	51317	PE	4,09	4,09
1994	53507	PE	8,36	4,27
1995	55644	PE	12,35	3,99
1996	73831	CP	45,04	32,68
1997	68361	PE	37,63	-7,41
1998	72404	PE	43,54	5,91
1999	76452	PE	49,13	5,59
2000	71568	CD	42,75	-6,39
2001	75524	PE	48,27	5,53
2002	78303	PE	51,95	3,68
2003	81428	PE	55,94	3,99
2004	88519	PE	64,65	8,71
2005	91621	PE	68,16	3,50
2006	95225	PE	72,09	3,93
2007	133296	CP	112,07	39,98
2008	145326	PE	121,09	9,03
2009	152777	PE	126,22	5,13
2010	153908	CD	126,96	0,74
2011	160228	PE	131,07	4,11
2012	166342	PE	134,88	3,82
2013	176582	PE	141,04	6,16
2014	183352	PE	144,87	3,83
2015	189921	PE	148,46	3,58
2016	196259	PE	151,79	3,34

Crescimento acumulado total (%) = 151,79

Crescimento ao ano médio (%) = 5,93

Siglas: PE – população estimada; CD – censo demográfico; CP – contagem populacional

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados de IBGE (2017).

ANEXO 09 - Tabela com dados sobre ocupações/retomadas de terras por UF entre 2008 e 2017.

Ocupações/Retomada											
UF	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total ac.
Acre			1		2	11	3	7	5	6	35
Alagoas	20	31	8	7	10	17	13	5	2	4	117
Amazonas	1	1						1			3
Bahia	28	13	27	39	58	30	17	34	30	21	297
Ceará	4	7	5	4	1	3	6	1	1	2	34
Distrito Federal		3		1	4	4	5	4	2		23
Espírito Santo	2		2		2	1	1	3	3	5	19
Goiás	10	6	6	3	13	7	3	19	8	8	83
Maranhão	1	6		1	4	2		4	1	3	22
Mato Grosso	1	3	3	5	3	5	4	11	17	8	60
Mato Grosso do Sul	6	7	5	8	17	31	9	16	22	9	130
Minas Gerais	10	18	23	10	13	15	13	12	16	17	147
Pará	17	43	7	15	8	11	5	7	4	9	126
Paraíba	10	3	5	6	5	4	11	3	1	3	51
Paraná	14	21	8	1	2	3	8	19	4	10	90
Pernambuco	52	18	33	31	38	29	10	13	4	5	233
Piauí						1				3	4
Rio de Janeiro	2	2	1		1	2				2	10
Rio Grande do Norte	1	2	2			1	2		1		9
Rio Grande do Sul	11	7	2	10	7	5	17	9	8	3	79
Rondônia	3	1	1	1	9	5	4	5	18	5	52
Roraima	1	1	1					1	1		5
Santa Catarina	5	3	2	5	2		6	2	6	10	41
São Paulo	49	87	34	51	31	36	57	21	28	30	424
Sergipe	3	2	4		7	1	2		1	1	21
Tocantins	1	5		2	1	6	9	3	11	4	42
Total an.	252	290	180	200	238	230	205	200	194	168	2157
Famílias envolvidas											
UF	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total ac.
Acre			35		220	882	135	465	431	738	2906
Alagoas	971	1672	573	491	535	933	967	270	73	555	7040
Amazonas	200	200						40	3591		4031
Bahia	4014	2932	2566	7337	5260	1780	1940	3666		1837	31332
Ceará	410	500	1615	400	200	190	1300	65	100	280	5060
Distrito Federal		650		300	1590	1050	1248	560	325		5723
Espírito Santo	62		67		210	130	110	240	650	550	2019
Goiás	680	490	920	111	929	771	3670	6850	2052	1067	17540
Maranhão	150	959		60	1006	77		322	100	150	2824
Mato Grosso	140	186	143	800	527	398	262	2235	1480	1025	7196
Mato Grosso do Sul	235	277	566	973	852	1748	451	2110	1750	1980	10942
Minas Gerais	607	1132	1992	1086	2275	1220	1114	1122	1238	3041	14827
Pará	2267	5160	1298	991	1039	955	1153	625	124	1316	14928

Paraíba	785	330	518	650	630	2047	986	220	50	571	6787
Paraná	1596	1809	241	30	440	100	1830	5403	2057	752	14258
Pernambuco	5940	1932	3358	4678	2739	2765	1190	1870	320	951	25743
Piauí						350				282	632
Rio de Janeiro	458	300	200		200	22				80	1260
Rio Grande do Norte	490	170	325			1800	110		150		3045
Rio Grande do Sul	2000	926	65	1151	353	425	2060	2722	970	175	10847
Rondônia	150	30	100	89	700	260	123	203	1085	418	3158
Roraima	500	70	8					37	25		640
Santa Catarina	590	372	210	550	170		1755	360	1130	1308	6445
São Paulo	3022	6971	1805	2586	1113	2956	4394	1709	3267	1952	29775
Sergipe	490	65	260		995	500	115		80	30	2535
Tocantins	30	145		500	80	1465	1276	199	728	300	4723
Total an.	25787	27278	16865	22783	22063	22824	26189	31293	21776	19358	236216

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pela CPT (2018).

ANEXO 10 - Tabela com dados sobre ocupações/retomadas de terras feitas no sudeste do Pará e famílias envolvidas entre 2008 e 2017 (por municípios).

OCUPAÇÕES/RETOMADAS DE TERRAS										
Municípios	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Abel Figueiredo						1				
Bom Jesus do Tocantins		1	1							
Brejo Grande do Araguaia						1				
Breu Branco	2	3								
Canaã dos Carajás								2		1
Canaã dos Carajás/Parauapebas	1									
Conceição do Araguaia	2			1						
Curionópolis			1							1
Dom Eliseu		1								
Eldorado dos Carajás	1	1		1						
Eldorado dos Carajás/Irituia	1									
Floresta do Araguaia									1	
Goianésia do Pará		1							1	
Goianésia do Pará/Rondon do Pará		1								
Irituia/Santa Luzia do Pará			1							
Itupiranga	1	2				1				1
Marabá	2	8	1	3	1	2	3	1		
Marabá/Novo Repartimento					1					
Marabá/São Geraldo do Araguaia		1								
Ourilândia do Norte		1						1		
Palestina do Pará		1								
Parauapebas					1					2
Pau D'Arco										1
Piçarra		1						1		
Redenção	1									
Rondon do Pará		2								
Salvaterra/Santa Maria das Barreiras	1									
Santa Maria das Barreiras		2	1		1					
Santana do Araguaia			1					1		
São Félix do Xingu	1	1		1		1				
São João do Araguaia			1	1			1			
Sapucaia/Xinguara		1								
Tucumã	1	1		1		1				
Tucuruí	1									
Xinguara		5			1		1			
Total an.	15	34	7	8	5	7	5	6	2	6

FAMÍLIAS ENVOLVIDAS

Município	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Abel Figueiredo										

Bom Jesus do Tocantins		380	350							
Brejo Grande do Araguaia						60				
Breu Branco	131	241								
Canaã dos Carajás							90		40	
Canaã dos Carajás/Parauapebas	700									
Conceição do Araguaia	40			55						
Curionópolis			40							700
Dom Eliseu		150								
Eldorado dos Carajás	100	120		150						
Eldorado dos Carajás/Irituia	324									
Floresta do Araguaia									30	
Goianésia do Pará		180							5	
Goianésia do Pará/Rondon do Pará		100								
Irituia/Santa Luzia do Pará			150							
Itupiranga	150	110				9				100
Marabá	81	1340	69	338	200	160	1050	50		
Marabá/Novo Repartimento					10					
Marabá/São Geraldo do Araguaia		15								
Ourlândia do Norte		270						100		
Palestina do Pará		50								
Parauapebas					42					75
Pau D'Arco										1
Piçarra		250						80		
Redenção	30									
Rondon do Pará		350								
Salvaterra/Santa Maria das Barreiras	45									
Santa Maria das Barreiras		550	39		45					
Santana do Araguaia			600					45		
São Félix do Xingu	72	72		70		80				
São João do Araguaia			50	35			3			
Sapucaia/Xinguara		300								
Tucumã	322	44		58		38				
Tucuruí	72									
Xinguara		570			60		100			
Total an.	2067	5092	1298	706	357	427	1153	365	35	916

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pela CPT (2018).

ANEXO 11 - Tabela com dados sobre a quantidade de assentamentos rurais criados, famílias assentadas e terras destinadas à reforma agrária no sudeste do Pará entre 1987 e 2016.

Ano	Assentamentos	Famílias	Quantidade de Terras (ha)
1987	6	4007	352720,45
1988	17	4125	389557,41
1989	1	339	15755,86
1990	0	0	0,00
1991	6	5607	505699,48
1992	10	3700	284897,77
1993	9	1191	65599,16
1994	1	73	4356
1995	14	2565	118558,14
1996	22	4931	274566,17
1997	32	6748	350805,77
1998	56	8439	492272,42
1999	92	9724	446714,55
2000	17	1436	87016,82
2001	42	3513	197001,85
2002	16	1189	61341,47
2003	33	1805	78017,49
2004	21	1729	83001,80
2005	53	5080	328214,58
2006	23	2691	338983,21
2007	8	532	39003,48
2008	2	292	13994,40
2009	10	721	28770,06
2010	3	256	13182,03
2011	0	0	0,000
2012	3	548	35116,73
2013	4	308	13081,48
2014	2	236	17142,19
2015	6	356	36519,67
2016	5	0	11339,33
Total	514	72141	4683229,88

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos dados fornecidos pelo SIPRA/INCRA (2017).